

Universidade de Lisboa

Instituto de Educação



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

A Autarquia de Óbidos e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Cláudia Patrícia de Carvalho Gil

**CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS
DA EDUCAÇÃO**

Área de especialização em Administração Educacional

2010

Universidade de Lisboa

Instituto de Educação



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

A Autarquia de Óbidos e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Cláudia Patrícia de Carvalho Gil

**CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS
DA EDUCAÇÃO**

Relatório de Estágio orientado pelo Prof. Dr. João Pinhal

Área de especialização em Administração Educacional

2010

Índice

Índice de Quadros.....	i
Índice de Figuras.....	ii
Agradecimentos.....	6
Resumo	7
Abstract.....	8
Introdução.....	9
<i>I PARTE- O Concelho de Óbidos e as suas Escolas</i>	<i>13</i>
<i>1- O Concelho de Óbidos.....</i>	<i>14</i>
1.1- Potencialidades do Concelho	16
1.2 - Níveis de Escolaridade e Formação da População Residente no concelho de Óbidos.....	16
1.3- As Escolas de Óbidos.....	18
1.4 - Os Projectos Educativos das Escolas	20
<i>II PARTE- O Município e as Actividades de Enriquecimento Curricular</i>	<i>21</i>
<i>1- O Município e a Educação.....</i>	<i>21</i>
1.1 -Relação autarquias/ educação escolar no quadro das políticas educativas	22
1.2 - Relação Escola/ Família / Comunidade	29
1.3- O Gabinete de Educação do Município de Óbidos	30
1.4 - As actividades de enriquecimento curricular no âmbito da intervenção autárquica no primeiro ciclo do ensino básico.....	37
<i>2- Um estudo sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular</i>	<i>43</i>
2.1- Objectivos da Investigação.....	45
<i>III PARTE- Apresentação dos Dados.....</i>	<i>49</i>
<i>1- Análise e Interpretação dos Dados</i>	<i>49</i>
1.1 - A opinião dos Professores das AEC'S	50
1.1.1– Opinião dos Professores de Inglês.....	51
1.1.2. Opinião dos Professores de Música.....	55
1.1.3 – Opinião dos Professores de Actividade Física e Desportiva	59
1.2 – A Opinião dos Professores Titulares	62
1.3 – A Opinião das Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico	70
1.4 – A opinião dos Pais.....	76
1.5 – Os Dados recolhidos junto da Câmara Municipal de Óbidos.....	83

2 – Discussão dos Dados	87
3- Conclusão	89
Bibliografia	92

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Índice de Quadros: i

Quadro 1 - Freguesias que constituem o Concelho de Óbidos.....	14
Quadro 2 - Qualificações Académicas da População Residente no concelho de Óbidos em 2001	17
Quadro 3 - Distribuição dos alunos que frequentam as Actividades de Enriquecimento Curricular, por Estabelecimento de Ensino.	43
Quadro 4 - Distribuição dos alunos por turma e ano de escolaridade em cada uma das escolas.....	44
Quadro 5- Locais onde são desenvolvidas as Actividades de Enriquecimento Curricular.....	45

Índice de Figuras: ii

Figura 1 - Disposição Geográfica do Concelho de Óbidos	15
Figura 2 - Idades dos Docentes	51
Figura 3 - Habilitações Literárias dos Professores de Inglês.....	51
Figura 4 - Experiência Profissional dos Professores de Inglês.....	52
Figura 5- Opinião dos Docentes sobre a Importância das Actividades de Enriquecimento Curricular	52
Figura 6 - Continuidade nas Actividades de Enriquecimento Curricular.....	53
Figura 7 - Justificação para continuar integrado nas Actividades	54
Figura 8 - Justificação para não continuar integrado nas Actividades	54
Figura 9 - Idade dos Docentes de Musica	55
Figura 10 - Género dos Professores de Musica	55
Figura 11 - Habilitações Literárias dos professores de Música.....	56
Figura 12 - Experiência Profissional dos Professores de Música.....	56

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Figura 13 - Opinião sobre a importância das Actividades de Enriquecimento Curricular.....	57
Figura 14 - Justificação para continuar nas Actividades de Enriquecimento Curricular	58
Figura 15 - Género dos professores de AFD	59
Figura 16 - Idade dos Professores de Educação	59
Figura 17 - Habilitações Literárias dos Professores de Actividade Física e Desportiva	59
Figura 18 - Experiência Profissional dos Professores de Actividade Física e Desportiva	60
Figura 19 - Importância das Actividades de Enriquecimento Curricular.....	60
Figura 20 - Intenção de continuar integrado nas actividades	61
Figura 21 - Género dos Docentes	62
Figura 22 – Idades dos Docentes.....	62
Figura 23 - Habilitações Literárias dos Docentes do Complexo dos Arcos.....	63
Figura 24 - Situação Profissional dos Docentes do Complexo dos Arcos	63
Figura 25 - Tempo de Serviço dos Docentes do Complexo dos Arcos.....	64
Figura 26 - Anos de escolaridade a que os Docentes do Complexo dos Arcos Leccionam	64
Figura 27 - Grau de Conhecimento das Orientações Programáticas dos Docentes do Complexo dos Arcos	65
Figura 28 - Colaboração entre os Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular e os Docentes de 1º ciclo do Complexo dos Arcos.....	66
Figura 29 - Grau de Conhecimento dos Docentes sobre as etapas para a concretização das actividades de enriquecimento curricular no Complexo dos Arcos.....	67
Figura 30 - Opinião dos Docentes sobre os níveis de motivação dos Alunos do Complexo dos Arcos	68
Figura 31 - Opinião dos Docentes do Complexo dos Arcos sobre as alterações da introdução das actividades nas crianças	69
Figura 32 - Composição da turma de 1º ano do Complexo dos Arcos.....	70
Figura 33 - Actividades que as crianças do 1º ano do Complexo dos Arcos mais gostam.....	71

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Figura 34 - Satisfação das crianças do 1º ano do Complexo dos Arcos em relação as varias actividades.....	72
Figura 35 - Composição da turma de 3º ano- A do Complexo Escolar dos Arcos	72
Figura 36 - Idades das crianças do 3º ano do Complexo dos Arcos.....	73
Figura 37 - Actividades que as crianças do 3º ano do Complexo dos Arcos mais gostam.....	74
Figura 38 - Satisfação das crianças do 3º Ano do Complexo dos Arcos com as Actividades	75
Figura 39 - Sugestões das crianças do 3º Ano do Complexo dos Arcos para novas Actividades	76
Figura 40 - Grau de Parentesco das crianças do 2º ano do Complexo dos Arcos	77
Figura 41 - Habilitações Literárias dos Pais de crianças do 2º ano do Complexo dos Arcos.....	77
Figura 42 - Actividade Profissional dos Pais de Crianças do 3º ano do Complexo dos Arcos.....	78
Figura 43 - Importância da Existência das Actividades de Enriquecimento Curricular	79
Figura 44 - Justificação da importância das actividades de enriquecimento curricular pelo pais das crianças do Complexo Escolar dos Arcos.....	80
Figura 45 - Aspectos a melhorar identificados pelos pais	81
Figura 46 - Nível de Satisfação dos Pais com os Recursos Humanos do Complexo Escolar dos Arcos	82

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Agradecimentos

Remeto em primeiro lugar os meus agradecimentos ao Prof. João Pinhal, (orientador de estagio e professor de algumas cadeiras que tanto me ajudaram a evoluir e a interessar por este tema). Obrigado pela sua preocupação, disponibilidade e simpatia na ajuda de procura de soluções para as dificuldades que me fui deparando no decorrer do trabalho.

Agradeço em seguida a toda a equipa que me acolheu em Óbidos, animadores, professores, pessoal administrativo, mas principalmente à Dr.^a Ana Sofia (coordenadora do Gabinete de Educação). Pela sua simpatia, por todo o empenho constantemente demonstrado e a sensibilidade para apoiar-me no projecto mesmo quando tinha o seu trabalho para fazer, mas também pela prontidão com que me cedeu de forma tão simpática documentação e informação imprescindível, e da mesma forma, permitiu que me deslocasse livremente por toda a escola inclusive nas visitas às escolas mais pequenas. Obrigado.

Seguidamente tenho de apresentar também o meu muito obrigado à minha família por todo o esforço que fizeram para que eu chegasse a este patamar de formação, e também por todos os valores que sempre me passaram, Mãe e Pai, Muito Obrigado.

Não poderia deixar de agradecer igualmente ao meu namorado por todo o apoio que sempre me deu, pela sua disponibilidade e empenho e por me ter sempre dado força e incentivo para continuar neste grande desafio.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Resumo

Focado na temática das Actividades de Enriquecimento Curricular, este trabalho visa estabelecer qual a relação existente entre a Autarquia e a Escola no âmbito de todo o seu processo de planificação, coordenação, gestão de recursos, materiais e humanos, financiamentos e actividades desenvolvidas.

Pretendo com este trabalho recolher informações que me permitam avaliar o nível de intervenção e de interesse da autarquia pela vertente da educação, perceber como cada um dos actores sociais, crianças, pais, animadores, professores, e também a coordenadora do Gabinete de Educação encaram estas actividades, e qual a sua opinião acerca da valorização e da influência que estas poderão ter no desenvolvimento das crianças.

A implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular é bastante recente. Data do ano lectivo 2005/2006 o seu surgimento neste município. Como tal eram inevitáveis as alterações nomeadamente no trabalho desenvolvido pelos professores, pelos animadores e também pelos próprios pais das crianças.

O meu trabalho realizou-se no Complexo Escolar dos Arcos, escola de 1º e 2º ciclo do ensino básico e onde se localiza o Gabinete de Educação. Este complexo pertence ao Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos.

Para a recolha de dados, recorri à aplicação de questionários aos professores de 1º ciclo, aos animadores que os acompanham nas actividades de enriquecimento curricular, às crianças e aos pais. Elaborei também um guião de entrevista que foi aplicado à Coordenadora do Gabinete de Educação, Dr.ª Ana Sofia Godinho. Por último, foram utilizados recursos como a análise de bibliografia e outra documentação que gentilmente me foi sendo cedida.

Palavras-chave: Actividades de Enriquecimento Curricular, 1º ciclo do Ensino Básico, Crianças, Autarquia, Gabinete de Educação.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Abstract

Focused on the theme of the Curriculum Enrichment Activities, this study aims to know the relationship the Authority and the School as part of the whole process of planning, coordination, management of resources and manpower, funding and activities. I want this job to gather information that will allow me to assess the level of intervention and interest of the municipality by the aspect of education, understanding how each of the social actors, children, parents, youth workers, teachers, and also the coordinator of the Office of Education face these activities, and what your opinion on the value and influence they may have in the development of children.

The implementation of the Curriculum Enrichment Activities is quite recent. Date of the academic year 2005/2006 its inception this municipality. As such changes were inevitable in particular the work done by teachers, by encouraging and also by their own parents.

My work was held at School Complex Arches, school 1st and 2nd cycle of basic education and where is the Office of Education. This complex belongs to the group of schools Josefa de Óbidos.

For data collection, I resorted to the use of questionnaires to teachers of first cycle, the animators who are with them in curriculum enrichment activities, children and parents. Also drafted an interview guide to apply to the Coordinator of the Office of Education, Dr. Ana Sofia Godinho. Also resorted to the analysis of some literature and other documentation that I was gently being transferred.

Keywords: Curriculum Enrichment Activities, 1st cycle of basic education, Children, Local Authority, Office of Education.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Introdução

Este trabalho é realizado no âmbito do plano de estudos do Mestrado em Administração Educacional, pelo Instituto de Educação, da Universidade de Lisboa. Com este trabalho procurarei perceber qual a ligação entre a autarquia de Óbidos e a Escola, tentando focar-me mais especificamente nas Actividades de Enriquecimento Curricular, em como estas actividades são planeadas, por quem, que pressupostos seguem, que formação tem quem está envolvido neste trabalho, como encaram as crianças, pais e educadores a existência destas actividades e se efectivamente estas propiciam uma mais-valia para as crianças.

A escolha deste tema decorreu essencialmente da prática que tive num trabalho anterior, no âmbito de um dos seminários da licenciatura, trabalho este desenvolvido no Município de Óbidos. Tratava-se de perceber o funcionamento das actividades de enriquecimento curricular, bem como entender de que forma estas iam ao encontro das expectativas dos alunos, dos pais e dos professores.

Denotei, então, que a relação entre a Escola e a Autarquia era bastante próxima. Esta proximidade tornou-se mais relevante aquando da deslocalização do Gabinete de Educação do Município para dentro da própria escola (Complexo Escolar dos Arcos). Desta forma, achei que seria pertinente, mais do que saber o que lá se faz em respeito à vertente educativa, também conhecer como se faz e porque é que existe esta necessidade de uma proximidade tão grande com a comunidade escolar.

Agora com a oportunidade de efectuar o estágio neste mesmo Município, é minha intenção procurar respostas para estas questões, por um lado perceber o papel acrescido das autarquias na educação; o ajuste que teve de ser feito pelo poder local, uma vez que ocorre num contexto aliado à progressiva territorialização das políticas; a questão da problemática da autonomia das escolas e progressivamente uma mais nítida

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

aproximação da comunidade com a escola. Interessa-me ainda, explorar a questão da intervenção de parceiros que se aliam à esfera escolar.

O foco mais relevante, contudo, será como já referi acima, as dinâmicas e o que envolve todo o processo de desenvolvimento, gestão e articulação das actividades de enriquecimento curricular.

No plano legislativo, vários diplomas – e.g., a Lei- Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei 5/97), e o respectivo desenvolvimento (Decreto-Lei nº 147/97), o regime de Autonomia, Administração e Gestão escolar (Decreto-Lei nº 75/2008), a criação dos conselhos municipais de educação e a elaboração da carta educativa (Decreto-Lei nº 7/2003) – vêm abrindo novos espaços de afirmação e intervenção das políticas municipais de educação. Refiro-me a domínios que antes eram reserva exclusiva da administração central, como a conservação e gestão dos espaços escolares do primeiro ciclo ou o recrutamento do pessoal não docente, passaram agora a ser assumidas pelos municípios.

Denota-se que as autarquias começam a ter o “papel principal” no que respeita a uma boa parte da construção local da educação, particularmente no pré-escolar e no ensino básico. De facto, num quadro legal apesar de tudo bastante centralizado, os municípios têm vindo a desenvolver estratégias de intervenção, que conduzem a uma recomposição do campo educativo. Neste trabalho procurarei reflectir sobre a questão da capacidade de resposta educativa autárquica num contexto de mudança da sociedade portuguesa.

A gestão e administração das escolas é uma problemática das políticas educativas que, pela sua pertinência e actualidade, está presente no centro do debate sobre a educação e o ensino.

A reforma estrutural da educação implica a devolução de novas e efectivas atribuições às autarquias locais na área da educação. Os municípios constituem o

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

elemento central de uma estratégia de subsidiariedade, de descentralização administrativa e de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Com a aprovação do Decreto-Lei nº 75/2008, define-se uma organização da administração educativa, focalizada na escola e nos respectivos territórios educativos, realçando as “dinâmicas locais”. “ O agrupamento de escolas é definido como uma «unidade organizacional», dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum (...) ponto 1, artigo nº 5.

Na organização escolar, são contemplados os agrupamentos horizontais e os agrupamentos verticais. Os primeiros na generalidade, incluem as instituições públicas pré-escolares e as do 1º ciclo. Este modelo foi constituído, considerando as necessidades dos actores, que pela proximidade e pelo aproveitamento dos recursos, juntavam esforços no sentido de formarem uma unidade que consiga servir os interesses da sua população. Por sua vez, os agrupamentos verticais, reúnem estabelecimentos de ensino da rede pública e que englobam instituições dos estabelecimentos pré-escolares, 1º, 2º e 3º ciclos, do ensino básico.

As responsabilidades em relação ao agrupamento cabem à administração central, que gere, por exemplo o concurso de professores, ao município cabe a responsabilidade de construção e manutenção das escolas do 1º ciclo. Os agrupamentos acabaram por tornar-se entidades complexas que dependem de instituições diferentes para resolver os seus problemas. Assim, a regulação burocrática tenta conciliar numa única organização, a vontade de comunidade escolar e a responsabilidade de várias instâncias de poder.

Nesta parte do trabalho, julgo pertinente apresentar a justificação da inserção do tema na área da Administração Educacional. Tem-se verificado que a questão da gestão e administração das escolas é uma problemática que se encontra no centro das considerações no campo da educação e do ensino. Para esta situação dois factores são condicionantes, por um lado o quadro reformista do sistema educativo em geral, por

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

outro, o factor da autonomia das escolas, através da implementação de novos modelos de administração e consequentemente gestão das escolas públicas. Aliada a esta questão da autonomia surge de imediato o conceito de descentralização administrativa, da regionalização e localização de políticas educativas e da efectivação da atribuição de competências ao poder local na área da educação.

Tenta consolidar-se a convicção que através da intervenção do poder local na área da educação (administração e gestão), se estabelece uma relação escola - poder local que conduz à construção social do grupo local (lógicas de cultura), que se reflecte posteriormente nas atitudes e lógicas de acção dos intervenientes escolares, professores e corpos administrativos, autarcas. Deste modo emerge a problemática da administração educacional, servindo como impulsionadora do objectivo primordial do meu estudo, ou seja, a ligação da autonomia e gestão das escolas com o desenvolvimento de políticas educativas locais.

Após esta breve introdução às mudanças educativas referentes à Administração Educacional, centro-me na apresentação das áreas mais específicas sobre as quais o meu estudo irá incidir. Assim, destacarei a relação autarquia - educação, com atenção especial para as actividades de enriquecimento curricular e as lógicas de acção que pautam a interacção e a concretização das “relações, dos interesses, dos objectivos, que se propõem quer a escola quer a autarquia.

Este estudo, inserido na área de Administração Educacional, centra-se mais especificamente na análise das relações existentes entre a autarquia e as escolas.

Para conseguir estruturar toda a informação de forma encadeada o meu trabalho irá ser desenvolvido segundo a seguinte ordem:

1. PARTE - O Concelho de Óbidos e as suas Escolas, onde é apresentado o Concelho de Óbidos, as suas potencialidades e os níveis de escolaridade da população residente. É feita também uma caracterização do Gabinete de Educação que se transferiu para o espaço físico do Complexo Escolar dos Arcos (escola de 1º e 2º

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

ciclo). Ainda nesta parte é feita uma breve apresentação das escolas do primeiro ciclo de todo o concelho de Óbidos. É também realizada uma caracterização dos alunos, professores e pessoal não docente.

2. PARTE - O Município e as Actividades de Enriquecimento Curricular.

Nesta parte são englobadas informações acerca da questão das relações entre autarquias e a educação, entre escola, família e comunidade. É feita uma breve apresentação do Gabinete de Educação e dos trabalhos que este desenvolve e também é feita uma primeira abordagem às actividades de enriquecimento curricular. Ainda nesta segunda parte, no ponto dois são apresentados os objectivos da investigação

3. PARTE - Apresentação dos Dados, onde irei trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, os relatos das observações, as transcrições das entrevistas, as análises de documentos e todas as outras informações disponíveis. A tarefa de análise implica, primeiramente, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar tendências e padrões relevantes.

Esta parte engloba a interpretação dos dados, e conseqüentemente a discussão dos resultados. Procurarei apresentar os resultados no sentido de destacar os pontos mais importantes e que mais influência tiveram e foram de acordo com as questões de pesquisa e objectivos para os quais me propus encontrar respostas.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

I PARTE- O Concelho de Óbidos e as suas Escolas

1- O Concelho de Óbidos

O concelho de Óbidos está localizado no centro litoral do país, é um município da Estremadura, pertence ao distrito de Leiria, à Associação de Municípios do Oeste (AMO) e à Região de Turismo do Oeste (RTO).

Este concelho é composto por 9 freguesias: A-dos-Negros, Amoreira, Gaeiras, Olho Marinho, Santa Maria, São Pedro, Sobral da Lagoa, Usseira e Vau.

Segundo dados do INE, em 2008 o concelho de Óbidos tinha uma área total de 142,6 Km².

Para a análise da área geográfica de cada freguesia, teremos que reportar-nos aos dados existentes que se referem a 2001. (ver anexo1)

Quadro 1 - Freguesias que constituem o Concelho de Óbidos

	Área geográfica (Km ²)	Número de habitantes
Concelho:	142,6	11.000
Várias Freguesias:		
A-dos-Negros	17,6	1715
Amoreira	19,8	1300
Olho Marinho	18	1600
Santa Maria	21,7	1729
São Pedro	10,3	2000
Sobral da Lagoa	4,7	650
Vau	33,1	950
Gaeiras	10,2	2500
Usseira	7,2	1200

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

De entre as freguesias que compõem o concelho a que apresenta uma área geográfica mais extensa é a freguesia do Vau que possui 33,1 Km², como podemos observar pelo Mapa nº1 onde a dimensão desta freguesia se destaca; seguida da freguesia de Santa Maria com 21,7 Km².

Em sentido oposto, de todas as freguesias que compõem o concelho a freguesia de Sobral da Lagoa é a que possui menor área geográfica, com apenas 4,7 Km².



Figura 1 - Disposição Geográfica do Concelho de Óbidos

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

Geograficamente o concelho está muito bem localizado, situa-se a cerca de 5 Km de Caldas da Rainha, dista 50 Km da cidade de Leiria, 75 Km de Lisboa e 245 Km do Porto. Beneficia dos acessos ao IC1 e EN8, à auto-estrada entre Lisboa e Leiria (A8) onde conta com dois nós de acesso, à A15 que liga Caldas da Rainha a Santarém e ao IP6 que faz a ligação entre Óbidos e Peniche.

Esta rede de acessibilidades cada vez mais alargada coloca o concelho numa posição de centralidade, contribuindo desta forma para melhorar a competitividade da zona Oeste permitindo simultaneamente captar novos investimentos e investidores para a região.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

1.1- Potencialidades do Concelho

O município de Óbidos possui características que lhe conferem uma identidade própria e potencialidades que poderão ser desenvolvidas no âmbito de diversas vertentes: económica, cultural, ambiental entre outras.

Fisicamente o concelho está inserido numa paisagem uniforme e pouco acidentada que se estende até à orla marítima, onde podemos encontrar belas praias ao longo da costa atlântica.

A Vila Museu, com um rico património histórico situa-se numa colina alongada e próxima da Lagoa de Óbidos, que lhe confere grandes potencialidades a nível cultural e do ponto de vista da exploração dos recursos naturais.

1.2 - Níveis de Escolaridade e Formação da População Residente no concelho de Óbidos

Relativamente aos níveis de qualificação e escolaridade da população residente no concelho de Óbidos, apenas nos é possível analisar a situação em 2001, já que não dispomos de dados mais actuais.

Como podemos observar pelo quadro nº 2, a população residente no concelho de Óbidos apresentava na generalidade níveis de escolaridade relativamente baixos.

Cerca de 18,9 % da população residente em 2001 não sabia ler, nem escrever; e 12,9% sabia ler e escrever mas não possuía qualquer grau de ensino.

Assim sendo 31,8% da população residente na área do município, em 2001, possuía habilitações inferiores ao 1º ciclo.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Quadro 2 - Qualificações Académicas da População Residente no concelho de Óbidos em 2001

Qualificação Académica	A-dos-Negros	Amoreira	Gaeiras	Olho Marinho	Santa Maria	São Pedro	Sobral da Lagoa	Usseira	Vau	Concelho	%
Não sabe ler nem escrever	323	199	204	286	356	203	101	191	192	2055	18,9
Sabe ler e escrever s/possuir qualquer grau	172	169	206	195	230	132	73	106	121	1404	12,9
Ensino Básico - 1º Ciclo	523	322	603	397	514	371	154	318	288	3490	32,1
Ensino Básico - 2º Ciclo	200	133	272	182	270	190	49	148	122	1566	14,4
Ensino Básico - 3º Ciclo	172	85	259	99	217	171	24	79	89	1195	11,0
Ensino Secundário	65	54	198	75	143	130	9	54	52	780	7,2
Ensino Médio	2	1	14	3	1	2	0	3	0	26	0,2
Bacharelato	12	8	31	6	22	21	0	6	4	110	1,0
Licenciatura	22	13	68	15	29	58	10	12	7	234	2,2
Mestrado	2	0	3	0	3	2	0	1	0	11	0,1
Doutoramento	0	1	0	0	3	0	0	0	0	4	0,0
Total	1493	985	1858	1258	1788	1280	420	918	875	10875	100

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

O nível de escolaridade mais representativo no concelho de Óbidos em 2001 era o 1º ciclo do ensino básico cuja percentagem é de 32,1%.

Esta análise permite-nos entender que cerca de 64% da população residente no concelho em 2001 possuía um nível de qualificação baixo, já que nesta percentagem estão incluídos os indivíduos residentes com o nível de escolaridade máximo correspondente ao 1º ciclo. (ver anexo 1).

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Contudo estima-se que esta situação se tenha vindo a alterar gradualmente até ao ano de 2009, uma vez que as pessoas têm investido mais na sua formação. Verifica-se uma grande adesão aos novos cursos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – «Novas Oportunidades»; e aos Cursos de Dupla Certificação que conferem simultaneamente equivalência ao 2 e 3º ciclo e formação profissional aos indivíduos que os frequentam. Nesta perspectiva prevê-se que os 11% de indivíduos que possuíam o 3º ciclo em 2001, tenha aumentado consideravelmente até ao ano de 2009.

1.3- As Escolas de Óbidos

Nesta parte do trabalho irei fazer uma breve apresentação das escolas existentes no concelho de Óbidos, bem como da população escolar de cada uma. De salientar que o Complexo escolar dos Arcos é relativamente recente e é o que absorve o maior numero de alunos. Também a nível de equipamentos e infra-estruturas é notoriamente diferente das outras escolas das aldeias vizinhas. No próximo ano lectivo prevê-se a abertura de mais dois Complexos, o Complexo do Furadouro e o Complexo do Alvito. Estes absorverão as crianças de todo o concelho, ditando o encerramento de todas as escolas do 1º ciclo existentes nas aldeias, para se concentrarem exclusivamente nesses novos Complexos Escolares. (Projecto Educativo, ver anexo 2)

Todas estas Escolas, se encontram integradas num único Agrupamento, designado, Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos. Este agrupamento engloba as instituições do Ensino Pré. Escolar, as de 1º ciclo e 2º ciclo, como e o caso do Complexo dos Arcos e as de 3º ciclos do ensino básico e também o ensino secundário, como e o caso da escola que dá nome ao agrupamento, a Escola EB 2,3 Josefa de Óbidos, fundada em 1986. Considerando o regulamento interno desta instituição, o Agrupamento foi homologado em 2004, por despacho da Direcção Regional de Educação de Lisboa, a sua área de influência abrange todos os alunos que habitam nas freguesias pertencentes ao território de Óbidos.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Em Seguida farei uma breve apresentação do Complexo Escolar dos Arcos local onde efectuei o Estágio.

O edifício do Complexo Escolar dos Arcos tem uma área total de 9.136 m². A nível de recursos humanos são 23 auxiliares, 8 animadores e 10 docentes. Em relação ao números de crianças são 214.

Com a inauguração do Complexo dos Arcos, em Setembro de 2008, surge o programa municipal Escolas d'Óbidos – “uma educação criativa”, que é apresentado a toda a comunidade com as seguintes 10 Metas:

- 1- Mais proximidade entre autarquia e o agrupamento
- 2- Reforço das estruturas municipais
- 3- Aposta em equipas especializadas de apoio aos alunos
- 4- Prioridade à saúde
- 5- Uma escola com liberdade de escolhas
- 6- Pedir aos pais mais decisões
- 7- Criação de uma identidade própria
- 8- Uma escola criativa
- 9- Uma boa organização e funcionamento
- 10- Uma grande equipa

Com o Complexo dos Arcos, o Município de Óbidos pretende criar um novo modelo de escola para alunos do primeiro e segundo ciclos. A escola tem alunos do primeiro ciclo das freguesias de Santa Maria, S. Pedro e Usseira e do segundo ciclo de todo o concelho.

Existem igualmente actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas de inglês, música, apoio ao estudo.

Foi criada uma identidade própria, com o nome de “Escolas d'Óbidos”, no sentido de valorizar e criar uma percepção exterior de reconhecimento imediato da escola. Da

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

marca Escolas d'Óbidos faz parte integrante os uniformes para os alunos, a louça personalizada do refeitório da Escola e outros elementos a integrarem futuramente.

Os transportes escolares são assegurados pelo Município de Óbidos, Rodoviária do Tejo e Juntas de Freguesia do Concelho.

A equipa do Complexo Escolar dos Arcos é composta pelo Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Josefa d' Óbidos, professores do Ministério da Educação, uma vasta equipa de apoio multidisciplinar, auxiliares de educação, uma equipa profissional de cozinheiros e ajudantes. Existem várias parcerias com o sector privado.

As restantes escolas do 1º ciclo existentes no concelho são as de A-dos-Negros, Gaeiras, Gracieira, Quinta da Marquesa, Amoreira, Olho Marinho, Sobral da Lagoa e Vau.(anexo 2-A). Estas escolas no ano lectivo de 2010/2011 serão extintas e todas as crianças serão distribuídas pelos novos Complexos Escolares, o Complexo dos Arcos já em funcionamento desde 2008 e o Complexo do Alvito e do Furadouro que serão inaugurados em Setembro de 2010.

Relativamente aos discentes, no ano lectivo 2009/2010, eram 1205 a frequentar todos os níveis de ensino existente no concelho de Óbidos. Contudo os que mais importa realçar são os alunos do 1 ciclo do ensino básico, estes são constituídos por 515 alunos. (informações referentes a todos os níveis escolares, ver projecto educativo, anexo 2-A).

No que diz respeito ao corpo docente, este é composto por 164 docentes, sendo que 30 leccionam ao 1º ciclo do ensino básico.

1.4 - Os Projectos Educativos das Escolas

Para se perceber o que se faz a nível de projectos educativos nas escolas do concelho de Óbidos em primeiro lugar é importante enquadrar a sua fundamentação legal. Desta forma, tendo em conta o estipulado no Decreto-lei nº 75/2008 de 22 de Abril, nomeadamente o ponto 1 do artigo 9º:

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

“ **O Projecto educativo**, o Regulamento Interno e o Plano de Actividades constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas sendo entendidos como:

- a) Projecto Educativo – O documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam **os princípios, os valores, as metas e as estratégias** segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa
- b) Regulamento Interno. (anexo 2-B);
- c) Plano Anual de actividades.

Poderá ser consultado no Projecto Educativo de Escola 2009/2010, (anexo 2-A).

II PARTE- O Município e as Actividades de Enriquecimento Curricular

1- O Município e a Educação

Segundo Pinhal (2004), a crescente intervenção local em matéria de educação é uma realidade indesmentível. Quer a lei, quer as práticas dos actores, confirmam a influência actual das organizações e dos interessados locais no processo educativo, embora seja certo que alguma dessa influência não se faz nos precisos termos previstos na lei. O aumento desta intervenção local na área da educação, gera sempre algumas

dúvidas, nomeadamente, na questão da garantia da equidade geral do sistema público de educação e ensino e com a capacidade local para o desempenho das tarefas antes entregues à administração central. Ao permitir-se uma acrescida intervenção das comunidades locais na definição e administração do sistema educativo, o Estado deveria em certa medida, reforçar os seus papéis reguladores e avaliadores.

Ainda recorrendo ao mesmo autor, este defende que se torna necessário conhecer e apoiar o trabalho que as comunidades educativas desenvolvem, principalmente as comunidades menos desenvolvidas, porque o que está em causa é

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

muito importante e porque, em última instância, o Estado é o principal responsável pela provisão pública de educação.

Com esta redistribuição de poderes entre o Estado e as comunidades locais, têm de ser seguidos dois passos estruturantes:

- Dar às comunidades a possibilidade de definirem e executarem políticas educativas próprias, adaptadas aos seus processos de desenvolvimento:
- Manter no Estado os poderes necessários e suficientes ao exercício da sua função de condução e regulação do sistema.

1.1- Relação autarquias/ educação escolar no quadro das políticas educativas

Tendo como base, as competências autárquicas relativas à gestão das escolas, definidas pelo Decreto-Lei 75/2008, de 22 de Abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Parecem surgir em diferentes sectores da nossa sociedade, algumas preocupações e desagrado em relação à intervenção do poder local nas escolas e na educação.

As autarquias não rejeitam a assunção de alargamento de novas competências, mas têm de ser consideradas as contrapartidas. Uma dessas prende-se com questões de natureza financeira. Na perspectiva de Matos (1999), “não é possível uma política bem sucedida na educação sem que sejam conferidos, aos municípios, os meios financeiros compatíveis com a exigência das responsabilidades que lhes estão a ser atribuídas pela Administração Central”.

Segundo a perspectiva de outro autor, as capacidades de intervenção no sistema educativo têm tido um reconhecimento crescente, traduzido também através da imagem que os cidadãos vão tendo, numa vertente muito mais real e evoluída do que

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

está legislado, onde predominou durante muito tempo uma visão reducionista e privatística no que concerne às suas atribuições. (Fernandes, 1997).

As relações entre o governo central, a escola e o município, bem como a aplicação da política educativa no que respeita à gestão das escolas, situam-se entre avanços e recuos. Contudo, e seguindo a orientação do Decreto-Lei nº 115-A/98 e mais recentemente com o Decreto-le nº 75/2008, ambos com bastante relevância, começa a denotar-se uma aproximação institucional reflectida em atitudes e práticas de colaboração. Fernandes (1999b) faz uma leitura da realidade das relações e intervenções dos municípios, em que, considera que *“o que está de facto a alterar as representações tradicionais do município com reflexos legislativos é a política municipal de investimento na educação, a sua imagem perante os munícipes e as crescentes relações de cooperação horizontal entre escolas e câmaras municipais”*.

Considerando a proximidade dos actores sociais, pode ter-se em linha de conta que a envolvimento das autarquias na definição e gestão das políticas educativas locais como contributo para a realização da qualidade da educação, propicia a promoção da coesão social, autonomia e eficácia da escola. Torna-se pertinente perceber o limite de intervenção do poder local na educação, até porque, segundo Barroso, (2000), o *“reforço da dimensão local da escola exige alterações nos modos de regulação, nas formas de organização e nas práticas de gestão”*. É do conhecimento geral que a escola tem vindo a ser centro de mudanças de natureza organizacional, na dimensão curricular da sua acção e também ao nível das relações com a sociedade.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 não foi o momento de clarificação ou reforço das competências educativas municipais como seria de esperar. Embora a Lei de Bases tenha definido o sistema educativo como um sistema descentralizado e desconcentrado, dotado de estruturas administrativas de âmbito local, acaba por integrar os municípios no conjunto de instituições privadas que colaboram, participam ou prestam serviços educativos, Fernandes (1997), embora reserve para mais tarde a definição cabal do papel dos municípios na administração do Sistema Educativo.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Pinhal (2003b), questiona-se sobre qual é a expectativa que se tem sobre a intervenção educacional das autarquias? É de esperar que estas ajudem a concretizar de melhor forma o sistema educativo nacional, tal como está definido pelas orientações políticas do poder central?

O autor considera que numa perspectiva de defesa da educação pública, as decisões principais sobre a provisão de educação à população devem ser entregues a poderes públicos, como o Estado ou então às autarquias locais. Considerando o que se passa em Portugal, as autarquias locais como pessoas colectivas públicas, dotadas de legitimidade constitucional e legal e investidas democraticamente, devem constituir o impulsionamento do processo de desenvolvimento educativo local.

Segundo Serra (2005) “as escolas são hoje desafiadas de várias formas, atribuindo-lhes cada vez mais responsabilidades, desafios ora oriundos de um Estado centralizador, ora das populações que nelas confiam como instâncias de especial importância para resolver os problemas dos seus filhos”. Numa perspectiva de prosseguimento das finalidades da educação e coagida pelo imperativo do mandato para a satisfação das expectativas sociais, a escola de hoje é, de facto, cenário e alvo de muitas alterações quer nas suas dimensões social, cultural e organizacional, na sua identidade e no modo como opera, procurando responder às exigências dos tempos e solicitações das comunidades.

Segundo Pereira (2007), com a massificação do ensino, a escola deparou-se com o surgimento de novos problemas. O estabelecimento escolar apresenta-se como uma instituição que se esforça por potenciar as suas competências no sentido de resolver problemas que vão desde a integração social, à educação cívica, à educação cívica, à formação profissional, à segurança. Pelas suas próprias valências necessita de partilhar responsabilidades com outras entidades, nomeadamente com a autarquia. Por isso, Sousa Fernandes, citado por Pereira, considera que “tem-se imposto cada vez mais uma visão integradora que conjugue os esforços de todos os parceiros sociais do território nos processos educativos anteriormente apenas assumidos pela escola ou por outros parceiros isolados. É nesta perspectiva que é referido o município como

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

uma das instituições relevantes do espaço local que não pode estar ausente da acção educativa”. (Pereira, 2007)

Podemos considerar que os municípios desempenham um papel muito importante na modernização do sistema educativo português, enquadrados numa lógica de autonomia, inovação dos projectos educativos das escolas e das comunidades locais.

Em matéria de Educação, depois do 25 de Abril de 1974, as responsabilidades da autarquia são inerentes à gestão dos equipamentos de educação pré-escolar, e do ensino básico. Contudo, foi a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro que estabeleceu o último quadro de transferência de atribuições e competências autárquicas, definindo as regras que delimitam a intervenção das administrações central e local, designadamente em matéria de investimentos. As competências educacionais dos órgãos municipais passaram a ser as seguintes:

Associadas com a concepção e o planeamento do sistema educativo local:

- Criar os conselhos locais de educação;
- Elaborar a carta escolar
- Intervir na constituição de agrupamentos de escolas;
- Integrar as assembleias de escola e agrupamentos;

- Intervir, como parte, na celebração de contratos de autonomia das escolas e no seu aprofundamento;

Associadas com a construção e gestão de equipamento e serviços:

- Construir, apetrechar e manter os jardins-de-infância e as escolas do ensino básico da rede pública;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas do ensino básico da rede pública;
- Gerir o pessoal não docente da educação e do 1.º ciclo do ensino básico.

Associadas com o apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino:

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

-
- Assegurar os transportes escolares;
 - Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, quando deslocados obrigatoriamente da sua zona de residência;
 - Comparticipar na acção social escolar;
 - Apoiar actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;
 - Participar no apoio à educação extra-escolar.

Estas competências estão na sua grande maioria, relacionadas com o planeamento, com a gestão de equipamentos, com a realização de investimentos e também, com a organização de certos aspectos do sistema educativo local, não contemplando a intervenção das autarquias na direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino.

A participação da câmara municipal no seio da escola é estabelecida com a aprovação da Lei nº 169/99, artigo 64º, nº 2 alínea g), a qual refere que compete à câmara “participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei”. Foi o Decreto-Lei nº115/A- 98 que definiu esses termos, e mais recentemente também o Decreto- Lei 75/2008 veio

a confirmá-lo. As competências autárquicas na participação na gestão dos estabelecimentos escolares, determinadas pelo regime jurídico consagrado nestes diplomas são:

- Dar parecer sobre a criação de agrupamentos de estabelecimentos de educação e ensino, em que é obrigatória a audição dos municípios;
- A criação de Conselhos Locais de Educação;
- A Celebração de contratos de autonomia das escolas, nos quais os municípios são parte, juntamente com as escolas e o Ministério da Educação, bem como a avaliação

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

do desempenho das escolas, para efeitos de certificação da existência de condições para que as escolas possam aceder a uma nova fase de desenvolvimento de autonomia;

- A participação nos Conselhos Gerais das escolas e agrupamentos de escolas:

Deste modo, Sousa Fernandes considera que “(...) o município deixa de ser considerado apenas um contribuinte líquido do sistema educativo ou um gestor de interesses privado no domínio da educação para ser entendido como uma instituição que participa na gestão dos interesses públicos educativos ao lado do Estado e com o mesmo estatuto de instituição pública”. (Pereira, 2007).

Segundo Pereira (2007), a autarquia começa a ser encarada como um parceiro no processo de decisão política e de administração da educação, integrando a legitimação democrática ao nível local. Os autarcas vêem assim aumentadas as suas responsabilidades, na intervenção directa na escola e o Estado vê de forma muito positiva esta partilha de poderes com as autarquias, embora estas reconheçam a falta dos recursos financeiros que, supostamente, deveriam acompanhar as transferências de competências. Num país como Portugal, com poucos recursos, é preponderante que exista uma nova estratégia de organização da rede escolar que permita rentabilizar os recursos e satisfazer as necessidades de um serviço público, que, cada vez mais, é confrontado com uma economia de mercado. A provisão da educação não pode continuar perdida em processos burocráticos e ser caracterizada por uma deficiente qualidade. É importante que o ensino que é ministrado nas instituições públicas, possa prestar um serviço que continuamente prevaleça a igualdade de oportunidades especificamente, no que diz respeito, ao êxito escolar.

Ainda segundo o mesmo autor, o ensino público deve continuar a ser um instrumento que possibilite aos cidadãos, ter condições para ascender socialmente. De forma a conseguir isso, cabe à administração central caminhar para a descentralização e considerar diferentes fontes de regulação, sobretudo a regulação autónoma inerente à dinâmica dos actores locais e a regulação sócio- comunitária, que reflecte o poder local como potenciador da intervenção social. Assim, é necessário que os agrupamentos de escolas sejam incluídos numa rede escolar que tenha em conta os

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

interesses locais e os integrem num projecto local.

É neste quadro que as políticas públicas de descentralização da administração pública têm vindo a atribuir cada vez mais importância à gestão local da educação, principalmente, no que diz respeito à intervenção das autarquias na definição de políticas educativas locais e na administração do serviço público de educação. Uma vez que a recente legislação aponta para a criação de estruturas municipais como o conselho municipal de educação ou para documentos idealizados a nível concelhio, como a carta educativa fica talvez lançada uma nova centralidade para as políticas educativas, a centralidade do território, em vez da centralidade da escola, como até agora. (Pereira, 2007).

Assim podemos tomar em linha de conta que ao nível de administração e gestão, acaba por estabelecer-se uma relação Escola - Autarquia que de certa forma pode passar por ser condicionada por factores de cultura organizacional, que conduzem a atitudes e lógicas de acção dos intervenientes de ambos os lados.

Barroso (1996,b) defende que:

“O processo de transferência de competências para as escolas, no quadro do reforço da sua autonomia, deve ser articulado com as medidas a tomar nos seguintes domínios: reorganização e redefinição funcional do aparelho de Estado, a nível central e regional; processo de transferência de competências para as autarquias; co-responsabilização da sociedade local na prestação do serviço público de educação nacional, através de múltiplas parcerias de natureza sócio-educativa”.

A questão da autonomia local, advém em certa medida da emergência de cidades de comunidades locais como espaços de decisão política, retomando velhas práticas do tempo em que o Estado ainda não tinha tomado conta de todos os poderes. Assim, segundo Pinhal (2003c), a autonomia acaba por ser uma decorrência lógica desta situação. A devolução política e administrativa de poderes de decisão às comunidades locais é uma exigência do regime democrático, para além de ser também uma necessidade organizativa da sociedade.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Segundo Pinhal, (2003a) “pede-se às comunidades locais que tomem em mãos uma boa parte do seu desenvolvimento. O sector educativo não pode ficar de fora desta lógica”.

1.2 - Relação Escola/ Família / Comunidade

Vivemos numa sociedade complexa, aberta e global em que começa a ser complicado lidar com a vasta informação existente, exigindo competências dos cidadãos para intervirem na vida social.

Na perspectiva de Santos, (2007) a consciencialização dos limites do acto de ensinar em relação às potencialidades do acto de aprender, implica o uso da criatividade e a capacidade para se descobrir posturas adequadas, modos de agir e intervir no processo de ensino aprendizagem ajustados à especificidade de cada contexto. A escola enquanto comunidade educativa é uma organização ou grupo social onde se inserem os alunos, os professores, funcionários e auxiliares de acção educativa que mantém com a comunidade envolvente ligações ou interacções inevitáveis. Desta forma, a escola acaba por ser o lugar onde as competências profissionais se desenvolvem através da organização do pensamento e da acção de todos com todos. Segundo a mesma autora, no desenvolvimento de processos de desenvolvimento curricular, torna-se cada vez mais pertinente que se estabeleçam relações entre a escola, a família e a comunidade em geral.

À Escola compete criar condições e um novo modo de fazer educação. Às famílias recomenda-se que colaborem mais na vida da escola, conhecendo e participando no desenvolvimento do seu projecto educativo e que acompanhem regularmente o percurso escolar dos seus educandos. Da comunidade esperam-se intervenções e cruzamentos de influências que possam gerar dinâmicas sociais e culturais. (Santos, 2007)

Pinhal (2003c), avança com a ideia de que a ligação das escolas às comunidades locais não precisou de lei para começar a desenvolver-se. Essa situação sucedeu-se através da intervenção autárquica na área educativa, também a escola

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

avançou com novas práticas de relação e parceria sem que houvesse uma legislação específica a impô-lo.

Na perspectiva do mesmo autor, considerando os últimos 20 anos, a administração das escolas conheceu um importante conjunto de medidas legais que se destinaram a estabelecer uma relação mais forte entre cada escola e a comunidade em que se insere.

Nomeadamente às medidas relativas ao reconhecimento do princípio da autonomia de escola e do indispensável direito que cada escola tem de conceber e executar um projecto educativo próprio, que considere as especificidades da comunidade que serve, e também as medidas relativas à operacionalização do princípio da participação na gestão escolar de todos os implicados no processo educativo. Todas elas contribuem para realizar a inserção comunitária dos estabelecimentos de educação e ensino, que é a grande orientação constitucional que importa concretizar.

1.3- O Gabinete de Educação do Município de Óbidos

Em 2006, o Município de Óbidos começa a desenvolver um projecto, cujo principal objectivo é “*criar um novo modelo de escola pública*”. (Programa Escolas d’Óbidos). Com uma rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico que não respondia às solicitações pedagógicas e familiares, tornou-se claro para o Município que era urgente reestruturar a rede educativa.

Com a elaboração da carta educativa do concelho de Óbidos, homologada pelo Ministério da Educação em Outubro 2006, é proposta a construção de três complexos escolares, que asseguram a educação pré-escolar e todo o ensino básico.

Com um investimento de 13 milhões de euros, o Município de Óbidos pretende intervir, em conjunto com o Agrupamento de Escolas, na elevada taxa de insucesso escolar, através de um maior envolvimento da comunidade local, na organização de

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

novas práticas educativas, na implicação de novos agentes na gestão da escola e na selecção de diferentes recursos tecnológicos.

O Gabinete de Educação prossegue os fins públicos gerais enquanto parte integrante do órgão de administração local que é a Câmara Municipal. Aposta na melhoria da qualidade na prestação dos serviços à população, assegurando aos munícipes a defesa dos seus direitos e a satisfação das suas necessidades, conseguindo desta forma proporcionar as melhores condições para um progresso social em todo o concelho. (ver anexo 7-A).

Considerando o Regulamento nº 254-H/2007 (regulamento Interno dos Serviço Municipais, artigo 21, ponto 3), a que está afecto o serviço do Gabinete de Educação, compete a este:

- Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação de estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;
- Elaborar e actualizar a Carta Educativa do Concelho de Óbidos;
- Elaborar o Plano Educativo Municipal, com o objectivo de criar Escolas Municipais;
- Analisar os processos para atribuição de subsídios escolares ao 1º Ciclo do Ensino Básico e bolsas de estudo ao Ensino Secundário e Superior;
- Receber, organizar e encaminhar as solicitações de apetrechamento e conservação dos estabelecimentos de ensino;
- Organizar e dinamizar o plano anual de actividades de animação pedagógica;
- Proceder à instrução de candidaturas a linhas de financiamento na área da educação;
- Organizar medidas promotoras da partilha de experiências educativas (tais como colóquios e conferências);
- Partilhar na organização do Serviço Móvel de Empréstimo de Livros - Bibliomóvel;

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

- Representar o Município no Conselho Municipal de Educação.

De uma forma mais específica compete a este Gabinete colaborar activamente na elaboração dos instrumentos de planificação, programação, gestão e controle das actividades próprias da autarquia em matéria de educação, propondo as medidas e a afectação dos recursos que se mostrem necessários para o desenvolvimento de políticas municipais em cada uma das seguintes áreas de intervenção: Educação, onde trabalham conjuntamente a Dr^a Ana Sofia Godinho e a Dr^a Svetlana, na área da Psicologia; a Dr^a Carina Silva, Dr^a Filipa Silva e a Dr^a Carla Abranges. No Serviço Social, a Dr^a Zélia Moniz. Na vertente das Tecnologias, temos o técnico informático, João Agostinho. Em relação aos animadores temos o Ricardo Leal, responsável pelos 8 animadores do Complexo Escolar dos Arcos.

Segundo o que se encontra descrito no Projecto Educativo, considerando a prossecução das políticas definidas para o Gabinete de Educação, são destacadas as seguintes acções:

- ✓ Criação de um modelo de funcionamento do Programa de Promoção da Saúde nas Escolas D'Óbidos, (medida de saúde oral e medida de saúde alimentar para a comunidade educativa);
- ✓ Criação de uma Plataforma de intervenção familiar nas diversas áreas; Educação, Psicologia, Serviço Social;
- ✓ Criação de um modelo de formação para o corpo docente;
- ✓ Criação de um modelo de formação para o corpo não docente;
- ✓ Organização de todos os procedimentos inerentes à abertura e funcionamento dos Jardins de Infância, dos Complexos Escolares dos Arcos, Alvito e Furadouro, bem como a requalificação da EB2,3/S Josefa de Óbidos;
- ✓ Criação de uma área nas actividades de enriquecimento curricular em articulação com o Parque Tecnológico e o Festival Trilogia de Óbidos;

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

- ✓ Intervenção técnica de acordo com as orientações e propostas do Gabinete de Inovação, nomeadamente nos modelos de ensino aprendizagem, com vista à criação de um modelo teórico de suporte das Escolas Municipais;
- ✓ Criação de uma plataforma de comunicação com os pais e encarregados de educação;
- ✓ Criação de modelos de intervenção nas Actividades de Enriquecimento Curricular, tendo por base o definido no Programa “Educação pelas Artes e pela Leitura”;
- ✓ Proposta de medidas/acções/projectos ao Gabinete de Inovação que solidifiquem o modelo de Escolas Municipais;
- ✓ Desenvolvimento de medidas/acções/projectos na área do cinema de animação.

Através destas actividades acima enumeradas, pode-se consolidar a importância que este Município atribui ao pelouro da Educação. Afirmo isto, destacando aspectos de uma entrevista que o Sr. Presidente, Dr. Telmo Faria deu à Revista de Animação e Educação, nº 8/2010, onde este destacou que considera a Educação estruturante num processo de desenvolvimento e por isso assumiu desde o seu primeiro mandato o Pelouro da Educação. *“Nós encontramos Óbidos em 2001, com muitas dificuldades do ponto de vista da Educação. Quer do ponto de vista do reordenamento e da oferta física dos estabelecimentos, quer do processo de ensino- aprendizagem”*. (excerto retirado da entrevista).

Foi ainda referido que Óbidos apresentava uma taxa de insucesso de 20% ou abandono precoce, algo que tornou mais forte a vontade de intervir para alterar essa situação.

Mais pontos relevantes são destacados nesta entrevista, nomeadamente o facto deste município apostar nas actividades de enriquecimento curricular, antes de estas estarem regulamentadas. *“Começámos as actividades de enriquecimento curricular, quando estas não existiam no país. Nós fomos pioneiros na implantação desse sistema a nível municipal nos municípios”*. (excerto retirado da entrevista).

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Arrancaram em 2003 com o programa “Crescer Melhor”, através do qual se conseguiu implementar o inglês nos jardins-de-infância e com outras actividades. Através deste programa conseguiu-se chegar as famílias e fazer com que estas percebessem que para além do ensino oficial existia uma oferta de ocupação, desenvolvimento e socialização da Educação. Não só a nível de educação mas considerando a vertente social, era necessário intervir.

“Ter crianças nas aldeias que nem sequer tinham o almoço assegurado era uma das questões que, do ponto de vista do crescimento não poderíamos pensar que não era uma responsabilidade da comunidade” (excerto retirado da entrevista).

A pronta intervenção e a dedicação de toda uma equipa conduziu a que no primeiro ano de implementação do programa se desenvolvessem 17 ATL's que, para além das actividades, davam apoio a nível social e na área da nutrição, o que agradou bastante às famílias, que rapidamente compreenderam e aderiram.

Segundo palavras do Presidente Telmo Faria, “Quisemos demonstrar que o modelo de Óbidos é poli-nuclear. Não tem um centro à volta do qual tudo gravita. É uma estratégia que faz com que seja tudo distribuído pelo concelho”.

De forma a conseguir-se uma sociedade melhor preparada para o futuro é necessário investir-se para que se consiga responder ao nível social, através da dinamização de programas para se fazer subir a coesão social e do mesmo modo, preparar a sociedade para as exigências do futuro e tentando colmatar as carências daqueles que por determinadas razões não tiveram trajectórias educativas por falta de oportunidade.

Em consonância com esta questão da intervenção das autarquias na educação, destaco mais um excerto da entrevista do Sr. Presidente Telmo Faria, onde este assume que é necessário criar condições físicas e ter materiais adequados, que permitam o desenvolvimento de uma política de Educação. *“O que se está a fazer em Óbidos é o reordenamento educativo com novas escolas. São complexos que levaram*

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

ao encerramento de todas as escolas do 1º ciclo para ali reunirem todas as crianças dos 6 aos 15 anos de idade”.

O Dr. Telmo Faria é defensor de um sistema municipal ao nível de Educação, para que em cada concelho, adequado à sua escala e tendo em conta a realidade local, se desenvolva então uma estratégia educativa.

Considera ainda a educação básica como crucial. Para que isso possa acontecer de forma correcta, *“é necessário que as autarquias se envolvam muito no processo educativo. As escolas não podem continuar desligadas do poder autárquico ou do relacionamento com o resto da comunidade”.*

Segundo se encontra referenciado no Projecto Educativo 2009/2010, a abertura do Complexo Escolar dos Arcos e a construção dos Complexos do Furadouro e do Alvito serão o primeiro passo, rumo a uma modelo de educação centrado no conceito inovador da **Escola Municipal**. São quatro princípios orientam esta acção:

1. **Criatividade e Inovação:** Com o intuito de motivar, estimular, acolher e integrar a sociedade no seio da comunidade educativa, pretende-se uma clara aposta na implementação de projectos inovadores. Com projectos que permitam o contacto com diferentes formas de expressão e aliados a criatividade, irá ser possível o desenvolvimento de uma sociedade criteriosa, criativa e empreendedora. Tentar-se à implementar uma filosofia de trabalho com uma identidade bem vincada, contrapondo desta forma com o modelo clássico, pouco lúdico, sem surpresas e onde a criatividade é inexistente. O Complexo dos Arcos assenta numa nova metodologia de ensino aprendizagem a partir das artes e da literatura aplicada às mais diversas áreas do saber (promoção das tecnologias na educação, investimento no parque da ciência e tecnologia), conduzindo a manifestações de criatividade e inovação.

2. **Educação/ Formação centrada no aluno:** De forma a adequar um modelo de educação às necessidades da sociedade do futuro, as escolas deverão envolver os alunos para que estes sejam “os arquitectos” da sua própria aprendizagem. O novo

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

modelo de educação privilegiará a individualidade do aluno, permitindo observar as suas vocações e competências, atribuindo-lhe um papel activo e participativo no desenvolvimento das diversas acções da comunidade educativa, propiciando também uma melhor integração social.

3. ***Intervenção partilhada/especializada***: baseado num novo modelo de educação contínua e na abertura a todos os actores da comunidade educativa (pais, professores, empresas, associações, assumem um papel determinante). Assim, a criação de um grupo de inovação permitirá agregar num espaço comum, especialistas de diferentes áreas de intervenção. Um factor fundamental para o sucesso do novo modelo de educação, que reside, na formação especializada do corpo docente, permitindo desenvolver processos de investigação/acção e reforço das fórmulas de equipas multidisciplinares no processo educativo.

4. ***Escola Comunitária/ integração social***: garantia de um projecto educativo que inclua a integração social. Dando em primeiro lugar ao aluno conhecimentos e competências, mas também, permitindo a sua integração na comunidade, com reforço na cidadania e interacção com os outros. Também a comunidade deve participar mais na escola, no sentido de transformar os complexos escolares em centros sociais comunitários. Assim vários equipamentos e serviços poderão ser utilizados pela população em horário não lectivo, incrementando o uso dos equipamentos desportivos e culturais, ou dos serviços de saúde que a nova escola está a trazer para Óbidos, (aposta na saúde oral, nutrição, mais psicólogos no processo educativo).

Considerando mais uma vez as palavras do Dr. Telmo Faria e na continuidade dos princípios referidos acima, este assume que o que a autarquia de Óbidos tem vindo a desenvolver “*é um projecto partilhado com toda a comunidade. Envolvendo os líderes educativos, os professores, os pais, os autarcas de freguesias, empresas e investidores*”.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

“A escola deve apostar muito na educação centrada no aluno. É necessário apostar-se numa educação que aposta na individualidade. Todos nós somos diferentes uns dos outros e têm de haver respostas para todos na Educação”.(excertos da entrevista).

Ainda no Projecto Educativo se encontra explicitado o trabalho dos colaboradores do Gabinete de Educação.

O Gabinete de Educação trata não só aspectos directamente associadas à educação mas também tem a preocupação em áreas como a Psicologia, – Grupo de Educação Parental – Arte de ser Pai e Mãe; Grupo semiaberto para pais; Terapia de Casal; Terapia Familiar; Aconselhamento Parental, entre outras.

Na Área do Serviço Social – Apoios económicos aos alunos do 1º Ciclo para aquisição de livros e material escolar; Apoios económicos aos alunos do 1º e 2º ciclos para aquisição de uniforme escolar; Bolsas de Estudo para o Ensino Secundário; Organização dos pedidos de Bolsas de Estudo para os alunos do Ensino Superior; Zelar pelo cumprimento do regulamento no que diz respeito ao pagamento das prestações mensais e analisar as reais necessidades das famílias no acto de inscrição nos serviços promovidos pelo Crescer Melhor.

Na área de Educação/Animação – Programa Crescer Melhor (Actividades de Enriquecimento Curricular, Serviço de Refeições, Componente de Apoio à Família e Programa de Férias); Candidaturas a linhas de financiamento; Rede Educativa; Pessoal não Docente; Mediadores Educativos/Animadores; Identidade do Programa Escolas de Óbidos; Programas Europeus.

Na área da Saúde – Programa de Promoção de Saúde nas Escolas D’Óbidos

1.4 - As actividades de enriquecimento curricular no âmbito da intervenção autárquica no primeiro ciclo do ensino básico

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

As Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) são uma aposta do Ministério de Educação e visam promover a igualdade de oportunidades. Este programa tinha já sido iniciado no ano lectivo 2005/06, com a introdução da aprendizagem do Inglês, para o 3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico. As actividades de enriquecimento curricular aparecem regulamentadas no Diário da República, no Despacho nº 14460/2008. Este Despacho surge na sequência do Despacho nº 12591/2006 (2ª série). A criação deste despacho realça a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio as famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico para o próprio desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro.

Do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, referente ao quadro de transferências de competências para os municípios em matéria de educação, destaco o artigo 11º (actividades de enriquecimento curricular). Assim:

1- São transferidas para os municípios as atribuições em matéria de actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, sem prejuízo das competências do Ministério da Educação relativamente à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitações dos professores.

2- Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente: Ensino do inglês; Ensino de outras línguas estrangeiras; Actividade física e desportiva; Ensino da música; Outras expressões artísticas e actividades que incidam nos domínios identificados.

3- São transferências para os municípios as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação para pagamento das despesas a que se refere o nº 1.

4- Em 2009, a transferência de recursos para o pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

5- A partir de 2010, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no fundo social municipal e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

6- O regime que define as normas sobre as actividades de enriquecimento curricular é desenvolvido em diploma próprio.

As autarquias, bem como as associações de pais e outros, desempenham um papel fundamental na promoção de actividades de enriquecimento curricular, através da organização de várias respostas, tendo em conta as realidades locais tão particulares.

O despacho 14460/2008, define as normas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, bem como a oferta de actividades de animação, apoio às famílias e de enriquecimento curricular.

O conceito da escola a tempo inteiro surge, com sabemos, aliado a razões políticas, sociais e educativas. Uma das principais razões para a implementação desta política tem a ver com a necessidade da credibilização da Escola Pública, uma vez que esta deve tentar responder às necessidades da sociedade que cada vez mais precisa de auxílio para a educação das crianças, uma vez que a disponibilidade e o pouco tempo para as acompanharem no estudo em casa são cada vez menores.

É preciso então que a escola apresente uma maior diversidade de actividades a oferecer aos seus alunos de modo a desenvolver a vertente de apoio social. Pretende-se que todas as crianças sejam tratadas de igual forma, permitindo que as crianças mais carenciadas desfrutem de actividades diversificadas e educativas mais ricas, propiciando assim a democratização cultural da sociedade.

As actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades.

Nas actividades de enriquecimento curricular inserem-se as actividades de apoio ao estudo, inglês, actividade física e desportiva e também o ensino da música. Na planificação das actividades de enriquecimento curricular deve ser salvaguardado o

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

tempo diário de interrupção das actividades e de recreio e as mesmas não podem ser realizadas para além das 18 horas.

As actividades de enriquecimento curricular são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

Podem ser promotoras das actividades de enriquecimento curricular, as seguintes entidades:

- a) Autarquias locais;
- b) Associações de pais e de encarregados de educação;
- c) Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- d) Agrupamentos de escolas.

Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular em parceria obrigatória com uma das entidades referidas acima, mediante a celebração de um acordo de colaboração. Preferencialmente essa planificação deve ser feita com as autarquias locais, que se constituem como entidades promotoras.

Os agrupamentos de escolas podem ainda planificar as actividades de enriquecimento curricular com associações de pais e de encarregados de educação ou IPSS, quando estas sejam entidades promotoras.

A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores titulares de turma.

Segundo o estabelecido pelo protocolo de colaboração (anexo 2-E) - Cláusula 3.^a, respeitante aos direitos e responsabilidades,

A Entidade Promotora compromete-se a:

a) Implementar e coordenar as AEC de acordo com a planificação acordada entre o Município e o Agrupamento;

b) Garantir a colocação de docentes assegurando que o valor mínimo das remunerações dos professores afectos às actividades de enriquecimento curricular em horário completo não é inferior ao do índice 126 da carreira dos educadores e dos

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

professores dos ensinos básico e secundário, quando possuem habilitação igual à licenciatura e ao índice 89 nos restantes casos, sendo calculado, para os casos de horários incompletos, um valor por hora lectiva (tempo lectivo de quarenta e cinco minutos) proporcional aos índices referidos.

c) Garantir a existência dos recursos humanos (auxiliares técnicas de educação), materiais (material didáctico e de desgaste) e de espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;

d) Definir os horários e a organização das actividades em parceria com o Agrupamento;

O Agrupamento compromete-se a:

a) Partilhar os recursos humanos, técnico -pedagógicos (nomeadamente, material didáctico e equipamentos) e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento;

b) Definir os horários e a organização das actividades em parceria com a Entidade Promotora;

c) Assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AEC, tendo em vista garantir a sua qualidade e a articulação com as actividades curriculares, nomeadamente:

- Promovendo a integração das AEC no Projecto Educativo do Agrupamento, no Projecto Curricular de Escola e nos Projectos Curriculares de Turma;
- Envolvendo os professores titulares de turmas no planeamento e acompanhamento da execução das actividades e na sua supervisão pedagógica;
- Criando mecanismos de comunicação e articulação entre os professores titulares de turma e os professores das AEC e entre estes e os Departamentos Curriculares;
- Disponibilizando os recursos humanos necessários para o desenvolvimento das actividades de apoio ao estudo;

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

- Accionando o Seguro Escolar, nos termos legais, caso ocorra algum incidente no âmbito do Programa, bem como nos trajectos e em torno de actividade realizadas dentro e fora das instalações escolares,

d) Garantir a limpeza diária das salas onde decorrem as actividades de enriquecimento curricular.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

2- Um estudo sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular

As actividades de enriquecimento curricular disponíveis para o ano lectivo de 2009/2010 são o Apoio ao Estudo, a Música, a Actividade Física e as actividades de expressão com o animador. (anexo3) No caso do Complexo Escolar dos Arcos, esta última actividade é substituída por Educação Criativa.

Os estabelecimentos de 1.º CEB cujos alunos beneficiam da oferta de actividades de enriquecimento curricular são os seguintes:

Quadro 3 - Distribuição dos alunos que frequentam as Actividades de Enriquecimento Curricular, por Estabelecimento de Ensino.

Agrupamento de Escolas	Estabelecimentos de ensino Envolvidos	N.º de alunos inscritos	
		No 1.º CEB	No Programa
Josefa de Óbidos	EB1 de A-dos-Negros	43	40
	EB1 da Gracieira	12	10
	EB1 das Gaeiras	29	27
	EB1 da Quinta da Marquesa	48	46
	EB1 da Amoreira	38	36
	EB1 do Olho Marinho	71	69
	EB1 do Vau	19	17
	EB1 do Sobral da Lagoa	10	8
	Complexo Escolar dos Arcos	241	230
	Total	511	483

Fonte: (documento cedido pela Câmara Municipal de Óbidos).

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

A inscrição para a frequência destas actividades é feita através de uma ficha, enviada para os pais. (anexo 3-C)

Quadro 4 - Distribuição dos alunos por turma e ano de escolaridade em cada uma das escolas

Estabelecimentos de ensino	Número de turmas	Anos de escolaridade
A- dos- Negros	2	1 turma - 1º e 2º ano 1 turma- 3º e 4º ano
Gracieira	1	4 Anos de escolaridade
Gaeiras	2	1 turma- 1º e 2º ano 1 turma- 3º e 4º ano
Quinta da Marquesa	2	1 turma- 1º e 2º ano 1 turma- 3º e 4º ano
Amoreira	2	1 turma- 1º e 2º ano 1 turma- 3º e 4º ano
Olho Marinho	4	1 turma- 1º Ano 1 turma- 2º Ano 1 turma- 3º Ano 1 turma - 4º Ano
Vau	2	1 turma - 1º e 2º ano 1 turma - 3º e 4º ano
Sobral da Lagoa	1	4 Anos de escolaridade
Complexo Escolar dos Arcos	10	2- 1º Ano 3- 2º Ano 3- 3º Ano 2- 4º Ano

Fonte: (documento cedido pela Câmara Municipal de Óbidos).ver anexo 2-C.

*As escolas destacadas a azul, foram as escolas sobre as quais incidiu o estudo.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Quadro 5 - Locais onde são desenvolvidas as Actividades de Enriquecimento Curricular

Estabelecimento de ensino	Espaços escolares utilizados	Espaços não escolares Utilizados
EB1 de A-dos-Negros	EB1 de A-dos-Negros	
EB1 da Gracieira	EB1 da Gracieira	
EB1 das Gaeiras	EB1 das Gaeiras	Sociedade Cultural e Recreativa Gaeirense
EB1 da Quinta da Marquesa	EB1 da Quinta da Marquesa	
EB1 da Amoreira	EB1 da Amoreira	
EB1 do Olho Marinho	EB1 do Olho Marinho	
EB1 do Vau	EB1 do Vau	
EB1 do Sobral da Lagoa	EB1 da Amoreira	Centro Social Cultural e Recreativo da Amoreira
Complexo Escolar dos Arcos	Complexo Escolar dos Arcos	

Fonte: (documento cedido pela Câmara Municipal de Óbidos).

2.1- Objectivos da Investigação

O problema de investigação que apresento para a realização deste trabalho é tentar perceber:

Qual a relação existente entre a autarquia e as escolas do concelho de Óbidos, no âmbito da gestão da oferta educativa das actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do Ensino Básico?

Numa agenda teórica decorrente do modelo político que acentua a importância dos jogos de poder, interesses, conflitos, estratégias e coligações dos actores no quotidiano organizacional, a identificação e compreensão das lógicas de acção ou dos "mundos" que norteiam a acção emerge num registo mais actual que reafirma a pertinência deste modelo analítico no estudo das organizações educativas em geral e na escola em particular.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Procura-se reflectir sobre os pressupostos teóricos do modelo político de análise organizacional, centralizando duas focalizações estruturais do mesmo: a) a diferenciação vs complementaridade da abordagem sistémica e estratégica de Crozier e Friedberg (1977); b) a proposta de um exercício de articulação entre a perspectiva teórica da escola das convenções e o modelo político. O modelo político concebe as organizações como "sistemas de actividade política" (Morgan, 1996, p. 152), onde os valores e a diversidade de interesses fervilham no quotidiano da actividade das organizações, dando origem por vezes a conflitos e à concepção de jogos de poder. Estes jogos de poder encontram-se escondidos no interior das organizações, sendo por vezes ocultados pelos actores, que procuram mascarar e dissimular os seus interesses, poderes, estratégias e até conflitos.

A escola tem como função principal gerir, tomar decisões e criar condições de processos democráticos, funcionando como um centro cultural e educacional dos alunos e da restante comunidade escolar. Deve promover-lhes o desenvolvimento integral numa perspectiva de preparação para a vida social, profissional e como cidadãos críticos e construtivos. (Santos, 2007).

A vida escolar, através do desenvolvimento de vários processos e vivências de situações diversas, pode constituir, uma etapa importante, quer par os alunos, quer para todas as pessoas com que trabalham.

É função da escola também criar condições que propiciem o desenvolvimento da personalidade, a formação no que respeita a direitos e liberdades das crianças e não menos importante a preparação para a vida social. Contudo, a escola não se constitui se não existir uma série de dinâmicas onde se entrecruzam dimensões pessoais, sociais e humanas. O sucesso das crianças situa-se nas sinergias para a realização, coordenação, articulação e concretização de projectos com um objectivo comum.

A aplicação do modelo político à organização escolar constitui uma das dimensões complementares para a compreensão e desmontagem das práticas dos actores organizacionais no que converge, sobretudo, às dimensões mais micro-analíticas.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Nesta acepção, a perspectiva micro-política torna-se imprescindível para uma melhor compreensão das dinâmicas, das lógicas de acção dos actores que se desenvolvem na organização escolar, uma vez que esta pode ser concebida como "uma entidade política, quer dizer, como um sistema construído por indivíduos e grupos em interacção, que perseguem interesses diferentes [...] defendem distintas ideologias através do uso do poder e de outros recursos" (González & González, 1994).

Passarei seguidamente à apresentação dos objectivos que estabeleci para esta minha investigação, assim pretendo;

- 1) Conhecer as actividades de enriquecimento curricular desenvolvidas pelo município de Óbidos;
- 2) Compreender qual o papel dos vários intervenientes da escola e da autarquia na implementação e desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular;
- 3) Saber quais os objectivos pelos quais se regem nas suas acções;
- 4) Conhecer os meios empregados para a concretização desses mesmos objectivos;
- 5) Perceber de que formas são elaboradas as directrizes e quem participa na definição das actividades de enriquecimento curricular;
- 6) Identificar que recursos são utilizados e por quem são utilizados; bem como a origem dos mesmos (quem suporta os custos); que evolução têm tido as origens e as aplicações dos fundos postos à disposição destas actividades.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

- 7) Identificar eventuais dificuldades ou constrangimentos e procurar estratégias de resolução para os mesmos

De forma a conseguir recolher informação que me permita responder à concretização destes mesmos objectivos, terei de utilizar uma série de metodologias, que apresentarei em seguida.

Nesta parte do meu trabalho irei fazer uma abordagem às explicações e justificação dos métodos que pretenderei utilizar. A amostra abrangida pela investigação é toda a comunidade escolar do concelho de Óbidos (sendo que algumas das escolas têm uma população escolar reduzida) e, depois, o Complexo Escolar dos Arcos onde se concentra um número de alunos significativamente superior.

Para a recolha da informação utilizei uma serie de instrumentos, dos quais falarei de forma breve, enunciando apenas quais foram e o porquê da sua escolha e pertinência para o estudo. Assim, Construi quatro tipos distintos de questionários, (ver anexo 4), um para os professores titulares (anexo 4-A), outro para os professores das Actividades de Enriquecimento Curricular (anexo 4-B), outro para as crianças que frequentam estas actividades (anexo 4-C), e também para os pais (anexo D), no sentido de perceber a importância que estes atribuem a estas actividades e a relevância que têm no desenvolvimento das suas crianças. Elaborei também um guião de entrevista a aplicar à coordenadora do Gabinete de Educação (Dr.^a Ana Sofia Godinho), ver (anexo 4-E).

A recolha de dados para além da aplicação destes questionários e da entrevista, passou também pelo acesso que me foi dado a uma série de documentação, e também através de conversas de cariz mais informal, e nas deslocações às escolas onde consegui através de observação directa, recolher aspectos relevantes e cruciais.

Foi também através de algumas conversas informais, que recolhi muita informação relevante, que em muito contribuiu para a elaboração do trabalho pela credibilidade das próprias conversas e disponibilidade da minha coordenadora. Foi

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

muito importante terem existido essas conversas pois ao longo do tempo fui sendo colocada a par do que se passa no concelho no que diz respeito à educação e até às próximas modificações que vai sofrer a rede escolar do município de Óbidos.

A justificação para a pertinência da utilização da entrevista, prende-se com o facto de tentar retirar do entrevistado alguma informação que não tenha sido possível através por exemplo da utilização do questionário, que acaba por ser mais superficial. O uso das entrevistas será talvez o mais abrangente, sendo efectivamente aplicada à coordenadora do gabinete de educação.

Em relação à observação participante, achei pertinente a sua utilização principalmente para perceber a perspectiva das crianças, ao observar as dinâmicas nas actividades de enriquecimento curricular e fazendo esse registo, consigo posteriormente estabelecer um fio orientador entre o que se passa na realidade e a “ideia” que é dada do que se passa. Portanto esta técnica foi mais utilizada com as crianças.

III PARTE- Apresentação dos Dados

1- Análise e Interpretação dos Dados

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, os relatos das observações, as transcrições das entrevistas, as análises de documentos e todas as outras informações disponíveis. A tarefa de análise implica, primeiramente, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes e posteriormente a reavaliação desses mesmos padrões e tendências no sentido de procurar relações e inferências num nível de abstracção mais elevado.

A análise está presente em várias fases da investigação, tomando uma dimensão mais sistemática e mais formal após o final da recolha de dados. Desde o início do estudo que fazemos uso de procedimentos analíticos quando procuramos

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

verificar a pertinência das questões seleccionadas quando confrontadas com as características específicas da situação estudada.

É possível que um investigador com mais alguma experiência consiga realizar a maior parte da análise ainda durante o período de recolha dos dados, contudo os menos experientes podem chegar ao final do estudo com grande parte dessa tarefa ainda a ser feita. (Ludke, 1986).

Antes de passar à análise detalhada, considero pertinente apresentar os números, assim temos uma amostra total de 358 inquiridos, sendo 187 crianças, 139 pais, 18 professores das AEC'S, e 14 docentes 1 ciclo. O objectivo da aplicação destes questionários foi aferir a opinião deste publico relativamente à importância das aec's e o seu envolvimento nas mesmas.

A forma como vou passar a apresentar os dados, será realizada maioritariamente através da análise dos gráficos, resultado do tratamento dos dados recolhidos. Os quadros que serão referidos à frente podem ser consultados no anexo 5, onde se encontram os dados numa primeira análise, em formato de tabelas. A informação apresentada nos gráficos, (anexo 6), segue a estrutura dos questionários aplicados a esse determinado publico, destacando o facto de embora em alguns pontos a informação a recolher fosse semelhante, foram construídos os questionários especificamente para cada público-alvo.

Em relação aos dados que consegui obter da Dr^a Ana Sofia, estes não foram conseguidos através de questionário mas sim através de uma breve entrevista.

Passarei então à respectiva análise, a primeira opinião a ser considerada é dos professores das actividades de Enriquecimento Curricular.

1.1 - A opinião dos Professores das AEC'S

De uma forma mais particular, nos questionários realizados aos professores das actividades de enriquecimento curricular tentei recolher dados sobre as suas

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

habilitações, sua experiência profissional, assim como a sua opinião e sugestões para um melhor funcionamento das actividades de enriquecimento curricular nas várias áreas, designadamente o Inglês, a Música e a Actividade Física e Desportiva. (anexo 6-D).

1.1.1 – Opinião dos Professores de Inglês

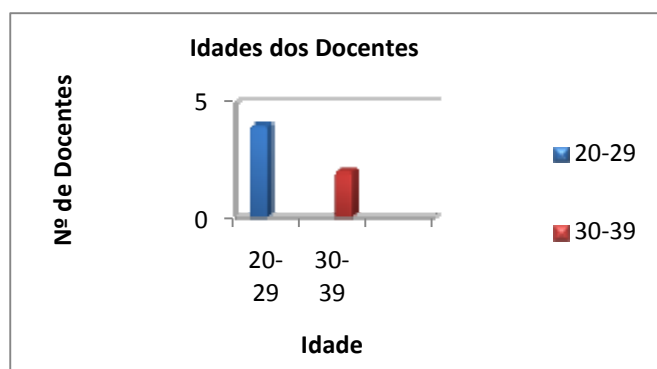


Figura 2 - Idades dos Docentes

No gráfico acima apresentados podemos referir que 4 dos professores se situam na faixa etária dos 20-29 e 2 deles na faixa dos 30-39. Em relação ao sexo, predomina o feminino, 4 professoras e 2 professores.

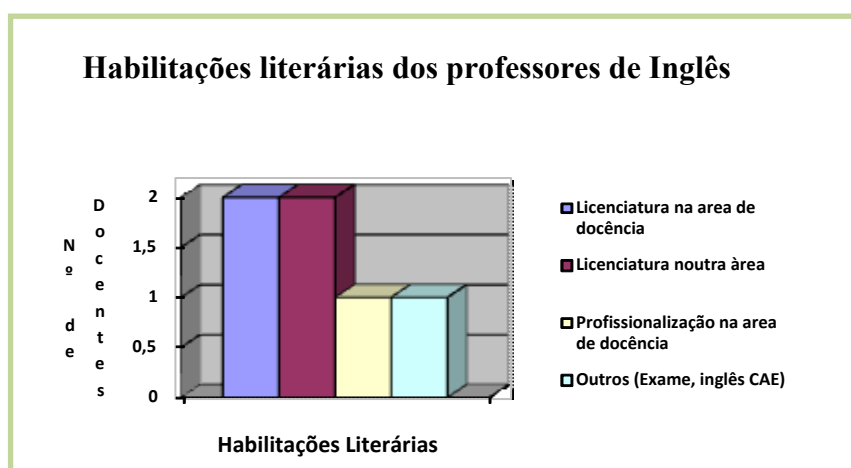


Figura 3 - Habilitações Literárias dos Professores de Inglês

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

No que respeita às habilitações literárias, 4 dos professores possuem licenciatura, sendo que um possui na área de docência e outro noutra área. Os 2 restantes possuem outro tipo de formação.

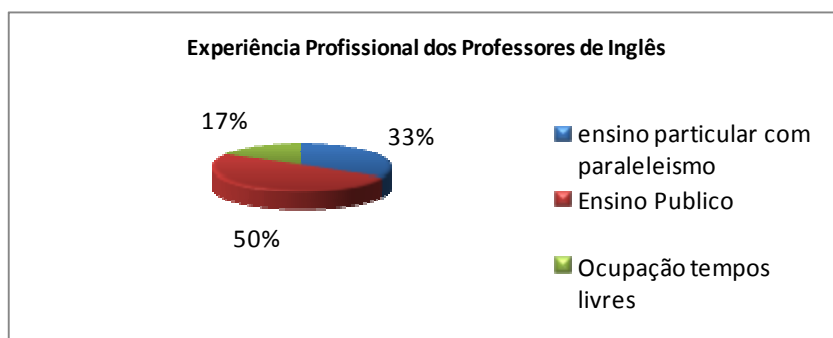


Figura 4 - Experiência Profissional dos Professores de Inglês

Em relação à experiência profissional 50% refere ter tido experiência no ensino público, 33% no ensino particular e 17 % desempenha funções na ocupação de tempos livres.

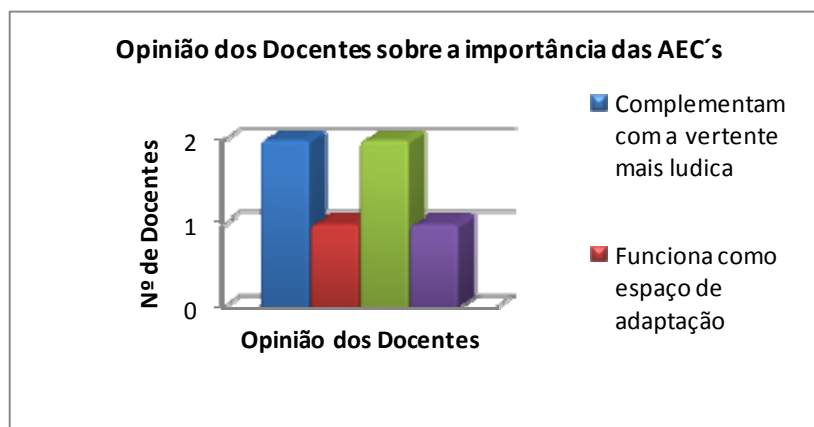


Figura 5 - Opinião dos Docentes sobre a Importância das Actividades de Enriquecimento Curricular

Todos os inquiridos consideraram as AEC'S como sendo bastante importantes, 2 deles destacaram o facto de estas serem um complemento a educação mas de forma mais lúdica, e outros 2 como forma de desenvolverem actividades distintas das diárias, 1 dos professores referiu que estas funcionam como espaço de adaptação da criança a

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

novos desafios e outro defende que considerando cada vez mais a multiculturalidade é importante para as crianças.

No quadro 1, que pode ser consultado no anexo 5- H, referente ao nível de satisfação dos docentes de inglês, as maiores frequências em todos os aspectos propostos, situa-se no patamar “BOA”, sendo que em cada uma das razões para a satisfação, os professores consideram-se satisfeitos ou muito satisfeitos, como por exemplo na adequação da formação académica que destacam como “MT BOA”. Onde se verificou uma frequência maior foi na questão da acessibilidade da escola que 5 dos 6 inquiridos responderam como sendo boa.

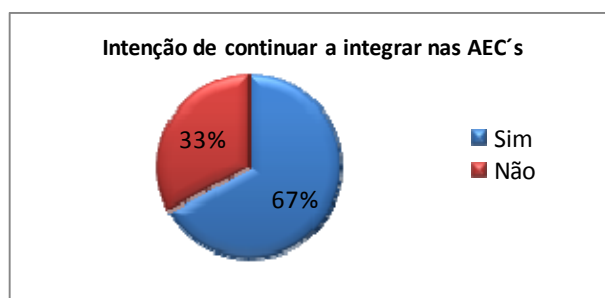


Figura 6 - Continuidade nas Actividades de Enriquecimento Curricular

Quando inquiridos acerca da sua continuidade nas AEC'S, 67% referiu que pretendia continuar e 33% respondeu que não. Em seguida são apresentadas as respectivas justificações.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

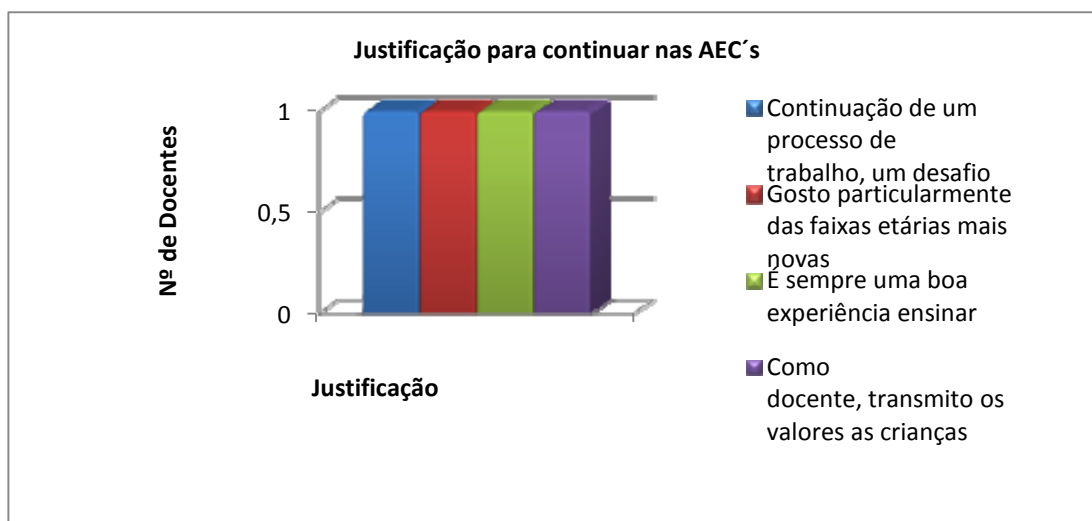


Figura 7 - Justificação para continuar integrado nas Actividades

As justificações apresentadas por quem pretende continuar integrado são por um lado o facto de gostarem de trabalhar com crianças, o gosto por ensinar, a transmissão de valores às crianças e a continuidade de uma processo de trabalho que considera um desafio. Em relação aos que não pretendem continuar integrados, como podemos verificar no gráfico abaixo as razões prendem-se essencialmente com o facto de num dos casos não haver disponibilidade e no outro caso, querer investir na sua formação e tirar a licenciatura.

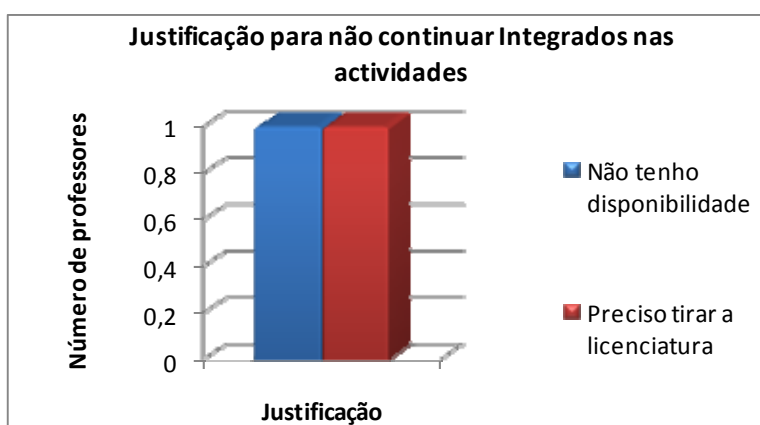


Figura 8 - Justificação para não continuar integrado nas Actividades

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

O quadro 2 que também pode ser consultado no anexo 5-H, reporta os motivos que levam os professores a trabalhar integrados nas AEC'S. as razões têm principalmente a ver com o gosto em trabalhar com crianças, referido por 5 dos professores, 83%. Em seguida seguem-se aspectos como ser uma experiência positiva referida por 3 professores, o mesmo referido como sendo um projecto cativante, e a possibilidade de trabalhar com crianças.

No quadro 3, também disponível no anexo 5-H, são indicadas as sugestões para melhor funcionamento das AEC'S. As incidências verificam-se mais na coluna do “concordo” em campos como, a promoção de uma melhor comunicação, o fornecimento de ajudas de custo e a promoção de mais contacto com os pais, todos são referenciados por 4 professores. Também na coluna do “Concordo Totalmente” se destacam com sugestões dadas por 4 professores os aspectos que tem a ver com obtenção de manuais de apoio, reformulação de horários e desenvolvimento da interdisciplinaridade.

1.1.2. Opinião dos Professores de Música

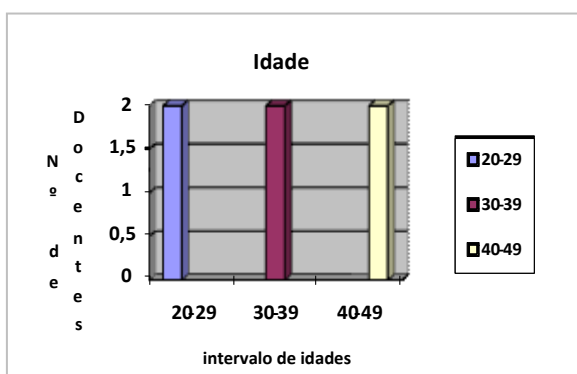


Figura 10 - Idade dos Docentes de Musica

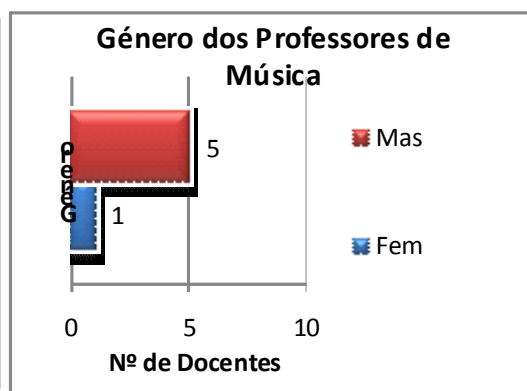


Figura 9 - Género dos Professores de Musica

Os professores de Música encontram-se numa faixa mais dispersa, sendo que dois se enquadram na faixa entre os 20-29, outros 2 entre os 30-39 e os restantes 2

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

entre os 40-49. No que refere ao género, desta actividade destacam-se os professores do sexo masculino.



Figura 11 - Habilitações Literárias dos professores de Música

As habilitações literárias estão distribuídas da seguinte forma, 3 dos inquiridos possuem licenciatura na área de docência e dos restantes, 1 referiu que possui uma profissionalização na área de docência, outro uma profissionalização noutra área e outro possui outro tipo de formação, que não destacou.



Figura 12 - Experiência Profissional dos Professores de Música

Respeitando à experiência profissional 33% dos inquiridos tem experiência no ensino público, igualmente com 33% tem experiência no ensino particular, como

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

ocupação de tempos livres temos 17% e os restantes 17% cabem a um dos professores que referiu que já passou por todas as situações.

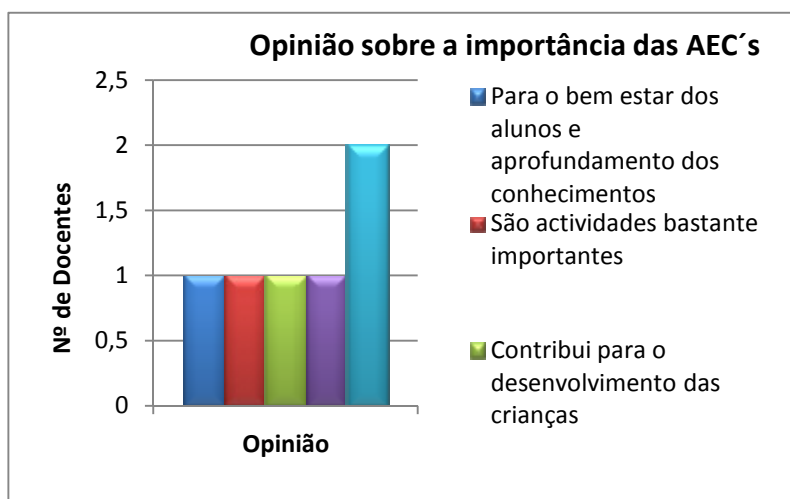


Figura 13 - Opinião sobre a importância das Actividades de Enriquecimento Curricular

As justificações dadas pelos professores passam pelo desenvolvimento do bem estar das crianças, assim como o contributo para o seu desenvolvimento e ainda o leque de conhecimentos diversificados que podem adquirir, assim como a sua importância por si só. Dois dos professores afirmaram que são importantes mas não justificaram.

No quadro 1 (disponível no anexo 5-H), respeitante aos níveis de satisfação, disponível em anexo, permite realçar duas questões a que a totalidade dos inquiridos referenciou, são estas o apoio à entidade promotora e a acessibilidade da escola. Em seguida com opinião de 5 dos inquiridos estão as condições de trabalho e a qualidade das instalações. Na coluna do “MT Boa” destaca-se a relação com os professores, opinião de 3 dos professores.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?



Figura 14 - Justificação para continuar nas Actividades de Enriquecimento Curricular

Todos os 6 inquiridos demonstram interesse em permanecer nas AEC'S, sendo que um deles considera que é fundamental para melhorar a qualidade de vida das crianças, outro refere que pretende continuar pelo simples gosto de leccionar e os restante quatro inquiridos refere que pretende continuar integrado mas não justifica a sua opção.

No quadro 2, disponível no anexo 5-H, referente à opinião dos professores sobre a sua participação nas Actividades de Enriquecimento Curricular, os aspectos

que mais se destacam com 4 respostas dadas pelos 6 inquiridos foram; revelou ser uma experiência positiva, o facto de ter existido inter ajuda e ainda terem considerado que foi um projecto cativante.

Em seguida com respostas dadas por metade dos inquiridos, ou seja, 3 dos 6 referiram que se sentem vocacionados para o ensino e que gostam de trabalhar com crianças.

O quadro 3, (anexo 5-H) que pode ser consultado em anexo, são apresentadas algumas sugestões para o melhor funcionamento das AEC's as que apresentam maior destaque são a uma experiência positiva, opinião de 4 dos inquiridos, bem como o facto de considerarem que existiu inter- ajuda entre ele e ainda igualmente também 4 dos inquiridos considerarem que foi o projecto cativante.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Neste quadro todos referenciaram que é importante promover articulação com os professores do 1 ciclo de forma a conciliarem as temáticas que são abordadas nas aulas com as actividades que são desenvolvidas depois nas actividades.

Também de destacar que 5 dos 6 consideram ser importante que exista maior intervenção e também que exista uma maior presença da coordenadora.

1.1.3 – Opinião dos Professores de Actividade Física e Desportiva

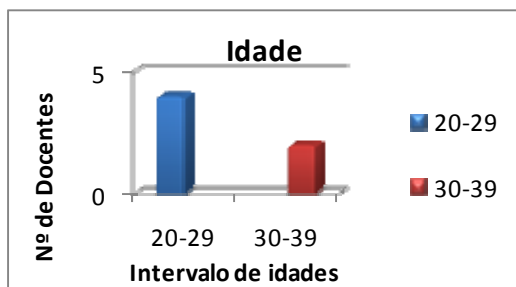


Figura 16 - Idade dos Professores de AFD

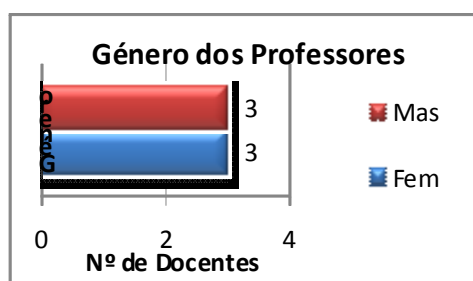


Figura 15 - Género dos professores de AFD

Os professores de actividade física e desportiva situam-se em duas faixas etárias distintas, 4 deles inserem-se na faixa etária entre os 20-29 e 2 encontram-se na faixa entre os 30-39. No que respeita ao sexo existem 3 professores do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

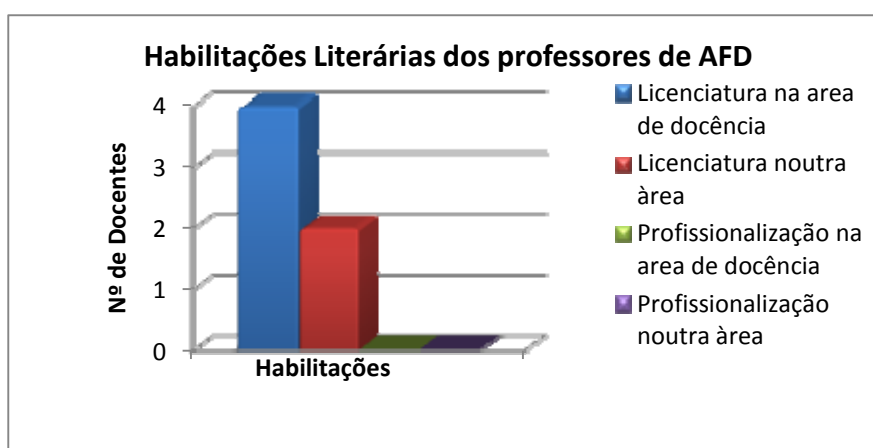


Figura 17 - Habilitações Literárias dos Professores de Actividade Física e Desportiva

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Considerando as habilitações literárias destaca-se a licenciatura na área de docência com 4 dos 6 inquiridos e em seguida a licenciatura noutra área com 2 dos inquiridos a inserirem-se nessa opção.



Figura 18 - Experiência Profissional dos Professores de Actividade Física e Desportiva

Da experiência profissional dos inquiridos destaca-se o ensino público com 49% das opiniões. Em seguida com percentagens iguais de 17% são ensino particular, ocupação de tempos livres e os restantes 17 % não respondeu.

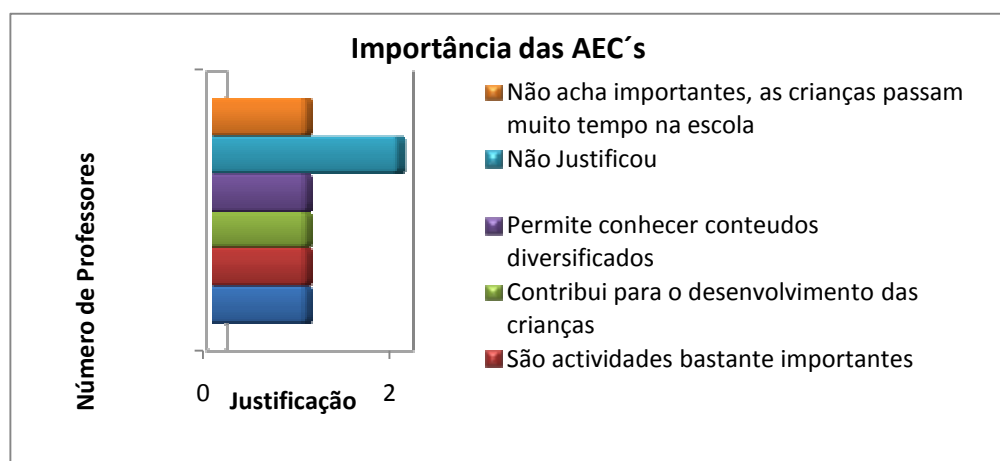


Figura 19 - Importância das Actividades de Enriquecimento Curricular

Relativamente à opinião dos docentes acerca da importância das AEC's destaca-se o facto de considerarem a sua importância mas não justificam, todos os

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

outras razões têm a ver com o contributo destas para o desenvolvimento das crianças, permitir adquirir conteúdos diversificados, permitir o bem estar dos alunos e aprofundamento dos conhecimentos.

No quadro 1, (anexo 5-H), acerca da satisfação dos docentes de AFD, destacam-se na coluna referente a “Boa”, com 3 opiniões dos inquiridos, o conhecimento sobre as orientações programáticas, a frequência de reuniões e preparação e o apoio da entidade promotora e remuneração, bem como as condições de trabalho.

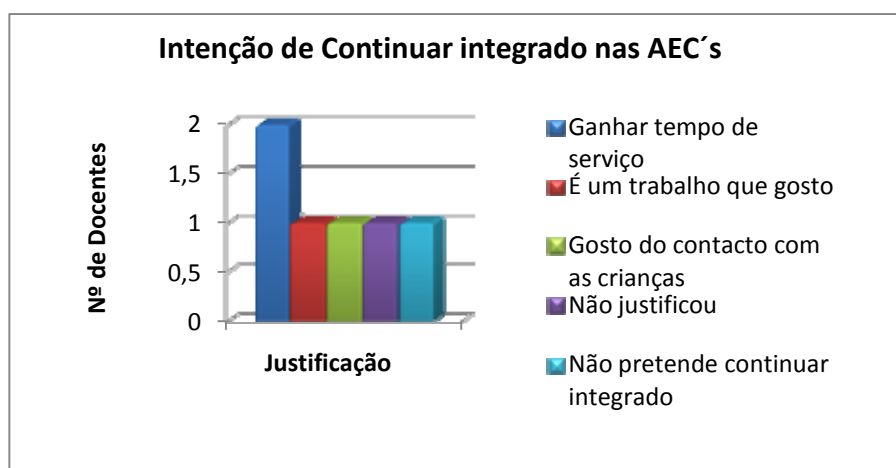


Figura 20 - Intenção de continuar integrado nas actividades

As razões pelas quais os professores pretendem continuar integrados tendem-se com o ganhar tempo de serviço, 2 dos inquiridos referem esse aspecto. As outras razões têm a ver com considerarem que é um trabalho de que gosta, gosto do contacto com as crianças. Um dos professores não justificou e outro referiu que não pretende continuar integrado nas actividades.

O quadro 2 que pode ser consultado no (anexo5-H) encontra-se descrita a opinião dos docentes sobre a sua participação nas AEC's. Com a frequência mais elevada, com opinião de 5 dos inquiridos temos o gosto em trabalhar com as crianças, seguido da questão da vocação para o ensino, opinião de 4 dos professores. Em

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

seguida com opinião de 3 dos professores temos o facto de se ter revelado como sendo uma experiência positiva e um projecto cativante. Seguida com opinião de 2 dos inquiridos que referiram a oportunidade de poderem trabalhar com crianças

No quadro 3, vide no anexo 5-H, referente ao melhor funcionamento das AEC's destacam-se com opinião da totalidade dos inquiridos a promoção da articulação entre os professores das AEC's e os professores titulares, bem como a promoção do contacto com os pais e a promoção de uma melhor comunicação e ainda o desenvolvimento da interdisciplinaridade.

1.2 – A Opinião dos Professores Titulares

Em relação aos questionários aplicados aos professores titulares, foram administrados a todos os professores do Complexo Escolar dos Arcos (10 questionários e aos professores da escola de A-dos- Negros (2 professores), e da escola da Amoreira (2 professores). Os questionários podem ser consultados no anexo 5-D. Com estes questionários procurei recolher opiniões acerca da implementação e funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, assim como as aprendizagens e comportamentos resultantes da participação das crianças nessas actividades, ainda perceber qual a relação existente entre estes professores e os professores das actividades de enriquecimento curricular. Os gráficos correspondentes a este público-alvo podem ser todos consultados no (anexo 6-E).

1.2.1– Caracterização dos Docentes

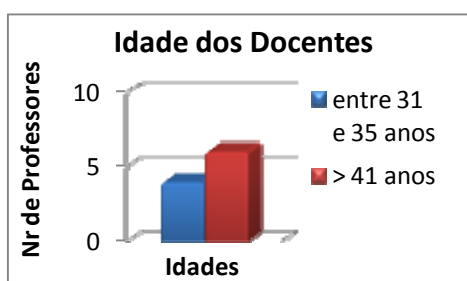


Figura 21 – Idades dos Docentes

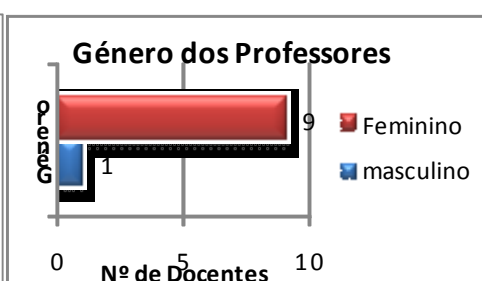


Figura 22 - Género dos Docentes

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Os docentes de 1º ciclo do ensino básico do Complexo Escolar do Arcos situam-se maioritariamente não faixa superior aos 40 anos 6 dos 10 inqueridos e os restantes 4 encontram-se inseridos na faixa entre os 31 e os 35 anos. No que concerne ao sexo 9 dos 10 inquiridos são do sexo feminino e apenas 1 do sexo masculino.

Em relação aos docentes da escola de A- dos Negros um situa-se na faixa entre os 31 e os 35 anos e outro na faixa superior aos 40 anos. (anexo 6-E)

No que diz respeito aos docentes da escola da Amoreira, um dos professores encontra-se não faixa etária entre os 31 e os 35 anos e o outro encontra-se na faixa entre as 36 e os 40 anos.

Considerando os dados apresentados no gráfico abaixo, apenas um dos 10 docentes não possui a licenciatura, possui um Bacharelato, os restantes 9 possuem licenciatura.



Figura 23 - Habilitações Literárias dos Docentes do Complexo dos Arcos

Em relação aos docentes da escola de A dos Negros e da Amoreira possuem ambos a Licenciatura em professor de 1º ciclo.

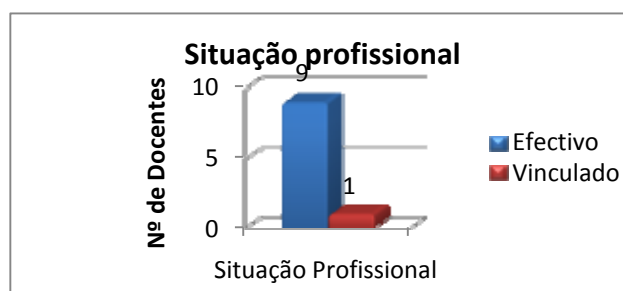


Figura 24 - Situação Profissional dos Docentes do Complexo dos Arcos

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

A situação profissional dos docentes do Complexo Escolar dos Arcos e de efectivo 9 dos casos e apenas um dos docentes apresenta uma situação de vinculado.

No caso dos docentes de A dos Negros ambos (2 professores) trabalham segundo uma situação de efectivo e os docentes da escola de Amoreira (2 professores), trabalham numa situação de vinculado.

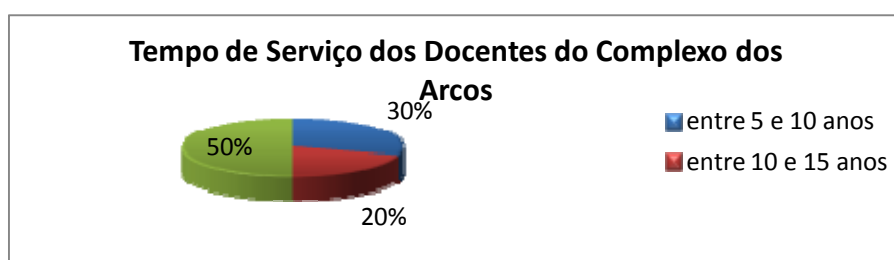


Figura 25 - Tempo de Serviço dos Docentes do Complexo dos Arcos

Relativamente ao tempo de serviços dos docentes 50% destes já apresentam um tempo de serviço superior a 15 anos, em seguida com 30% situam-se entre os 5 e 10 anos de serviço e os restantes 20% situam-se entre os 10 e os 15 anos.

No caso dos professores de A dos Negros, um dos professores tem entre 5 e 10 anos de serviço e outro entre os 10 e os 15 anos.

Na Escola de Amoreira ambos os professores, (2) têm entre 5 e 10 anos de docência.

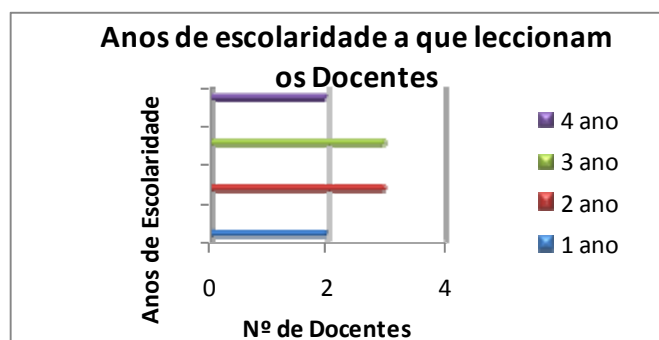


Figura 26 - Anos de escolaridade a que os Docentes do Complexo dos Arcos Leccionam

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Os docentes estão distribuídos por varias anos, assim temos 2 professores a ministrar aulas ao 1 ano e também dois com o 4 ano e três professores com o 2 ano e três com 3 ano, perfazendo um total de 10 docentes.

No caso dos docentes da escola de A dos Negros um dos professores dá aulas a crianças do 1º, 2º e 3º anos e outro dá aulas ao 3º e 4º anos.

Na escola da Amoreira a distribuição é feita de uma forma mais homogénea, sendo que 1 dos docentes fica encarregue pelas crianças do 1º e 2º anos e o outro fica com o 3º e 4º anos.

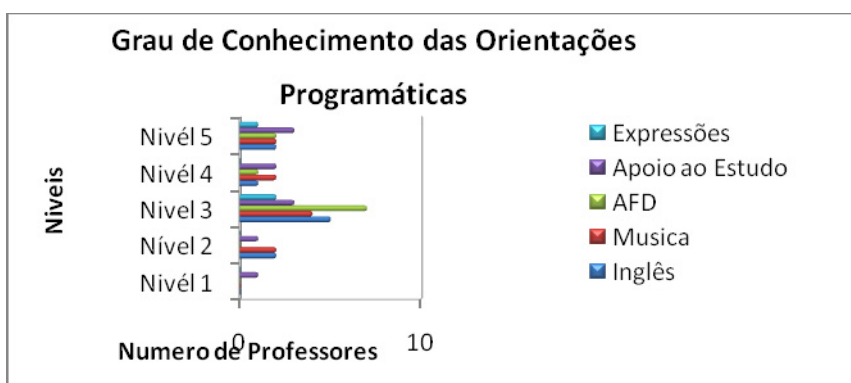


Figura 27 - Grau de Conhecimento das Orientações Programáticas dos Docentes do Complexo dos Arcos

O nível que apresenta frequências mais elevadas é o nível três, ou seja nível médio onde podemos confirmar que os professores conhecem suficientemente os conteúdos que são abordados nas actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente os conteúdos da actividade física e desportiva, seguido do inglês, seguidamente ao nível três temos o nível 5 onde a actividade que mais se destaca é o apoio ao estudo, considerando assim que 3 dos 10 inquiridos admitiu conhecer muito bem os conteúdos abordados nesta actividade.

Relativamente aos docentes da Escola de A dos Negros, estes conhecem bem os conteúdos das actividades. Situando as suas opiniões no nível 3 e 4, as actividades que melhor conhecem são as situadas no nível 4, a actividade física e a Música.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

No caso da escola da Amoreira o nível mais homogéneo é o nível 4 onde um dos professores admite conhecer bem os conteúdos das três actividades, sendo que o outro coloca o inglês e a musica no nível 5 admitindo que conhece perfeitamente os conteúdos e coloca no nível 3 a actividade física e desportiva.

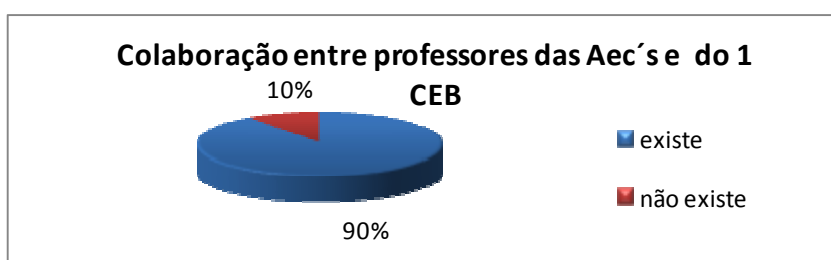


Figura 28 - Colaboração entre os Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular e os Docentes de 1º ciclo do Complexo dos Arcos

Quando inquiridos a cerca da colaboração entre professores de 1 ciclo e os professores das actividades de enriquecimento curricular, 90% destes afirmaram que existe essa colaboração, enquanto os restantes 10% referiram que essa mesma colaboração é inexistente. Dos que referem que existe colaboração 9 referem que essa existe no próprio decorrer das Actividades de Enriquecimento Curricular, 4 referem que existe na planificação e 3 na avaliação.

Dos que afirmam não existir colaboração destacam essa ausência na própria planificação e também na avaliação.

Na Escola de A dos Negros os docentes inquiridos admitem que existe colaboração em ambas as etapas, sendo que os dois destacam que isso sucede no decorrer das Actividades de Enriquecimento Curricular e na Avaliação e um dele refere que isso acontece também na Planificação.

No que respeita a Escola de Amoreira existe consenso, sendo que ambos os professores referem que existe participação nas três etapas.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

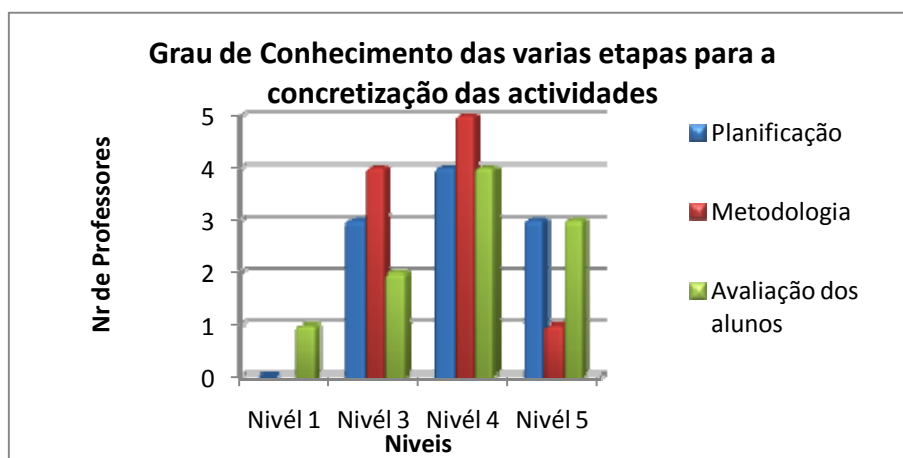


Figura 29 - Grau de Conhecimento dos Docentes sobre as etapas para a concretização das actividades de enriquecimento curricular no Complexo dos Arcos

Considerando os conhecimentos dos professores sobre a planificação, metodologia e avaliação das actividades, estes situam-se preferencialmente nos níveis 3, 4 e 5, sendo que o nível quatro é o que apresenta frequências maiores. Assim podemos considerar que os professores do 1 ciclo tentam manter-se inteirados do processo de desenvolvimento das próprias actividades de enriquecimento curricular.

No caso dos professores da escola de A dos Negros também a situação è idêntica, ou seja, os seus conhecimentos situam-se no nível 4, destacando-se o conhecimento da metodologia e avaliação dos alunos e situando-se no nível 5 o aspecto relativo a planificação das actividades.

Respeitante ao que se passa na escola da Amoreira o grau de conhecimento dos dois professores situa-se no nível quatro, relativo as três etapas, planificação, metodologia e avaliação.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

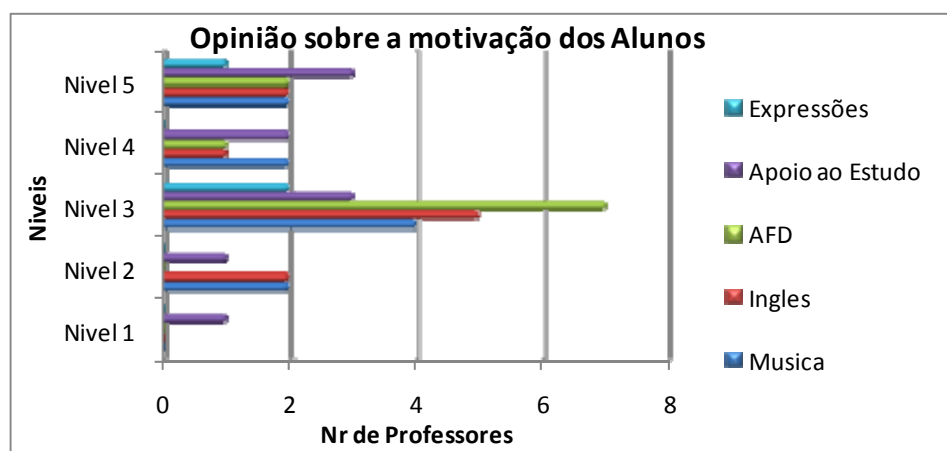


Figura 30 - Opinião dos Docentes sobre os níveis de motivação dos Alunos do Complexo dos Arcos

Quando inquiridos acerca da sua opinião acerca do nível de motivação dos alunos, os professores destacam o nível 3 e a actividade em que consideram que as crianças apresentam maior motivação é a actividade física e desportiva, seguida do inglês e da música. Dentro deste nível a actividade que se destaca menos é a actividade ligada às expressões. O nível que a seguir mais se destaca é o nível 5 onde a actividade predominante é o apoio ao estudo.

No caso dos professores da Escola de A dos Negros é no nível 4 que é apresentada maior expressão e quase a totalidade das actividades têm frequências idênticas, o que pode levar a concluir que os professores consideram que todas as actividades são relevantes para desenvolvimento da motivação nas crianças.

Na Escola da Amoreira, a opinião dos docentes sobre o nível de motivação das crianças situa-se entre o nível 4 e o nível 5, sendo que a totalidade dos professores (2), no nível 4 destacam o apoio ao estudo, o inglês e a música e no nível 5 destacam a actividade física e desportiva como fonte de motivação das crianças. Em relação às expressões, um dos professores coloca-a no nível 5 o outro no nível 4.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

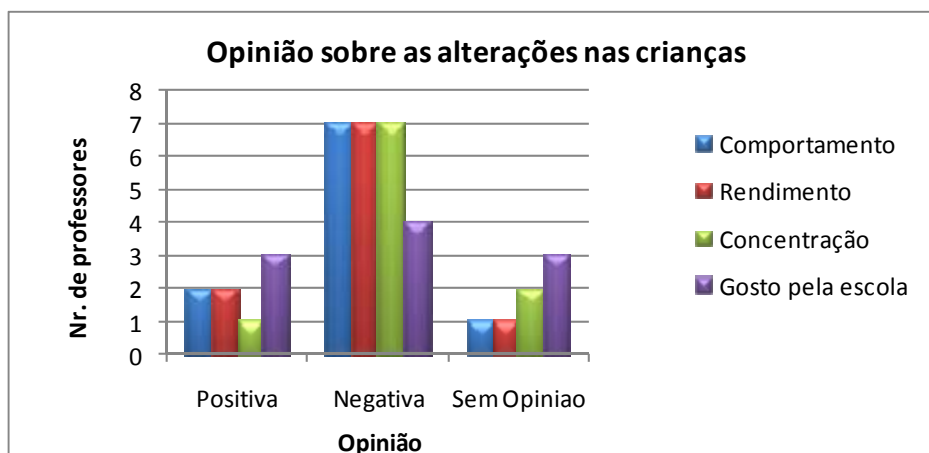


Figura 31 - Opinião dos Docentes do Complexo dos Arcos sobre as alterações da introdução das actividades nas crianças

Quando inquiridos acerca das alterações decorrentes da introdução das actividades de enriquecimento curricular os professores na sua grande parte consideraram-nas negativas, ou seja 7 dos 10 professores referiram que estas actividades repercutem-se a nível do comportamento, do rendimento e da concentração das crianças, 4 referem que se repercute negativamente no gosto pela escola.

Considerando os professores que responderam positivamente, 3 afirmaram que isso se reflectiu no gosto pela escola, dois no comportamento e rendimento escolar e um que estas actividades ajudam as crianças a concentrarem-se mais.

Na escola de A dos Negros, os 2 professores consideraram que as actividades são negativas e afectam as crianças ao nível do comportamento, rendimento e concentração, apenas referiram aspecto positivo em relação ao gosto pela escola.

Ao contrário do que aconteceu com as escolas referidas anteriormente, os professores da Escola da Amoreira, consideram que a introdução destas actividades foi positiva, assim, a totalidade dos professores referiu que isso se notou no gosto pela escola e depois um dos dois professores referiu que se repercutiu nos restantes aspectos, comportamento, rendimento e concentração. O outro professor referiu estes três aspectos mas considerou-os na vertente negativa.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

1.3 – A Opinião das Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico

Nos questionários relativos às crianças foram aplicados questionários a várias turmas escolhidas aleatoriamente e a todos os anos de escolaridade, 1º ao 4º ano do complexo dos Arcos e a todos os alunos de duas escolas às quais me foi dada a possibilidade de me deslocar, designadamente a Escola do 1º ciclo de A-dos- Negros e a Escola de 1º ciclo da Amoreira.

A estrutura do questionário foi construída de forma a tentar retirar maior quantidade de informação possível relativamente à importância das actividades de enriquecimentos e perceber a satisfação das crianças em relação a estas actividades, no ano lectivo 2009/2010. (anexo 4-C).

A forma como apresentarei os dados respeitará a estrutura dos questionários, sendo que os indicadores das questões servirão de tópicos para a respectiva análise. Também neste público-alvo foi adoptada a modalidade de selecção de informação de várias turmas. Existem seis turmas de 1º ciclo e aqui na análise destaquei apenas duas; uma do 1º ano e outra de 3º ano. De qualquer forma todas as informações referentes às restantes questões podem ser consultadas no anexo 6-A.

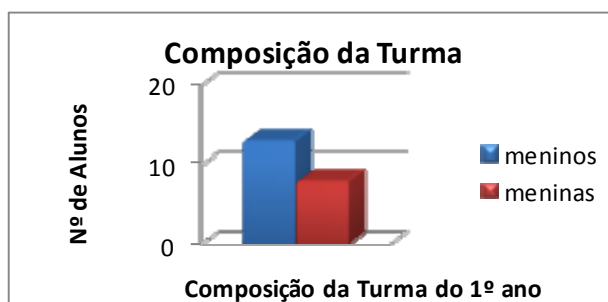


Figura 32 - Composição da turma de 1º ano do Complexo dos Arcos

Este gráfico permite constatar que a turma de 1º ano é composta por 21 alunos, sendo que 13 são meninos e 8 são meninas. A maioria das crianças a frequentar o primeiro ano têm 6 anos, 14 alunos.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

A turma de 1 ano da Escola de A dos Negros tem 10 crianças, sendo que 6 são meninos e 4 são meninas. Em relação as idades estas crianças têm idades compreendidas entre os 6 anos (4 crianças) e os 7 anos (6 crianças), ver gráfico no anexo 6 – B).



Figura 33 - Actividades que as crianças do 1º ano do Complexo dos Arcos mais gostam

Neste gráfico podemos constatar que quase em todas as actividades, os 21 alunos referenciaram o item “Gosto Muito”. Apenas na Música duas crianças referiram que gostam “Mais ou Menos” e uma respondeu o mesmo em relação à Educação Criativa e uma criança apenas referiu “Gosto pouco” na actividade de Música.

Em relação à aprendizagem de coisas novas com estas actividades, todas as 21 crianças desta turma responderam afirmativamente a esta questão. Quanto à justificação tem varias opiniões, 15 crianças referiram o fazer máscaras, histórias e bonecos, 2 destacaram os bonecos, 1 referiu jogos e as 3 restantes crianças não responderam ou não justificaram. (ver gráfico em anexo 6-A)

Através da observação dos dados apresentados no gráfico abaixo podemos verificar que nesta turma, os alunos destacam o professor que mais gostam como sendo o professor de inglês. (12 crianças). Em relação à actividade de apoio ao estudo,

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

10 crianças responderam que é nesta actividade que aprendem mais. Na actividade física e desportiva, existem 12 crianças que realçam o facto de serem os melhores. Onde existe mais espaço para a brincadeira é na actividade de educação criativa, segundo 11 das crianças desta turma e também é nesta actividade que as crianças se sentem mais felizes, 8 crianças, seguido de actividade física e desportiva e também de apoio ao estudo com 4 crianças cada.

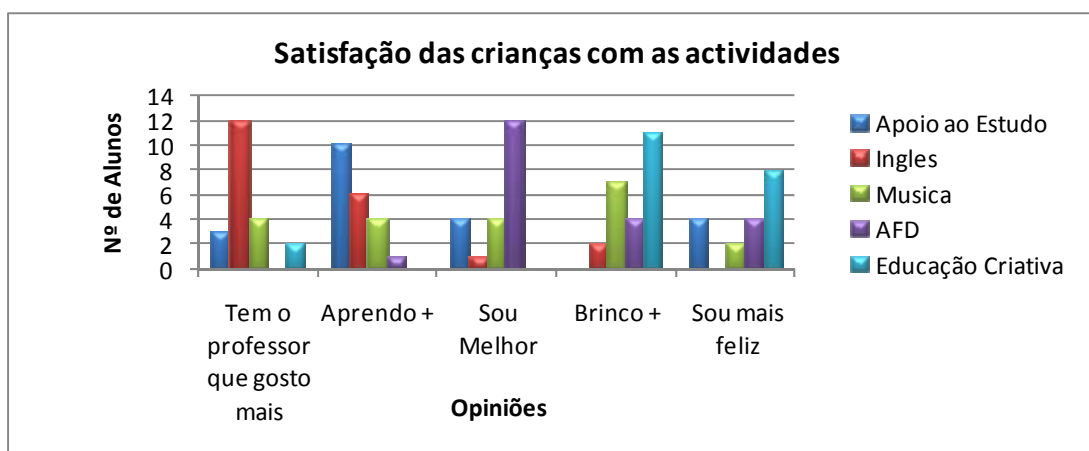


Figura 34 - Satisfação das crianças do 1º ano do Complexo dos Arcos em relação as varias actividades

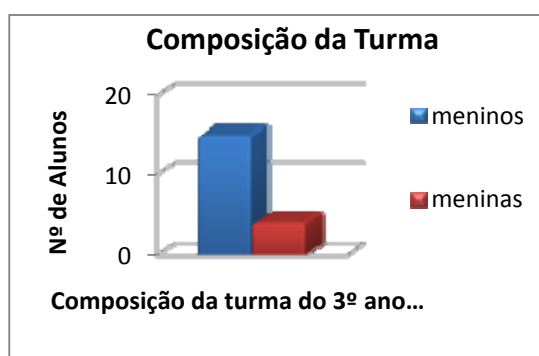


Figura 35 - Composição da turma de 3º- A, do Complexo Escolar dos Arcos

Relativamente aos alunos que constituem a turma A do 3 ano, 15 são meninos e 4 são meninas. As suas idades, conforme pode ser observado no gráfico abaixo

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

indicado situam-se entre os 7 e os 11 anos, sendo que o maior número de crianças se encontra na faixa etária dos 8 anos (11 crianças).

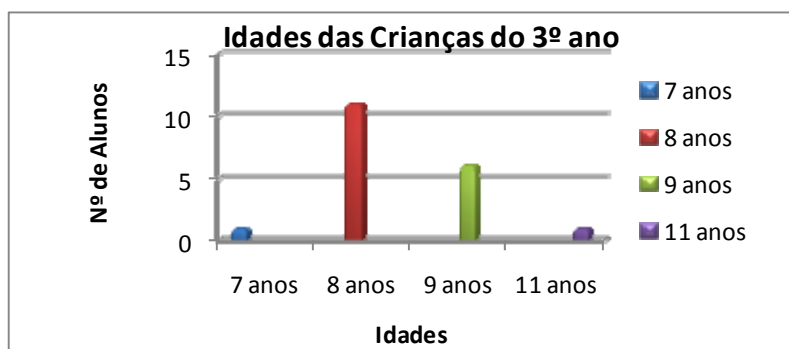


Figura 36 - Idades das crianças do 3º ano do Complexo dos Arcos

No que respeita às actividades que as crianças mais gostam, destaca-se a Educação Criativa com 19 das crianças a responder “Gosto Muito”, seguida da actividade com o animador, a actividade física e desportiva e o apoio ao estudo com 17 crianças respectivamente. Pode ser confirmado no gráfico abaixo apresentado.

Relativamente às crianças do 4º ano de escolaridade da Escola de A-dos Negros, todas (10) destacam actividades com o animador, educação criativa, actividade física e desportiva e inglês na coluna do “Gosto Muito”. Com a opinião de 9 crianças surge logo de seguida a Música e o Apoio ao Estudo, referido por 5 crianças. (consultar gráfico em anexo).

A turma de 1º ano da Escola de Amoreira tem 8 alunos, 4 meninos e 4 meninas. As idades das crianças varia entre os 6 e os 8 anos, sendo que a incidência maior recai sobre os 7 anos, metade das crianças, sendo que 3 têm 6 anos e 1 tem 8 anos. (consultar gráfico no anexo 6-C).

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

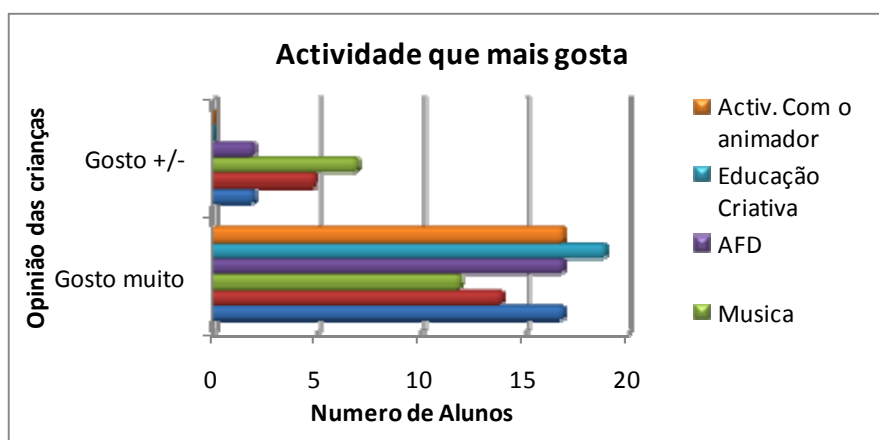


Figura 37 - Actividades que as crianças do 3º ano do Complexo dos Arcos mais gostam

Quando inquiridos acerca das aprendizagens realizadas pelas crianças, 5 destacam que aprenderam muitas coisas novas e outras 5 referiram fazer livros e actividades com o animador. Contudo a frequência maior com opinião de 6 crianças é assunção de que aprenderam coisas novas mas não justificaram. (consultar gráfico em anexo 6-A).

As actividades que mais se destacam, referidas pelas crianças do 3º ano da escola da Amoreira são a actividade com o animador e a educação criativa, referida pela totalidade das crianças, na coluna do “Gosto Muito”. Também na mesma coluna 7 das crianças referem a educação criativa e o inglês. (consultar gráfico em anexo 6-C). Na coluna do “Gosto mais ou menos” temos a Música, referenciada por 6 das crianças e em seguida o Apoio ao Estudo com a opinião de 4 das crianças.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

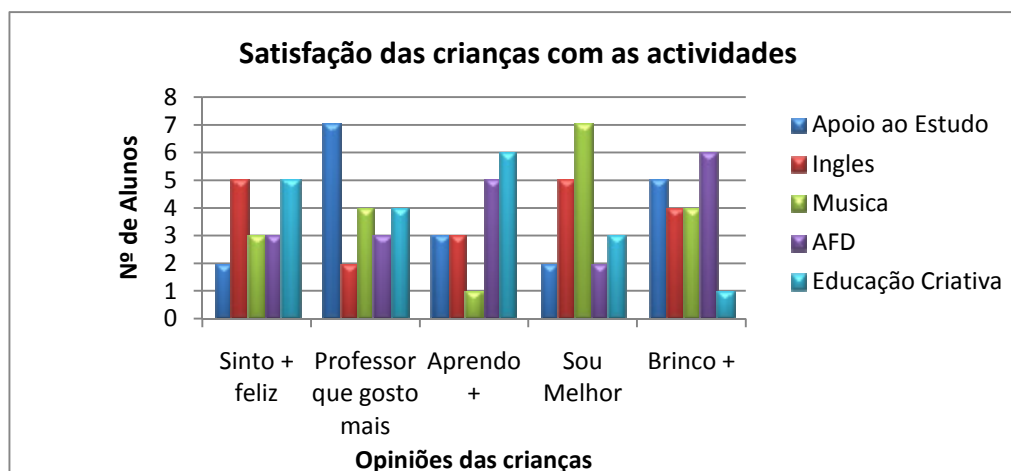


Figura 38 - Satisfação das crianças do 3º Ano do Complexo dos Arcos com as Actividades

Considerando as opiniões das crianças relativamente com a actividade de enriquecimento curricular, a mais equilibrada é a coluna que refere “Brinco Mais”, na qual se destaca a actividade física e desportiva, seguida do apoio ao estudo com opinião de 5 crianças e em seguida com opinião de 4 crianças, temos o inglês e a música. Na coluna referente ao “Professor que gosto mais” 7 das crianças destaca o apoio ao estudo, seguido pela Música e pela Educação Criativa, por 4 das crianças em cada.

Segundo a opinião das crianças do 3º ano da Escola de A-dos Negros, a actividade que apresenta uma maior frequência é o apoio ao estudo na coluna do “Aprendo mais” com opinião de 7 das crianças, a que se segue com opinião de 6 das crianças é a música, na coluna de “onde me sinto mais feliz” e também com 6 das crianças que referenciaram a educação criativa (ver gráfico no anexo 6-B)

As crianças do 2º ano da Escola da Amoreira destacam a coluna referente à opção a “Aprendo Mais” e dentro desta a actividade que mais se destaca é o apoio ao Estudo com opinião de 5 crianças e depois o inglês com opinião de 3 das crianças. Em seguida a coluna do “Brinco Mais” tem uma frequência mais elevada, 4 crianças na actividade física e desportiva e em seguida com 3 crianças a educação criativa. (ver gráfico no anexo 6-C)

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

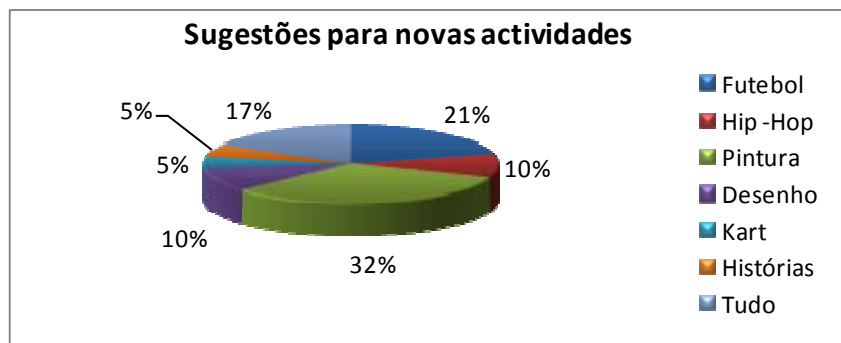


Figura 39 - Sugestões das crianças do 3º Ano do Complexo dos Arcos para novas Actividades

Das actividades que as crianças mais gostariam de ter na escola destacam-se a pintura com 32% da opinião das crianças, em seguida com 21% surge o futebol. Com 17% das opiniões as crianças referem que têm tudo. Actividades como o Hip-Hop e o Desenho representam 10% das opiniões.

Considerando a turma de 2º ano, da Escola de A-dos-Negros, as actividades que as crianças sugeriram foram a informática, teatro e ginástica com 40%, seguidos pela representação e dança com 20% e Ciência com igual percentagem e depois com 10% actividades como informática, volley e com 10% também as actividades lúdicas. (ver gráfico em anexo, 6-B).

Quando questionados acerca das actividades que gostariam de ter na escola, as crianças da Escola da Amoreira apresentaram diversas sugestões, mas entre todas a que mais se destaca é a Ciência Divertida e o Taekwondo com 25% das opiniões. Em seguida com 13% das opiniões temos varias, o futebol, equitação e o volley. Com 12% temos as piscinas e experiencias, o yoga e os restantes 12% não responderam (ver gráfico em anexo 6-C).

1.4 – A opinião dos Pais

Na análise dos questionários aplicados aos pais (anexo 4-D), a forma de análise será idêntica à utilizada anteriormente. Serão referenciadas as opiniões dos pais de

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

crianças de vários anos e das três escolas. De referenciar que as informações apresentadas em tabelas se encontram no (anexo 5).

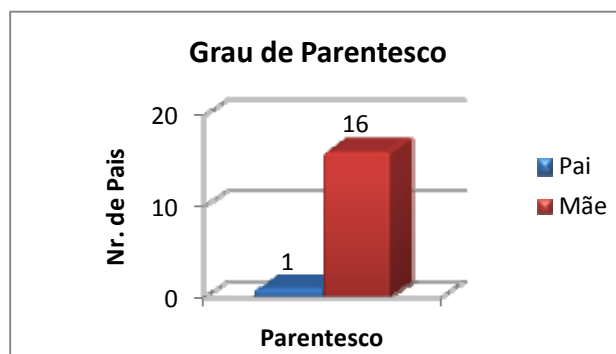


Figura 40 - Grau de Parentesco das crianças do 2º ano do Complexo dos Arcos

Relativamente aos pais das crianças de uma das turmas de 2º ano do complexo dos Arcos, podemos verificar que a grande maioria a preencher os questionários foram as mães que possivelmente serão as encarregadas de educação das crianças.

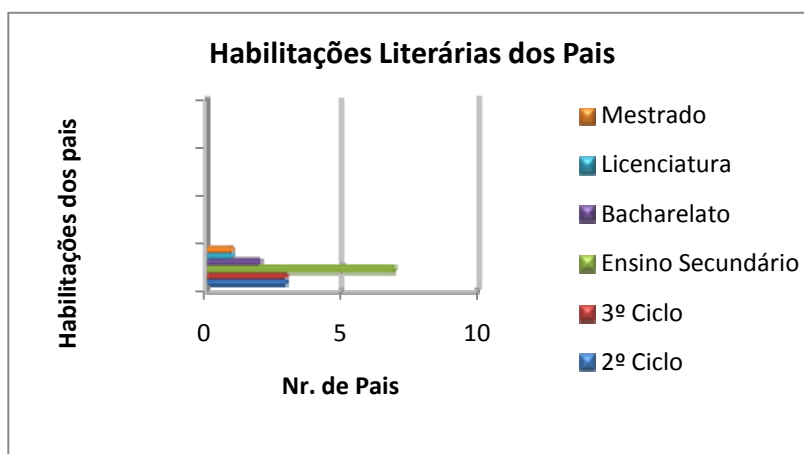


Figura 41 - Habilitações Literárias dos Pais de crianças do 2º ano do Complexo dos Arcos

No que diz respeito às habilitações literárias dos Pais, sete dos pais possui uma formação ao nível do ensino secundário, três dos pais possuem o 2º ciclo e três também possuem o 3º ciclo. Ao nível da formação existe dois pais com Bacharelato, um com Licenciatura e um também com Mestrado.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

As habilitações literárias dos pais das crianças do 1º ano da Escola de A dos Negros incidem principalmente sobre o 3º ciclo, referido por 3 dos pais. Com ensino secundário temos 2 pais, com o 2º ciclo, também 2 dos pais e com o mesmo valor 1º ciclo. (ver anexo 5-C).



Figura 42 - Actividade Profissional dos Pais de Crianças do 3º ano do Complexo dos Arcos

Em relação à actividade profissional, a que mais se destaca é a situação de desemprego, afectando 4 dos pais. Os restantes têm profissões distintas que passam pelo ensino no caso de dois pais que são professores, um do ensino básico, outro do ensino secundário, passando pela hotelaria, coordenação de vendas, esteticista, empregada de balcão e doméstica.

Quanto aos pais das crianças do 1º ano da Escola de A-dos Negros, as actividades profissionais dos pais das crianças são as seguintes; empregada de balcão/supermercado, 2 pais e também 2 pais ligados ao artesanato. As outras profissões passam desde empregada de limpeza a técnica comercial, passando por outras como agricultora e condutora de uma carrinha de 9 lugares.

Considerando as actividades profissionais dos pais das crianças do 3º ano da

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Escola da Amoreira temos uma que se destaca, assim temos duas domésticas. Temos depois uma vendedora, um operário fabril, um agricultor, um inspector de automóveis e um professor de ensino secundário. (ver gráfico no anexo 5-B).



Figura 43 - Importância da Existência das Actividades de Enriquecimento Curricular

A totalidade dos pais das crianças de uma das turmas do 2º ano do Complexo Escolar dos Arcos reconhece a importância da existência das actividades de enriquecimento curricular.

A opinião quanto à adequação das actividades às crianças é quase unânime, uma vez que sete dos pais assume que sim e apenas um dos pais refere que não. As justificações serão apresentadas no gráfico abaixo.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

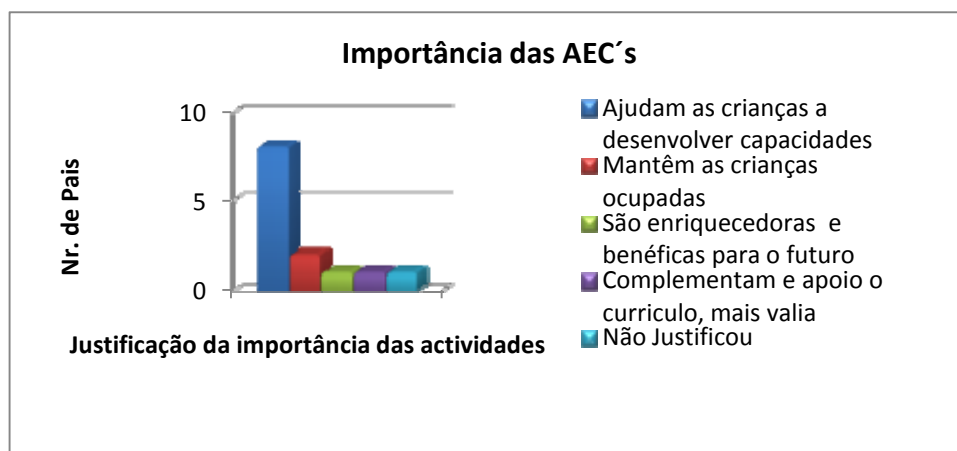


Figura 44 - Justificação da importância das actividades de enriquecimento curricular pelo pais das crianças do Complexo Escolar dos Arcos

A justificação mais destacada com a opinião de 8 dos pais é referente ao reconhecimento de que estas actividades ajudam as crianças a desenvolver capacidades. Em seguida, com a opinião de 2 pais, vem o facto de as actividades manterem as crianças ocupadas. As restantes justificações passam pelo complemento do currículo e o reconhecimento de que são uma mais-valia, pelo facto de serem enriquecedoras e benéficas para as crianças e num dos casos o pai não justificou.

As razões apresentadas pelos pais das crianças do 2º ano da Escola de A-dos-Negros para a assunção da adequação das actividades às crianças são as seguintes. Dois dos pais referem que estas actividades ajudam no desenvolvimento da criança, um dos professores refere que considera adequado embora não conheça os conteúdos do programa e um dos pais não responde e também outro pai reconhece que considera as actividades adequadas mas não justifica.

Por outro lado, temos um dos pais que não considera adequado pois na sua opinião os professores não são exigentes com as crianças. (ver gráfico em anexo, 5- C).

Relativamente ao grau de importância das actividades de enriquecimento curricular os pais das crianças da Escola da Amoreira, centraram-se dos patamares do “Importante”, onde destacaram a actividades de Música e a actividade de Expressões,

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

com opinião de seis dos pais. Da coluna do “Muito Importante”, deram enfoque ao Inglês, 6 pais, e no Apoio ao Estudo, 5 dos pais. (anexo 5-B)

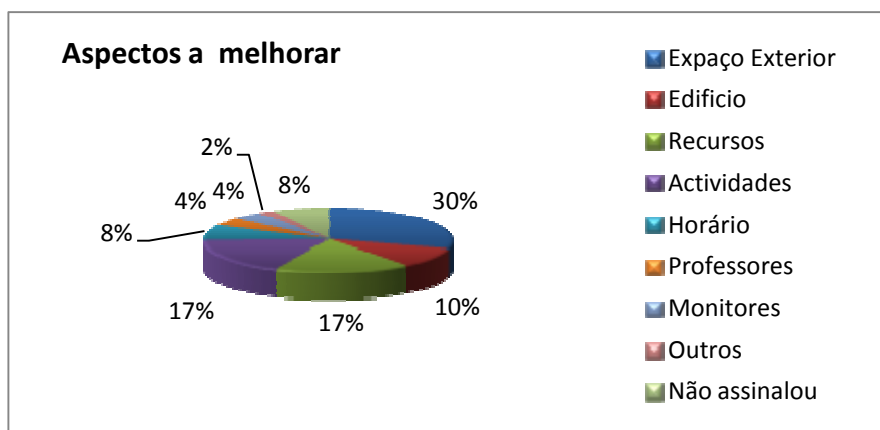


Figura 45 - Aspectos a melhorar identificados pelos pais

No que diz respeito às sugestões sobre o que poderia ser melhorado, 30% dos pais referiu o espaço exterior, em seguida com 17% temos os recursos e também com a mesma percentagem as actividades. Na opinião de 10% dos pais também os horários deveriam ser melhorados.

As sugestões dos Pais das crianças da Escola da Amoreira, quanto ao que poderia ser melhorado recaem com 43% das opiniões sobre o espaço exterior, seguido da opção “outros”, referida por 30% dos pais, e as justificações incidem pela existência de um campo de futebol e pela separação dos alunos por ano de escolaridade, ser só um ano por sala. Com 14% das opiniões temos dois pais, um que se refere a melhorias no edifício e outro pai que acha se os recursos deveriam ser melhorados.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?



Figura 46 - Nível de Satisfação dos Pais com os Recursos Humanos do Complexo Escolar dos Arcos

Para finalizar as opiniões dos pais das crianças do Complexo Escolar dos Arcos, temos a satisfação destes em relação aos recursos humanos, nomeadamente aos animadores. Na maior parte dos casos, neste caso 14 dos pais destacaram que estão satisfeitos mas não justifica. Na opinião de 5 dos pais, consideram que os animadores são muito profissionais e criativos, 4 referem-se a eles como sendo excepcionais. Um dos pais referiu que não tem nada a apontar e outro que se encontra muito satisfeita com o desempenho dos animadores.

No que concerne ao nível de satisfação dos pais das Crianças da Escola de Ados- Negros, a grande maioria, ou seja, 5 dos pais está satisfeito mas não apresenta justificação. Um dos pais refere que estes deveriam ser incluídos na elaboração dos programas, outro pai refere que gostaria de “ver” o trabalho que os animadores fazem e por fim outro pai, refere que as crianças não deveriam ter tantas horas de actividade física e desportiva. (ver gráfico em anexo 5-C).

Para finalizar esta análise das opiniões dos pais temos a opinião dos pais das crianças da Escola de Amoreira, acerca da satisfação destes em relação as actividades. Assim a frequência maior cabe ao indicador não sugeriu com opinião de dois dos pais e os restantes foram referidos cada um deles por apenas um. De destacar algumas das sugestões temos por exemplo um dos pais que referiu que deveria existir uma maior

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

diversidade nas actividades, outro realçou a sua dúvida de que se as aulas de apoio serão bem aproveitadas, outro dos pais, relativamente ao inglês referiu que deveriam existir cadernos para as crianças treinarem e deviam ler mais em inglês, outro dos pais referiu que não tem nada a referir que está tudo bem.(ver gráfico em anexo 5-B).

Terminada esta análise mais exaustiva e ilustrativa de dados, através dos gráficos, passarei seguidamente à apresentação dos resultados. Dou este nome a esta nova parte porque enquanto nesta que agora termino, foi realizada uma análise tendo por base os questionários, agora nesta parte agora tentarei cruzar a informação recolhida pelos outros instrumentos, nomeadamente, documentação que me foi cedida e pela entrevista breve, realizada à Dr.^a Ana Sofia, de onde destacarei algumas partes mais relevantes.

1.5 – Os Dados recolhidos junto da Câmara Municipal de Óbidos

Passarei agora a efectuar a análise da entrevista realizada à Dr.^a Ana Sofia, (ver guião da entrevista no anexo 4-E), da qual destacarei os aspectos mais relevantes que me permitiram responder as questões de partida, com esta entrevista tentei principalmente perceber quem está envolvido nestas actividades, como é feita a preparação e planificação das actividades, entre outras questões.

A primeira questão, colocada após minha apresentação e respectiva legitimação da entrevista, consistia em saber quais as actividades que decorrem este ano, assim a Dr.^a Sofia Godinho referiu, *o Município de Óbidos promove a actividade de Inglês, Música, Actividade Desportiva e Actividade Criativa. Esta última é uma aposta do Município de Óbidos e engloba uma série de actividades em parceria com outros sectores do Município e profissionais externos. Por último, o Agrupamento coloca à disposição os professores titulares de grupo para o desenvolvimento da actividade de Apoio ao Estudo*”. (excerto da entrevista).

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

➤ A importância das Actividades de Enriquecimento Curricular

Quando questionada acerca da importância das actividades, a Dr.^a Ana Sofia reforçou a ideia que estas são importantes se forem de encontro ao objectivo a que se propõem e que passa pelo enriquecimento do currículo. O município de Óbidos como atrás já havia sido referido começou com o desenvolvimento destas actividades de complemento desde 2003, antes mesmo da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular a nível nacional apenas em 2005. *“O Município de Óbidos desde 2003 e promove o ensino de inglês e música nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.” (excerto da entrevista).*

A possibilidade do desenvolvimento destas actividades é reforçada pelo estabelecimento de acordos e parcerias com varias entidades que o Município procura, para elevado grau de qualidade.

➤ As Directrizes que regem a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular

Relativamente a questão das directrizes que regem a implementação das actividades, a opinião da Dr.^a Ana passam por refere que *“As actividades a implementar vão sempre ao encontro dos objectivos estratégicos do Município para a área da educação”*.

➤ Quem participa na equipa ligada às Actividades de Enriquecimento Curricular

No que diz respeito aos elementos que participam na organização e desenvolvimento das actividades, existe um conjunto de pessoas, “profissionais do

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Gabinete de Educação do Município envolvidos, bem como do Agrupamento de Escolas”.

O recrutamento destes profissionais é realizado de duas formas, ou através de parcerias estabelecidas com associações ou empresas ou directamente pelo Município..

➤ O Envolvimento da Autarquia

O Envolvimento da Autarquia de Óbidos em todo o processo de desenvolvimento das actividades é muito grande, constatei isso no dia a dia, existe sempre a preocupação e o acompanhamento para que tudo corra da melhor forma possível. A Dr.^a Ana Sofia quando questionada em relação a quem está envolvido neste processo destacou, “...os técnicos do Gabinete de Educação, onde se inclui os técnicos superiores e os animadores”.

No Protocolo das Actividades de Enriquecimento Curricular, em anexo, podem ser consultadas informações referentes à colaboração e participação e ainda a identificação das entidades envolvidas.

➤ Quem colabora com os professores

As actividades funcionam de forma bastante dinâmica e todos participam, segundo indicado pela Dr.^a Ana Sofia existe articulação entre os animadores e os professores. “Os animadores do Município intervêm nas actividades, seja ajudando os professores ou a desenvolver autonomamente as actividades”.

➤ Funções desempenhadas por cada um dos intervenientes

Respeitante às funções que os intervenientes desenvolvem, a gestão é feita pelo Gabinete de Educação. “ O Gabinete assume a gestão do funcionamento das

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Actividades de Enriquecimento Curricular e os técnicos (docentes e animadores) fazem a operacionalização do projecto”.

➤ Meios empregues para que os vários intervenientes organizem o seu trabalho

Quanto à forma como é realizada a organização das actividades, na perspectiva da Dr^a Ana Sofia, “estas são feitas de forma a permitir a apresentação de um plano de actividades, no início de cada ano lectivo, que permita a aquisição de materiais de apoio às Actividades de Enriquecimento Curricular”. Mais informação respeitante aos “planos para o ano lectivo 2009/2010 podem ser consultadas no Projecto Educativo, (anexo 2-A).

➤ Custos Inerentes ao funcionamento e continuidade das actividades de Enriquecimento Curricular

Relativamente aos encargos financeiros são suportados em parte pelo Ministério da Educação e pelo Município. “O Ministério apoia financeiramente as AEC, no entanto, a verba é insuficiente para cobrir todas as despesas que o Município tem com este programa”.

➤ Aplicação dos fundos postos à disposição para estas actividades

Os fundos de que o Município dispõe são canalizados “...para a Contratação de profissionais, para se proceder ao (pagamento de vencimentos), a aquisição de

materiais pedagógicos de apoio e obviamente todos os custos de manutenção dos espaços onde se desenvolvem as actividades”.(Anexo 5-I)

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

2 – Discussão dos Dados

Nesta parte do trabalho irei destacar os resultados de todos os dados tratados, no sentido de destacar os pontos mais importantes e que mais influências tiveram. Perceber se as respostas que me foram fornecidas permitiram e foram de acordo com as questões de pesquisa e objectivos para os quais me propus encontrar respostas. Procurarei também retirar conclusões sobre a temática do trabalho e conseguir sintetizá-las da melhor forma.

Podemos dizer de uma forma geral, considerando as opiniões dos vários inquiridos que é bastante notória a preocupação da Autarquia em proporcionar um leque de actividades interessante e estimulante para as crianças, e que suporta de forma significativa os encargos inerentes ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular, uma vez que a ajuda que o Estado dá é muito insuficiente.

Da parte dos professores das actividades de enriquecimento curricular, temos referido em muitos dos questionário, o gosto por leccionar e por passar valores às crianças, conduzindo assim estas crianças para superarem os desafios futuros.

As crianças que gostam de frequentar as actividades, mesmo depois de um dia inteiro de aulas conseguem divertir-se e aprender. A grande maioria das crianças gosta muito de quase todas as actividades, isto também se deve sem dúvida ao trabalho que é feito quer pelos professores das actividades, quer também pelos animadores.

E por fim os pais, que reconhecem que estas actividades são uma mais valia para a educação dos seus filhos, permitindo não só que adquiram conhecimentos e competências mas também para a sua própria construção enquanto pessoas.

A maioria dos pais destaca a importância do surgimento destas actividades e alguns referem também que as suas crianças se não frequentassem as actividades na sua grande maioria estariam em casa dos avós e não desenvolveriam qualquer tipo de

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

actividade educativa. Assim realçam ainda mais o facto destas actividades complementarem a formação das crianças mas de uma forma divertida.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

3- Conclusão

Uma vez que realizei uma discussão dos dados, através da análise e interpretação dos gráficos, apresentada acima e englobando toda a população alvo, as minhas conclusões incidiram mais para uma reflexão de todo o estágio. Farei isto, procurando descrever as minhas expectativas, se foram superadas ou não, a minha integração, os meus receios, a forma como me senti na instituição, o trabalho que desenvolvi, as minhas movimentações, o trabalho desenvolvido por todos, designadamente pela equipa do Gabinete de Educação.

O trabalho que desenvolvi no decorrer do meu estágio, não foi um papel de intervenção directa no funcionamento do dia-a-dia, mas acompanhei sempre que possível o trabalho que era realizado com as crianças nas actividades de enriquecimento curricular, isto graças a mobilidade total que me foi concedida logo desde início. Fui ter com as animadoras, estive com as crianças nos intervalos, tentei captar a forma como eles se interessam por cada nova actividade que surge todos os dias.

Logo nos primeiros dias achei que seria pertinente estruturar ou fasear a forma como queria que as coisas fossem acontecendo e assim sendo elaborei um calendário, onde ia registando o ritmo a que as situações iam acontecendo, essa calendarização pode ser consultada em anexo.

A minha expectativa era muito grande, não só por ser no sítio que era, num Complexo Escolar dos Arcos uma escola com dois anos e pautada por directrizes como a criatividade e a tecnologia e inovação, mas também por ser uma escola muito grande, não só pelos 211 alunos mas também pela grande diversidade a nível dos estratos sociais. Realço esse aspecto porque precisamente o mais curioso e desafiante é colocar crianças de estratos diferentes dentro do mesmo espaço e permitir que estas tenham um nível de ensino e um acesso a infra estruturas muito boas que concerteza permitirão um melhor desempenho escolar.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Quer pelos professores, que pelos animadores com os quais tive a oportunidade de contactar, denotei uma grande entrega pelo trabalho que desenvolvem com as crianças e principalmente fazer com que estas se sintam integradas e felizes. Constatei também que a relação do departamento de Educação com estes profissionais é muito próxima, ambas as partes tentam estar o mais possível a par do passo seguinte e existe uma grande colaboração entre todos, regularmente eram realizadas reuniões para discutir casos mais complicados e para com a maior brevidade se procurar arranjar uma solução.

Existia da minha parte uma grande ansiedade sobre o que efectivamente eu iria fazer. Sendo a Dr.^a Ana Sofia licenciada em Ciências da Educação e sendo ela a coordenadora do Gabinete de Educação, eu tinha a ideia de que iria acompanhar o seu trabalho de perto, de forma a poder inteirar-me das competências de um técnico superior de educação num dos muitos cenários de acção.

Contudo, não foi possível que as coisas se desenrolassem dessa forma, principalmente devido a excessiva carga de trabalho da minha coordenadora, que pela dedicação e preocupação que coloca no seu trabalho e no acompanhamento que esta faz diariamente, quer com os professores quer com os animadores e reuniões, não conseguiu despender do tempo suficiente para me conseguir dar o apoio que ela própria desejava.

Assim o meu trabalho ficou em certa medida limitado neste aspecto de “não colocar as mãos na massa”, contudo tinha acesso a documentação e acompanhava todas as actividades e desenvolvimentos que se passavam, respeitantes as actividades. Tive toda a liberdade de gerir o meu tempo, o meu trabalho e quando solicitava alguma documentação ou tinha alguma dúvida em algum aspecto, era atendida quase de imediato.

Esta situação, permitiu que, tivesse mais tempo para construir os instrumentos de recolha de dados aplicá-los, recolhê-los e trabalhá-los. Construí um mapa de calendarização onde fui registando todas as minhas tarefas e evolução do trabalho, (ver anexo 9).

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

De salientar que apliquei 390 questionários e o feedback foi bastante bom, tal como a taxa de retorno. No entanto existiu um certo atraso entre a entrega e o retorno o que me condicionou em parte o tempo para proceder a respectiva análise.

Relativamente à entrevista, realizada à Dr.^a Ana Sofia, foi uma entrevista muito breve, da qual tentei destacar da melhor forma os pontos mais relevantes. Devo salientar toda a disponibilidade e prontidão no que concerne a cederem-me dossiers com informação, documentação relativa aos projectos educativos, ao agrupamento de escolas, ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Intervenção Social, associado também em alguns aspectos com o Gabinete de Educação, ver trabalho desenvolvido no (anexo 7-A), e também aos protocolos de parcerias estabelecidos entre o Município, (anexo 3-D) e entidades nomeadamente ligadas à música, (anexo 3-E) e ao Inglês, (anexo 3-F), para dar uma maior consistência e qualidade no serviço prestado às crianças.

Apesar de não ter correspondido às minhas expectativas iniciais consegui ter percepção do quão difícil e desafiante fazer a gestão e coordenação de uma equipa de técnicos e animadores, de pessoas e de meios para que as coisas resultem e que as crianças tirem usufruto das actividades que foram preparadas para ajudar a enriquecer o seu currículo e ajuda-las a crescer também.

Esta experiência em Óbidos permitiu-me constatar que só com muito trabalho e dedicação conseguimos progredir, mesmo tendo desempenhado um papel não tão activo quanto eu esperava, aprendi muito e tive consciência da capacidade e da diversidade de aptidões que um técnico superior de educação deve possuir para o seu trabalho seja valorizado e reconhecido por todos. Para finalizar, foi bom o estágio não ter corrido tal como eu havia imaginado, porque assim através das dificuldades e dos entraves que foram aparecendo, foi-me possível desenvolver competências para contornar os obstáculos e aprender com isso.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Bibliografia

- ✓ Bacharach, S. Mundell, B. (1999). Políticas organizacionais nas escolas: micro, macro e lógicas de acção. In: Sarmento, M. J. (Org.). *Autonomia da escola: políticas e práticas*. Porto: Edições ASA.
- ✓ Barroso, J. Org. (2006). *A Regulação das políticas públicas de educação: Espaços, Dinâmicas e Actores*. Lisboa. Educa, Unidade de I&D de Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- ✓ Barroso, J. (1996a). *O Estudo da Escola*. Colecção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora
- ✓ Barroso, J. e Pinhal, J. Org.(1996b). *A Administração da Educação*. Os Caminhos da Descentralização. Lisboa: Edições Colibri
- ✓ Bernoux, P. (1998) *A sociologia das organizações*. Porto: Rés.
- ✓ Crozier, M. e Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Éditions du Seuil.
- ✓ Dubet, F. (1996) *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ✓ Estaço, I. (2001). *A escola, as parcerias e a mudança: teoria e prática – contributo de um estudo empírico*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

- ✓ Fernandes, A. (1997). Municípios Portugueses e a Educação: as normas e as práticas, in J. Barroso e J. Pinhal. *Administração da Educação - Os Caminhos de Descentralização*, Lisboa, Educa.
- ✓ Fernandes, A. (1999). Os Municípios Portugueses e a Educação: entre as representações do passado e os desafios do presente. In Formosinho, Fernandes, Sarmento e Ferreira. *Comunidades Educativas. Novos desafios à educação básica*. Braga: Livraria do Minho
- ✓ Fontoura, M. (2000). Projectos Educativos de Escola: Um desafio à organização curricular na escola. Tese de Doutoramento. Lisboa: FPCE-UL.
- ✓ Formosinho, J. et al. (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Edições ASA.
- ✓ González, J. M, e González, M. T. (1994). Perspectivas teóricas recientes en organización escolar: una panorámica general. Profesores y escuela? *hacia una reconversión de los centros y la función docente?* Madrid: Ediciones Pedagógicas.
- ✓ Ketele, J. e Roegiers, X. (1998). Metodologia da Recolha de Dados. *Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ✓ Lemos, J. & Figueira, J. (2002). Estatuto dos Parceiros da Comunidade Educativa – legislação anotada. Porto: Porto Editora.
- ✓ Lima, L. (1998). Para uma Análise Multifocalizada dos Modelos Organizacionais de Escola Pública (Ensaio). In L. C. LIMA, *A Escola como*

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Organização e a Participação na Organização Escolar. Braga: Universidade do Minho.

- ✓ Ludke, M. e André, M. (1986) *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Lda
- ✓ Marques, C. (2008) *Actividades de Enriquecimento Curricular e a política da escola e tempo inteiro*. Relatório de Estágio, Lisboa, FPCE- UL.
- ✓ Matos, F. (2005). *Lógicas de acção: estratégias de exercício do poder nas escolas*. Memórias de gestores escolares. Dissertação de Mestrado, Lisboa FPCE-UL.
- ✓ Morgan, G. (1996). *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas.
- ✓ Guedes, M. (2002). *As políticas educativas municipais da Área Metropolitana de Lisboa: o caso dos projectos sócio educativos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FPCE-UL.
- ✓ Martins, J. et al. (2004), *As Autarquias e a Educação*. Porto: Associação Nacional de Professores.
- ✓ Nóvoa, A. coord. (1992). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ✓ Pereira, M. (2007). *A intervenção municipal na construção de uma política educativa local: a representação das autarquias nas assembleias de escola: o caso da grande área metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FPCE-UL.

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

- ✓ Pinhal, J. (2003b). A actividade educacional das autarquias portuguesas; Natureza e intencionalidade. Comunicação apresentada no Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração de Educação, Recife.
- ✓ Pinhal, J. & Viseu, S. (2001) *A intervenção dos municípios na gestão do sistema educativo local: Competências associadas ao novo regime de autonomia, administração e gestão*. Inquérito por questionário aos presidentes das câmaras municipais do Continente; Nota previa João Barroso - Lisboa: Centro de Estudos da Escola, FPCE- UL.
- ✓ Pinhal, J. (2003a). Lógicas de descentralização e desilusões, Artigo publicado no Jornal de Notícias, *Julho*.
- ✓ Pinhal, J. (2003c). Gestão do Ensino e Mundialização – o Estabelecimento, a Região, o Estado: Colóquio da AFIRSE.
- ✓ Pinhal, J. (2004). O Território Educativo e as Comunidades Locais. Conferência proferida no Seminário Internacional “ *Educação, Desporto e Desenvolvimento Regional*”, promovido pela Associação dos Municípios do Distrito de Évora, Novembro.
- ✓ Santos, B. (2007). *Comunidade Escolar e Inclusão*. Horizontes Pedagógicos. Lisboa, Editora Instituto Piaget.
- ✓ Serra, A. (2005). *Entrelaços Escola - Poder Local, Atitudes e lógicas dos professores e autarcas nos processos de territorialização educativa*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências da

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

Educação, especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas.
Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

- ✓ Vinagre, A. (1993), Poder Local, Desenvolvimento e Educação: A política educativa da Câmara Municipal do Seixal de 1986 a 1992: um estudo de caso, Dissertação de Mestrado. Lisboa: FPCE-UL.

Legislação Consultada

- Decreto – Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.
- Despacho 14460/2008, de 15 de Maio, referente a desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré -escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.
- Despacho 12591/2006, surgido na sequência da lei 5/97 e consequentemente o Decreto-lei 6/2001 (estabelece a organização e gestão curricular do ensino básico).
- Lei - quadro da Educação Pré - Escolar. (Decreto-Lei nº 147/97)
- Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais
- Lei de Bases do Sistema Educativo - LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro),

A Autarquia e a Escola. Que relação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular?

- Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, que regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais".
- Decreto – Lei nº 75/2008, de 11 de Abril, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário.

Webgrafia

- ❖ Projecto Curricular de Escola: disponível em:
http://www.epsjosefaobidos.rcts.pt/escola_inf/pce_09_10.pdf, consultado a 14 de Dezembro de 2009
- ❖ Plano Anual de Actividades, disponível em:
http://www.epsjosefaobidos.rcts.pt/escola_inf/paa.pdf, consultado a 14 de Dezembro de 2009
- ❖ Site do agrupamento de Escolas Josefa d'Óbidos, disponível em:
<http://www.eps-josefa-obidos.rcts.pt/> , consultado em 19 de Fevereiro de 2010
- ❖ Entrevista a Telmo Faria, Presidente da Câmara de Óbidos, publicada na REVISTA DE ANIMAÇÃO E EDUCAÇÃO.Nº 8/2010, ISSN 1647-0311, disponível em: <http://anae.biz/rae/?p=291>

Caracterização do Concelho de Óbidos

1. Análise Geográfica e Acessibilidades

O concelho de Óbidos está localizado no centro litoral do país, Município da Estremadura, pertence ao distrito de Leiria, à Associação de Municípios do Oeste (AMO) e à Região de Turismo do Oeste (RTO), Costa de Prata, da qual fazem parte 11 Municípios: Alenquer; Arruda dos Vinhos; Bombarral; Cadaval; Caldas da Rainha; Lourinhã; Óbidos; Peniche; Rio Maior; Sobral da Lagoa; e Torres Vedras.

O município de Óbidos é composto por 9 freguesias: A-dos-Negros, Amoreira, Gaeiras, Olho Marinho, Santa Maria, São Pedro, Sobral da Lagoa, Usseira e Vau.

Segundo dados do INE, em 2008 o concelho de Óbidos tem uma área total de 141,6 Km², menos 0,8 Km² que em 2001.

Para a análise da área geográfica de cada freguesia, teremos que reportar aos dados existentes que se referem a 2001.

Quadro nº 1 – Freguesias do Concelho e a sua Área em Km² em 2001

Freguesias	Área em Km ²
A-dos-Negros	17,6
Amoreira	19,8
Gaeiras	10,2
Olho Marinho	18
Santa Maria	21,7
São Pedro	10,3
Sobral da Lagoa	4,7
Usseira	7,2
Vau	33,1
Concelho de Óbidos	142,4

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

De entre as freguesias que compõem o concelho a que apresenta uma área geográfica mais extensa é a freguesia do Vau que possui 33,1 Km², como podemos observar pelo

Mapa nº1 onde a dimensão desta freguesia se destaca; seguida da freguesia de Santa Maria com 21,7 Km².

Em sentido oposto, de todas as freguesias que compõem o concelho a freguesia de Sobral da Lagoa é a que possui menor área geográfica, com apenas 4,7 Km².

Mapa nº 1



Geograficamente o concelho está muito bem localizado, situa-se a cerca de 5 Km de Caldas da Rainha, dista 50 Km da cidade de Leiria, 75 Km de Lisboa e 245 Km do Porto. Beneficia dos acessos ao IC1 e EN8, à auto-estrada entre Lisboa e Leiria (A8) onde conta com dois nós de acesso, à A15 que liga Caldas da Rainha a Santarém e ao IP6 que faz a ligação entre Óbidos e Peniche.

Esta rede de acessibilidades cada vez mais alargada coloca o concelho numa posição de centralidade, contribuindo desta forma para melhorar a competitividade da zona Oeste permitindo simultaneamente captar novos investimentos e investidores para a região.

2. Potencialidades Intrínsecas do Concelho

O município de Óbidos possui características que lhe conferem uma identidade própria e potencialidades que poderão ser desenvolvidas no âmbito de diversas vertentes: económica, cultural, ambiental entre outras.

Fisicamente o concelho está inserido numa paisagem uniforme e pouco acidentada que se estende até à orla marítima, onde podemos encontrar belas praias ao longo da costa atlântica.

A Vila Museu, com um rico património histórico situa-se numa colina alongada e próxima da Lagoa de Óbidos, que lhe confere grandes potencialidades a nível cultural e do ponto de vista da exploração dos recursos naturais.

3. Dados Demográficos do Concelho

Crescimento Populacional Constante

Contrariamente à situação diagnosticada através dos censos de 2001 na qual se constata uma diminuição da população relativamente ao ano de 1991, o concelho de Óbidos a partir deste ano regista na generalidade um aumento constante da população tendo-se verificado um acréscimo de 502 efectivos entre o ano de 2001 e 2008.

Quadro nº 2 - Evolução da População Residente em Óbidos

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Concelho de Óbidos	10875	11003	11112	11187	11241	11301	11332	11377

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Contudo, segundo os dados do INE representados no quadro nº 2, podemos constatar que este aumento da população apresenta algumas oscilações. Entre os anos de 2001 e 2002 a população aumentou de forma gradual, tendo-se registado o aumento mais significativo no ano de 2002 que apresenta mais 128 efectivos que no ano anterior. A partir deste ano, regista-se um aumento populacional no concelho mas com diferentes oscilações relativamente ao acréscimo no número de efectivos.

Quadro nº 3 – Distribuição da População Residente no concelho em 2008

	2001	2007	2008
Homens	5398	5560	5572
Mulheres	5477	5772	5805
Total	10875	11332	11377

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2007 e 2008.

A população residente no concelho de Óbidos tem vindo a aumentar gradualmente desde o ano de 2001.

Entre 2001 e 2008 a população residente no concelho conta com mais 502 efectivos o que equivale a um crescimento na ordem dos 4,6%.

A partir do ano de 2001, começa a evidenciar-se uma nova tendência no aumento do ritmo populacional e constata-se que o efectivo populacional feminino do concelho é superior ao masculino. Em 2008 a população feminina representa 51% do total da população residente.

Quadro nº4 – Nº de Famílias

	Nº de Famílias		
	1991	2001	Variação %
Portugal	3147286	3650757	16
Região Oeste	121037	122614	1
Distrito de Leiria	141737	168328	19
Concelho de Óbidos	3714	3953	6

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991 e 2001 (Resultados Definitivos);

Os dados mais recentes de que dispomos relativamente ao número de famílias reportam ao ano de 2001 e revelam um aumento pouco significativo no concelho. Verificou-se em 2001 um acréscimo de 6% no número de famílias clássicas.

No sentido inverso a dimensão média das famílias no concelho de Óbidos tem vindo a decrescer acompanhando assim a tendência nacional; tendo registado em 2001 uma média de 2,75¹ membros por família. Prevê-se que este valor tenha vindo gradualmente a diminuir até 2008, uma vez que a taxa de natalidade de 2001 para 2008 diminuiu consideravelmente sobretudo no concelho de Óbidos.

Entre 2001 e 2008 prevê-se igualmente que tenha existido um acréscimo no nº de famílias clássicas residentes já que o número de alojamentos familiares aumentou significativamente.

¹ Dado fornecido pela plataforma estatística do Governo Civil de Leiria.

Quadro nº 5 – Distribuição da População Residente por freguesias em 1991 e 2001

Freguesias	População Residente	
	1991	2001
A-dos-Negros	1713	1493
Amoreira	1096	985
Gaeiras	1727	1858
Olho Marinho	1222	1258
Santa Maria	1799	1788
São Pedro	1292	1280
Sobral da Lagoa	482	420
Usseira	944	918
Vau	913	875
Óbidos – Concelho	11188	10875

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); INE, Censos 91 (Resultados Definitivos, Região Lisboa e Vale do Tejo).

O concelho de Óbidos apresenta entre 1991 e 2001 uma acentuada diminuição no ritmo populacional, que se reflecte em praticamente todas as freguesias do município, exceptuando as freguesias de Olho Marinho e Gaeiras nas quais se verifica um ligeiro aumento populacional, que se torna mais evidente na freguesia das Gaeiras que apresentou em 2001 mais 131 efectivos que em 1991.

Em 2001 das 9 freguesias do concelho, a freguesia das Gaeiras era a mais representativa em termos populacionais, dado que detinha 17,1% dos residentes no concelho e é onde se registava o nível de densidade populacional mais elevada do concelho, 182,7 hab. por Km². Em oposição, a freguesia do Sobral da Lagoa era a que registava o menor número de habitantes já que possuía apenas 3,86 % dos residentes na área geográfica do município.

Para além da freguesia de Gaeiras, em termos de efectivo populacional em 2001 as freguesias de Santa Maria e A-dos-Negros eram a segunda e a terceira mais representativas, sendo que Santa Maria possuía cerca de 16% do número total de residentes no concelho; e os residentes na freguesia de A-dos-Negros representavam aproximadamente 14% do número total de residentes no concelho.

Em 2008 segundo os dados das estimativas do INE relativos à população residente no concelho, assistimos a um aumento considerável em termos populacionais que se reflecte no nº de efectivos residentes em cada uma das freguesias. No entanto, como não dispomos de dados relativos à distribuição da população residente por freguesia, não

estamos em condições de analisar qual será a freguesia mais representativa em termos demográficos neste ano, nem tão pouco a sua evolução desde 2001.

Quadro nº 6 – Distribuição da População Recenseada no concelho de Óbidos por freguesias até ao dia 10 de Julho de 2009

Freguesias	População Recenseada 2009
A-dos-Negros	1432
Amoreira	956
Gaeiras	1860
Olho Marinho	1135
Santa Maria	1630
São Pedro	1250
Sobral da Lagoa	420
Usseira	889
Vau	863
Óbidos – Concelho	10435

Fonte: Diário da República, II Série, nº 134 Suplemento, Parte C, de 14 de Julho de 2009; Mapa nº 13-A/2009 – “Mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral até ao dia 10 de Julho de 2009.

Analisar a população recenseada no concelho de Óbidos constitui um dado importante para estimarmos a população residente no concelho em 2009; e avaliarmos presentemente quais poderão ser as freguesias mais representativas em termos populacionais, não esquecendo que nestes dados não estão incluídos os indivíduos com idade inferior a 18 anos.

Tendo em consideração estes elementos, constatamos que a freguesia mais representativa em termos de efectivo populacional recenseado no concelho é a freguesia de Gaeiras que possui 18% do número total de eleitores, seguida da freguesia de Santa Maria 16 % do número total de eleitores; e a freguesia de A-dos-Negros com aproximadamente 14% do número total de eleitores. Esta situação permite-nos estimar e concluir que estas serão também as freguesias mais representativas em termos populacionais em 2009, à semelhança do que já se tinha verificado em 2001.

Quadro nº 7 – População Residente no concelho de Óbidos por grupos etários (por ciclos de vida) em 2001 e 2008

Anos	0-14 Anos	15-24 Anos	25-64 Anos	65-74 Anos	75 e mais Anos
2001	1547	1411	5713	1309	895
2008	1554	1227	6252	1272	1072

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Ao observarmos os dados esquematizados no quadro nº 7, verificamos que a maior parte da população do concelho encontra-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos de idade, tendo-se registado no ano de 2008 um acréscimo neste grupo etário.

Igualmente representativo é o grupo etário dos 65 ou mais anos que em 2001 já representava 20% do total da população do concelho. Em 2008 a percentagem de representatividade aumentou para 21% sobre o total da população.

Embora o grupo etário dos 65 aos 74 anos tenha registado uma diminuição de 37 efectivos de 2001 para 2008, por sua vez no grupo dos 75 ou mais anos assiste-se a um aumento considerável de 177 efectivos, o que nos indica de forma clara e inequívoca que a população do concelho de Óbidos é uma população muito envelhecida tendo a esperança média de vida aumentado à semelhança do contexto nacional.

Quadro nº 8 - População Residente por freguesia e por grupos etários em 2001

	A-dos Negros	Amoreira	Gaeiras	Olho Marinho	Santa Maria	São Pedro	Sobral da Lagoa	Usseira	Vau	Total
0-4 Anos	64	46	87	76	100	48	19	41	32	513
4-5 Anos	59	47	95	52	78	56	22	50	31	490
10-14 Anos	80	35	115	50	78	75	17	58	36	544
15-19 Anos	101	58	117	73	106	77	26	49	63	670
20-24 Anos	93	62	132	87	125	90	23	76	53	741
25-29 Anos	97	54	135	92	134	93	25	54	53	737
30-34 Anos	96	59	145	81	137	86	18	70	59	751
35-39 Anos	106	60	150	92	131	82	26	60	56	763
40-44 Anos	96	53	121	70	111	87	27	66	63	694
45-49 Anos	102	69	139	77	108	86	28	56	55	720
50-54 Anos	110	60	120	71	104	86	31	38	65	685
55-59 Anos	93	60	136	71	109	78	24	59	48	678
60-64 Anos	89	67	101	87	97	91	35	62	56	685
65 e + anos	307	255	265	279	370	245	99	179	205	2204
Total	1493	985	1858	1258	1788	1280	420	918	875	10875

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

Analisar a população residente por freguesia e grupo etário, apenas é possível reportando aos últimos dados fornecidos pelo INE que datam de 2001.

Em 2001 a maior parte da população residente encontrava-se na faixa etária entre os 25 e 64 anos de idade. Dentro desta faixa etária destacava-se um elevado número de indivíduos residentes com idades compreendidas entre os 25 e 39 anos de idade.

Quadro nº 9 - População Residente por freguesia e por grandes grupos etários (ciclos de vida) em 2001

Grupos etários	A-dos Negros	Amoreira	Gaeiras	Olho Marinho	Santa Maria	São Pedro	Sobral da Lagoa	Usseira	Vau	Total
0-14 anos	203	128	297	178	256	179	58	149	99	1547
15-24 anos	194	120	249	160	231	167	49	125	116	1411
25-64 anos	789	482	1047	641	931	689	214	465	455	5713
65 e + anos	307	255	265	279	370	245	99	179	205	2204
Total	1493	985	1858	1258	1788	1280	420	918	875	10875

Ao analisarmos os grupos etários na qual se incluía a população jovem, constatamos que as freguesias com população mais jovem em 2001 eram as freguesias de Gaeiras e Santa Maria, já que possuíam o maior número de residentes nos grupos etários dos 0 aos 14 anos de idade; e dos 15-24 anos de idade.

No grupo etário dos 25 e 64 anos de idade, as freguesias mais representativas relativamente ao número de efectivos residentes eram igualmente as freguesias de Gaeiras e Santa Maria.

No que respeita ao grupo etário dos 65 e mais anos, a situação alterou-se ligeiramente e as freguesias com maior número de indivíduos residentes pertencentes a este grupo etário eram em 2001 Santa Maria e A-dos Negros.

Finalmente podemos concluir que em 2001 o concelho de Óbidos apresentava uma população muito envelhecida, fenómeno este extensivo a praticamente todas as freguesias do concelho. Constata-se que, em 2001, a maior parte das freguesias possuía um número de jovens inferior ao número de população idosa, com excepção da freguesia das Gaeiras que registava nesta data uma população jovem superior à população idosa, tal como podemos constatar pelos dados representados no quadro nº 9.

Envelhecimento Populacional do Concelho

Em 2008 o índice de envelhecimento do concelho de Óbidos era já de 150,8%, valor este que tem evoluído desde o ano de 2001; e que é bastante superior ao valor nacional que é de 115,5%.

Segundo os dados fornecidos pelo INE, o concelho de Óbidos é o 3º concelho mais envelhecido da região Oeste e o que apresenta o 3º índice de dependência de idosos mais elevado da região Oeste.

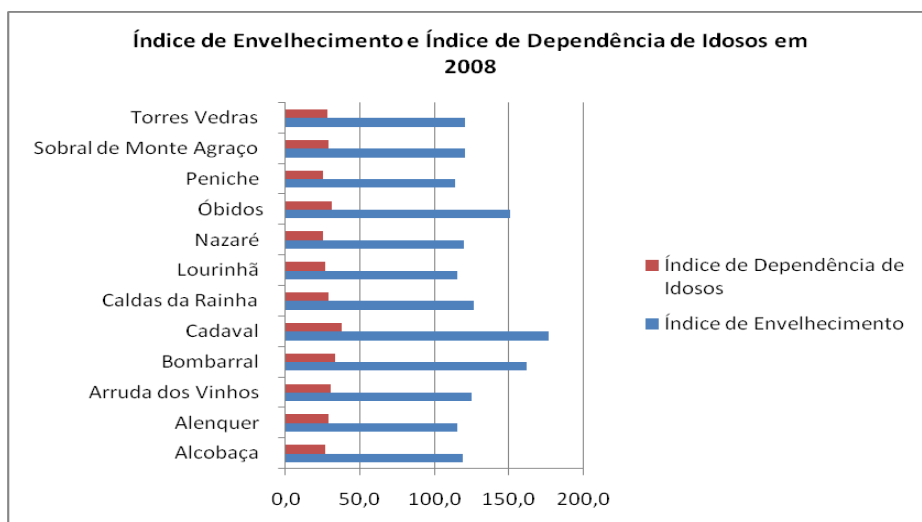
Quadro nº 10 – Índice de Envelhecimento nos concelhos da Região Oeste em 2008

Concelhos da Região Oeste	Índice de Envelhecimento
Alcobaça	119,4
Alenquer	115,3
Arruda dos Vinhos	125,4
Bombarral	162,1
Cadaval	176,7
Caldas da Rainha	126,3
Lourinhã	115,3
Nazaré	119,7
Óbidos	150,8
Peniche	114,2
Sobral de Monte Agraço	120,6
Torres Vedras	120,9

Fonte: INE, Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2008.

Segundo os dados representados no quadro acima, o concelho de Óbidos é o 3º concelho mais envelhecido da região Oeste.

Gráfico nº 1



Quadro nº 11 – Índice de Dependência de Idosos nos concelhos da Região Oeste em 2008

Concelhos da Região Oeste	Índice de Dependência de Idosos
Alcobaça	26,6
Alenquer	28,6
Arruda dos Vinhos	30,5
Bombarral	33,4
Cadaval	37,6
Caldas da Rainha	29,2
Lourinhã	26,4
Nazaré	25,0
Óbidos	31,3
Peniche	25,1
Sobral de Monte Agraço	29,1
Torres Vedras	27,8

Fonte: INE, Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2008.

A par do índice de envelhecimento, o índice de dependência de idosos no concelho de Óbidos é também o 3º mais elevado da região Oeste.

Quadro nº 12 – População Residente no concelho de Óbidos, com 65 e mais anos, em 1991, 2001 e 2008.

1991	2001	Variação Populacional 1991-2001		2008	Variação Populacional 2001-2008	
		Nº	%		Nº	%
1882	2204	322	17%	2344	140	6,4%

Fonte: Cálculos Próprios, com base em dados do INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991 e 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2008.

Em 1991 registou-se um total de 1882 habitantes no grupo etário dos 65 e mais anos, valor este que em 2008 passa para 2344 habitantes, o que equivale a um crescimento de 24,5 % nos últimos dezassete anos.

Quadro nº 13 – Distribuição percentual da população residente no concelho, com 65 ou mais anos, em 1991, 2001 e 2008

	Pop Total	Grupo de 65 e + Anos	%
1991	11188	1882	17
2001	10875	2204	20
2008	11377	2344	21

Fonte: Cálculos Próprios, com base em dados do INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991 e 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2008.

Tendo em conta os anos considerados, podemos verificar que no nº total de residentes pertencente ao grupo etário dos 65 e mais anos adquire uma importância crescente e constante nos últimos sete anos.

Quadro nº14 – Distribuição da população residente, com 65 ou mais anos por género em 2008

	HM	H	M
Portugal	1874209	782521	1091688
Região Oeste	68148	29366	38782
Distrito de Leiria	90813	39239	51574
Concelho de Óbidos	2344	992	1352

Fonte Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2008.

Na distribuição da população com 65 e mais anos por género, no concelho de Óbidos assiste-se a uma predominância do género feminino que representa 57,7 % do total de pessoas deste grupo etário. Esta situação é generalizada a praticamente todas as regiões do país e o valor apresentado no concelho aproxima-se muito do valor nacional que é de 58,2 %; e do valor registado a nível distrital de 56,8%.

Este desequilíbrio é resultante do fenómeno da sobre-mortalidade masculina.

Quadro nº 15 – Distribuição da população residente, com 65 ou mais anos por freguesia em 2001

Freguesias	População Residente com 65 ou mais anos		Total	Reformados
	H	M		
A-dos-Negros	150	157	307	301
Amoreira	118	137	255	265
Gaeiras	118	153	271	313
Olho Marinho	114	165	279	311
Santa Maria	175	195	370	391
São Pedro	110	135	245	280
Sobral da Lagoa	50	49	99	119
Usseira	81	92	173	160
Vau	107	98	205	247
Total	1023	1181	2204	2387

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

Relativamente à distribuição da população com 65 ou mais anos por freguesias, apenas é possível analisar a situação em 2001, uma vez que não dispomos de dados mais recentes.

Já em 2001 a população incluída neste grupo etário representava 20,3 % da população total do concelho de Óbidos; e a população reformada contava com 2387 indivíduos.

A freguesia mais envelhecida era a de Santa Maria, a qual registava o maior número de pessoas com 65 e mais anos e de reformados. Segue-se a freguesia de A-dos Negros e Olho Marinho, que se apresentam como a segunda e a terceira freguesia com população mais envelhecida respectivamente.

Em 2008 a população com 65 e mais anos aumentou 0,3 % e representava 20,6 % da população total do concelho.

Análise da Natalidade, Fecundidade e Mortalidade

Quadro nº16 – Nados -vivos e Óbitos em 2001 e 2008

	Nados Vivos			Óbitos			Saldo Natural	
	2001	2008	Variação %	2001	2008	Variação %	2001	2008
Portugal	112774	104594	-7,3	105092	104280	-0,8	7682	314
Região Oeste	3541	3536	-0,1	3984	3994	0,3	-443	-458
Distrito de Leiria	4782	4333	-9,4	4779	5091	6,5	3	-758
Concelho de Óbidos	119	107	-10,1	151	138	-8,6	-32	-31

Fonte: Cálculos Próprios, com base em dados do INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2008.

Ao analisarmos o quadro nº 16, podemos auferir diversas conclusões:

- No concelho de Óbidos, entre os anos de 2001 e 2008 assiste-se a uma diminuição pouco significativa no número de nados vivos registando-se um decréscimo na ordem dos 10,1%, valor este que ultrapassa claramente o decréscimo registado a nível nacional (7,3%), regional (0,1%); e distrital (9,4%);
- O número de óbitos registados entre 2001 e 2008 diminui ligeiramente no concelho de Óbidos à semelhança do que acontece a nível nacional. A região Oeste regista um acréscimo de 0,3; e o distrito de Leiria apresenta um aumento de 6,5% no número de óbitos registados no período de 2001 a 2008. No concelho de Óbidos, entre 2001 e 2008 morreram menos 13 pessoas, o que se traduz num decréscimo de 8,6%. Esta situação está relacionada com o aumento da esperança média de vida.
- Em 2001 e 2008 Portugal apresentava um crescimento natural positivo, no entanto assiste-se a um decréscimo bastante elevado entre 2001 e 2008 de 95,9%, ou seja, morreram muito mais indivíduos do que aqueles que nasceram.
- Na região Oeste regista-se um crescimento natural negativo em ambos os anos em análise acompanhado de um ligeiro aumento de 2001 para 2008, com um acréscimo na ordem dos 3,4%.
- O distrito de Leiria apresenta um crescimento natural positivo em 2001. Em 2008 verificamos um crescimento natural negativo, assistindo-se a um decréscimo realmente impressionante.
- Em 2001 o concelho de Óbidos regista um crescimento natural negativo. Em 2008 este desce ligeiramente, registando um decréscimo de 3,1%.

Quadro nº17 – Taxa de Crescimento Natural em Portugal, Leiria, Oeste e Óbidos entre 2001 e 2008

	2001 (%)	2002 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)
Portugal	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01	0
Região Oeste	-0,13	-0,07	-0,07	-0,02	-0,09	-0,03	-0,12	-0,13
Distrito de Leiria	0	-0,02	-0,04	-0,02	-0,08	-0,03	-0,12	-0,16
Concelho de Óbidos	-0,29	-0,61	-0,28	-0,43	-0,5	-0,34	-0,53	-0,27

Fonte: Cálculos Próprios, com base em dados do INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008; Anuário, INE, Nados-vivos 2002,2003,2004,2005,2006,2007 e 2008; Anuário, INE, Óbitos 2002,2003,2004,2005,2006,2007 e 2008; Anuário, INE, Indicadores Demográficos 2002,2003,2004,2005,2006,2007 e 2008.

Observando o quadro nº 17, verificamos a existência de diferentes movimentos demográficos nas diversas regiões em análise:

- Entre 2001 e 2006 Portugal apresenta uma taxa de crescimento natural positivo, o que significa que até esse ano a população aumentou. A situação altera-se em 2007, ano em que a taxa de crescimento natural é negativo e a população diminui. Em 2008 a taxa de crescimento natural é nula, isto é, a população estagnou, não cresceu nem diminuiu.
- No concelho de Óbidos entre o ano de 2001 e 2008, assiste-se à existência de uma taxa de crescimento natural negativo em todos os anos em análise à semelhança do que acontece com a região Oeste. Este indicador possibilita-nos então entender que a população no concelho de Óbidos diminuiu em todos os anos, ou seja, a taxa de natalidade é inferior à taxa de mortalidade. Esta situação é mais notória nos anos de 2002 e 2007.
- O distrito de Leiria apresenta em 2001 uma taxa de crescimento natural nula, tendo a população estagnado neste ano, ou seja a população não cresceu nem diminuiu. A partir deste ano verificamos uma taxa de crescimento natural negativo nos restantes anos em análise, isto é, ocorreram mais óbitos que nascimentos; situação esta que se torna mais evidente 2007 e 2008.

Quadro nº18 – Distribuição dos nados -vivos em 2001, por freguesias e género

Freguesias	H	M	Total
A-dos-Negros	13	8	21
Amoreira	3	6	9
Gaeiras	8	4	12
Olho Marinho	11	11	22
Santa Maria	14	13	27
São Pedro	5	6	11
Sobral da Lagoa	1	1	2
Usseira	5	5	10
Vau	4	1	5
Total	64	55	119

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

No que respeita à distribuição dos nados vivos por freguesia, apenas nos é possível analisar a situação em 2001, uma vez que não dispomos de dados mais actuais.

Em 2001 a freguesia na qual nasceram mais crianças era a freguesia de Santa Maria, seguida da freguesia de Olho Marinho. Em oposição a freguesia onde nasceram menos crianças era a freguesia de Sobral da Lagoa.

Quadro nº 19 – Distribuição de Óbitos em 2001, por freguesias e género

Freguesias	H	M	Total
A-dos-Negros	12	8	20
Amoreira	9	11	20
Gaeiras	4	8	12
Olho Marinho	11	11	22
Santa Maria	14	7	21
São Pedro	15	5	20
Sobral da Lagoa	5	4	9
Usseira	11	3	14
Vau	9	4	13
Total	90	61	151

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

No que respeita à distribuição de óbitos por freguesia, apenas nos é possível analisar a situação em 2001, uma vez que não dispomos de dados mais recentes.

Em 2001 a freguesia na qual morriam mais indivíduos era a freguesia de Olho Marinho, seguida da freguesia de Santa Maria. Em oposição a freguesia onde morreram menos indivíduos foi a freguesia de Sobral da Lagoa.

Quadro nº 20 – Taxa de Natalidade e Mortalidade em Portugal, Leiria, Oeste e Óbidos em 2001 e 2008

	Taxa de Natalidade (%º)			Taxa de Mortalidade (%º)		
	2001	2008	Diferença	2001	2008	Diferença
Portugal	11	9,8	1,2	10,2	9,8	0,4
Região Oeste	10,4	9,7	0,7	11,7	11	0,7
Distrito de Leiria	10,4	9	1,4	10,4	10,6	-0,2
Concelho de Óbidos	10,9	9,4	1,5	13,9	12,2	1,7

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2008.

Ao observarmos o quadro nº 20, podemos constatar que a taxa de natalidade entre 2001 e 2008 tem vindo a diminuir consideravelmente em todas as regiões analisadas.

O concelho de Óbidos apresenta em 2008 uma taxa de natalidade de 9,4 %º, inferior à taxa registada a nível nacional (9,8%º), regional (9,7%º). De 2001 para 2008 a redução da taxa de natalidade no concelho de Óbidos torna-se evidente existindo um decréscimo de 1,5%º.

Contudo há a salientar que a taxa de natalidade no concelho de Óbidos subiu de forma bastante significativa entre 2007 e 2008, passando de 7,7‰ em 2007 para 9,4‰ em 2008, correspondente a um acréscimo na ordem 1,7 ‰ em apenas um ano.

Paralelamente a taxa de mortalidade tem vindo a diminuir igualmente entre os anos de 2001 e 2008 em praticamente todas as regiões em análise, à excepção do distrito de Leiria, registando-se um decréscimo que muito possivelmente estará relacionado com aumento da esperança média de vida e com a melhoria das estruturas e equipamentos disponíveis para a população idosa.

No concelho de Óbidos a taxa de mortalidade é superior à taxa nacional, dado que o município possui, como já havíamos constatado, uma população envelhecida acompanhado de um aumento do número de pessoas mais idosas.

Quadro nº 21 – Taxa de Mortalidade nos concelhos do Oeste em 2001 e 2008

Concelhos	2001 (%º)	2008(%º)
Alcobaça	11,1	10,8
Alenquer	11,7	10,4
Arruda dos Vinhos	12	11,6
Bombarral	13	15
Cadaval	15,9	14,2
Caldas da Rainha	10,4	10,7
Lourinhã	11,5	9,6
Nazaré	11,3	11,4
Óbidos	13,9	12,2
Peniche	12,1	11,8
Sobral Monte Agraço	12,3	11,6
Torres Vedras	11,7	10,1

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2008.

Dos 12 concelhos que compõem a região Oeste, o concelho de Óbidos nos anos de 2001 e 2008 está entre os três concelhos com taxas de mortalidade mais elevada. Em 2001 Óbidos era o concelho que registava a 2ª taxa de mortalidade mais elevada, sendo o concelho de Cadaval que se apresentava como o concelho da região Oeste com a taxa de mortalidade mais elevada.

Em 2008 o concelho do Bombarral é o que apresenta a taxa de mortalidade mais elevada (15‰), seguido do concelho do Cadaval (14,2‰); e o concelho com a 3ª taxa de mortalidade mais alta é Óbidos com uma taxa de mortalidade (12,2‰).

Quadro nº 22 – Evolução da Taxa de Fecundidade desde 2001 até 2008, em Portugal, Oeste e Óbidos

	2001 (‰)	2002 (‰)	2003 (‰)	2004 (‰)	2005 (‰)	2006 (‰)	2007 (‰)	2008 (‰)
Portugal	43,2	43,7	42,9	41,7	41,8	40,4	39,4	40,4
Região Oeste	42,6	44,3	44,9	43,5	43,3	41,9	40,3	40,9
Concelho de Óbidos	46,7	41,6	41,8	40,7	41,3	37,6	33	40,5

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos); Anuário, INE, Estimativas Anuais da População Residente 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007 e 2008.

A taxa de fecundidade no concelho de Óbidos tem vindo a decrescer significativamente desde o ano de 2001 até ao ano de 2007, à semelhança do que acontece genericamente nas outras regiões em análise.

Em 2007 no concelho de Óbidos regista-se a mais baixa taxa de fecundidade e as mulheres em idade fértil têm em média 0,03 filhos. Contudo em 2008, ano em que dispomos dos últimos dados, a situação altera-se e a taxa de fecundidade cresce consideravelmente na ordem 7,5‰, isto é, as mulheres em idade fértil passam a ter em média 0,04 filhos.

Este acréscimo registado na taxa de fecundidade de 2007 para 2008 generaliza-se a praticamente todas as regiões analisadas, e o valor encontrado para o concelho de Óbidos em 2008 não se afasta muito do valor nacional.

4- Níveis de Escolaridade e Formação da População Residente no concelho de Óbidos

Relativamente aos níveis de qualificação e escolaridade da população residente no concelho de Óbidos, apenas nos é possível analisar a situação em 2001, já que não dispomos de dados mais actuais.

Como podemos observar pelo quadro nº 23, a população residente no concelho de Óbidos apresentava na generalidade níveis de escolaridade relativamente baixos.

Cerca de 18,9 % da população residente em 2001 não sabia ler, nem escrever; e 12,9% sabia ler e escrever mas não possuía qualquer grau de ensino.

Assim sendo 31,8% da população residente na área do município, em 2001, possuía habilitações inferiores ao 1º ciclo.

Quadro nº 23 – Qualificações Académicas da População Residente no concelho de Óbidos em 2001

Qualificação Académica	A-dos-Negros	Amoreira	Gaeiras	Olho Marinho	Santa Maria	São Pedro	Sobral da Lagoa	Usseira	Vau	Concelho	%
Não sabe ler nem escrever	323	199	204	286	356	203	101	191	192	2055	18,9
Sabe ler e escrever s/possuir qualquer grau	172	169	206	195	230	132	73	106	121	1404	12,9
Ensino Básico - 1º Ciclo	523	322	603	397	514	371	154	318	288	3490	32,1
Ensino Básico - 2º Ciclo	200	133	272	182	270	190	49	148	122	1566	14,4
Ensino Básico - 3º Ciclo	172	85	259	99	217	171	24	79	89	1195	11,0
Ensino Secundário	65	54	198	75	143	130	9	54	52	780	7,2
Ensino Médio	2	1	14	3	1	2	0	3	0	26	0,2
Bacharelato	12	8	31	6	22	21	0	6	4	110	1,0
Licenciatura	22	13	68	15	29	58	10	12	7	234	2,2
Mestrado	2	0	3	0	3	2	0	1	0	11	0,1
Doutoramento	0	1	0	0	3	0	0	0	0	4	0,0
Não se aplica qualificação académica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Total	1493	985	1858	1258	1788	1280	420	918	875	10875	100

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

O nível de escolaridade mais representativo no concelho de Óbidos em 2001 era o 1º ciclo do ensino básico cuja percentagem é de 32,1%.

Esta análise permite-nos entender que cerca de 64% da população residente no concelho em 2001 possuía um nível de qualificação baixo, já que nesta percentagem estão incluídos os indivíduos residentes com o nível de escolaridade máximo correspondente ao 1º ciclo.

Contudo estima-se que esta situação se tenha vindo a alterar gradualmente até ao ano de 2009, uma vez que as pessoas têm investido mais na sua formação. Verifica-se uma grande adesão aos novos cursos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – «Novas Oportunidades»; e aos Cursos de Dupla Certificação que conferem simultaneamente equivalência ao 2 e 3º ciclo e formação profissional aos indivíduos que os frequentam.

Nesta perspectiva prevê-se que os 11% de indivíduos que possuíam o 3º ciclo em 2001, tenha aumentado consideravelmente até ao ano de 2009.

5- Análise do Emprego e Desemprego no concelho de Óbidos

Quadro nº 24 – População Activa em 1991 e 2001

	Ano 1991			Ano 2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Óbidos	4747	3148	1599	4958	2891	2067

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991 e 2001 (Resultados Definitivos).

Segundo os dados do INE esquematizados no quadro nº 24, verificamos que entre 1991 e 2001 a população activa no concelho de Óbidos aumentou de forma pouco significativa, passando de 4747 pessoas activas em 1991 para 4958 em 2001.

O facto do aumento da população activa em dez anos ser pouco significativo está directamente relacionado com o envelhecimento populacional do concelho.

Em 2001 a população activa do concelho de Óbidos representava 46% da população residente, valor que este que não se afasta muito do encontrado a nível nacional ficando apenas 2% abaixo.

Quadro nº 25 – Distribuição da População activa por freguesia, segundo os grandes grupos etários e género em 2001

Freguesias	15 -24 Anos		25-64 Anos		65-74 Anos		75 e + Anos		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	HM
A-dos-Negros	65	38	343	210	7	4	0	1	668
Amoreira	45	22	201	144	9	1	3	1	426
Gaeiras	63	51	443	354	7	6	0	0	924
Olho Marinho	43	40	273	196	5	3	1	0	561
Santa Maria	73	55	393	307	10	8	3	3	852
São Pedro	50	32	277	248	7	7	1	1	623
Sobral da Lagoa	14	12	93	48	2	1	1	0	171
Usseira	28	36	190	89	8	2	0	0	353
Vau	36	28	195	116	2	3	0	0	380
Óbidos – Concelho	417	314	2408	1712	57	35	9	6	4958

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

No concelho de Óbidos o grupo etário no qual a população é mais activa era o dos 25-64 anos, representando cerca de 83% do total da população activa em 2001; sendo que

neste grupo os homens, à semelhança dos restantes, têm um peso superior ao das mulheres.

Em 2001 no grupo etário dos 15-24 anos, a população activa era mais representativa na freguesia de Santa Maria, seguida da freguesia de A-dos-Negros. No grupo etário dos 25-64 anos a população activa adquiria mais expressão na freguesia das Gaeiras, em parte por ser também a mais populosa, seguindo-se a freguesia de Santa Maria.

O grupo etário dos 65 aos 74 anos representava 1,9% do total da população activa e possui um nível de representatividade maior na freguesia de Santa Maria e de São Pedro.

No grupo etário dos 75 e mais anos embora se registe a existência de indivíduos activos, a sua percentagem era muito pouco significativa e mais uma vez o maior número de pessoas activas deste grupo encontrava-se na freguesia de Santa Maria e Amoreira.

Quadro nº 26 – Taxa de Emprego em Portugal, Região Oeste, Distrito de Leiria e Concelho de Óbidos em 2001

	Taxa de Emprego %
Portugal	53,40%
Região Oeste	53,20%
Distrito de Leiria	53,70%
Concelho de Óbidos	50,80%

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

A taxa de emprego no concelho de Óbidos em 2001 apresentava um valor inferior ao registado a nível nacional, regional e distrital.

Prevê-se que nos últimos oito anos a taxa de emprego tenha aumentado no concelho dado o surgimento de novas empresas que permitiram a criação de novos postos de trabalho. Contudo, estima-se que esse acréscimo seja pouco significativo à semelhança do que acontece a nível nacional.

Segundo os dados das Estatísticas do Emprego do 1º trimestre de 2009 a taxa de emprego neste período situou-se nos 56,6%, o que demonstra um acréscimo pouco significativo relativamente a 2001. Porém há que considerar as diferentes flutuações no mercado de trabalho e na economia.

De entre os 12 concelhos que compõem a Região Oeste, o concelho de Óbidos apresentava a 5ª taxa de emprego mais baixa.

As freguesias que apresentam um maior grau empregabilidade em 2001 eram as freguesias das Gaeiras e São Pedro, muito possivelmente dada a sua proximidade geográfica da área urbana dos concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos.

Quadro nº 27 – Taxa de Emprego nas freguesias do concelho de Óbidos em 2001

Freguesias	Taxa de Emprego %
A-dos-Negros	50%
Amoreira	47,7%
Gaeiras	56,7%
Olho Marinho	48,3%
Santa Maria	52,8%
São Pedro	54%
Sobral da Lagoa	45,3%
Usseira	43,8%
Vau	48,3%

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

Para o desenvolvimento sustentado de uma região é necessário um aproveitamento racional e equilibrado dos recursos que estão a ser utilizados e dos que estão disponíveis. Esta situação aplica-se, como não podia deixar de ser, aos recursos humanos de uma determinada região, daí que seja importante analisarmos agora os recursos disponíveis que não estão a ser utilizados.

Quadro nº 28 – Taxa de Desemprego em 1991 e 2001

Portugal	HM 1991	6,1%
	HM 2001	6,7%
Região Oeste	HM 1991	4,8%
	HM 2001	5,5%
Distrito de Leiria	HM 1991	4,1%
	HM 2001	4,7%
Concelho de Óbidos	HM 1991	2,7%
	HM 2001	4,4%

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991 e 2001 (Resultados Definitivos).

Como não existem dados posteriores ao ano de 2001 relativamente à taxa de desemprego para o concelho, apenas nos é possível analisar a situação entre 1991 e 2001.

Entre 1991 e 2001 a taxa de desemprego no concelho de Óbidos, aumentou consideravelmente, tendo passado de 2,7% para 4,4%, no entanto manteve-se abaixo da média nacional (6,7% em 2001). Foi em Óbidos que se registou o maior aumento da taxa de desemprego, um acréscimo na ordem dos 1,7%.

Contudo, o concelho de Óbidos em 2001 apresentava a 2ª taxa de desemprego mais baixa da região Oeste.

As freguesias do concelho de Óbidos que apresentavam uma taxa de desemprego mais elevada eram as freguesias de Olho Marinho, Santa Maria e Usseira.

Quadro nº 29 – Taxa de Desemprego nas freguesias do concelho de Óbidos em 2001

Freguesias	Taxa de Desemprego %
A-dos-Negros	3%
Amoreira	3,9%
Gaeiras	4,1%
Olho Marinho	6,9%
Santa Maria	5,0%
São Pedro	4,4%
Sobral da Lagoa	4,0%
Usseira	4,5%
Vau	1,3%

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

A taxa de desemprego, de uma maneira geral, a nível nacional tem tido desde 2001 até 2009 diferentes valores que estão relacionados com períodos de maior ou menor volume de desempregados que procuram os centros de emprego.

Segundo dados da Direcção de Serviços de Estudos (2001) e Gabinete de Estudos e Avaliação (2008) do IEFP, verifica-se um aumento 86105 desempregados a nível nacional, entre 2001 e 2008, ao analisarmos a situação de desemprego no final do ano de 2001 onde se registavam 316440 desempregados e no ano de 2008 existiam já 402545 indivíduos desempregados.

Quadro nº 30 – Desemprego registado no concelho de Óbidos segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego desde 2004 a 2009

Ano	Género		Desempregados há < 1 ano	Desempregados há > ou = 1 ano	1º Emprego	Novo Emprego	Total
	H	M					
2004	124	235	271	88	19	340	359
2005	155	288	315	128	26	417	443
2006	184	313	346	151	24	473	497
2007	146	278	271	153	20	404	424
2008	133	279	275	137	19	393	412
2009	212	270	370	112	29	453	482

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. Gabinete de Estudos e Avaliação; «Concelhos – Estatísticas Mensais», Abril 2004; Abril 2005; Abril 2006; Abril 2007; Abril 2008; Abril 2009.

À semelhança do que acontece a nível nacional, no concelho de Óbidos a evolução do número de desempregados inscritos tem sofrido algumas oscilações entre o ano de 2004 e 2009.

Como podemos observar pelos dados representados no quadro nº 30, o número de desempregados tem vindo a aumentar desde 2004 até 2006, ano em que se atinge o pico máximo no número de desempregados, cujo valor se aproxima dos 500 indivíduos desempregados.

A partir de 2006 o número de desempregados decresceu de forma considerável no concelho de Óbidos, voltando a subir em 2009 possivelmente devido a crise económica internacional que se acentuou de forma notória neste ano.

Outro dado importante a destacar é que o fenómeno do desemprego afecta sobretudo as mulheres. Nesta matéria o concelho de Óbidos não é excepção e nos anos em análise o número de desempregados concentra-se mais no género feminino que no masculino.

Contudo, no concelho de Óbidos de 2008 para 2009 assiste-se a um acréscimo no número de desempregados inscritos, registando-se mais 70 pessoas inscritas. Analisando os dois anos em igual período, observamos a emergência de um novo fenómeno; o número de homens inscritos nas estruturas de apoio ao emprego aumenta significativamente e inversamente o número de mulheres desempregadas decresce.

Os desempregados inscritos há menos de 1 ano representam em 2009 cerca de 77% do total dos inscritos, situação esta que poderá ser indicativa de que a maior parte dos desempregados do concelho conseguem ingressar novamente no mercado de trabalho num período de tempo razoável. Por sua vez os desempregados inscritos há 1 ano ou mais representam cerca de 23% do total de inscritos.

6- Actividades Económicas Representadas no Concelho

Quadro nº31 – Empresas com sede no Concelho de Óbidos, segundo a CAE-Rev.2.1², 2006

	Total	B	C	D	E	F	G	H	I	K	M	N	O
Empresas 2001	1550	—	3	93	2	316	355	122	37	70	—	—	—
Empresas 2006	1174	45	4	99	2	208	306	102	23	190	56	47	92

Fonte: INE, Ficheiro das Unidades Estatísticas, 2001; Sistemas de Contas Integradas das Empresas.

B- Pesca

C- Indústrias Extractivas

D- Indústrias Transformadoras

E- Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água

F- Construção

G- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico

H- Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)

I- Transportes, armazenagem e comunicações

K- Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas

M- Educação

N- Saúde e Acção Social

O- Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

Ao analisarmos os dados acima representados, podemos considerar que entre o ano de 2001 e 2006 as empresas com sede no concelho de Óbidos poderão ter aumentado, isto porque embora o número total de empresas em 2006 seja inferior a 2001 há que considerar que no ano de 2006 não foram contempladas as empresas agrícolas.

Em 2001 as actividades do sector primário representavam já 31,8% das empresas com sede no concelho, valor este que muito possivelmente não terá sofrido grandes oscilações.

Em 2006 das 1174 empresas consideradas com sede no concelho de Óbidos, 26% desenvolvem a sua actividade no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis; 18% são empresas de construção, sector no qual se assiste a uma redução significativa. Por sua vez, as empresas ligadas às actividades imobiliárias, alugueres e

² CAE- Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, nomenclatura nacional ou de uso obrigatório.

serviços prestados às empresas apresentam um acréscimo considerável, representando em 2006 16% das empresas com sede no concelho; mais 11% que em 2001.

Assim sendo, podemos afirmar que a agricultura, a pesca, a caça, a silvicultura, a produção animal; o comércio; a construção; as actividades imobiliárias alugueres e serviços prestados às empresas; e as indústrias transformadoras caracterizam de um modo geral o panorama das actividades económicas existentes no concelho em 2006.

Quadro nº 32 – Volume de Negócios das sociedades com sede no concelho de Óbidos, segundo o CAE -REV 2.1

Unidade: milhares de euros	2001	2002	2003	2004	2005
A+B	7621	7492	9932	9767	12529
C	5285	-----	-----	2624	2419
D	7361	11182	13920	18067	18044
E	-----	-----	-----	-----	-----
F	14244	18595	18883	21747	31444
G	59035	40882	49629	62077	67913
H	3738	4170	3569	10772	11813
I	3518	3706	2413	3249	2096
J	-----	241	-----	-----	-----
K	7719	4184	19605	16102	19180
L a Q	-----	-----	-----	-----	-----
M a O	-----	987	2385	3339	3982
Total	110512	105675	123874	149470	181081

Fonte: INE; Ficheiro de Unidades Estatísticas; Anuário Estatístico do Centro, 2003,2004, 2005 e 2006

O volume de negócios das sociedades com sede no concelho de Óbidos tem na generalidade registado um crescimento progressivo e regular ao longo dos anos.

Os dados de que dispomos até ao ano de 2005 indicam-nos que a actividade que apresentava um volume de negócios mais elevado no concelho de Óbidos desde o ano de 2001 era o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis; motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico, sendo que em 2005 a facturação desta área representava 37,5% do total do volume de negócios registado no concelho.

A segunda actividade com maior volume de negócios no concelho desde o ano de 2001 até 2005 era a construção. Embora se tenha assistido a uma redução das empresas com sede no concelho, esta continuava a ser uma actividade que registava um volume de negócios considerável na área do município sendo que em 2005 representava 17,4% do total do volume de negócios registado no concelho.

Há a salientar ainda que a actividade do alojamento e restauração tem uma subida considerável do ano de 2003 para 2004 no volume de negócios. Em 2003 o seu volume

de negócios representava apenas 2,9% do total do volume de negócios do concelho; no ano de 2004 representava já 7,2 % do total do volume de negócios.

Quadro nº33 – Distribuição da População Empregada por Sectores de Actividade Económica em Portugal, Oeste, Leiria e Óbidos em 2001

	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
Portugal	4,98%	35,10%	59,92%
Região Oeste	9,20%	36,73%	54,07%
Distrito de Leiria	5,98%	43,40%	50,62%
Concelho de Óbidos	17,76%	33,02%	49,22%

Fonte: Cálculos Próprios, com base em dados do INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

Devido à inexistência de dados mais actuais nesta matéria, apenas nos é possível analisar a representatividade dos sectores de actividade económica até ao ano de 2001. Após esta data não existem elementos que permitam avaliar estatisticamente esta situação.

Durante décadas as actividades económicas predominantes em Portugal inseriam-se na área do sector primário e a população dedicava-se maioritariamente à agricultura, pecuária e silvicultura. Gradualmente esta situação tem vindo a modificar-se e as pessoas passam a exercer a sua actividade profissional no sector secundário e terciário, tal como podemos observar pelos dados acima representados.

Este fenómeno é extensivo a praticamente todas as zonas do país e o concelho de Óbidos não é excepção. Contudo, uma parte considerável da população do concelho continuava a exercer a sua actividade profissional no sector primário, cerca de 17,7% dos indivíduos que residiam na área do município inseriam-se nesta categoria, possivelmente devido ao facto de Óbidos ser um concelho caracterizado pela ruralidade e com uma componente agrícola muito enraizada.

Das regiões em análise, o concelho de Óbidos apresentava uma percentagem de população a trabalhar no sector primário bastante superior aquela que é registada a nível nacional (4.98%), regional (9,20%) e distrital (5.98%).

O sector terciário era em 2001 o que empregava mais população do concelho, apresentando o valor de 49,22 %, isto é, praticamente metade da população empregada do concelho de Óbidos trabalhava na área dos serviços e turismo. Julgamos que este valor tenha subido nos últimos 8 anos, já que neste período de tempo temos assistido ao estabelecimento de novas empresas nacionais e internacionais de serviços no concelho.

O sector secundário empregava 33,02 % da população do concelho em 2001, valor este que muito possivelmente terá aumentado até ao ano de 2009. Com a criação do parque tecnológico e os incentivos da autarquia para o estabelecimento de indústrias criativas, ligadas às novas tecnologias e às energias renováveis prevê-se a população a exercer actividade neste sector venha a subir consideravelmente.

Quadro nº34 – Distribuição da População do Concelho por Sectores de Actividade Económica em 2001

Freguesias	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
A-dos-Negros	15,81%	41,40%	42,79%
Amoreira	11,49%	38,88%	49,63%
Gaeiras	3,05%	38,04%	58,92%
Olho Marinho	35,63%	24,33%	40,04%
Santa Maria	11,12%	35,11%	53,77%
São Pedro	16,47%	20,67%	62,86%
Sobral da Lagoa	25,61%	44,51%	29,88%
Usseira	31,16%	21,07%	47,77%
Vau	38,67%	33,33%	28,00%

Fonte: Cálculos Próprios, com base em dados do INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

Em 2001 a freguesia do concelho com mais população a exercer a sua actividade no sector primário, era a freguesia do Vau, seguida da freguesia do Olho Marinho. Esta situação deve-se ao facto de se tratar de duas freguesias fortemente ligadas à agricultura.

A freguesia com mais indivíduos a desempenhar a sua actividade no sector secundário era a freguesia do Sobral da Lagoa, seguida da freguesia de A-dos-Negros. No sector terciário, a freguesia com mais indivíduos a exercer funções nesta categoria era a freguesia de São Pedro, seguida da freguesia de Santa Maria, as duas freguesias mais próximas do centro da vila e que por isso têm mais população a trabalhar na área do turismo, restauração e serviços.

Quadro nº 35 – Taxa de actividade da população em 2001

	Portugal	Oeste	Óbidos
Taxa de Actividade HM em 2001	48.1 %	47.6 %	45.5%

Fonte: Recenseamento da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos).

Em 2001 a taxa de actividade registada no concelho de Óbidos apresentava o valor mais baixo das regiões em análise, apresentando um valor inferior ao determinado a nível nacional e regional.

Quadro nº 36 – Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sector de actividade e género no concelho de Óbidos em 2001 e 2006

	2001			2006					
	HM	H	M	HM	H	M	HM%	H %	M%
Sector Primário	77	29	48	95	63	32	4,4	2,9	1,5
Sector Secundário	364	276	88	578	470	108	26,9	21,9	5,0
Sector Terciário	667	350	317	1476	629	847	68,7	29,3	39,4
Total	1108	655	453	2149	1162	987	100	54,1	45,9

Fonte: INE, Censos 2001 (Resultados Definitivos); Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal (2006).

Em 2006 assistiu-se a um acréscimo significativo da população assalariada do concelho de Óbidos, existindo mais 1041 trabalhadores por conta de outrem do que em 2001.

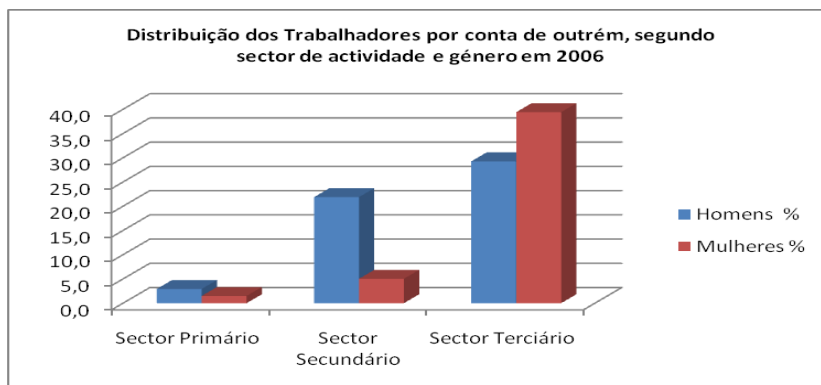
A maior parte da população assalariada do concelho de Óbidos trabalhava no sector terciário, representando 69% do total dos trabalhadores por conta de outrem.

No sector primário e secundário, a população assalariada masculina era mais representativa do que a feminina no concelho de Óbidos. No sector primário trabalhavam 1,5% de mulheres do total da população assalariada e os homens representavam 2,9%.

No que respeita aos trabalhadores por conta de outrem do sector secundário, constatamos que existiam 21,9 % de homens do total da população assalariada e apenas 5% de mulheres.

No entanto, no sector terciário a situação inverteu-se e a população assalariada feminina era superior à masculina, representando cerca de 40% dos trabalhadores por conta de outrem que exerciam a sua actividade no sector terciário, enquanto os homens representavam apenas 29% desses trabalhadores.

Gráfico nº2



PROJECTO EDUCATIVO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSEFA DE ÓBIDOS



I – ENQUADRAMENTO

" (...) A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projecto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere." (Preâmbulo do Decreto-lei nº 43 / 89 de 3 de Fevereiro)

O **Projecto Educativo** é um quadro de referência constante para a construção da identidade da comunidade educativa, traduzindo-se na *" formulação de prioridades de desenvolvimento pedagógico, em planos de actividades educativas e na elaboração de regulamentos internos para os principais sectores e serviços escolares "* (nº 2 do artigo 2º), indo, desta forma, ao encontro do previsto no artigo 3º (Princípios organizativos) da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de Outubro).

O nosso **Projecto Educativo** reflecte a preocupação de criar todas as condições para que os nossos alunos façam uma *" aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida activa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana."* (nº 3 do art.8).

O **Projecto Educativo** é essencial para a concretização da identidade da escola e, para a celebração faseada de contratos de autonomia. Mais do que nunca se exige a responsabilização dos órgãos de administração e gestão, a participação do pessoal docente e não docente, dos alunos, dos pais e dos representantes da comunidade. Torna-se, assim, imperioso que este projecto globalizante e unificador da acção educativa seja o

reflexo da mobilização das vontades e do querer de toda a comunidade, uma vez que é essencial para a definição de um sentido estratégico de acção a médio e longo prazo.

1 - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

1.1. Breves notas históricas

Conquistada aos Mouros em 1148 por D. Afonso Henriques, a característica mais atraente desta vila é o facto de manter, até aos nossos dias, uma longa muralha rodeando o casario. 1210 e 1833 são datas fundamentais do passado histórico de Óbidos, balizando seis séculos ao longo dos quais a vila pertenceu à Casa das Rainhas, instituição que assegurava os rendimentos económicos e privilégios de várias ordens dos reis de Portugal. Por parte da rainha todos os bens regressavam à Coroa, podendo o rei dispor deles como entendesse. A inclusão de Óbidos na Casa das Rainhas teve a sua primeira senhora a rainha D. Urraca, mulher de D. Afonso II.

A conquista desta vila a 11 de Janeiro de 1148 insere-se na movimentação geral Norte / Sul. A ocupação dá-se após a tomada de Santarém e de Lisboa. As primeiras medidas de D. Afonso Henriques devem ter visado o seu esforço defensivo. Quase todos os autores falam das obras de reconstrução das muralhas levadas a cabo por aquele rei. Tendo em conta a importância da fortaleza de Óbidos sob o ponto de vista geo-estratégico - situada perto da costa e não muito longe de Santarém e mesmo de Lisboa - procurou-se desde logo fomentar a ocupação da região e da vila, em especial. O aumento populacional exigiu a criação de estruturas urbanas.

Era de fora do burgo que lhe chegava quase tudo o que necessitava para o seu sustento. Por perto, plantavam-se as vinhas e as searas. Na várzea pastavam os gados e na lagoa pescavam-se inúmeras qualidades de peixe.

O relevo acidentado e a natureza pantanosa da várzea impediam a existência de estradas. No entanto, uma rede de caminhos ligava Óbidos às aldeias e locais frequentados pelos seus moradores. A Porta da Vila e a do Vale, principalmente, cumpriam a tarefa de unir Óbidos ao todo de que fazia parte.

O maior problema de Óbidos, no que diz respeito à organização local, parece ser a justaposição dos diversos níveis do poder. A autonomia de que o órgão concelhio usava era relativa. O rei, através dos seus funcionários, intervinha sobre toda a vida do concelho. A estes dois níveis de poder, municipal e central, vinha juntar-se e sobrepor-se ao primeiro, o senhorial, neste caso exercido pela rainha ou pela infanta a quem a jurisdição sobre o concelho pertencia.

1.2. Situação geográfica do concelho.

Situado a Sul do Distrito de Leiria, no centro da Região de Turismo do Oeste, a cerca de 80Km de Lisboa e a 60 km de Leiria, o concelho de Óbidos é banhado pelo oceano Atlântico numa extensão de cerca de 6 km e é delimitado a Norte e a Este pelo concelho de Caldas da Rainha, a Sudoeste pelo concelho de Peniche e a Sul pelos concelhos de Lourinhã e Bombarral.

Com uma morfologia algo acidentada é porém dotado de solos extremamente férteis e vários cursos de água o atravessam, entre eles os rios Real e Arnóia, indo desaguar na Lagoa de Óbidos, outrora um grande "Braço de Mar" que alcançava as terras baixas circundantes da Vila de Óbidos e que hoje se limita a uma superfície de 500 hectares a baixa-mar e a cerca de 700 hectares aquando da praia-mar. A tal contracção atribui-se o incontroável fechamento da "Aberta" (canal por onde recebe a água salgada), e o consequente assoreamento, a poluição que lhe chega pela rede hidrográfica dos concelhos de Caldas da Rainha, Bombarral, Cadaval e Óbidos, a descomedida construção urbana, entre outros factores.

A Lagoa de Óbidos constitui, apesar de tudo, ainda hoje uma fonte de riqueza piscatória e turística da qual dependem economicamente muitas famílias da região.

1.3. Organização administrativa.

Actualmente o concelho tem cerca de 11 mil habitantes e é composto por nove freguesias: A-dos-Negros, Amoreira, Gaeiras, Óbidos - Sta. Maria, Óbidos - S. Pedro, Olho Marinho, Sobral da Lagoa, Usseira, Vau, que se estendem numa área de 146 km². Gaeiras foi elevada a vila no início do ano de 2001, sendo todas as outras freguesias constituídas por aldeias e casais. A vila de Óbidos concentra as freguesias de Sta. Maria e de S. Pedro, a primeira relativa à vila de Óbidos (parte) e aos lugares de A-Da-Gorda (parte), Pinhal (parte), Arelho, Bairro da Senhora da Luz, Trás de Outeiro e Carregal, e a segunda à vila de Óbidos (parte) e aos lugares de A-Da-Gorda (parte), Pinhal (parte), Capeleira, Navalha, Casais Brancos.

1.4 Caracterização das freguesias.

A-DOS-NEGROS

É uma das mais importantes freguesias do Concelho, que a sul o limita e que mais distante se encontra da Vila, cerca de oito quilómetros.

A aldeia encontra-se alcandorada em cima de um cabeço, onde foi erguida uma pequena ermida, dedicada a Santa Maria Madalena.

Mais tarde foi construída a igreja à sombra de frondoso sobreiro, a que está associada a lenda de humilde pastor que, no interior do tronco, teria encontrado uma imagem da dedicada discípula de Cristo.

Nesta freguesia nasceu o Pe. Francisco Gomes da Congregação do Oratório, cura da freguesia e posteriormente da Igreja da Conceição em Lisboa e que ficou na memória pela sua muita caridade e rija penitência.

É formada por várias povoações e alguns casais: A-Dos-Negros, Casais da Areia, Casais da Boavista, Casais do Cabeço, Casais dos Chães, Casais da Mata Rica, Casais da Quinta do Carvalhede, Casal do Loureiro, Casal das Portelinhas, Casal da Poupeira, Casal do Redondo,

Casal do Silva, Casal do Vale Moiro, Gracieira, Louriçal, Sancheira Grande, Sancheira Pequena, Vale das Agulhas e alguns isolados. (...)

- In "Óbidos - Vila Museu"

- **População:** 1487 habitantes dos quais 533 famílias
- **Principal ocupação global:**
- **Actividades económicas:** Agricultura, Construção civil e Indústria Cerâmica
- **Associações culturais/ recreativas e sociais:**
- **Rede de transportes:**
- **Parcerias com outras entidades:**
- **Carências / Problemáticas:**
- **Pontos fortes:**
- **Património:**
 - Ermida dedicada a Santa Maria Madalena;
 - Igreja matriz:
 - Imagens seiscentistas;
 - Pia baptismal manuelina com ressaibos indianos;
 - Pia de água benta quinhentista, de pedra lavrada.
 - Ermida do Espírito Santo (Sancheira Grande):
 - Painéis do séc. XVIII.
 - Cruzeiro;
 - Quinta do Cabeço;
 - Quinta da Botelheira;
 - Quinta do Rolin;
 - Fonte do Ulmeiro;
 - Fonte Santa;
 - Fonte do Olival Santo;
 - Fonte da Formiga.
- **Festas e Romarias:** S. Maria Madalena (22 de Julho); Espírito Santo (Maio ou Julho); Menino Jesus (25 de Dezembro); N. Sra. da Assunção (15 de Agosto); Mártir S. Sebastião (20 de Janeiro); S. Amaro (15 de Janeiro); S. António (13 de Junho); festa de Corpo de Deus; feira anual (22 de Julho).

AMOREIRA

No sopé da Serra que lhe dá o nome, a cerca de cinco quilómetros da Vila, situa-se a freguesia da Amoreira, talvez a mais antiga do concelho, e a que mais se tem ressentido com os sucessivos ordenamentos do território, desmembrada de muitas terras que hoje formam ridentes povoações.

Antiga Vila manuelina, de nobres e antigas tradições, com foral dado pelo rei Venturoso em 14 de Setembro de 1512, possuía vetusto castelo, Misericórdia, Hospital e até uma praça de touros.

A importância da antiga vila e a extensão das suas terras foram dando origem à formação de aglomerados populacionais que, com o decorrer dos anos, foram progredindo e conquistando justa emancipação.

A elevação da povoação do Olho Marinho a freguesia, em 1925, reduziu ainda mais os seus limites, embora continue a ser uma das freguesias mais importantes do concelho, a que sempre pertenceu, e a que os seus fiéis terrenos, culturas e jazidas minerais emprestam reconhecida prosperidade.

Como em tantas outras terras, a história da freguesia prende-se com tradicional e antiga lenda - a de Aboboriz.

Com o decorrer dos séculos a pequena capela de N. Sr.^a da Aboboriz foi substituída por formoso templo que a piedade e generosidade dos fiéis erigiu e o terramoto em grande parte danificou.

Nesta freguesia da Amoreira, existiu o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Frades da Ordem de S. Jerónimo, situado na ribeira do Vale Benfeito, mais tarde saqueado Pelas tropas francesas e progressivamente destruído a ponto de não restar o menor vestígio.

Os frequentes saques de que o convento e os frades eram vítimas, levados a cabo por corsários franceses, espanhóis e ingleses, convenceram os reis D. João III e D. Catarina, a

aceder às instâncias dos monges, fundando o novo Convento de Vale Benfeito, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e Misericórdia.

Actualmente a freguesia compõe-se de: Amoreira, Casal do Convento, Casal dos Felícios, Casal do Fevereiro, Casal do Janeiro, Casal de Água, Casal do Vale do Barracão, Moinho Novo, Moinho da Praia, e alguns isolados. (...)

In "Óbidos - Vila Museu"

- **População:** 1000 habitantes dos quais 373 famílias
- **Principal ocupação global:** Actividade fabril
- **Actividades económicas:** Indústria cerâmica, serrações com fabrico de paletes, fábrica de bolos e licores da região, aviários de perus e codornizes, vários mini-mercados, talhos, cafés, estalagem, restaurantes, posta de abastecimento, inspecções de carros, farmácia, turismo, campo de golfe.
- **Associações culturais/ recreativas e sociais:**
- **Rede de Transportes:** Rodoviária do Tejo
- **Parcerias com outras entidades:** com Centro Social, Cultural e Recreativo Amoreirense, Grupo Desportivo da Amoreira, Centro Social e Paroquial
- **Carências / Problemáticas:** Carências de habitações
- **Pontos fortes:** Acessibilidade, localização e turismo
- **Património:**
 - Templo construído sobre a ermida da Senhora de Aboboriz com azulejos do séc. XVIII.
 - Fontanário;
 - Cruzeiro;
 - Convento em ruínas;
 - Moinhos de vento.
- **Festas e Romarias:** N. Sra. de Aboboriz (1º Domingo de Setembro).

GAEIRAS (VILA)

Pela Lei 105/85 de 4 de Outubro foi elevada a freguesia a povoação das Gaeiras, anteriormente partilhada pelas freguesias de Stª Maria e S. Pedro. Posteriormente foi elevada a vila, em 19 de Abril de 2001.

Fica situado a cerca de 4 km da Vila e desfruta de deslumbrantes panoramas.

Graças ao espírito de iniciativa e laboriosidade dos seus habitantes, tem atravessado um surto de grande desenvolvimento, com assinaladas urbanizações e empreendimentos, sobretudo no Alto das Gaeiras, com vários Bairros polvilhados de atraentes e risonhas vivendas.

Actualmente encontram-se as seguintes urbanizações: Quinta da Marquesa, Moinho Saloio, Cisca e Convento.

É uma região de grande prosperidade, sendo afamados os seus apreciados vinhos.

Das poucas nascentes termais do concelho, as mais importantes, como Caldas das Gaeiras e Olho de Água, situam-se na freguesia.

Possui várias associações recreativas e culturais, sendo também servida por afamados restaurantes.

Culturalmente é das freguesias mais evoluídas, tendo dado à edilidade elevado número de autarcas.

É das poucas freguesias em que a sua origem não está associada a qualquer lenda, não obstante serem obscuros os seus princípios. Há quem reporte a sua fundação ao tempo de D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II, que teria passado largas temporadas na sua quinta das Flores, situada naquela região, o que teria atraído forâneos que deram origem ao núcleo populacional.

In "Óbidos - Vila Museu"

- **População:** 1873 habitantes dos quais 644 famílias
- **Principal Ocupação Global:** Actividade Fabril (cerâmica)
- **Actividades económicas:**
- **Associações culturais/ recreativas e sociais:**
- **Rede de Transportes:**
- **Parcerias com outras entidades:**
- **Carências / Problemáticas:**
- **Pontos fortes:**
- **Património:**

- ♦ Convento de S. Miguel:
 - Escultura setecentista;
 - Abóbada revestida por um silhar de azulejos setecentistas;
 - Retábulo barroco de talha dourada;
 - Imagens modeladas em barro e policromadas, em tamanho natural.
- ♦ Quinta das Janelas:
 - Fachada embelezada por uma série de arcarias e revestimentos de azulejo da fábrica do Juncal.
- ♦ Casa das Gaeiras;
- ♦ Capela de S. Marcos;
- ♦ Moinhos de vento.
- **Festas e Romarias:** N. Sra. da Ajuda (8 de Setembro); Festa das Flores (1º Dom. de Maio).

ÓBIDOS - SANTA MARIA

É uma das duas freguesias da Vila que engloba parte da mesma e algumas povoações limítrofes: A-da-Gorda, Arelho, Bairro, Carregal, Casais Brancos, Casais da Margarida, e outras isoladas.

Parte de A-da-Gorda pertence à freguesia de S. Pedro, também da Vila.

In "Óbidos-Vila Museu"

- **População:** 1729 habitantes dos quais 630 famílias.
- **Principal Ocupação Global:**
- **Actividades económicas:** Agricultura, Turismo e extracção de gesso.
- **Associações culturais/ recreativas e sociais:** Associação de Defesa do património do Concelho de Óbidos, Sport Clube do Bairro, Centro Cultural Recreativo Pegalense, Associação Recreativa Trás-do-Outeiro, União Filarmónica da A-da-Gorda, Associação de Dadores de Sangue do Carregal e Associação Juventude Concelho de Óbidos.
- **Rede de Transportes:**
- **Parcerias com outras entidades:**
- **Carências / Problemáticas:**
- **Pontos fortes:** Actividade Horto-frutícola Turismo rural.

ÓBIDOS-SÃO PEDRO

A outra freguesia S. Pedro engloba parte da Vila, parte de A-da-Gorda e várias povoações limítrofes.

É nesta freguesia que se podem admirar a Igreja de S. Pedro, outrora Real Basílica, e a capela gótica tumular de S. Martinho.

Os edifícios dos Paços do Concelho, Repartição de Finanças e Biblioteca Municipal, dignamente instalados em remodeladas construções, situam-se também nesta freguesia.

In "Óbidos - Vila Museu"

- **População:** 1356 habitantes dos quais 473 famílias.
- **Principal Ocupação Global:** agricultura, comércio e turismo.
- **Actividades económicas:** Lojas de artesanato, Hipermercado - Recheiam Cash and Carry, restaurantes e cafés, Intermarché.
- **Associações culturais/ recreativas e sociais:** Sociedade Musical Recreativa Obidense, Associação da Defesa do Património do concelho de Óbidos, Associação Humanitária, B.V de Óbidos, Sociedade Cultural e Recreativa Pinhalense, Associação Recreativa e Cultural Amigos da Capeleira, Rancho Folclórico da Capeleira e Óbidos Sport Clube.
- **Rede de Transportes:** Rodoviária Nacional.
- **Parcerias com outras entidades:**
- **Carências / Problemáticas:** Desemprego, Carências socio-económicas e acessibilidade à Vila.
- **Pontos fortes:** Localização dentro da vila de Óbidos.
- **Património:**

ÓBIDOS – Vila museu

- **Igreja Matriz de Santa Maria:**

- ♦ Portal renascença;
- ♦ Pinturas tardo-renascenças do séc.XVII;
- ♦ Paredes revestidas com azulejos do final do séc. XVII, atribuídos a Gabriel del Barco
- ♦ Quadros de grandes dimensões de Baltazar Gomes Figueira;
- ♦ Púlpito em taça, resguardado por teia em pau-santo, assente em colunelo coríntio;
- ♦ Retábulo com oito pinturas sobre madeira do séc. XVII, atribuídos a João da Costa;
- ♦ Retábulo com cinco telas de Josefa de Óbidos, considerados os melhores trabalhos da pintura;
- ♦ Túmulo de D. João de Noronha o Moço e de sua mulher, D. Isabel de Sousa, obra-prima do renascimento coimbrão;
- ♦ Diversas pinturas a óleo sobre tela, talvez da oficina de Josefa de Óbidos.

- **Igreja da Misericórdia:**

- ♦ Portal barroquista;
- ♦ Azulejos do séc. XVII;
- ♦ Retábulos de talha dourada;
- ♦ Púlpito do séc. XVII;
- ♦ Telas de André Reinoso, de cunho proto-barroco;
- ♦ Pedra tumular da condessa de Cavaleiros;
- ♦ Relicário de cristal e ébano.

- **Igreja de S. Pedro:**

- ♦ Pedra relevada com um signo-saimão evidencia reminiscências do antigo templo gótico;
- ♦ Retábulo de talha seiscentista;
- ♦ Altares góticos;
- ♦ Paineis dos finais do séc. XVII;
- ♦ Túmulo de Josefa de Óbidos;
- ♦ Dois medalhões com pinturas sobre madeira do séc. XVII, atribuídas a Josefa de Óbidos;
 - ♦ Diversas imagens do séc. XVII.
 - ♦

- **Igreja de S. João Baptista:**
 - ♦ Portal quinhentista;
 - ♦ Retábulo de talha dourada;
 - ♦ Painel do séc. XVIII atribuído a Josefa de Óbidos.
- **Igreja de Santiago:**
 - ♦ Pintura sobre madeira de Sant 'Iago Maior, peça maneirista.
- **Igreja de Nossa Senhora de Monserrate (Terceiros):**
 - ♦ Portal barroquista.
 - ♦ Revestimento interior de azulejos seiscentistas.
 - ♦ Retábulo com seis pinturas sobre madeira, séc. XVII, de Belchior de Matos.
 - ♦ Azulejos quinhentistas.
- **Ermida de Nossa Senhora do Carmo**
 - ♦ Construção de estilo romano-gótico.
- **Ermida de S. Martinho**
 - ♦ Construção gótica, onde subsistem duas esculturas de pedra do séc. XV.
- **Ermida de Santo Antão**
 - ♦ Azulejos do séc. XVIII;
 - ♦ Retábulo do séc. XVI;
 - ♦ Escultura de madeira do séc. XVII;

Escultura de pedra, quinhentista, figurando S. Sebastião;

- ♦ Sete tábuas do séc. XVI de Belchior de Matos - Ermida de Santa Iria;
- ♦ Precioso conjunto de azulejos do séc. XVIII;
- ♦ Imagem do orago, escultura em pedra, quatrocentista.

- ♦ **Ermida de S. Braz (Dagorda):**
 - ♦ Paredes revestidas de azulejos policromos do séc. XVII;
 - ♦ Retábulos de talha dourada com algumas pinturas sobre tela;
 - ♦ Imagem de pedra de S. Braz, do séc. XVI;
 - ♦ Telas de Josefa de Óbidos;
 - ♦ Pia de água benta, lavrada, quinhentista.

- ♦ **Capela de S. André (Arelho):**
 - ♦ Esculturas do séc. XVI.

- ♦ **Santuário do Senhor da Pedra:**
 - ♦ Construção do séc. XVIII, ainda inacabada, que não obedece a um modelo definido, englobando vários estilos;
 - ♦ Ricos paramentos do tempo de D. João V;
 - ♦ Telas de Vieira Portuense e de Pedro Alexandrino de Carvalho;
 - ♦ Cruz de pedra onde se releva uma figura antropomórfica cruciforme, peça assente numa base de talha dourada barroquista.

- ♦ **Cruzeiro** do início do séc. XVI, com uma inscrição gótica na base da cruz.

- ♦ **Pelourinho**

- ♦ **Padrão camoniano**

- ♦ **Castelo medieval**, destacando-se na parte superior o brasão dos Noronhas e as armas reais de Portugal e Castela.
 - ♦ Muralha torreada que envolve a maior parte do casario de Óbidos foi restaurada por vários monarcas e tem um perímetro de 1565 metros.
 - ♦ Porta da Vila - é uma das seis portas e postigos abertos na cintura da muralha
 - * capela oratório;
 - * varandim e escada adossada;
 - * revestimento de azulejos do séc. XVIII

- ♦ Paço - edifício manuelino

- **Aqueduto** com extensão de 3 km, do séc. XVI
- **Chafarizes** do séc. XVI
- **Museu municipal**
- **Estação arqueológica – Cidade Romana de Eburobrittium:**
 - o Edifícios romanos;
 - o Fórum;
 - o Termas públicas;
 - o Cloaca (esgoto).
- **Festas e romarias:** Semana Santa; Santo Antão (17 de Janeiro); N. Sra. da Graça (2 de Fevereiro); procissão da Ordem Terceira em honra de S. Francisco (início da Quaresma); Santa Ana (3º Dom. de Setembro); S. Pedro (29 de Junho); S. Iria (20 de Outubro); Santo André (30 de Novembro); N. Sra. da Luz (25 /26 de Dezembro); S. Sebastião (2º Dom. de Maio)

OLHO MARINHO

Desmembrada da Amoreira a partir de 1925, é uma das mais populosas freguesias do concelho, possuidora de uma agricultura próspera, que constitui a principal actividade dos seus habitantes. Tem uma grande nascente de água, aconselhada para tratamento de moléstias dos olhos e da pele.

Nesta povoação existia uma antiga ermida dedicada a Sta. Iria, onde é hoje a sede da

União do Amigos do Olho Marinho.

A freguesia é constituída por: Olho Marinho, Casais do Vale, Casais da Arruda, Perna de Pau, Casal da Ladeira, Quinta do Baixo e outros isolados. (...)

In " Óbidos – Vila Museu"

- **População:** 1300 habitantes dos quais 480 famílias.
- **Principal Ocupação Global:** Agricultura, Hortofruticultura e Floricultura.

- **Actividades económicas:** Agricultura, Hortofruticultura, Pecuária, Serralharia, Construção Civil, Estação Experimental na Quinta do Furadouro, pequeno comércio retalhista.
- **Associações culturais / recreativas e sociais:** Centro Social Cultural do Olho Marinho, Rancho Folclórico " Os Populares de Olho Marinho ", União Futebol Clube Olho Marinho, Centro de Gestão de Empresa Agrícola Olho Marinho, Agrupamento / produtores para a comercialização Horto - Frutas do Alto Oeste.
- **Rede de Transportes:** Rodoviária duas vezes por dia.
- **Parcerias com outras entidades:**
- **Carências / Problemáticas:** Falta de infra-estruturas no sector desportivo e lazer, falta de apoio à Juventude, Acessibilidade à Vila.
- **Pontos fortes:** Actividade Hortofrutícola, Turismo rural / Quinta pedagógica.
 - **Património:**
 - ♦ Templo dedicado ao Coração Imaculado de Maria;
 - ♦ Igreja do século XIX;
 - ♦ Gruta " Cova da Moura ";
 - ♦ Cruzeiro do século XVII;
 - ♦ Capela de Nossa Senhora do Amparo;
 - ♦ Quinta do Baixo (antiga Quinta do Furadouro);
 - ♦ Relógios de sol;
 - ♦ Fonte de olho marinho (ex-libris da freguesia);
 - ♦ Azenhas.
- **Festas e Romarias:** feira anual de S. António; Imaculado Coração de Maria (2ª quinzena de Agosto); festival de folclore (15 de Agosto).

SOBRAL DA LAGOA

Na antiga Mata do Sobreiral, elevado morro a sueste da Vila, de onde se desfrutam panorâmicas vistas sobre a Lagoa de Óbidos e extensas cercanias, foi edificada, por Domingos dos Santos Ferreira Neto, que em Óbidos viveu durante algum tempo, vindo de paragens desconhecidas, uma pequena construção, por volta de 1583.

Com o decorrer dos anos, outras habitações juntaram, dando origem à freguesia,

caracterizada pelos seus moinhos de vento que, como sentinelas vigilantes, se erguem na crista do monte.

A povoação foi elevada a freguesia em 1837.

In "Óbidos-Vila Museu"

- **População:** 650 habitantes.
- **Principal Ocupação Global:** Agricultura (predominância do cultivo de cebola).
- **Actividades económicas:** venda da produção agrícola.
- **Associações culturais/ recreativas e sociais:** Associação Cultural e Recreativa do Sobral da Lagoa
- **Rede de Transportes:** Há 2 carreiras diárias, em período lectivo, de partida e de chegada para as Caldas Rainha
- **Parcerias com outras entidades:**
- **Carências / Problemáticas:** Transportes para fora da freguesia, falta de bons caminhos agrícolas.
- **Pontos fortes:** Não há ainda um abandono da actividade agrícola.
 - **Património:**
 - ♦ Ermida do séc. XVII, dedicada a Nossa Senhora da Conceição;
 - ♦ Capela de S. Sebastião;
 - ♦ Moinhos de vento.
- **Festas e Romarias:** S. Sebastião (20 de Janeiro); N. Sra. Da Conceição (8 de Dezembro).

USSEIRA

É a mais recente das freguesias do concelho, criada pela lei 75/89 de 28 de Agosto, pertencendo anteriormente à freguesia de S. Pedro.

Situa-se a cerca de 4 quilómetros da Vila, numa zona bastante elevada de onde se desfrutam deslumbrantes panoramas, sobretudo no local denominado Moinhos da Usseira.

Uma zona de grande prosperidade, afamada pelas suas saborosas frutas, provenientes de extensos e ricos pomares. Possui numerosas instalações frigoríficas, para armazenagem e conservação, sendo um dos principais centros de exportação, alguns de relativa importância,

dotados de unidades de selecção e calibragem dos produtos.

Foi nesta freguesia iniciada a construção do Aqueduto que abastecia os chafarizes da Vila, obra devida a D. Catarina de Aragão, mulher de D. João III, numa extensão de três quilómetros.

Nesta freguesia existe também um pequeno templo rural dedicado a Nossa Senhora da Luz.

In "Óbidos-Vila Museu"

- **População:** 918 habitantes dos quais 344 famílias.
- **Principal Ocupação Global:** Agro-alimentar.
- **Actividades económicas:** Agricultura, Indústria de mobiliário, Rede Frio (armazenamento de frutas e congelados).
- **Associações culturais/ recreativas e sociais:** Associação Cultural e recreativa da Usseira.
- **Rede de Transportes:** Rodoviária.
- **Parcerias com outras entidades:**
- **Carências / Problemáticas:** envelhecimento da população, rede viária, saneamento básico e abastecimento de água pública.
- **Pontos fortes:** Localização geográfica.
- **Património:**
 - ♦ Quinta da Capeleira (propriedade de Josefa de Óbidos);
 - ♦ Moinhos de vento;
 - ♦ Templo rural dedicado a Nossa Senhora da Luz.
- **Festas e Romarias:** (13 de Dezembro) Festa de St^a Luzia; (Agosto / Setembro) Festa de Nossa S^a do Rosário.

VAU

A freguesia do Vau deve a existência a um obscuro obidense que depois de casado, e gostando do lugar, aí fixou residência, desbravando matos e arroteando incultas terras.

Frei António de Barros visitava frequentemente o seu irmão frade no convento de Vale

Benfeito. Como as várzeas da Quinta da Luz estavam normalmente inundadas, era obrigado a atravessá-las a «vau».

Deste facto provém o nome de Vau, dado à povoação e que deve a sua elevação a freguesia à protecção do Infante D. Pedro, irmão de D. José, que com frequência vinha caçar na Poça da Albufeira, lugar onde já existiam bastantes moradores e um pequena ermida dedicada a Santo António.

É também nesta zona que se desenvolvem arrojados e avançados empreendimentos turísticos, existindo já numerosas vivendas habitadas na época estival.

In "Óbidos-Vila Museu"

- **População:** 877 habitantes dos quais 333 famílias.
- **Principal Ocupação Global:** agricultura e pesca.
- **Actividades económicas:** mini-mercados e mercearias, cafés, padaria, talham, loja de abastecimento agrícola, serviços de reparação e construção civil.
- **Associações culturais/ recreativas e sociais:** Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Vauense.
- **Rede de Transportes:** Rodoviária Nacional, táxi.
- **Parcerias com outras entidades:**
- **Carências / Problemáticas:** Ausência de farmácia, Centro de Dia para idosos, Parque infantil e cabine telefónica pública.
- **Pontos fortes:** Localização - campo e praia.

- **Património:**
 - Capela de N. Sra. Do Bom Sucesso;
 - Igreja de Nossa Senhora da Piedade;
 - Quinta do Bom Sucesso;
 - Fontanário;
 - Casas tradicionais;
 - Moinhos de vento.
- **Festas e Romarias:** N. Sra. da Piedade (18 de Dezembro); N. Sra. do Bom Sucesso (Dom. após 15 de Agosto); festa tradicional anual Bom Verão (8 dias a seguir à Páscoa).

1.5. Património Natural

Lagoa de Óbidos - formada por um corpo central de três braços - Bom Sucesso; barroza; Ferraria - ocupa uma superfície aproximada de 7 Km², onde desaguam os Rios Real, Arnóia e Cal.

Avifauna:

Comunidade residente:

- Galeirão comum; Galinha d'água; Garça branca, Garça boeira, Garça-real; Pato-real; Borelho de coleira interrompida; Juiz dos rios comum; Gaivota - argêntea ; Maçarico-das-rochas; Peneireiro cinzento; Águia - sapeira ; Fuinha - dos - juncos.

Comunidade migratória:

- Rola-do-mar, Tarambola - cinzenta; Maçarico - galego; Marrequinho, Frisada; Corvo-marinho de faces brancas; Borrelho - grande - coelheira; Fuselo; Perna verde comum; Gaivota de cabeça preta; Gaivota de asa branca; Codorniz; Ostraceiro; Pilrito das praias.

Flora - nas margens da lagoa é possível apreciar espécies representativas da flora, como os rosmaninhos, a giesta, o tojo, o lírio, a tramagueira, a aroeira, o alecrim, o junco, a videira, o carrasco, a silva, a carqueja, a urze, o landrisco e o caniço.

Poça do Vau - Zona húmida e interior abundante em espécies palustres, das quais se destacam a garça vermelha pequena, o pato-real e o rouxinol pequeno.

Águas termais - nascentes de águas sulfurosas e salinas:

- Caldas das Gaieras e Olho Marinho;
- Fonte de Óbidos;
- Amoreira.

Nascentes de água no Olho Marinho

2- CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos homologado por Despacho da Senhora Directora Regional de Educação de Lisboa é constituído pelos seguintes estabelecimento de ensino agrupados:

JI de Amoreira	<i>Freguesia de Amoreira</i>
JI de Olho Marinho	<i>Freguesia de Olho Marinho</i>
JI do Vau	<i>Freguesia do Vau</i>
JI do Arelho	<i>Freguesia so Arelho</i>
JI da Usseira	<i>Freguesia da Usseira</i>
JI de Óbidos	<i>Freguesia de S. Pedro</i>
JI de A-dos-Negros	<i>Freguesia de A-dos-Negros</i>
JI da Gracieira	<i>Freguesia de A-dos-Negros</i>
JI das Gaeiras	<i>Freguesia de Gaeiras</i>
JI de A-da-Gorda	<i>Freguesia de Santa Maria</i>
EB 1 de Amoreira	<i>Freguesia de Amoreira</i>
EB 1 de Olho Marinho	<i>Freguesia de Olho Marinho</i>
EB 1 do Vau	<i>Freguesia do Vau</i>
EB 1 do Sobral da Lagoa	<i>Freguesia de Sobral da Lagoa</i>
EB 1 de A-dos-Negros	<i>Freguesia de A-dos-Negros</i>
EB 1 da Gracieira	<i>Freguesia de A-dos-Negros</i>
EB 1 das Gaeiras	<i>Freguesia de Gaeiras</i>
EB 1 Quinta da Marquesa	<i>Freguesia de Gaeiras</i>
Complexo dos Arcos	<i>Freguesia de S. Pedro</i>
Escola E.B 2,3/S de Josefa de Óbidos	<i>Freguesia de S. Pedro</i>

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SEDE



A Escola Básica 2,3/S de Josefa de Óbidos situa-se a cerca de 500m da vila histórica de Óbidos. Entrou em funcionamento no ano lectivo de 1986/87, ano em que concluíram as suas obras. Só foi inaugurada em 27/11/89 pelo então Ministro da Educação, Dr. Roberto Carneiro.

2.1.1- Espaços físicos

A escola é fisicamente constituída por cinco blocos e balneários. Tem vinte salas de aulas normais, uma sala de Ciências da Natureza com laboratório, duas salas de Ciências Naturais com laboratório, duas salas de Físico-Química com laboratório, duas salas de Educação Visual e Tecnológica, duas salas de Educação Tecnológica e duas salas de Educação Visual, cinco salas de Tecnologias de Comunicação e Informação. São ainda de referir os seguintes espaços:

- Biblioteca / Centro de Recursos;
- Cozinha / Restaurante Escola
- Sala de Directores de Turma;
- Sala de professores;
- Sala de trabalho para professores;
- Salas de projecção multimédia;
- Sala da Multidificiência
- Sala de pessoal não docente;
- Gabinete do Chefe do Pessoal Auxiliar;
- Reprografia;
- Papelaria;
- Bar;
- Gabinete de Gestão (Assessoria);
- Gabinete dos Serviços Especializados de Apoio Educativo;
- Secretaria;
- Sala da Direcção Executiva.

A escola possui ainda um espaço destinado ao refeitório escolar, constituído por uma cozinha muito bem equipada e uma sala com capacidade para servir almoços, em simultâneo a 90 elementos da comunidade educativa.

A escola dispõe de uma instalação desportiva descoberta, de tipologia polivalente, cujo estado geral é bom, sendo de destacar o bom estado de conservação do pavimento e a existência de um campo de futebol de cinco em piso sintético. A escola não possui uma instalação desportiva coberta, tendo iniciado em Abril de 1996 a utilização do Pavilhão Gimnodesportivo camarário que se encontra situado no exterior do estabelecimento de ensino, fazendo-se o acesso ao mesmo, através de um túnel situado por debaixo da Estrada Nacional 8.

Existem na escola vários espaços ajardinados e relvados, com mesas e bancos em pedra para poderem ser utilizados pelos alunos nos seus tempos livres.

A escola em cada bloco dispõe de uma sala de aula equipada com televisor, leitor de DVD e videogravador. A escola tem ainda videoprojectores, projectores de diapositivos, retroprojectores, episcópios, material informático e material de vídeo que pode ser utilizado nas aulas de Educação Tecnológica e noutras actividades de enriquecimento curricular.

A escola possui ainda uma sala, apetrechada com equipamento destinado a actividades de Rádio.

OUTRAS ESCOLAS

2.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA

JARDIM DE INFÂNCIA DE A-DA-GORDA

Edifício	Espaços	Recursos H.	Nº crianças	Telefone
2003	interior: 155,8m ² exterior: 1132m ²	2 educadores 1 Assistente operacional 2 monitores	35	262950507



O Jardim-de-infância localiza-se no centro da aldeia de A-da-Gorda, junto à Estrada Nacional nº 114, pertencendo à Junta de Freguesia de Santa Maria, mas abrangendo também crianças da Junta de Freguesia de S. Pedro, já que a aldeia está dividida em duas freguesias.

O estabelecimento escolar é constituído por dois edifícios: a escola do 1º ciclo (construção do plano centenário) e o novo edifício do Jardim-de-infância.

O jardim-de-infância tem umas instalações óptimas que foram inauguradas no dia 2 de Outubro de 2003 e conta com equipamento novo: telefone, termo acumuladores eléctricos, desumidificadores, máquina de lavar louça, fogão, forno eléctrico, micro-ondas, frigorífico e cilindro, televisão, vídeo, leitor de D.V.D, assim como rádio leitor de cassetes e CDs.

Tem duas salas de actividades, um W.C. para crianças e outro para adultos, vestiário, gabinete de recepção aos pais e o refeitório. O espaço exterior é grande e está bem equipado, possui um campo de futebol com relvado sintético para uso das crianças e da comunidade, em horários diferentes ao do funcionamento das escolas e A.T.L. O acesso ao edifício escolar faz-se por três entradas: do lado da Estrada Nacional 114 faz-se por 2 portões: um com alguns degraus e uma rampa para deficientes motores e outro maior, que dá acesso a viaturas; na parte traseira do edifício o acesso é directo ao jardim-de-infância. O pátio é vedado por gradeamento branco alto e, existe um pequeno parque infantil com bom equipamento lúdico em piso de segurança.

JARDIM DE INFÂNCIA DE A-DOS-NEGROS

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
1983	interior: 157 m2 exterior: 533 m2	1 educador 1 Assistente operacional 2 monitores	15	262958587



O Jardim-de-infância de A-dos-Negros situa-se entre os dois maiores aglomerados habitacionais da aldeia: o bairro da igreja e a zona antiga da capela (largo do coreto), mesmo em frente ao Clube Recreativo e também perto do belo edifício da escola do 1º ciclo na Estrada dos Moinhos. O acesso ao Jardim faz-se por um caminho, recentemente alcatroado, a partir da Estrada dos Moinhos encontrando-se bem sinalizado com duas placas indicativas. Devido à sua boa localização tem facilmente acesso quer ao centro de saúde ou supermercado quer à zona do bairro da igreja ou à Associação de Desenvolvimento. O Jardim-de-infância, construído em 1982, funciona ininterruptamente desde 1983 com uma média de 22 crianças (nos últimos 15 anos).

O Jardim-de-infância está dividido nos seguintes espaços: a sala de actividades, o atelier de pintura, a cozinha, casa de banho das crianças, casa banho dos adultos, arrecadação, hall e espaço exterior. A sala principal está dividida por áreas de actividades (casinha das bonecas, computadores, histórias, jogos de mesa...), encontrando-se bem equipada relativamente a material pedagógico. O atelier de pintura, que era anteriormente o telheiro coberto, foi transformado (2003) em espaço para actividades plásticas e encontra-se também bem equipado. O interior encontra-se em boas condições, exceptuando a casa de banho das crianças e a necessidade de uma pintura geral. No espaço exterior, modernizado recentemente, vedado com um pequeno muro e rede alta, encontramos cinco áreas distintas: a da jardinagem (canteiros de flores e árvores) a da horta a do equipamento lúdico com piso de segurança, a caixa de areia e a área de relva. As restantes áreas são pavimentadas.

JARDIM DE INFÂNCIA DA AMOREIRA

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
1980	interior: 148 m2 exterior: 498 m2	1 educadora 1 Assistente operacional 2 monitores	19	262968834



O Jardim-de-infância da Amoreira é um estabelecimento público, exclusivamente escolar que foi construído em 1980, com uma construção tradicional, estando em bom estado de conservação e sendo constituído por um bloco com uma sala de aula devidamente equipada para o grau de ensino ministrado, o pré-escolar. Tem uma sala de apoio, uma cozinha, duas casas de banho sendo uma para as crianças, uma arrecadação para arrumos, um recreio (498 m2) com uma área de relva, uma área de areia, uma horta, um jardim com flores e uma área pavimentada.

Fica situado nas traseiras do Centro de Saúde, tendo duas entradas, uma que é a oficial pela Estrada Nacional N^o 13, com o telefone 262968834 e a outra pela Travessa.

O Jardim-de-infância tem uma educadora de infância, uma auxiliar de acção educativa.

JARDIM DE INFÂNCIA DAS GAEIRAS

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
1983	Interior: 277 m2 Exterior: 1461	4 educadoras 3 Assistentes operacionais 5 monitores	76	262958968



Situado no concelho de Óbidos, na freguesia e na localidade das Gaeiras, o Jardim-de-infância das Gaeiras confina a Norte e a Oeste com a Urbanização da Cerca, a Sul com o Vale das Hortas e a Este com a escola do 1º ciclo.

O Jardim-de-infância das Gaeiras é um estabelecimento pertencente à rede pública, mandado construir pela Câmara Municipal de Óbidos e inaugurado em Outubro de 1983.

É composto por duas salas de actividades, uma cozinha, instalações sanitárias para adultos e crianças, uma pequena arrecadação, um hall, um refeitório e um anexo (antigo alpendre coberto).

As salas de actividades, equipadas com diverso material (dois televisores, um vídeo, um leitor de DVD, um leitor de cassetes, um computador ...) têm mobiliário adequado à idade das crianças, embora já esteja bastante degradado pelo uso.

O recinto exterior tem uma casinha em acrílico, uma caixa de areia, circundada por um lancil de cimento onde estão colocados um labirinto com escorrega em acrílico e um escorrega com baloiço em ferro. Tem ainda dois pinheiros mansos, um cedro, um eucalipto e mais algumas árvores.

O espaço exterior circunda todo o edifício mas é desnivelado existindo por isso três degraus perigosos (em esquina viva) bem como em frente ao alpendre (degrau com 40 cm) uma enorme pedra.

JARDIM DE INFÂNCIA DA GRACIEIRA

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
1984	interior: 128 m2 exterior: 450 m2	1 educadora 1 Assistente operacional	9	2629587 89



O edifício do Jardim-de-infância fica situado na rua principal da aldeia, nas traseiras da Associação Recreativa e Cultural da Gracieira.

Foi construído de raiz, tendo começado a funcionar em 1985. As instalações encontram-se bem conservadas e sofreram algumas reparações em 2004, tanto no espaço interior como no exterior. O espaço interior tem uma sala de actividades, um hall com cabides, uma cozinha, uma despensa, uma casa de banho para adultos e uma casa de banho para crianças com 3 sanitas, 3 lavatórios e uma banheira.

O Jardim-de-infância está bem equipado, com mobiliário e materiais adequados às crianças que o frequentam. O estabelecimento tem telefone, aquecedores a óleo, caldeira para água quente e extintor de incêndios.

A sala de actividades encontra-se dividida por áreas e dispõe de materiais diversificados e em bom estado de conservação: livros, jogos de mesa e chão, carros, bonecos, brinquedos vários, material de desgaste, computador, televisão e vídeo.

O espaço exterior tem um telheiro coberto, uma caixa de areia, uma estrutura de plástico com escorrega com pavimento de segurança, uma horta e jardim, duas árvores de sombra (chorões) e uma nespereira, sendo a restante área pavimentada.

O espaço exterior tem uma boa dimensão e está rodeado por gradeamento.

JARDIM DE INFÂNCIA DE ÓBIDOS

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
199 5	interior: 118 m2 exterior: 156 m2	1 educador 1 Assistente operacional 2 monitores	25	262959213



O Jardim-de-infância está situado a cerca de 500 metros da Vila de Óbidos, integrado num bairro residencial, na sua maioria constituído por casas pré-fabricadas, embora nos últimos anos algumas tenham vindo a ser substituídas por novas construções.

Junto ao Jardim encontram-se as novas instalações da Creche e Jardim-de-infância da Casa do Povo de Óbidos. Também neste bairro se encontram outros equipamentos municipais como um cemitério, o estádio de futebol e pavilhão gimno-desportivo e o complexo de piscinas cobertas.

O edifício deste Jardim-de-infância foi construído em 1995 pela Câmara Municipal e é constituído por: hall de entrada onde se encontram os cabides para os pertences das crianças; um gabinete para a responsável, com uma área de arrumos de material didáctico; sanitários para os adultos com lavabo e um wc; uma cozinha de apoio equipada com frigorífico, placa eléctrica e cilindro para aquecimento de água; sanitários para as crianças com zona de lavabos e wc, lavatórios de dois tamanhos e duche; uma sala de actividades ampla, em forma de L, dimensionada para 25 crianças. A sala comunica com o gabinete, os sanitários das crianças, a cozinha, a entrada e o espaço exterior. Todo o espaço está organizado por áreas – faz de conta, dramatização/fantoches, biblioteca, jogos/construções, pintura, recorte e colagem, modelagem e expressão musical

Cada área está equipada com material adequado, em bom estado de conservação. O espaço exterior é amplo com o chão coberto de areia de praia e algum equipamento (baloços, escorregas, etc.) É um espaço devidamente vedado, com segurança, embora precise de alguns pequenos melhoramentos.

JARDIM DE INFÂNCIA DO OLHO MARINHO

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
2003	interior: exterior:	1 educadora 1 Assistente operacional 2 monitores	25	262 968653



O edifício do Jardim-de-infância do Olho Marinho, fica situado dentro do aglomerado urbano da localidade de Olho Marinho, confinante com a extensão de saúde.

A Norte do Jardim-de-infância está localizado um lote habitacional, a Sul a escola do 1º ciclo do ensino básico, a Leste a ribeira e a Oeste a extensão de saúde.

O acesso ao Jardim-de-infância é feito por um arruamento na rua José Vitorino. É um edifício com um piso r/c que conta com duas entradas normais e distintas, uma principal e outra secundária.

O Jardim-de-infância está equipado com electricidade, telefone, aquecimento central e água da rede pública.

Tem duas salas para aulas, dois gabinetes de educadoras, uma cozinha, uma arrecadação, casas de banho para crianças, uma casa de banho para adultos e uma casa das máquinas.

As salas de aula estão ocupadas por cantinhos: casinha, garagem e jogos, biblioteca, pintura e plasticina. No refeitório funciona também o A.T.L.

Existe também uma área de recreio comum ao edifício com uma entrada.

JARDIM DE INFÂNCIA DA USSEIRA

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
1980	interior: 157 m2 exterior: 733 m2	1 educadora 1 Assistente operacional 2 monitores	25	262950035



A Usseira é uma aldeia, sede de freguesia. A sua população ocupa-se quase toda na agricultura, sendo a economia local essencialmente frutícola.

Ao nível educativo, o pré-escolar é servido por um Jardim de Infância da rede pública, que se situa na Rua das Quebradas N^o 16, 2510-772.

O edifício foi construído em 1980 e tem uma área coberta de cerca de 157 m2. É composto por 2 salas de actividades com comunicação interior, 1 escritório, 2 casas de banho (1 de adulto e 1 de crianças), 1 sala de arrumações e uma cozinha onde as crianças lancham e diariamente decorre a actividade de culinária (confeção de bolos).

As duas salas estão devidamente equipadas, estando uma delas definida como sala de actividades e que está dividida por áreas que são fixas como: casinha das bonecas, garagem, leitura e outras áreas que são concebidas a par dos projectos que são desenvolvidos na sala ao longo do ano. A outra sala está definida como atelier a expressão plástica.

O recreio tem uma área de 733 m2 é vedado por gradeamento de rede de altura média tem um aparelho com escorrega, cordas e uma trave, e outros aparelhos e equipamento adequado para o exterior.

JARDIM DE INFÂNCIA DO VAU

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
1985	interior: 157 m2 exterior: 733 m2	1 educador 1 Assistente operacional 1 monitor	24	262 968877



O Jardim-de-infância localiza-se numa pequena aldeia com cerca de 1000 habitantes e dispõe de poucos recursos. Tem como serviços públicos a sede de freguesia onde funcionam os correios, o posto médico e o A.T.L. distando deste jardim cerca de 200 metros. Outros recursos como o centro de saúde, quartel dos bombeiros e posto de GNR situam-se em Óbidos a cerca de 9Km.

Situado nos Casais do Rio, o edifício escolar situa-se a cerca de 200 metros da estrada municipal e perfeitamente ligado ao Vau, fica no entanto retirado da escola do 1º ciclo.

Confronta a Norte com a rua do Barranco, a Leste com o largo, a Sul com o campo de futebol e a Oeste com a rua do Juncal.

Construída em 1985 é um edifício de rés-do-chão, composto por uma sala de actividades, uma cozinha, um WC de adultos e um de crianças, uma pequena arrecadação e um hall de entrada.

No exterior tem um alpendre e um pátio com algumas árvores, vedado por um muro de pequena altura e uma rede de protecção.

A sala de actividades está dividida por áreas de actividades: leitura informática, casinha das bonecas, jogos, carpintaria e pintura. A cozinha está equipada com um forno e um fogão eléctrico.

O WC das crianças é composto por uma banheira, três sanitas e três lavatórios. O WC dos adultos tem um lavatório e uma sanita.

No espaço exterior apenas existe uma caixa de areia e um minúsculo escorrega em plástico.

JARDIM DE INFÂNCIA DE ARELHO

Edifício	Espaços	Recursos H.	N ^a crianças	Telefone
2007	interior: 157 m2 exterior: 733 m2	2 educadores 2 Assistentes operacionais 2 monitor	37	262 959 311



Localizado no lugar do Arelho, na rua Principal, em frente do Centro Cultural Social e Recreativo Arelhense, o edifício do Jardim-de-Infância possui uma vasta área exterior que engloba um campo de futebol de relva sintética. Inaugurado no ano lectivo de 2007/2008, o edifício possui duas salas de actividades, uma sala polivalente (destinada à Componente de Apoio à Família - Projecto *Crescer Melhor*), um gabinete, uma copa, um vestiário e um W.C. equipado para as crianças (incluindo as que possuem dificuldade de mobilidade).

Funciona por um período de onze horas diárias, das 7h:30m às 18h:30m. A componente lectiva faz-se entre as 9h:30m e as 12h:00m no período da manhã e entre as 13h:30m e as 16h:00m no período da tarde (à excepção da quarta-feira que contempla apenas a manhã).

Neste Jardim-de-Infância trabalham duas Educadoras de Infância, uma Auxiliar Técnica de Educação responsável pela Componente de Apoio à Família e uma tarefeira que auxilia nos almoços.

2.3 - CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO

EB-1 de A-dos-Negros

Edifício	Espaços	Recursos Humanos	Nº de crianças	Telefone
Plano Centenário	Interior: Exterior:	2 Professores	44	262958977



A escola EB 1 de A-dos-Negros fica situada no centro da aldeia. O acesso à mesma é feito por uma vias: Estrada dos Moinhos.

O edifício é do tipo P.C. e o seu estado de conservação é considerado satisfatório, tendo sido recentemente pintado no interior e substituído o soalho. Tem duas salas utilizadas para aulas, dois átrios cobertos e uma área de recreio com jardim. Existe, também, um recinto de jogos vedado com rede.

A escola está equipada com electricidade, telefone, aquecedores eléctricos e água da rede pública.

O mobiliário existente é suficiente e encontra-se em bom estado de conservação.

EB-1 de Gaeiras

Edifício	Espaços	Recursos Humanos	Nº de crianças	Telefone
Plano Centenário	Interior: Exterior:	2 Professores	33	262958961 262958966



A escola básica do 1º Ciclo nº 1 de Gaeiras, fica situado no centro da vila. O acesso à mesma é feito por duas vias: Rua das Escolas e Rua Bomba D'Água. O seu estado de conservação é considerado satisfatório. Tem duas salas de aula, três átrios cobertos e uma área de recreio com jardim. Existe também um recinto de jogos vedado, lateralmente com grades e coberto com relvado sintético.

EB1-Gracieira

Edifício	Espaços	Recursos Humanos	Nº de crianças	Telefone
Plano Centenário	Interior: Exterior:	1 Professor	14	262958964



O edifício escolar de Gracieira fica situado dentro do aglomerado urbano da localidade. O acesso à mesma é feito por duas vias: Estrada Nacional e caminho. A escola localiza-se no centro da aldeia de GRACIEIRA, a cerca de 8000 metros do quartel dos Bombeiros Voluntários de Óbidos, a 8500 metros do Centro de Saúde e 8200 metros da G.N.R.

A fachada principal do edifício da Escola Básica do 1º Ciclo encontra-se implantada a Nascente. O edifício da Escola do 1º Ciclo foi construído no âmbito do Programa Centenário e o seu estado de conservação é considerado satisfatório, tendo sido recentemente pintado no exterior. Tem uma sala utilizada para aulas, um vestíbulo e um átrio coberto. O estabelecimento escolar é constituído por um edifício com um piso r/c.

A Escola do 1º Ciclo conta com uma sala e duas entradas distintas (principal e secundária).

Existe uma área de recreio e jardim. Existe também um recinto de jogos que é vedado em todo o seu perímetro. O mesmo possui três entradas, uma das quais com as dimensões necessárias, ao acesso de viaturas de socorro.

A escola está equipada com electricidade, telefone, aquecedores eléctricos e água da rede pública. O mobiliário existente na EB1 é antigo e novo e satisfaz as necessidades mínimas.

EB1-Quinta da Marquesa

Edifício	Espaços	Recursos Humanos	Nº de crianças	Telefone
Plano Centenário	Interior: Exterior:	2 Professores	48	262843913



O edifício da E. B. 1 de Quinta da Marquesa, fica situado dentro do aglomerado urbano da localidade de Moinho Saloio-Gaeiras. O acesso à mesma é feito por um arruamento.

O edifício foi construído de raiz. Tem uma sala utilizada para aulas, uma sala devoluta onde se praticam as aulas de Expressões, um gabinete, duas cozinhas inutilizadas, uma arrecadação e três casas de banho.

O edifício é uma construção moderna.

Existe uma área de recreio com duas entradas, com as dimensões necessárias, ao acesso de viaturas. A escola está equipada com electricidade, telefone, computadores ligados à Internet, fax, fotocopiadora, digitalizadores, água de rede pública. O mobiliário existente é suficiente e novo.

ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE AMOREIRA

Edifício	Espaços	Recursos Humanos	Nº de crianças	Telefone
1956	Interior: 330m2 Exterior: 1700m2	2 Professores	38	262969797

A Escola Básica do Primeiro Ciclo de Amoreira localiza-se no sopé da serra que lhe dá o nome, a cerca de 5 km da escola sede de Agrupamento. Esta fica junto ao caminho municipal C.M.1413. num dos extremos da localidade de Amoreira.



A EB1 de Amoreira é constituída por um edifício tipo Plano dos Centenários, com duas salas e um átrio de entrada em cada uma delas. Nas traseiras existem dois alpendres cobertos onde, em cada um, se localizam quatro instalações sanitárias e uma arrecadação. Foi construída em 1956. Em 2000, foi sujeita a melhoramentos.

O espaço exterior é constituído por um terreno circundante utilizado como recreio, vedado com gradeamento. Aí existem algumas árvores, baloiços, um escorrega e balizas de futebol.

A escola possui electricidade, água canalizada da rede pública, aquecedores a óleo, três computadores, um deles com ligação à Internet, impressora, telefone e fax. O mobiliário da escola é antigo mas ainda satisfaz as necessidades mínimas.

O acesso ao edifício escolar faz-se por duas entradas situadas a Sul, havendo também um portão de emergência nas traseiras do referido edifício.

ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE OLHO MARINHO

Edifício	Espaços	Recursos Humanos	Nº de crianças	Telefone
Nº 1 – 1963 Nº 2 –19...	Interior: Exterior:	4 Professores	74	262969789 262969505



Na Aldeia de Olho Marinho existem dois edifícios escolares, um do tipo “Plano dos Centenários” e outro de “Plano Indefinido”.

A Escola Básica do Primeiro Ciclo Nº1 (Plano dos Centenários) de Olho Marinho localiza-se na Rua das Barrocas, a cerca de 8,5 km da escola sede de Agrupamento. O edifício escolar fica situado dentro do aglomerado urbano da

localidade. Foi construída em 1963. A escola é fisicamente constituída por um edifício com um piso r/ch. Tem duas salas de aula, duas pequenas salas de entrada (átrios). Na parte detrás existem dois telheiros separados pelo bloco onde se situam as instalações sanitárias e uma pequena casa de arrecadação. Tem quatro entradas distintas (as principais que ficam na parte da frente do edifício e as secundárias que ficam nas traseiras). Existe uma área de recreio à volta do edifício com 8 canteiros ajardinados, localizados na parte da frente do edifício.

A escola tem as condições mínimas para se leccionar. Está equipada com electricidade, telefone, fax, aquecedores eléctricos e água da rede pública. Possui 3 computadores, sendo 2 novos com ligação à Internet e 1 já antigo, 3 impressoras, televisão e vídeo. O mobiliário existente na escola é antigo mas ainda satisfaz as necessidades mínimas.

O acesso à escola é feito por dois portões situando-se um na parte da frente e o outro na lateral, no topo Norte. O pátio é vedado por gradeamento alto, branco.

A Escola Básica do Primeiro Ciclo Nº2 (Plano Indefinido) de Olho Marinho localiza-se na Rua de Santo António, a cerca de 8 km da escola sede de Agrupamento. A escola é fisicamente constituída por um edifício com um piso r/c. Tem duas salas de aula, uma delas utilizada para aulas e outra utilizada para A.T.L. Dentro do edifício existe também cinco casas de banho e a

cozinha. A entrada é única e faz-se por um pequeno átrio que é comum às duas salas. O espaço exterior está arranjado de novo. Possui um campo de futebol com relvado sintético para uso das crianças.

A escola está equipada com electricidade, telefone, aquecedores eléctricos e água da rede pública. Possui 2 computadores, sendo 1 novo e o outro já antigo, e 2 impressoras. O mobiliário existente na escola é, na sua maioria, novo.

O acesso à escola é feito por dois portões situando-se um na parte da frente e o outro na lateral Este. O pátio é vedado por gradeamento alto, branco.

ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE SOBRAL DA LAGOA

Edifício	Espaços	Recursos Humanos	Nº de crianças	Telefone
1949	Interior: 340m2 Exterior: 1500m2	1 Professor	11	262969374

A Escola Básica do Primeiro Ciclo de Sobral da Lagoa localiza-se dentro do aglomerado rural da localidade de Sobral da Lagoa, cercada de vivendas habitacionais. O acesso à mesma é feito por um arruamento.

A EB1 de Sobral da Lagoa é constituída por um edifício tipo Plano dos Centenários, com duas salas de aula, uma sala onde funciona o A.T.L., uma cozinha utilizada pelo mesmo, uma arrecadação e quatro casas de banho sendo uma destinada a deficientes. A escola possui dois átrios de entrada, tendo os mesmos acessos com rampa para deficientes. Foi construída em 1949.



Existe uma área de recreio vedado com gradeamento, onde podemos encontrar um campo de futebol com relvado sintético e um campo de basquetebol.

A escola possui electricidade, água canalizada da rede pública, aquecedores eléctricos, três computadores, um deles com ligação à Internet, uma impressora, telefone, uma TV, um vídeo, uma aparelhagem. O mobiliário da escola é suficiente e novo.

O acesso ao edifício escolar faz-se por 3 entradas com as dimensões necessárias à entrada de viaturas de socorro.

ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE VAU

Edifício	Espaços	Recursos Humanos	Nº de crianças	Telefone
1955	Interior: 212m2 Exterior: 906m2	2 Professores	36	262969482

A Escola Básica do Primeiro Ciclo de Vau localiza-se no extremo sul da aldeia, a cerca de 6 km da escola sede de Agrupamento. O edifício está instalado numa rua com pouco ruído e pouco trânsito.

A EB1 de Vau é constituída por um edifício tipo Plano dos Centenários, com duas salas de aula, sanitários e alpendre. Foi construída em 1955.

Existe uma área de recreio vedado com gradeamento, onde podemos encontrar um campo de futebol.

A escola possui electricidade, água canalizada da rede pública, aquecedores eléctricos, três computadores, um deles com ligação à Internet, três impressoras, televisão, vídeo e telefone. O mobiliário da escola é suficiente e novo.

O acesso ao edifício escolar faz-se por 2 entradas, uma virada para a rua 25 de Outubro e outra para a rua das Escolas.



Complexo Escolar dos Arcos



A escola tem alunos do primeiro ciclo das freguesias de Santa Maria, S. Pedro e Usseira e do segundo ciclo de todo o concelho. Este é o primeiro de três Complexos Escolares a Construir (Complexo dos Arcos, Complexo do Alvito e Complexo do Furadouro) e que abarcarão toda a área do Concelho.

As novas tecnologias estão ao dispor dos estudantes, com quadros interactivos, computadores portáteis e wireless (internet sem fios). Existem salas temáticas (laboratórios, música, multimédia e biblioteca).

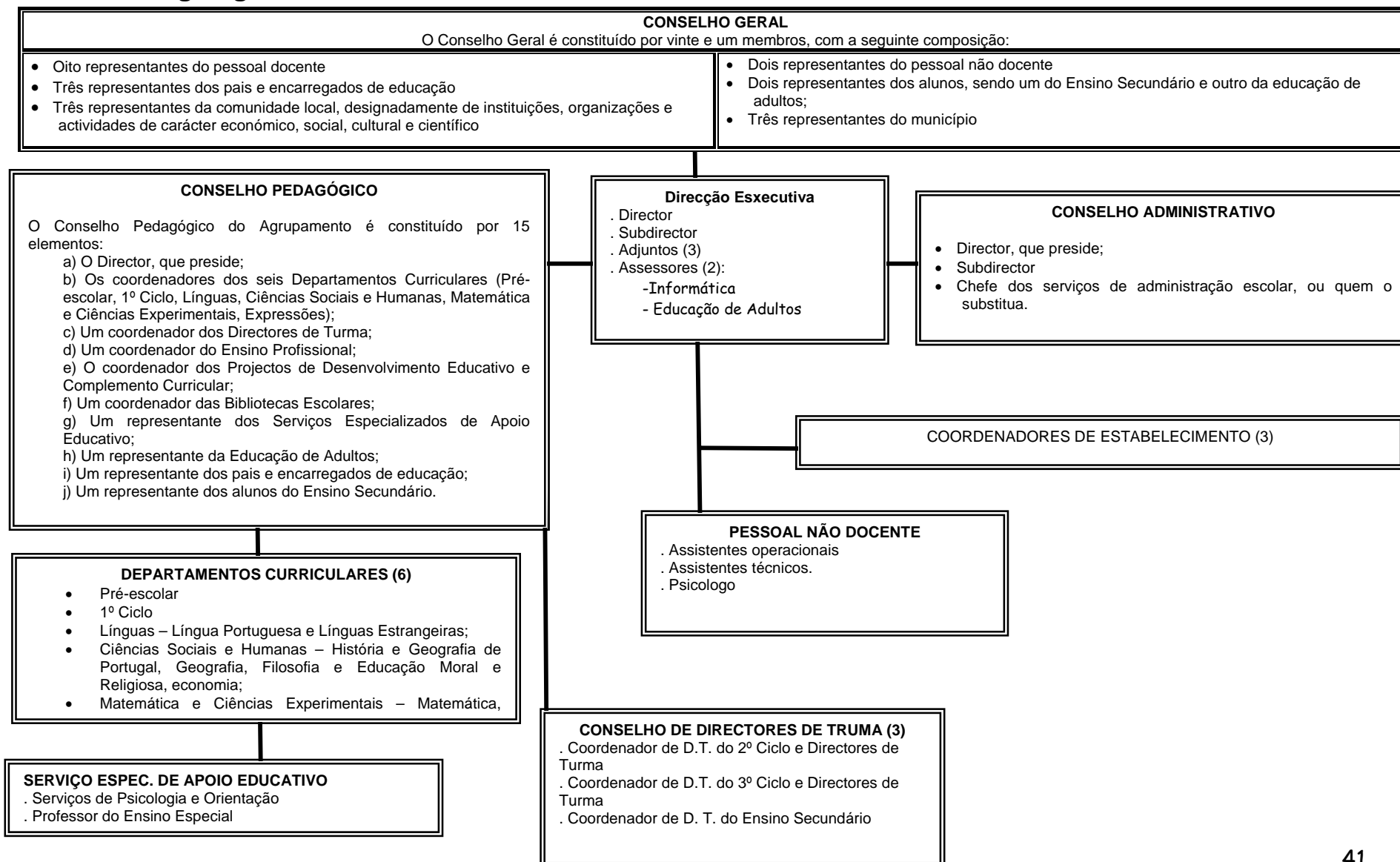
O Complexo Escolar dos Arcos vai promover um programa piloto na área da saúde oral e alimentar, procurando estimular as crianças para estilos de vida saudáveis e a prevenção da cárie dentária.

Também foi feita uma aposta em equipas especializadas de apoio aos alunos, reforçando o Gabinete de Apoio à Família, com Avaliação e Acompanhamento Psicológico, Terapia da Fala, Intervenção Pedagógica, Terapia Familiar, Aconselhamento a Pais, um Programa de Educação Parental e um Programa de Actividades Culturais e Desportivas para Famílias.

Existem igualmente actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas de inglês, música, apoio ao estudo.

3.3. - COMUNIDADE ESCOLAR

3.3.1 - Organigama escolar



3.2.2. Pessoal discente

No ano lectivo 2009/2010, 1205 alunos frequentam as escolas que compõem o Agrupamento distribuídos da seguinte forma: Pré-escolar 284 alunos; primeiro ciclo 515, segundo ciclo 272, terceiro ciclo 408, Ensino Secundário 200, unidades de formação de curta duração 251. Do total de alunos do segundo ciclo do ensino básico 22 alunos frequentam turmas de percursos curriculares alternativos. Do total de alunos do terceiro ciclo do ensino básico, 72 alunos frequentam na Escola E.B. 2,3/S Josefa de Óbidos Curso de Educação e Formação nas área de Hotelaria e Restauração com saídas profissionais de Cozinheiro e Empregado de Mesa/Bar, Ciências Informáticas, com saída profissional de Operador de Informática, protecção de pessoas e bens com saída profissional de Bombeiro. Salienta-se igualmente que 41 alunos do terceiro ciclo do ensino básico frequentam cursos de educação e formação de adultos na vertente escolar.

Do total de alunos do ensino secundário, 75 alunos frequentam Cursos Profissionais do Ensino Secundário de Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Multimédia, Técnico de Turismo, Técnico de Restaurante e Técnico de Salvamento em Meio Aquático. Realça-se ainda o facto de 18 alunos do Ensino Secundário frequentarem cursos de Educação e Formação de adultos de dupla certificação nas áreas de secretariado e de organização de eventos

3.2.3. Pessoal docente

São no total 164 professores, dos quais 18 pertencem ao Departamento Curricular do Pré-escolar; 30 ao 1ºCiclo do Ensino Básico, 32 ao 2º Ciclo e 84 ao 3º Ciclo e Secundário, de referir que destes 133 pertencem aos quadros e 31 são contratados. Existem igualmente 20 Formadores para dar resposta aos Cursos de Educação e Formação de Jovens, Cursos Profissionais do Ensino Secundário e Cursos de Educação e Formação de Adultos.

3.2.4. Pessoal não docente

O Agrupamento tem 9 elementos de Pessoal Administrativo: 1 Coordenador Técnico e 8 Assistentes Técnicos. Existem igualmente 77 Assistentes Operacionais, 1 Coordenador Operacional e 1 Psicólogo.

3.2.5 Outros Serviços do Agrupamento

Serviços Especializados de Apoio Educativo

- Serviço de Psicologia e Orientação
- Núcleo de Educação Especial

Âmbito e enquadramento do serviço

Os serviços Especializados de Apoio Educativo destinam-se a colaborar com as restantes estruturas de orientação educativa, promovendo a existência de condições que assegurem a plena inclusão escolar dos alunos em geral e em particular dos que apresentem necessidades educativas especiais, devendo conjugar a sua actividade de forma articulada e complementar.

Competências e funções dos serviços:

Serviço de Psicologia e Orientação

" É finalidade do SPO acompanhar alunos ao longo do seu percurso escolar, contribuindo para a identificação dos seus interesses e aptidões, intervindo em áreas de dificuldades que possam surgir na situação de ensino aprendizagem, facilitando o desenvolvimento da sua identidade pessoal e a construção do seu próprio projecto de vida". (Dec.lei nº 190/ 91 de 17 de Maio).

É um serviço que tem de articular estreitamente com outros serviços de apoio educativo, bem como com os elementos da comunidade que integra.

Em termos gerais, as intervenções individuais ou em grupos visam:

- Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores e encarregados de educação, no contexto das actividades educativas,

tendo em vista o sucesso escolar, a efectiva igualdade de oportunidades e a adequação das respostas educativas, bem como em última instância a promoção do desenvolvimento global do indivíduo.

- Proceder à avaliação e estudo das intervenções adequadas, em colaboração com o núcleo de apoio educativo detectar alunos com necessidades educativas especiais.
- Desenvolver actividades, conducentes à integração no sistema de relações interpessoais na comunidade escolar, ao desenvolvimento integral dos alunos e à construção da sua identidade pessoal.
- Desenvolver actividades no âmbito da orientação escolar e profissional capazes de promover a maturidade relativamente às escolhas que conduzem a um trajecto de vida profissional.
- Colaborar em experiências pedagógicas e em acções de formação a professores.

Nota importante: as linhas que se apresentam são muito gerais. Em cada ano lectivo este serviço elabora um plano de actividades que será aprovado em Conselho Pedagógico e estará ao dispor de qualquer professor que o queira consultar (no Conselho Executivo ou pedindo-o ao elemento do SPO).

Núcleo de Educação Especial

A educação dos alunos com necessidades educativas especiais implica alterações estruturais no plano da cultura pedagógica, sendo que o processo de ensino aprendizagem deve ser predominantemente orientado pelos princípios de igualdade de oportunidades educativas e sociais, permitindo e facilitando a integração e frequência do mesmo tipo de ensino a que todos os alunos sem excepção têm direito.

A atenção às diferenças individuais e ao contexto de aprendizagem implica uma flexibilização da organização escolar, das estratégias de ensino, da gestão dos recursos e do currículo, de forma a proporcionar o desenvolvimento maximizado de todos, de acordo com as características pessoais e as necessidades individuais de cada um.

Assim, a Educação Especial deve ter a sua acção não só focalizada na forma como cada aluno aprende e instrumentos necessários que favoreçam o seu desenvolvimento e equilíbrio, como também deve ter a sua acção focalizada num processo mais abrangente, também ligado à aprendizagem, à motivação e à construção do aluno enquanto ser humano e à sua vida na escola. Tal facto implica que ao mesmo seja proporcionado um clima securizante, tanto a nível cognitivo como emocional.

As modalidades e estratégias de Ensino Especial devem inserir-se no Projecto Educativo da escola, tendo o docente de apoio educativo um papel importante na articulação com os órgãos de gestão e coordenação da escola e de agrupamento de escolas no levantamento das necessidades, das situações problemáticas que a escola identifica na elaboração do seu Projecto Educativo, bem como propostas de resolução de problemas a desenvolver.

O núcleo de Educação Especial deste agrupamento de escolas é constituído por 6 docentes do grupo de recrutamento 910, todos eles possuem formação especializada.

A actividade do núcleo de Ensino Especial regula-se pelo Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro., que define os apoios especializados a prestar na Educação Pré-Escolar e nos Ensinos Básico e Secundário, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação em um ou vários domínios da vida.

II – PROJECTO EDUCATIVO DA ESCOLA

1. METODOLOGIA DE CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO

1.1. - Fundamento legal e constituição do grupo de trabalho

Tendo em conta o estipulado no Decreto-lei nº 75/2008 de 22 de Abril, nomeadamente ponto 1 do artigo 9º:

" O Projecto educativo, o Regulamento Interno e o Plano de Actividades constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas sendo entendidos como:

- a) Projecto Educativo - O documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa*
- b) Regulamento Interno.....*
- c) Plano Anual de actividades..... "*

Competiu ao Conselho Pedagógico, elaborar a proposta de Projecto Educativo da Escola, tendo sido delegadas estas competências " num grupo alargado de trabalho com representantes do pessoal docente (um professor de cada departamento curricular, conselho de docentes, conselho de directores de turma, núcleo de apoio educativo), S.P.O. e não docente, que participaram na concepção e realização do documento base do Projecto Educativo da escola iniciado em Janeiro de 2006 e terminado em finais de Junho de 2006. Face ao facto da entrada em funcionamento do novo órgão de Direcção Executiva em Junho de 2009 e da necessidade de elaborar um novo Projecto Educativo que produza os seus efeitos até ao final do mandato correspondendo ao período que se prolongará até ao final do ano lectivo de 2012/2013 o presente Projecto Educativo vê a sua vigência alargada até final do ano lectivo 2009/2010 altura em que o novo Projecto Educativo já

deve estar aprovado pelo Conselho Geral. Assim procedeu-se às devidas actualizações referentes ao ano lectivo de 2009/2010.

1.2. - Estratégias utilizadas para diagnóstico de necessidades

Para fazer o diagnóstico das necessidades sentidas pela população escolar, o grupo de trabalho do Projecto Educativo construiu três instrumentos para auscultar sentires e vontades que incluíram questões abertas e fechadas, a saber:

- (a) Questionário dirigido aos alunos;
- (b) Questionário dirigido aos professores;
- (c) Questionário dirigido à Associação de Pais.
- (d) Questionário dirigido aos Departamentos Curriculares.

- (a) Este questionário foi aplicado a todos os alunos da escola sede de agrupamento. O referido questionário e o respectivo tratamento de dados encontra-se em anexo.
- (b) Este questionário foi entregue a todos os professores de todas as escolas do agrupamento. Os dados compilados podem ser consultados em anexo.
- (c) O questionário dirigido à Associação de Pais não foi preenchido.
- (d) Este questionário foi entregue a todos os Departamentos Curriculares do Agrupamento de Escolas. Os dados compilados podem ser consultados em anexo.

Para além dos dados obtidos com os instrumentos construídos, o grupo de trabalho propôs-se fazer, junto dos Departamentos e do pessoal não docente, uma avaliação sobre a pertinência actual das metas, princípios e orientações do Projecto Educativo anterior, tendo em conta este continua a ter linhas que parecem muito significativas ao grupo de trabalho e porque nunca foi feita uma avaliação do mesmo, foram entregues a cada Departamento e ao pessoal não docente princípios e orientações que geraram o anterior projecto. Cada Departamento avaliou de acordo com uma escala, a pertinência actual de cada item, e acrescentou sugestões julgadas adequadas.

Com este sentir das forças vivas da comunidade, gerou-se reflexão e debate que culminou com a definição das metas, princípios e orientações que se transcrevem e constituem as linhas de acção que o nosso Projecto Educativo privilegiou para dinamizar ao longo dos próximos três anos.

TRÊS METAS:

- A – Contribuir para uma mudança no saber estar e comunicar.**
- B – Promover a responsabilização e o gosto pelas aprendizagens.**
- C – Evitar o abandono escolar dos alunos.**

NOVE PRINCÍPIOS:

- 1.Dar primazia à Formação integral do Aluno;**
- 2.Valorizar a actividade docente e o papel do professor;**
- 3.Valorizar a actividade e o papel do pessoal não docente;**
- 4.Instituir a cultura dos tempos livres;**
- 5.Garantir formação em Tecnologias de Informação e Comunicação, a toda a comunidade educativa;**
- 6.Diversificar as ofertas da escola;**
- 7.Diversificar a participação dos intervenientes no processo educativo;**
- 8.Potenciar o papel dos Encarregados de Educação no processo escolar e educativo;**
- 9.Estimular a articulação entre ciclos promovendo a melhoria do ambiente educativo e favorecendo a aproximação de práticas educativas.**

2 - METAS E SUA FUNDAMENTAÇÃO

A – Contribuir para uma mudança no saber estar e comunicar

O elevado número de comportamentos desadequados no relacionamento interpessoal, a falta de um envolvimento activo e responsável na vida da comunidade escolar, o número elevado de procedimentos disciplinares no presente ano lectivo, bem como o vocabulário reduzido e a consequente dificuldade de expressão e desadequação face aos contextos comunicativos levaram a incluir esta meta como primordial.

Justifica-se esta preocupação num projecto que visa mudanças que potenciem positivamente o desenvolvimento global dos nossos alunos, contribuindo deste modo para que sejam pessoas activas, participativas e integradas socialmente.

B – Promover a responsabilização e gosto pelas aprendizagens.

Acreditamos que responsabilidade e prazer são duas facetas chave de qualquer processo de aprendizagem. É necessário responsabilidade, patamar fundamental à sustentabilidade de qualquer aprendizagem, projecto e desenvolvimento pessoal e social.

Acreditamos também que para promover o gosto pelo conhecimento e desenvolver a cidadania precisamos promover paixões, entusiasmos e prazer.

Em toda a dinâmica escolar, dentro e fora do espaço de sala de aula, em todas as dinâmicas e estratégias pedagógicas, em todos os espaços relacionais com diferentes agentes educativos, pretendemos dar forma a estes dois pilares, contribuindo de modo cada vez mais efectivo para a consolidação das aprendizagens e do crescer.

C – Evitar o abandono escolar dos alunos que continuam a frequentar a Escola.

A constatação pelos professores da falta de envolvimento de uma parte significativa dos alunos nas actividades em contexto de sala de aula, da existência de alguns alunos que estando presentes na escola faltam frequentemente às aulas e dos que

abandonam mesmo a escola, remete em última instância, para uma problemática de abandono escolar (com ou sem abandono efectivo do sistema).

3 - PRINCÍPIOS E SUAS ORIENTAÇÕES

1. Primazia na Formação Integral do Aluno

A formação integral do aluno justifica-se na necessidade actual de uma cultura de cidadania, no conhecimento e prática dos direitos e deveres de acordo com as regras do Regulamento Interno. A formação contempla o domínio cognitivo, em que se promove a aquisição de competências e saberes, a compreensão de lugares, factos científicos, históricos, sociais e geográficos. Contempla igualmente a aquisição de destrezas de investigação favorecendo a autonomia, cooperação e colaboração. O domínio emocional consubstancia-se na formação artística, formação pessoal e social. Ambos os domínios permitirão formar cidadãos capazes de se integrar a nível local, regional e europeu e de se adaptarem às múltiplas mudanças, tão céleres, no mundo actual.

A formação integral do aluno passa também cada vez mais pelo reconhecimento da importância da educação para a saúde e para o desporto conducentes a estilos de vida mais activos e saudáveis, atendendo aos contributos mais recentes sobre esta temática.

Orientações:

1.1. Formar para estilos de vida saudáveis e integrados

1.1.1 - promover a Educação para a cidadania;

1.1.2 - promover a Educação para a saúde;

1.1.3 - promover a Educação para o desporto;

1.1.4 - promover a Educação artística;

1.1.5 - promover a Educação para a Higiene e Segurança no trabalho;

1.1.6 - proporcionar a organização e realização de actividades externas de índole cultural, desportivo e científico de modo a contemplar todos os alunos;

1.1.7 - incentivar e apoiar a realização de actividades da iniciativa dos alunos, quer individualmente quer de grupos, com cariz educativo, cultural e outras.

1.2 - Educar para valores éticos e humanistas essenciais à vida individual e colectiva

1.2.1 - Incentivar e apoiar a realização e funcionamento da associação de estudantes;

1.2.2 - promover acções de solidariedade e voluntariado;

1.2.3 - promover projectos de mediação inter-pares.

1.3 - Ensinar para o domínio de:

- Processos de acesso ao conhecimento;
- Saberes científicos;
- Formas e modos de comunicação.

1.3.1 - Desenvolver competências no domínio da Língua Portuguesa;

1.3.2 - Desenvolver e aplicar técnicas diversificadas de acesso ao conhecimento;

1.3.3 - Aprofundar e valorizar o meio onde está inserido;

1.3.4 - Garantir que a prática lectiva privilegie metodologias que promovam a aplicabilidade dos conteúdos;

1.3.5 - Promover uma visão integrada do conhecimento.

2. Valorizar a Actividade Docente e o Papel do Professor

A formação contínua terá de ser cada vez mais consonante com as necessidades reais da escola, com base na partilha de vivências pedagógicas, na abertura a novas metodologias de forma a se atingirem os objectivos propostos com eficiência e eficácia. Na actividade docente, para além do saber científico, têm papel fundamental a criatividade, a relação com grupos, a troca de experiências e a reflexão contínua.

Orientações:

2.1 Garantir que o professor ao longo da sua carreira seja simultaneamente um formando e um formador

2.1.1 - Constituir, com professores da escola, uma bolsa de professores formadores;

2.1.2 - Realização de acções de formação centradas na escola, de acordo com as reais necessidades de formação e de créditos;

2.1.3 - Instalar e equipar gabinetes de trabalho;

2.1.4 - Garantir a organização de um banco de recursos multidisciplinar;

2.1.5 - Organização de aulas abertas com individualidades e/ou especialistas nas diferentes áreas curriculares;

2.1.6 - Promover encontros de reflexão sobre o processo educativo.

3. Valorizar a actividade e o papel do pessoal não docente

Torna-se importante valorizar o papel do pessoal não docente em benefício da comunidade escolar. A intervenção eficiente do pessoal não docente, nomeadamente o pessoal auxiliar de acção educativa, terá efeitos benéficos e facilitará o próprio processo de ensino aprendizagem, evitando desajustamentos e favorecendo a integração, permitindo assim criar um efeito de sinergia indispensável ao prosseguimento dos próprios objectivos do Projecto Educativo.

Orientações:

3.1 - Garantir que os funcionários desempenhem eficazmente, ao longo da sua vida profissional, as funções que lhes estão cometidas no contributo para o acompanhamento e formação dos alunos

3.1.1 - Constituir, com funcionários da escola, uma bolsa de funcionários formadores;

3.1.2 - Realizar acções de formação centradas na escola de acordo com as reais necessidades de formação;

3.1.3 - Organizar mesas redondas;

3.1.4 - Garantir disponibilidade de tempo para o cumprimento das acções educativas.

4. Instituir a cultura dos tempos livres

A primazia do saber ser no desenvolvimento humano global permite aos alunos potenciar outras vertentes da sua personalidade, nomeadamente através da socialização para saber estar, ao mesmo tempo que desenvolvem os seus talentos na óptica de saber fazer. Os tempos livres serão objecto de gestão individual e colectiva livremente assumida. Para tal, a escola proporcionará espaços e tempos que, neste contexto, correspondam às aspirações de toda a Comunidade Educativa.

Orientações:

4.1 - Garantir a funcionalidade de espaços pedagógicos e lúdicos:

4.1.1 - Organizar e dinamizar **espaços específicos:**

- biblioteca (regulamento e plano de actividades);
- sala de alunos;
- sala de actividades artesanais.

4.1.2 - Promover a constituição e dinamização de clubes:

- teatro;
- desporto escolar;
- música.
- história e património local
- artes plásticas

4.1.3 - Promover a organização e realização de concursos, passatempos, torneios inter-turmas ...

4.1.4 - Promover a celebração de protocolos com instituições de forma a assegurar colocação de animadores.

4.1.5 - Envolver os alunos na melhoria das condições dos espaços físicos.

5. Garantir formação em Tecnologias de Informação e Comunicação, a toda a comunidade educativa

A formação em Tecnologias de Informação e Comunicação dirige-se a toda a comunidade educativa, mas porque a escola se justifica pela pessoa do aluno, o

desenvolvimento das competências desta área transversal deverá ser prioritária e servirá os objectivos, não só dos alunos que pretendam prosseguir os estudos, mas também dos alunos que, a breve prazo, se integrarão no mercado de trabalho.

Orientações:

5.1 - Generalizar a toda a escola a utilização da informática:

5.1.1 - Dinamizar a sala de informática:

- Elaborar plano de actividades.

5.1.2 - Equipar com um computador um determinado número de salas;

5.1.3 - Melhorar as condições de acesso à Internet;

5.1.4 - Generalizar a apresentação de trabalhos disciplinares individuais ou de grupo em suporte informático;

6. Diversificar as ofertas da escola e a participação dos intervenientes no processo educativo

Dada a heterogeneidade dos alunos, o ensino actual deve tomar em conta não só as características cognitivas destes, mas também as suas características culturais, as suas diferentes apetências, em ordem a fazer-se a articulação da escola com o mundo do trabalho, evitando a exclusão social.

Assim, a escola proporcionará competências necessárias para viver nesse mundo do trabalho, diversificando as ofertas educativas, estabelecendo parcerias e protocolos com entidades externas à escola.

Os novos desafios educativos exigem cada vez mais uma interligação escola-meio, colocando para trás dicotomias redutoras, estabelecendo uma cooperação que envolva agentes económicos, culturais e educativos.

Orientações do princípio 6:

6.1- Instituir dentro das possibilidades e disponibilidades locais regionais e da escola, diferentes ofertas curriculares:

6.1.1- Cursos de Qualificação profissional

(DESPACHO CONJUNTO 453/2004);

6.1.2 - Currículos Alternativos

(DESPACHO 1/2006).

6.1.3 - Cursos Profissionais do Ensino Secundário.

7. Orientações do princípio

7.1 - Estabelecer compromissos de protocolos e parcerias através de dossiers de candidatura:

- Câmara Municipal de Óbidos;
- Associação de Pais;
- IEFPP;
- Associações de Solidariedade Social;
- Juntas de Freguesia;
- Pequenas e médias empresas do Concelho e Concelhos limítrofes;
- Centro de Saúde;
- Região de Turismo do Oeste;
- Colectividades culturais, recreativas e desportivas;
- ACCRO;
- Conselho Municipal de Educação;
- Escola Técnica e Empresarial do Oeste;
- CENCAL;
- CENFIM.

8– Potenciar o papel dos Encarregados de Educação no processo escolar e educativo

Os pais e professores partilham responsabilidades na criação de uma relação de trabalho que abrace a aprendizagem e a socialização da criança. Através da comunicação aberta e frequente, procurar-se-à minimizar desfasamentos implementando uma estratégia de interação pessoal e praticando uma política de porta e espírito abertos.

É importante, pais e professores lembrarem-se que conhecem a criança em contextos diferentes e cada parte pode desconhecer por completo a criança no outro papel. As boas relações família - escola têm efeitos benéficos para os alunos, tanto em termos de sucesso académico como de atitudes positivas destes face à aprendizagem e à vida.

Assim, o envolvimento dos pais deve constituir uma alavanca para elevar parâmetros educativos. Quanto mais envolvidos estiverem os pais na vida escolar, quanto mais dispostos estiverem a "emprestar" algum do seu conhecimento ou habilidade em determinada área, melhor promoverão o sucesso educativo dos filhos.

Orientações:

8.1 - Instituir intercâmbios de participação e colaboração entre encarregados de educação, professores e pessoal não docente.

8.1.1 - Proporcionar frequentes encontros e diálogos entre professores e Encarregados de Educação de cada uma das turmas da escola;

8.1.2 - Sugerir a execução do plano anual de actividades da associação de pais em colaboração com representantes de professores;

8.1.3 - Instituir o **BANCO DO TEMPO** para pessoal docente, não docente, alunos e encarregados de educação;

8.1.4 - Proporcionar que se cumpra o que tudo na lei diz respeito aos direitos e obrigações dos encarregados de educação.

9. - Estimular a articulação entre ciclos promovendo a melhoria do ambiente educativo e favorecendo a aproximação de práticas educativas.

O trabalho de equipa numa comunidade educativa é a base fundamental para o seu sucesso. Como tal, torna-se pertinente que entre os diversos ciclos exista uma harmoniosa articulação, por forma a promover a sequencialidade nas aprendizagens. Assume especial relevância perante uma comunidade discente heterogénia, esta articulação, conferindo a cada ciclo a função de preservar a identidade e objectivos respectivos, bem como completar, aprofundar e alargar conhecimentos, mantendo uma relação próxima entre si, numa perspectiva de unidade global de ensino.

9.1 - Promover o acesso a todos os recursos físicos do agrupamento.

9.2 - Promover o encontro de reflexão sobre a articulação de ciclos.

9.3 - Promover momentos de confraternização entre os vários elementos da comunidade educativa.

4- AVALIAÇÃO DO PROJECTO

A necessidade de avaliar o desenvolvimento e a eficácia de execução do Projecto Educativo - documento de referência e balizador das políticas educativas da escola, - torna-se imprescindível, não só por ser um projecto com significativa extensão no tempo e ter muitos e diversificados intervenientes, mas também, fundamentalmente, porque se trata da aplicação de processos educativos e formativos com inevitáveis dinâmicas abertas, pluridireccionais e muitas vezes de difícil previsão. Ou seja, numa linguagem clara e objectiva, *é necessário estar sempre em cima do acontecimento*, avaliá-lo atempadamente para o poder, porventura, reformular também em tempo útil de aplicação, garantindo senão todos, pelo menos muitos resultados significativos que sejam promissores da concretização das metas que se pretendem alcançar.

Dada a importância desta avaliação e a sua complexidade geral e específica, importa referir que a sua execução deverá passar pela constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação onde estejam representados todos os elementos da Comunidade Educativa, Professores, Encarregados de Educação, Alunos e Pessoal Não Docente, coordenada por um elemento do Conselho Pedagógico.

As competências da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, para além de outras que devem ser estabelecidas pela própria comissão, deverão contemplar:

- Definição de critérios avaliação (o que se avalia? como se avalia? quando se avalia?);
- Realização da avaliação segundo os critérios definidos pela Comissão.

I – ENQUADRAMENTO	2
1 - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO	3
1.1. Breves notas históricas	3
1.2. Situação geográfica do concelho.....	4
1.3. Organização administrativa.....	5
1.4 Caracterização das freguesias.....	5
A-DOS-NEGROS	5
AMOREIRA.....	7
GAEIRAS (VILA)	8
ÓBIDOS – SANTA MARIA	10
ÓBIDOS-SÃO PEDRO.....	11
OLHO MARINHO.....	15
SOBRAL DA LAGOA	16
USSEIRA	17
VAU	18
1.5. Património Natural	20
2- CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO.....	21
2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SEDE.....	21
2.1.1- Espaços físicos	22
2.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA	24
JARDIM DE INFÂNCIA DE A-DA-GORDA.....	24
JARDIM DE INFÂNCIA DE A-DOS-NEGROS.....	25
JARDIM DE INFÂNCIA DA AMOREIRA	26
JARDIM DE INFÂNCIA DAS GAEIRAS	26
JARDIM DE INFÂNCIA DA GRACIEIRA	27
JARDIM DE INFÂNCIA DE ÓBIDOS	28
JARDIM DE INFÂNCIA DO OLHO MARINHO.....	29
JARDIM DE INFÂNCIA DA USSEIRA	30
JARDIM DE INFÂNCIA DO VAU	31
JARDIM DE INFÂNCIA DE ARELHO	32
2.3 - CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO	33
EB-1 de A-dos-Negros	33
EB-1 de Gaeiras	34
EB1-Gracieira.....	34
EB1-Quinta da Marquesa	35
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE AMOREIRA	36
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE OLHO MARINHO	37
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE SOBRAL DA LAGOA.....	38
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE VAU.....	39
Complexo Escolar dos Arcos	40
3.3. - COMUNIDADE ESCOLAR	41
3.3.1 - Organigama escolar	41
3.2.2. Pessoal discente.....	42
3.2.3. Pessoal docente	42
3.2.4. Pessoal não docente.....	43
3.2.5 Outros Serviços do Agrupamento	43
Serviço de Psicologia e Orientação	43
Núcleo de Educação Especial	44

II – PROJECTO EDUCATIVO DA ESCOLA.....	46
1. METODOLOGIA DE CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO	46
1.1. - Fundamento legal e constituição do grupo de trabalho	46
1.2. - Estratégias utilizadas para diagnóstico de necessidades	47
TRÊS METAS:	48
NOVE PRINCÍPIOS:	48
2 - METAS E SUA FUNDAMENTAÇÃO	49
A – Contribuir para uma mudança no saber estar e comunicar	49
B – Promover a responsabilização e gosto pelas aprendizagens.....	49
C – Evitar o abandono escolar dos alunos que continuam a frequentar a Escola.	49
3 - PRINCÍPIOS E SUAS ORIENTAÇÕES	50
1. Primazia na Formação Integral do Aluno	50
2. Valorizar a Actividade Docente e o Papel do Professor	51
3. Valorizar a actividade e o papel do pessoal não docente	52
4. Instituir a cultura dos tempos livres	53
5. Garantir formação em Tecnologias de Informação e Comunicação, a toda a comunidade educativa.....	53
6. Diversificar as ofertas da escola e a participação dos intervenientes no processo educativo	54
7. Orientações do princípio	55
8– Potenciar o papel dos Encarregados de Educação no processo escolar e educativo.....	56
9. - Estimular a articulação entre ciclos promovendo a melhoria do ambiente educativo e favorecendo a aproximação de práticas educativas.....	57
4- AVALIAÇÃO DO PROJECTO	57

REGULAMENTO INTERNO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSEFA DE ÓBIDOS



CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....4

INTRODUÇÃO	4
Artigo 1º - Objecto e âmbito de aplicação do Regulamento Interno.....	4
Artigo 2º - Conselho Municipal de Educação	4
Artigo 3º - Autonomia.....	4
Artigo 4º - Princípios orientadores da administração do Agrupamento.....	4
Artigo 5º - Caracterização do Agrupamento	4
Artigo 6º - Oferta Educativa.....	5

CAPÍTULO II - ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Artigo 7º - Administração e Gestão Escolar.....	5
-------------------------------------------------	---

SECÇÃO I - CONSELHO GERAL.....5

Artigo 8º - Definição	5
Artigo 9º - Composição.....	5
Artigo 10º - Competências	5
Artigo 11º - Periodicidade das Reuniões	6
Artigo 12º - Designação de Representantes.....	6
Artigo 13º - Eleições	6
Artigo 14º - Mandato.....	6

SECÇÃO II - DIRECTOR.....6

Artigo 15º - Director	7
Artigo 16º - Subdirector e Adjuntos do Director	7
Artigo 17º - Componente lectiva do Director, subdirector e adjuntos	7
Artigo 18º - Competências	7
Artigo 19º - Recrutamento	7
Artigo 20º - Procedimento concursal.....	7
Artigo 21º - Candidatura	8
Artigo 22º - Avaliação das candidaturas	8
Artigo 23º - Apreciação pelo Conselho Geral	8
Artigo 24º - Eleição do Director.....	8
Artigo 25º - Posse.....	8
Artigo 26º - Mandato.....	8
Artigo 27º - Assessoria da direcção.....	9

SECÇÃO III - CONSELHO PEDAGÓGICO9

Artigo 28º - Conselho Pedagógico	9
Artigo 29º - Composição	9
Artigo 30º - Competências	9
Artigo 31º - Designação dos representantes	9
Artigo 32º - Funcionamento	10

SECÇÃO IV - CONSELHO ADMINISTRATIVO10

Artigo 33º - Definição	10
Artigo 34º - Composição	10
Artigo 35º - Competências	10
Artigo 36º - Funcionamento	10

CAPÍTULO III – COORDENAÇÃO DE ESTABELECIMENTO

Artigo 37º - Coordenador	10
Artigo 38º - Redução da componente lectiva	10
Artigo 39º - Competências	10

CAPÍTULO IV – ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS.....10

Artigo 40º	10
------------------	----

CAPÍTULO V – ESTRUTURAS DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA.....11

SECÇÃO I - Estruturas de Orientação Educativa11

Artigo 41º - Estruturas de coordenação e supervisão	11
Artigo 42º - Articulação e gestão curricular	11
Artigo 43º - Definição e composição dos Departamentos Curriculares.....	11

Artigo 44º - Funcionamento dos Departamentos Curriculares.....	12
Artigo 45º - Delegados de Disciplina	12
Artigo 46º - Competências dos Delegados de Disciplina ..	12
Artigo 47º - Organização acompanhamento e avaliação das actividades de turma.....	12
Artigo 48º - Coordenação de Direcção de Turma do 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário.....	13
Artigo 49º - Reduções da Componente Lectiva	14

SECÇÃO II.....14

Outras estruturas de coordenação14

Artigo 50º - Bibliotecas Escolares / Centros de Recursos Educativos.....	14
Artigo 51º - Mandato e competências do coordenador das BE/CRE	15
Artigo 52º - Competências da equipa responsável da BE/CRE	15

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO15

Artigo 53º - Composição e Competências da Equipa do Plano Tecnológico da Educação (PTE).....	15
Artigo 54º - Funções da Equipa PTE	15
Artigo 55º - Composição da Equipa PTE.....	15
Artigo 56º - Créditos de horas da Equipa PTE.....	15

PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO E COMPLEMENTO CURRICULAR.....16

Artigo 57º - Coordenação de Projectos de Desenvolvimento Educativo e Complemento Curricular	16
---------------------------------------------------------------------------------------------------	----

EQUIPA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL16

Artigo 58º - Enquadramento, constituição e grupo-alvo ...	16
Artigo 59º - Organização e Funcionamento da Equipa de Educação Especial.....	16
Artigo 60º - Competências dos Docentes da Equipa de Educação Especial.....	16
Artigo 61º - Competências do Coordenador da Equipa de Educação Especial.....	16

SECÇÃO III - SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO17

Artigo 62º	17
Artigo 63º - Áreas de Intervenção do Serviço de Psicologia e Orientação	17
Artigo 64º - Funcionamento do Serviço de Psicologia e Orientação.....	17

SECÇÃO IV - Outros Órgãos e Estruturas17

Artigo 65º - Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Disciplinares	17
Artigo 66º - Direcção de Instalações	17

SECÇÃO V - AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS ...18

Artigo 67º - Finalidades da avaliação.....	18
Artigo 68º - Intervenientes	18
Artigo 69º - Processo individual do aluno.....	18
Artigo 70º - Critérios gerais de avaliação.....	18
Artigo 71º - Critérios de retenção.....	18

CAPÍTULO VI – PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA.....18

SECÇÃO I - ALUNOS.....18

Artigo 72º - Participação dos alunos na vida da Escola	19
Artigo 73º - Deveres dos alunos.....	19
Artigo 74º - Assiduidade.....	20
Artigo 75º - Disciplina	22
Artigo 76º - Competências para aplicar as medidas disciplinares	24
Artigo 77º - Medida Correctiva de Ordem de saída da Sala de aula.....	24

Artigo 78º - Tarefas e actividades de integração escolar ..24	Artigo 116º - Omissões34
Artigo 79º - Condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais ou equipamentos25	Artigo 117º - Divulgação34
Artigo 80º - Mudança de turma25	Artigo 118º - Revisão do Regulamento Interno34
Artigo 81º - Responsabilidade civil e criminal25	Artigo 119º - Entrada em Vigor35
Artigo 82º - Realização de reuniões de turma25	
Artigo 83º - Reconhecimento à competência e ao mérito..25	
SECÇÃO II - PESSOAL DOCENTE25	
Artigo 84º - Direitos do Pessoal Docente25	
Artigo 85º - Deveres do Pessoal Docente26	
SECÇÃO III - PESSOAL NÃO DOCENTE27	
Artigo 86º - Direitos do Pessoal Não Docente27	
Artigo 87º - Deveres do Pessoal Não Docente28	
SECÇÃO IV - PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO28	
Artigo 88º - Direitos dos Pais e Encarregados de Educação28	
Artigo 89º - Deveres dos Pais e Encarregados de Educação29	
SECÇÃO V - AUTARQUIA29	
Artigo 90º - Direitos e Deveres da Autarquia29	
CAPÍTULO VII – OUTRAS ESTRUTURAS E SERVIÇOS E RESPECTIVO FUNCIONAMENTO29	
Artigo 91º - Estruturas e serviços localizados nos estabelecimentos de ensino do Agrupamento29	
CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES COMUNS30	
Artigo 92º - Eleições30	
Artigo 93º - Convocatórias para Reuniões30	
Artigo 94º - Regimentos Internos30	
Artigo 95º - Publicitação das Deliberações das Reuniões do Conselho Pedagógico30	
Artigo 96º - Publicitação dos Pareceres do Conselho Geral30	
Artigo 97º - Visitas de Estudo30	
CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS30	
SECÇÃO I - JARDINS DE INFÂNCIA30	
Artigo 98º - Inscrições30	
Artigo 99º - Prioridades31	
Artigo 100º - Horário31	
Artigo 101º - Constituição dos Grupos31	
Artigo 102º - Normas de Funcionamento31	
Artigo 103º - Transportes32	
SECÇÃO II - Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico32	
Artigo 104º - Matrículas no 1º Ciclo do Ensino Básico32	
Artigo 105º - Prioridades32	
Artigo 106º - Horário de Funcionamento e Organização das Actividades Lectivas32	
SECÇÃO III - Escolas com frequência do 2º, 3º Ciclos e Secundário32	
Artigo 107º - Horários32	
Artigo 108º - Aulas dadas no Exterior da Escola33	
Artigo 109º - Funcionamento dos Blocos na EB 2,3 /S Josefa de Óbidos33	
Artigo 110º - Funcionamento das salas de aulas no Complexo Escolar33	
Artigo 111º - Regras gerais das salas de Aulas33	
Artigo 112º - Balneários33	
Artigo 113º - Polidesportivos34	
Artigo 114º - Espaços Exteriores na EB 2, 3 /S Josefa de Óbidos34	
CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS34	
Artigo 115º - Regime Subsidiário34	

Artigo 4º - Princípios orientadores da administração do Agrupamento

A administração do Agrupamento subordina-se aos seguintes princípios orientadores:

- 1) Democraticidade e participação de todos os intervenientes no processo educativo, de modo adequado às características específicas dos vários níveis de educação e de ensino;
- 2) Primado de critérios de natureza pedagógica e científica sob critérios de natureza administrativa;
- 3) Representatividade dos órgãos de administração e gestão do Agrupamento, de acordo com os normativos legais;
- 4) Responsabilidade do Estado e dos diversos intervenientes no processo educativo;
- 5) Estabilidade e eficiência da gestão escolar, garantindo a existência de mecanismos de comunicação e informação;
- 6) Transparência dos actos de administração e gestão.

Artigo 5º - Caracterização do Agrupamento

5.1. Constituição do Agrupamento

Estabelecimentos de Ensino agrupados:

Educação Pré-Escolar	JI de Amoreira
	JI de Olho Marinho
	JI do Vau
	JI do Sobral da Lagoa
	JI da Usseira
	JI de Óbidos
	JI de A-dos-Negros
	JI da Gracieira
	JI das Gaeiras
	JI de A-da-Gorda
	JI do Arelho
1º Ciclo do Ensino Básico	EB 1 de Amoreira
	EB 1 de Olho Marinho
	EB 1 do Vau
	EB 1 de Vale de Janelas
	EB 1 do Sobral da Lagoa
	EB 1 de A-dos-Negros
	EB 1 da Gracieira
	EB 1 das Gaeiras
1º, 2º Ciclos do Ensino Básico	Complexo dos Arcos
3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	EB 3º Ciclo com Ensino Secundário Josefa de Óbidos

5.2. Regime de funcionamento do Agrupamento

Regime de Funcionamento	Pré-Escolar	Regime Normal
	Primeiro Ciclo	Regime Normal
	2º e 3º Ciclo e Secundário	Diurno
	Ensino Recorrente e Extra-Escolar	Nocturno

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

INTRODUÇÃO

O Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos congrega estabelecimentos de ensino público do concelho de Óbidos do Pré-Escolar, Primeiro, Segundo, Terceiro Ciclos do Ensino Básico e Secundário, tendo como sede a Escola EB 2, 3 / S de Josefa de Óbidos fundada em 1986, localizada na rua das Artes, Raposeira na Vila de Óbidos.

O seu patrono foi Josefa Ayala Figueira, mais conhecida como Josefa de Óbidos, ilustre pintora que viveu no século XVII em Óbidos.

O Agrupamento de escolas Josefa de Óbidos foi homologado em Maio de 2004 por despacho da Direcção Regional de Educação de Lisboa.

A área de influência do Agrupamento de Escolas integra os alunos residentes nas freguesias do Concelho de Óbidos.

Artigo 1º - Objecto e âmbito de aplicação do Regulamento Interno

Este Regulamento Interno aplica-se a todos os estabelecimentos de educação e ensino integrados no Agrupamento, a todos os seus órgãos, estruturas e serviços, bem como a toda a comunidade escolar: alunos, pessoal docente, pessoal não docente, pais e encarregados de educação e a todos os cidadãos que, de uma forma ou de outra, possam utilizar as instalações escolares.

Artigo 2º - Conselho Municipal de Educação

No concelho de Óbidos encontra-se constituído o Conselho Municipal de Educação, estando representado o Agrupamento de Escolas, através do Director.

Artigo 3º - Autonomia

O Projecto Educativo, o Regulamento Interno, os Planos Anual e Plurianual de Actividades e o Orçamento constituem instrumentos do exercício da autonomia do Agrupamento de Escolas, sendo entendidos como:

- 1) Projecto Educativo – O documento que consagra a orientação educativa da Agrupamento, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais o Agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa;
- 2) Regulamento Interno – O documento que define o regime de funcionamento do Agrupamento, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar;
- 3) Plano Anual e Plurianual de Actividades – Os documentos de planeamento, que definem, em função do Projecto Educativo, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução;
- 4) Orçamento – O documento em que se prevêem, de forma discriminada, as receitas a obter e as despesas a realizar pelo Agrupamento.

Artigo 6º - Oferta Educativa

Pré-Escolar	Normal (5 horas diárias)	-Componente de Apoio à Família Entidade Promotora: Município de Óbidos. Interrupções lectivas: -Durante as interrupções lectivas a Componente de Apoio à família continua a decorrer.
1º Ciclo do Ensino Básico	Normal	Actividades de Enriquecimento Curricular
		<u>Componente de Apoio à Família</u> <u>Interrupções lectivas:</u> -Durante as interrupções lectivas esta Componente de Apoio à família continuará
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Ensino Regular	Diurno
	Percursos Curriculares alternativos	Diurno
	Cursos de Educação e Formação: Bombeiro; Acompanhante de Crianças; Cozinheiro; Serviço de Mesa	Diurno
Ensino Secundário	Ensino Regular: Curso de Ciências e Tecnologias	Diurno
	Cursos Profissionais de Nível Secundário: Curso de Técnico de Informática e Gestão; Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático e Técnico de Restauração	Diurno
Educação de Adultos	Cursos de Educação e Formação de Adultos	Nocturno
	Cursos de Educação Extra Escolares Formação Modular e RVCC -Regime Nocturno e/ou misto	Nocturno

CAPÍTULO II - ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Artigo 7º - Administração e Gestão Escolar

1- A administração e gestão do Agrupamento de Escolas é assegurada por órgãos próprios que se orientam segundo os princípios referidos no Artº 4º.

2- São órgãos da administração e gestão do Agrupamento os seguintes:

- O Conselho Geral;
- O Director;
- O Conselho Pedagógico;
- O Conselho Administrativo.

SECÇÃO I - CONSELHO GERAL

Artigo 8º - Definição

1- O Conselho Geral é o órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade do Agrupamento, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a articulação com o município faz-se no respeito pelas competências dos conselhos municipais de educação, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro.

Artigo 9º - Composição

1- O Conselho Geral é constituído por vinte e um membros, com a seguinte composição:

- Oito representantes do pessoal docente;
- Dois representantes do pessoal não docente;
- Três representantes dos pais e encarregados de educação;
- Dois representantes dos alunos, sendo um do Ensino Secundário e outro da educação de adultos;
- Três representantes do município;
- Três representantes da comunidade local, designadamente de instituições, organizações e actividades de carácter económico, social, cultural e científico.

2- O Director participa nas reuniões do Conselho Geral, sem direito a voto.

3- O Presidente do Conselho Geral tem direito a voto de qualidade.

Artigo 10º - Competências

1- Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou Regulamento Interno ao Conselho Geral compete:

- Eleger o respectivo presidente, de entre os seus membros, à excepção dos representantes dos alunos;
- Eleger o Director nos termos dos artigos 21º a 23º do decreto-lei 75/2008;
- Aprovar o projecto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
- Aprovar o Regulamento Interno do Agrupamento;
- Aprovar os planos anual e plurianual de actividades;
- Apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de actividades;
- Aprovar as propostas de contrato de autonomia;
- Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
- Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo Director, das actividades no domínio da acção social escolar;
- Aprovar o relatório de contas de gerência;
- Apreciar os resultados do processo de auto-avaliação;
- Pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
- Acompanhar a acção dos demais órgãos de administração e gestão;
- Promover o relacionamento com a comunidade educativa;
- Definir os critérios para a participação da Escola em actividades pedagógica, científicas, culturais e desportivas.

2- No desempenho das suas competências, o Conselho Geral tem a faculdade de requerer aos restantes órgãos as informações necessárias para realizar eficazmente o acompanhamento e a

avaliação do funcionamento do Agrupamento de escolas e de lhes dirigir recomendações, com vista ao desenvolvimento do projecto educativo e ao cumprimento do plano anual de actividades.

3- O Conselho Geral pode constituir no seu seio uma comissão permanente, na qual pode delegar as competências de acompanhamento da actividade do Agrupamento de escolas entre as suas reuniões ordinárias.

4- A comissão permanente constitui -se como uma fracção do Conselho Geral, respeitada a proporcionalidade dos corpos que nele têm representação.

Artigo 11º - Periodicidade das Reuniões

1- O Conselho Geral reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que seja convocada pelo respectivo Presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou por solicitação do Director.

2- As reuniões do Conselho Geral devem ser marcadas em horário que permita a participação de todos os seus membros.

Artigo 12º - Designação de Representantes

1- O Presidente é eleito por maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral em efectividade de funções.

2- Os representantes dos alunos, do pessoal docente e do pessoal não docente no Conselho Geral são eleitos separadamente pelos respectivos corpos eleitorais.

3- Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia-geral de pais e encarregados de educação do Agrupamento, sob proposta das respectivas organizações representativas.

4- No caso de inactividade ou inexistência das respectivas organizações representativas mencionadas no número anterior, a designação dos pais e Encarregados de Educação far-se-á em reunião de pais e encarregados de educação composta pelos representantes de cada turma/sala, para tal convocada pelo Conselho Geral.

5- Os representantes do município são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.

6- Para efeitos da designação dos representantes da comunidade local, ou representantes de actividades de carácter económico, social, cultural e científico, os demais membros do Conselho Geral, cooptam as individualidades ou escolhem as instituições e organizações.

Artigo 13º - Eleições

1- O processo eleitoral para a Assembleia realiza-se por sufrágio directo, presencial e secreto.

2- As assembleias eleitorais para o Conselho Geral são convocadas pelo seu Presidente ou por quem legalmente o substitua.

2.1- As convocatórias mencionarão normas práticas do processo eleitoral, locais de afixação das listas de candidatos, hora e local de escrutínio devendo ser afixada com a antecedência mínima de quinze dias.

2.2- As listas candidatas podem indicar até dois delegados para acompanhar os respectivos actos eleitorais.

2.3- O pessoal docente e o pessoal não docente e os alunos reúnem em separado previamente à data da realização das assembleias eleitorais para decidir da composição das respectivas mesas de voto, as quais são constituídas por três membros efectivos (um presidente e dois secretários) e igual número de membros suplentes eleitos individualmente.

2.4- As urnas mantêm-se abertas durante oito horas, de forma a abranger todos os períodos de funcionamento dos estabelecimentos de ensino pertencentes ao Agrupamento, a

menos que antes tenham votado todos os eleitores inscritos nos cadernos eleitorais.

2.5- A abertura das urnas é efectuada perante a respectiva mesa eleitoral, bem como os representantes de cada lista, desse corpo, que o desejarem, lavrando-se a acta, a qual será assinada pelos membros da mesa.

3- As listas devem conter a indicação dos candidatos a membros efectivos, em número igual ao dos respectivos representantes no Conselho Geral, bem como dos candidatos a membros suplentes.

4- O número de candidatos a membros suplentes não deve ser inferior a cinquenta por cento do número de candidatos efectivos.

5- As listas dos docentes, do pessoal não docente e dos alunos, deverão ser rubricadas pelos respectivos candidatos que assim manifestarão a sua concordância.

6- As listas serão entregues, até cinco dias antes do dia da assembleia eleitoral, ao presidente do Conselho Geral ou quem as suas vezes fizer, o qual imediatamente as rubricará e fará afixar nos locais mencionados na convocatória daquele conselho. As listas serão ordenadas respeitando a ordem de entrada.

7 - As listas de representantes do pessoal docente devem integrar pelo menos um professor titular, integrando obrigatoriamente educadores de infância e professores dos três ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

8 - A conversão de votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de *Hondt*.

9 - Se por aplicação do *método de Hondt* não resultar a eleição de representantes da educação pré-escolar ou dos três ciclos do Ensino Básico e secundário, o último mandato é atribuído ao primeiro candidato da lista mais votada que preencha tal requisito.

10- Os resultados da assembleia são transcritos na respectiva acta a qual será assinada pelos membros da mesa, bem como pelos representantes das listas concorrentes.

11- Sempre que se verifique a inexistência de listas relativas ao pessoal docente e não docente o Presidente do Conselho Geral comunica tal facto ao Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.

12- O resultado do processo eleitoral produz efeitos após comunicação ao Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.

Artigo 14º - Mandato

1- O mandato dos membros do Conselho Geral, representantes do pessoal docente e não docente, representantes do município e da comunidade local, tem a duração de quatro anos.

2- O mandato dos membros do Conselho Geral, representantes dos pais e encarregados de Educação e dos alunos tem a duração de dois anos.

3- Os membros do Conselho Geral são substituídos no exercício do cargo se entretanto perderem a qualidade que determinou a respectiva eleição ou designação.

4- As vagas resultantes da cessação de mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respectiva ordem de precedência, na lista a que pertencia o titular do mandato, com respeito pelo disposto no nº 8 do artigo anterior, terminando os seus mandatos nos prazos inicialmente previstos.

5- Se durante o período do seu mandato se esgotar a lista dos candidatos não eleitos, devem as mesmas vagas ser preenchidas pelos candidatos suplentes. Esgotada a lista de candidatos suplentes, o presidente do Conselho Geral deve convocar eleições intercalares.

6- As vagas resultantes do mandato dos membros designados são preenchidos por indicação de novos elementos pelas respectivas associações ou Autarquia.

SECÇÃO II - DIRECTOR

Artigo 15º - Director

1- O Director é o órgão de administração e de gestão do Agrupamento de escolas nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira e patrimonial.

Artigo 16º - Subdirector e Adjuntos do Director

1- O Director é coadjuvado no exercício das suas funções por um subdirector e por adjuntos.

2- O número de adjuntos definido para o Agrupamento de escolas é de três.

3- O subdirector e os adjuntos são nomeados pelo Director entre docentes dos quadros de nomeação definitiva que contem pelo menos cinco anos de serviço e se encontrem em exercício de funções no Agrupamento de escolas.

Artigo 17º- Componente lectiva do Director, subdirector e adjuntos

1- O Director e o subdirector exercem as suas funções em regime de exclusividade, estando dispensados da prestação de serviço lectivo, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poderem prestar na disciplina ou área curricular para a qual possuam qualificação profissional.

2- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, aos adjuntos incumbe, obrigatoriamente, leccionar, pelo menos, uma turma.

3- Caso, porém, os adjuntos sejam docentes da educação pré-escolar ou do 1.º Ciclo do Ensino Básico, devem ficar adstritos a uma componente lectiva de cinco horas, a prestar em regime de apoio educativo.

Artigo 18º - Competências

1- Nos termos do artigo 20º do Regime de Autonomia, Administração e Gestão, compete ao Director:

a) Submeter à aprovação do Conselho Geral o Projecto Educativo elaborado pelo Conselho Pedagógico.

2- Ouvido o Conselho Pedagógico, compete também ao Director:

a) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Geral:

i) As alterações ao Regulamento Interno;

ii) Os planos anual e plurianual de actividades;

iii) O relatório anual de actividades;

iv) As propostas de celebração de contratos de autonomia;

b) Aprovar o plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente, ouvido também, no último caso, o município.

3- No acto de apresentação ao conselho geral, o Director faz acompanhar os documentos referidos na alínea a) do número anterior dos pareceres do Conselho Pedagógico.

4- No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao Director, em especial:

a) Definir o regime de funcionamento do Agrupamento de escolas;

b) Elaborar o projecto de orçamento, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral;

c) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;

d) Distribuir o serviço docente e não docente;

e) Designar os coordenadores de Escola ou estabelecimento de educação pré-escolar;

f) Designar os coordenadores dos Departamentos Curriculares e os Directores de Turma;

g) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;

h) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;

i) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias e colectividades, em conformidade com os critérios definidos pelo conselho geral nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 13.º;

j) Proceder à selecção e recrutamento do pessoal docente, nos termos dos regimes legais aplicáveis;

k) Dirigir superiormente os serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos;

l) Coordenar as actividades desenvolvidas no âmbito das diversas modalidades de formação da Educação e Formação de Adultos.

m) Distribuir pelas escolas do Agrupamento toda a legislação inerente ao funcionamento e organização do Agrupamento.

5- Compete ainda ao Director:

a) Representar a Escola;

b) Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;

c) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;

d) Intervir, nos termos da lei, no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;

e) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente.

6- O Director pode delegar e subdelegar no subdirector e nos adjuntos as competências referidas nos números anteriores.

7- Nas suas faltas e impedimentos, o Director é substituído pelo subdirector.

Artigo 19º - Recrutamento

1- Para o efeito de recrutamento do Director, podem ser opositores ao procedimento concursal prévio à eleição pelo conselho geral os seguintes docentes:

a) Docentes de carreira do ensino público;

b) Docentes profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo.

2- Os docentes referidos no número anterior devem contar, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício das funções de administração e gestão escolar.

3- Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão escolar os docentes que preencham uma das seguintes condições:

a) Sejam detentores, com aproveitamento, de um curso de formação especializada em Administração Escolar ou Administração Educacional;

b) Sejam possuidores do grau de mestre ou de doutor nas áreas referidas na alínea anterior;

c) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos seguintes cargos:

i) Director, subdirector ou adjunto do Director, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril;

ii) Presidente, vice-presidente, Director ou adjunto do Director, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por ratificação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril;

iii) Director executivo e adjunto do Director executivo, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio;

iv) Membro do conselho directivo, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 769 -A/76, de 23 de Outubro;

d) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como Director ou Director pedagógico de estabelecimento do ensino particular e cooperativo.

Artigo 20º - Procedimento concursal

1- O procedimento concursal é aberto no Agrupamento de escolas, por aviso publicitado do seguinte modo:

- a) Em local apropriado das instalações do Agrupamento de Escolas;
 - b) Na página electrónica do Agrupamento de Escolas e na da direcção regional de educação respectiva;
 - c) Por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* e divulgado em órgão de imprensa de expansão nacional através de anúncio que contenha referência ao *Diário da República* em que o referido aviso se encontra publicado.
- 2- O aviso de abertura do procedimento contém, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
- a) O Agrupamento de Escolas para que é aberto o procedimento concursal;
 - b) Os requisitos de admissão ao procedimento concursal fixados no Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e Portaria 604/2008, de 9 de Julho;
 - c) A entidade a quem deve ser apresentado o pedido de admissão ao procedimento, com indicação do respectivo prazo de entrega, forma de apresentação, documentos a juntar e demais elementos necessários à formalização da candidatura;
 - d) Os métodos utilizados para a avaliação da candidatura.

Artigo 21º - Candidatura

- 1- O pedido de admissão ao procedimento concursal é efectuado por requerimento e é acompanhado, para além de outros documentos exigidos no aviso de abertura, pelo *curriculum vitae* e por um projecto de intervenção no Agrupamento de Escolas.
- 2- É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com excepção daqueles que se encontrem arquivados no respectivo processo individual e este se encontre no Agrupamento de Escolas onde decorre o procedimento.
- 3- No projecto de intervenção os candidatos identificam os problemas, definem os objectivos e estratégias bem como estabelecem a programação das actividades que se propõem realizar no mandato.

Artigo 22º - Avaliação das candidaturas

- 1- As candidaturas são apreciadas pela comissão permanente do Conselho Geral ou por uma comissão especialmente designada para o efeito por aquele órgão.
- 2- Previamente à apreciação das candidaturas, a comissão referida no número anterior procede ao exame dos requisitos de admissão ao concurso, excluindo os candidatos que os não tenham cumprido, sem prejuízo da aplicação do artigo 76.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 3- A comissão que procede à apreciação das candidaturas, além de outros elementos fixados no aviso de abertura, considera obrigatoriamente:
 - a) A análise do *curriculum vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de Director e o seu mérito;
 - b) A análise do projecto de intervenção no Agrupamento de Escolas;
 - c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato.
- 4- Após a apreciação dos elementos referidos no número anterior, a comissão elabora um relatório de avaliação dos candidatos, que é presente ao Conselho Geral, fundamentando, relativamente a cada um, as razões que aconselham ou não a sua eleição.
- 5- Sem prejuízo da expressão de um juízo avaliativo sobre as candidaturas em apreciação, a comissão não pode, no relatório previsto no número anterior, proceder à seriação dos candidatos.
- 6- A comissão pode considerar no relatório de avaliação que nenhum dos candidatos reúne condições para ser eleito.

Artigo 23º - Apreciação pelo Conselho Geral

- 1- Após a entrega do relatório de avaliação ao Conselho Geral, este realiza a sua discussão e apreciação, podendo, antes de proceder à eleição, efectuar a audição dos candidatos.
- 2- A audição dos candidatos realiza-se por deliberação do Conselho Geral tomada por maioria dos presentes ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros em efectividade de funções.
- 3- A audição dos candidatos, a realizar -se, será sempre oral.
- 4- A notificação da realização da audição dos candidatos e a respectiva convocatória são feitas com a antecedência de, pelo menos, oito dias úteis.
- 5- Na audição podem ser apreciadas todas as questões relevantes para a eleição.
- 6- A falta de comparência dos interessados à audição não constitui motivo do seu adiamento, podendo o conselho geral, se não for apresentada justificação da falta, apreciar essa conduta para o efeito do interesse do candidato na eleição.
- 7- Da audição é lavrada acta contendo a súmula do acto.

Artigo 24º - Eleição do Director

- 1- Após a discussão e apreciação do relatório referido no artigo 21º e a eventual audição dos candidatos, o Conselho Geral procede à eleição do Director, por voto secreto, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efectividade de funções.
- 2- No caso de nenhum candidato sair vencedor, nos termos do número anterior, o conselho geral reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são apenas admitidos os dois candidatos mais votados na primeira eleição e sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos, desde que respeitado o quórum legal e regulamentarmente exigido para que o Conselho Geral possa deliberar.
- 3- O resultado da eleição do Director é homologado pelo Director regional de educação respectivo nos 10 dias úteis posteriores à sua comunicação pelo presidente do conselho geral, considerando -se após esse prazo tacitamente homologado.
- 4- A recusa de homologação apenas pode fundamentar-se na violação da lei ou dos regulamentos, designadamente do procedimento eleitoral.

Artigo 25º - Posse

- 1- O Director toma posse perante o Conselho Geral nos 30 dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo Director regional de educação.
- 2- O Director designa o subdirector e os seus adjuntos no prazo máximo de 30 dias após a sua tomada de posse.
- 3- O subdirector e os adjuntos do Director tomam posse nos 30 dias subsequentes à sua designação pelo Director.

Artigo 26º - Mandato

- 1- O mandato do Director tem a duração de quatro anos.
- 2- Até 60 dias antes do termo do mandato do Director, o Conselho Geral delibera sobre a recondução do Director ou a abertura do procedimento concursal tendo em vista a realização de nova eleição.
- 3- A decisão de recondução do Director é tomada por maioria absoluta dos membros do Conselho Geral em efectividade de funções, não sendo permitida a sua recondução para um terceiro mandato consecutivo.
- 4- Não é permitida a eleição para um quinto mandato consecutivo ou durante o quadriénio imediatamente subsequente ao termo do quarto mandato consecutivo.

5- Não sendo ou não podendo ser aprovada a recondução do Director de acordo com o disposto nos números anteriores, abre-se o procedimento concursal tendo em vista a eleição do Director, nos termos do artigo 19º.

6- O mandato do Director pode cessar:

a) A requerimento do interessado, dirigido ao Director regional de educação, com a antecedência mínima de 45 dias, fundamentado em motivos devidamente justificados;

b) No final do ano escolar, por deliberação do Conselho Geral aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções, em caso de manifesta desadequação da respectiva gestão, fundada em factos comprovados e informações, devidamente fundamentadas, apresentados por qualquer membro do conselho geral;

c) Na sequência de processo disciplinar que tenha concluído pela aplicação de sanção disciplinar de cessação da comissão de serviço, nos termos da lei.

7- A cessação do mandato do Director determina a abertura de um novo procedimento concursal.

8- Os mandatos do subdirector e dos adjuntos têm a duração de quatro anos e cessam com o mandato do Director.

9- O subdirector e os adjuntos podem ser exonerados a todo o tempo por decisão fundamentada do Director.

Artigo 27º - Assessoria da direcção

1- Para apoio à actividade do Director e mediante proposta deste, o Conselho Geral pode autorizar a constituição de assessorias técnico-pedagógicas, para as quais são designados docentes em exercício de funções no Agrupamento de Escolas.

2- Os critérios para a constituição e dotação das assessorias referidas no número anterior são definidas por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, em função da população escolar e do tipo e regime de funcionamento do Agrupamento de Escolas.

SECÇÃO III - CONSELHO PEDAGÓGICO

Artigo 28º - Conselho Pedagógico

1- O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do Agrupamento de Escolas, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctica, de orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Artigo 29º - Composição

1- O Conselho Pedagógico do Agrupamento é constituído por 15 elementos:

- a) O Director, que preside;
- b) Os coordenadores dos seis Departamentos Curriculares (Pré-escolar, 1º Ciclo, Línguas, Ciências Sociais e Humanas, Matemática e Ciências Experimentais, Expressões);
- c) Um coordenador dos Directores de Turma;
- d) Um coordenador do Ensino Profissional;
- e) O coordenador dos Projectos de Desenvolvimento Educativo e Complemento Curricular;
- f) Um coordenador das Bibliotecas Escolares;
- g) Um representante dos Serviços Especializados de Apoio Educativo;
- h) Um representante da Educação de Adultos;
- i) Um representante dos pais e encarregados de educação;
- j) Um representante dos alunos do Ensino Secundário.

1.1 – O Coordenador das Bibliotecas Escolares assume igualmente a representatividade do PTE.

2- Nas reuniões em que sejam tratados assuntos que envolvam sigilo, designadamente sob matéria de provas de exame ou de avaliação global, apenas participam os membros docentes.

Artigo 30º - Competências

1- Ao Conselho Pedagógico compete:

- a) Elaborar a proposta do Projecto Educativo do Agrupamento a submeter pelo Director ao Conselho Geral;
- b) Apresentar propostas para a elaboração do Regulamento Interno e dos planos anual e plurianual de actividade e emitir parecer sobre os respectivos projectos;
- c) Emitir parecer sobre as propostas de celebração de contratos de autonomia;
- d) Apresentar propostas e emitir parecer sobre a elaboração do plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente;
- e) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;
- f) Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as respectivas estruturas programáticas;
- g) Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar;
- h) Adoptar os manuais escolares, ouvidos os Departamentos Curriculares;
- i) Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito do Agrupamento de Escolas e em articulação com instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;
- j) Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;
- k) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
- l) Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente e não docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
- m) Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações.

2 – Ao Conselho Pedagógico compete, ainda:

- a) Aprovar o modelo do Programa Educativo Individual
- b) Aprovar o Programa Educativo Individual (PEI) dos Alunos com necessidades educativas especiais;
- c) Aprovar os relatórios finais de ano da Educação Especial;
- d) Definir critérios de elaboração e classificação das provas de todos os exames elaboradas a nível da Escola, sob proposta dos grupos disciplinares ou Departamentos Curriculares;
- e) Aprovar o calendário de realização das provas de exame de equivalência à frequência e respectivas datas de afixação de pautas de classificação;
- f) Divulgar as deliberações tomadas em cada reunião, através da afixação, em lugar próprio, da respectiva acta ou resumo da mesma;
- g) Ponderar as propostas de retenção repetida.
- h) Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações.

Artigo 31º - Designação dos representantes

1- Os elementos Docentes no Conselho Pedagógico são nomeados pelo Director.

2- O representante dos pais e encarregados de educação é eleito em assembleia-geral de pais e encarregados de educação do Agrupamento sobre proposta das respectivas organizações representativas.

3- No caso de inactividade ou inexistência das respectivas organizações representativas mencionadas no número anterior a

eleição dos pais e encarregados de educação far-se-á em assembleia-geral de pais e encarregados de educação compostas pelos representantes de cada turma / sala, para tal convocadas pelo presidente do Conselho Pedagógico.

4- O representante dos Alunos do Ensino Secundário será eleito em assembleia de delegados ou de representantes, a realizar no início de cada ano lectivo.

Artigo 32º - Funcionamento

1- O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou sempre que um pedido de parecer do Conselho Geral ou do Director o justifique.

2- Relativamente ao ponto anterior exceptua-se o mês de Agosto.

3- A representação dos pais e encarregados de educação e dos alunos no Conselho Pedagógico faz -se no âmbito de uma comissão especializada que participa no exercício das competências previstas nas alíneas a), b), e), f), j) e k) do ponto 1. do artigo 26º.

4- O Conselho Pedagógico deverá, nos primeiros trinta dias do seu mandato, elaborar o seu regimento interno, onde deverá ficar salvaguardada a possibilidade de estruturação em secções, a forma de funcionamento da Comissão de Coordenação da Avaliação do Desempenho Docente e a participação nos trabalhos de outros elementos, nomeadamente dos representantes de grupo, sem direito a voto, quando forem tratados assuntos que justifiquem a sua presença;

SECÇÃO IV - CONSELHO ADMINISTRATIVO

Artigo 33º - Definição

1- O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do Agrupamento nos termos da legislação em vigor.

Artigo 34º - Composição

O Conselho Administrativo tem a seguinte composição:

- a) O Director, que preside;
- b) O subdirector ou um dos adjuntos do Director, por ele designado para o efeito;
- c) O chefe dos serviços de administração escolar, ou quem o substitua.

Artigo 35º - Competências

1- Ao Conselho Administrativo compete:

- a) Aprovar o projecto do Orçamento Anual do Agrupamento, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira do Agrupamento;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial do Agrupamento;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas;

Artigo 36º - Funcionamento

1- O Conselho Administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o presidente o convoque, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer dos restantes membros.

2- Outras regras de funcionamento e organização deverão ser definidas no seu regimento interno, a elaborar nos primeiros trinta dias do seu mandato.

CAPÍTULO III – COORDENAÇÃO DE ESTABELECIMENTO

Artigo 37º - Coordenador

1- A coordenação de cada estabelecimento de educação ou de ensino integrado no Agrupamento de Escolas é assegurada por um coordenador.

2- No estabelecimento em que funcione a sede do Agrupamento, bem como nos que tenham menos de três docentes em exercício efectivo de funções, não há lugar à criação de cargo referido no número anterior.

3- O coordenador é designado pelo Director de entre os docentes em exercício de funções no referido estabelecimento, de preferência com a categoria de professor titular.

Artigo 38º - Redução da componente lectiva

1- Os coordenadores de estabelecimentos das Escolas integradas no Agrupamento que integrem um número igual ou superior a 150 crianças/alunos, têm direito, além do suplemento remuneratório que lhes é atribuído nos termos do Decreto Regulamentar n.º 1 - B/2009, de 5 de Janeiro, a uma redução de 80 % da componente lectiva do respectivo horário de trabalho semanal, prestando o serviço lectivo restante em regime de apoio educativo.

Artigo 39º - Competências

Compete, de um modo geral ao coordenador de estabelecimento:

- a) Coordenar as actividades educativas do estabelecimento, em articulação com o Director;
- b) Cumprir e fazer cumprir as decisões do Director e exercer as competências que por esta lhe forem delegadas;
- c) Transmitir as informações relativas a pessoal docente e não docente e aos alunos;
- d) Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação dos interesses locais e da autarquia nas actividades educativas.

CAPÍTULO IV – ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Artigo 40º

- 1. Depende directamente do Director do Agrupamento de Escolas.
- 2. Integra todas as modalidades de formação para adultos (maiores de 18 anos), disponíveis no Agrupamento.
- 3. Tem como finalidade:
 - a) Divulgar, dinamizar, organizar, acompanhar e avaliar a nível técnico e pedagógico a educação e formação de adultos, promovida pelo Agrupamento e segundo os normativas legais vigentes ;
 - b) Facilitar a articulação com os serviços centrais, especificamente a Equipa Multidisciplinar Novas Oportunidades;
 - c) Atender os formandos, esclarecer e encaminhar todas as situações relacionadas com a sua formação;
 - d) Facultar a informação aos órgãos de gestão da Escola sobre o desenrolar da educação e formação de adultos;

- e) Acompanhar as reuniões das equipas pedagógicas no sentido de ajudar a concretizar os planos de formação, bem como efectuar o controlo dos processos de avaliação contínua e respectiva avaliação dos formandos;
- f) Participação em júris de exame, de avaliação final de 1º Ciclo (Auto-propostos) e elaboração das respectivas provas;
- g) Coordenar o serviço administrativo inerente às actividades desenvolvidas;
- h) Sensibilizar, informar e encaminhar os adultos, candidatos ao processo RVCC;
- i) Gerir a manutenção de equipamentos e materiais disponibilizados por entidades locais (Autarquias e Associações), especificamente para a educação de adultos;
- j) Representar a Educação /Agrupamento de Escolas no Núcleo Local de Inserção do RSI.

CAPÍTULO V – ESTRUTURAS DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA

SECÇÃO I - Estruturas de Orientação Educativa

Artigo 41º - Estruturas de coordenação e supervisão

1- As Estruturas de Orientação Educativa visam o desenvolvimento do Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas e colaboram com o Conselho Pedagógico e com o Director no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das actividades escolares, promover o trabalho colaborativo e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente. A constituição destas estruturas visa:

- a) O reforço da articulação dos planos de estudo definidos a nível nacional bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do Agrupamento;
- b) A organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades de turma ou grupo de alunos;
- c) A coordenação pedagógica de cada ano ou Ciclo;
- d) A avaliação de desempenho do pessoal docente.

2- As Estruturas de Orientação Educativa são as seguintes:

- a) Departamentos Curriculares;
- b) Conselhos de Disciplina;
- c) Conselhos Directores de Turma.
- d) Conselhos de Turma;

Artigo 42º - Articulação e gestão curricular

1- A articulação e gestão curricular devem promover a cooperação entre os docentes do Agrupamento de Escolas, procurando adequar o currículo às necessidades específicas dos alunos;

2- A articulação e gestão curricular são asseguradas por Departamentos Curriculares nos quais se encontram representados os grupos de recrutamento e áreas disciplinares, de acordo com os cursos leccionados e o número de docentes;

1- Na educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico, a articulação curricular é assegurada pelo respectivo Departamento.

1.1- O Departamento do Pré-escolar é constituído por todos os educadores em exercício de funções nos Jardins-de-Infância do Agrupamento.

1.2- O Departamento do primeiro Ciclo é constituído por todos os docentes do primeiro Ciclo em exercício de funções nas Escolas do primeiro Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento.

2- Nos segundos e terceiros Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, a articulação curricular é assegurada por Departamentos Curriculares, nos quais se encontram representados os Agrupamentos de disciplinas e áreas

disciplinares, de acordo com os cursos leccionados, o número de docentes por disciplina e as dinâmicas a desenvolver pela Escola.

3- O número de Departamentos Curriculares de cada Agrupamento não pode exceder quatro nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, podendo atingir seis caso os Agrupamentos integrem também a educação pré-escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico;

4- Os Departamentos Curriculares são coordenados por professores titulares, designados pelo Director.

5- O mandato dos coordenadores dos Departamentos Curriculares tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do Director.

6- Os coordenadores dos Departamentos Curriculares podem ser exonerados a todo o tempo por despacho fundamentado do Director.

Artigo 43º - Definição e composição dos Departamentos Curriculares

1- Os Departamentos Curriculares constituem-se da seguinte forma:

- a) Pré-escolar
- b) 1º Ciclo
- c) Línguas – Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras;
- d) Ciências Sociais e Humanas – História e Geografia de Portugal, Geografia, Filosofia e Educação Moral e Religiosa;
- e) Matemática e Ciências Experimentais – Matemática, Físico-Química, Tecnologias de Informação e Comunicação e Ciências da Natureza e Ciências Naturais, Biologia e Geologia;
- f) Expressões – Educação Visual e Tecnológica, Educação Tecnológica, Educação Visual, Educação Musical, Educação Física e Educação Especial.

2- Ao Departamento do Pré-escolar e 1º Ciclo compete:

- a) Planificar e adequar à realidade do Agrupamento de Escolas a aplicação dos planos de estudos estabelecidos a nível nacional;
- b) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didácticas específicas das disciplinas;
- c) Assegurar de forma articulada com outras estruturas de orientação educativa do Agrupamento de Escolas, a adopção de metodologias específicas destinadas ao desenvolvimento quer dos planos de estudo quer das componentes de âmbito local do currículo;
- d) Articular o desenvolvimento de conteúdos programáticos e objectivos de aprendizagem;
- e) Analisar a oportunidade de adopção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão;
- f) Cooperar com outras estruturas de orientação educativa e com os serviços especializados de apoio educativo na gestão adequada de recursos e na adopção de medidas pedagógicas destinadas a melhorar as aprendizagens;
- g) Elaborar propostas curriculares diversificadas, em função da especificidade de grupos de alunos;
- h) Assegurar a coordenação de procedimentos e formas de actuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e da avaliação das aprendizagens;
- i) Identificar necessidades de formação dos docentes e não docentes;
- j) Analisar e reflectir sobre as práticas educativas e o seu contexto.

4- São atribuições dos Departamentos Curriculares:

- a) Planificar e adequar à realidade da Escola a aplicação dos planos de estudo estabelecidos a nível nacional;
- b) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das actividades específicas das disciplinas;

- c) Assegurar, de forma articulada com outras estruturas de orientação educativa do Agrupamento, a adopção de metodologias específicas destinadas ao desenvolvimento quer do plano de estudo quer das componentes de âmbito local do currículo;
 - d) Analisar a oportunidade da adopção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão;
 - e) Elaborar propostas curriculares diversificadas em função da especificidade de grupos e alunos;
 - f) Assegurar a coordenação de procedimentos e formas de actuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e de avaliação das aprendizagens;
 - g) Identificar necessidades de formação de docentes;
 - h) Analisar e reflectir sobre as práticas educativas e o seu contexto;
- 5- Aos Coordenadores do Departamento do Pré-escolar e do 1º Ciclo compete:
- a) Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes que integram os respectivos Departamentos;
 - b) Assegurar a coordenação das orientações curriculares e dos programas de estudo promovendo a adequação dos seus objectivos e conteúdos à situação concreta do Agrupamento de Escolas;
 - c) Promover a articulação com outras estruturas do Agrupamento de Escolas, com vista ao desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica;
 - d) Propor ao Conselho Pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares locais e a adopção de medidas destinadas a melhorar as aprendizagens dos alunos;
 - e) Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia do Agrupamento de Escolas;
 - f) Promover a realização de actividades de investigação, reflexão e estudo visando a melhoria da qualidade das práticas educativas;
 - g) Apresentar à Direcção Executiva um relatório crítico anual do trabalho desenvolvido.
- 6- Ao coordenador do Departamento Curricular compete:
- a) Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes que integram o Departamento Curricular;
 - b) Assegurar a coordenação das orientações curriculares e dos programas de estudo promovendo a adequação dos seus objectivos e conteúdos à situação concreta do Agrupamento;
 - c) Promover a articulação com outras estruturas ou serviços do Agrupamento, com vista ao desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica;
 - d) Propor ao Conselho Pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares locais e a adopção de medidas destinadas a melhorar as aprendizagens dos alunos;
 - e) Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia do Agrupamento;
 - f) Promover a realização de actividades de investigação, reflexão e de estudo visando a melhoria da qualidade das práticas educativas;
 - g) Apresentar ao Director um relatório crítico anual;

Artigo 44º - Funcionamento dos Departamentos Curriculares

- 1 – Cada Departamento define a sua organização e regras de funcionamento no seu regimento interno.
- 2 – Sem prejuízo do número anterior o Departamento Curricular reúne ordinariamente no início do ano lectivo e uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respectivo coordenador por sua iniciativa, a requerimento de um delegado de

disciplina ou sempre que um pedido de parecer do Conselho Pedagógico o justifique.

3 – As Secções do Departamento Curricular reúnem ordinariamente no início do ano lectivo e pelo menos uma vez por período escolar e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respectivo coordenador / delegado por sua iniciativa a pedido de dois terços do número de membros do Grupo ou sempre que um pedido de parecer do Conselho Pedagógico o justifique.

4 – As reuniões ordinárias e extraordinárias do Departamento Curricular / Secção de Departamento Curricular devem ser convocadas pelo respectivo coordenador / delegado através de convocatória elaborada para o efeito na qual constará a respectiva ordem de trabalhos.

5 - O Departamento Curricular independentemente do que vier a ser definido no seu regimento interno, reúne:

- a) Em plenário na presença de todos os docentes que integram coordenados pelo coordenador do Departamento;
- b) Por Secções, correspondentes aos Grupos Disciplinares que o integram coordenados pelo delegado de Grupo.

6 - A Secção correspondente ao Grupo Disciplinar de que faz parte o coordenador de Departamento é por ele coordenada.

7 – As faltas às reuniões dadas pelos professores membros do Departamento Curricular equivalem a dois tempos.

8 – As faltas às reuniões dadas pelos professores membros das Secções correspondentes aos Grupos Disciplinares equivalem a dois tempos.

Artigo 45º - Delegados de Disciplina

1 – Os coordenadores dos Departamentos Curriculares são apoiados por delegados dos Grupos Disciplinares dos quais não faz parte o coordenador.

2 – Os delegados de Grupo são nomeados de entre os docentes profissionalizados de preferência professores titulares em cada um dos Grupos Disciplinares que constituem os diferentes Departamentos Curriculares à excepção daquele a que pertence o coordenador de Departamento.

Artigo 46º - Competências dos Delegados de Disciplina

1 – Cabe ao Delegado de Disciplina:

- a) Assegurar, através de estratégias que considere adequadas o funcionamento eficiente do Grupo;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Secção correspondente ao seu Grupo Disciplinar;
- c) Constituir e organizar o dossier de Grupo para consulta dos órgãos de gestão e administração e dos docentes do Grupo;
- d) Apresentar ao coordenador do Departamento Curricular estudos, propostas, pareceres e projectos da sua disciplina;
- e) Informar o coordenador de Departamento sobre assuntos que entender deverem ser levados às reuniões de Conselho Pedagógico;
- f) Requisitar os materiais necessários ao Grupo disciplinar.

Artigo 47º - Organização acompanhamento e avaliação das actividades de turma

1- A organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades a desenvolver no Grupo com as crianças na educação pré-escolar, ou na turma com os alunos do Ensino Básico e secundário são da responsabilidade:

- a) Dos educadores de infância titulares de grupo na educação pré-escolar;
- b) Dos professores titulares de turma, no primeiro Ciclo do Ensino Básico;
- c) Do conselho de turma, no segundo e terceiro Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário;

2- Compete aos educadores de infância planificar as actividades tendo em conta o nível de desenvolvimento dos alunos e prover as melhores condições de aprendizagem em articulação com a família.

3- Aos professores titulares de turma e ao Conselho de Turma compete:

- Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino aprendizagem;
- Planificar o desenvolvimento das actividades a realizar com os alunos em contexto de sala de aula;
- Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos promovendo a articulação com os respectivos Serviços Especializados de Apoio Educativo, em ordem à sua superação;
- Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
- Adoptar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;
- Conceber e delinear actividades em complemento do currículo proposto;
- Preparar informação adequada a disponibilizar aos pais e encarregados de educação relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos alunos;
- Elaborar o Projecto Curricular de Turma;
- Colaborar em acções que favoreçam a interligação da Escola com a Comunidade;
- Sem prejuízo da sua intervenção para advertir e repreender, aplicar as medidas disciplinares de integração na Escola, transferência de Escola, de repreensão, de suspensão, e de expulsão da Escola;
- Aprovar as propostas de avaliação a realizar no final de cada período lectivo e de acordo com os critérios avaliação definidos pelo Conselho Pedagógico tendo em conta os objectivos curriculares definidos a nível nacional e as especificidades de cada comunidade educativa;
- Elaborar um plano de recuperação para os alunos que no final do primeiro período não tenham desenvolvido as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no primeiro Ciclo, ou no caso dos restantes Ciclos do Ensino Básico, obtenham três ou mais níveis inferiores a três;
- Elaborar o plano de acompanhamento para os alunos que tenham sido objecto de retenção, em resultado da avaliação sumativa final do respectivo ano de escolaridade para ser aplicado no ano escolar seguinte e submete-lo à aprovação do Conselho Pedagógico;
- Propor a retenção ou progressão de um aluno submetido a uma avaliação extraordinária, nos termos do artigo 4º do despacho normativo 50/2005 de 9 de 11 de 2005;
- Elaborar planos de desenvolvimento para alunos revelem capacidades excepcionais de aprendizagem;
- Decidir quanto à avaliação final dos alunos nos termos das alíneas a) e b) do número 31 do despacho normativo nº1/2005 de 5 de Janeiro de 2005.

4- O Conselho de Turma é constituído por todos os professores da turma, por um delegado dos alunos e por um representante dos pais e encarregados de educação, eleito em assembleia-geral de pais e / ou encarregados de educação dos alunos da turma.

- Não poderão ser designados como representantes alunos que tenham sofrido sanções disciplinares no ano lectivo anterior;
- No caso do representante dos alunos sofrer sanção no decurso do ano lectivo em que foi eleito, perde o mandato procedendo-se, nesse caso, a uma nova eleição.

4.1- Nas reuniões do Conselho de Turma respeitantes à avaliação não poderão participar os membros não docentes.

4.2- Nas reuniões de Conselhos de Turma disciplinares participam o Director que preside, os professores da turma ou professor titular da turma, um representante dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma, designado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola ou, se esta não existir, nos termos do Regulamento Interno da Escola, bem como, tratando-se do terceiro Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, pelo delegado e subdelegado da turma.

4.3- O Director pode solicitar a presença no Conselho de Turma Disciplinar de um técnico dos Serviços Especializados de Apoio Educativo, ou dos Serviços de Psicologia e Orientação.

5- Para coordenar o desenvolvimento do plano de trabalho a realizar pelo Conselho de Turma, o Director designa um Director de Turma de entre os professores da mesma, sempre que possível profissionalizado e possuidor dos seguintes requisitos:

- Relação fácil com os alunos, professores, famílias e pessoal não docente;
- Tolerância, compreensão e firmeza;
- Bom senso e ponderação;
- Bom método de trabalho e dinamismo;
- Capacidade de prever situações e de solucionar problemas.

5.1 - Ao Director de Turma ou Professor Titular de Turma compete:

- Coordenar as reuniões do Conselho de Turma;
- Assegurar a articulação entre os professores da turma e com os alunos, pais e encarregados de educação;
- Coordenar, a adequação de actividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta do grupo e à especificidade de cada aluno;
- Articular as actividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação;
- Coordenar o processo de avaliação dos alunos garantindo o seu carácter globalizante e integrado;
- Facilitar a integração dos alunos na comunidade escolar;
- Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre os professores e os alunos;
- Organizar o dossier individual dos alunos em conformidade com a lei;
- Assegurar o processo de matrícula e renovação de matrículas dos alunos sendo assessorado pelo respectivo secretário;
- Apoiar o processo de recolha de elementos para a atribuição dos subsídios escolares;
- Apresentar à Direcção Executiva o relatório crítico anual do trabalho desenvolvido.

Artigo 48º - Coordenação de Direcção de Turma do 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário

1- A coordenação pedagógica da direcção de turma do 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário tem por base a coordenação das actividades das turmas sendo assegurada pelas seguintes estruturas:

- Conselho de Directores de Turma do Ensino Básico;
- Conselho de Directores de Turma do Ensino Secundário.

2- Conselho dos Directores de Turma compete:

- Planificar as actividades e projectos a desenvolver anualmente de acordo com as orientações do Conselho Pedagógico;
- Articular com os diferentes Departamentos Curriculares o desenvolvimento de conteúdos programáticos e objectivos de aprendizagem;
- Cooperar com outras estruturas de orientação educativa e com os Serviços Especializados de Apoio Educativo na

gestão adequada de recursos e na adopção de medidas pedagógicas destinadas a melhorar as aprendizagens;

- d) Dinamizar e coordenar a realização de projectos interdisciplinares das turmas;
- e) Identificar necessidades de formação no âmbito da direcção de turma;
- f) Conceber e desencadear os mecanismos de formação e apoio aos Directores de Turma em exercício e de outros docentes da Escola para o desempenho dessas funções;
- g) Propor ao Conselho Pedagógico a realização de acções de formação no domínio da orientação educativa e da coordenação das actividades das turmas.

5- O Conselho de Directores de Turma será coordenado por um docente titular designado pelo Director de entre os membros que integram, de preferência com formação especializada na área de orientação educativa ou coordenação pedagógica.

6- Ao coordenador dos Directores de Turma compete:

- a) Coordenar a acção do respectivo Conselho, articulando estratégias e procedimentos;
- b) Submeter ao Conselho Pedagógico as propostas do Conselho que coordena;
- c) Apresentar ao Director um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido.

7- A coordenação dos projectos de desenvolvimento educativo é assegurada por um professor profissionalizado, de preferência titular, nomeado pelo Director, de entre os docentes que tenham competência pedagógica bem como capacidade de relacionamento e liderança e possuam preferencialmente formação profissionalizada relacionada com a área que coordena.

Artigo 49º - Reduções da Componente Lectiva

1- Os coordenadores de departamento curricular, exercem as funções de coordenação do respectivo departamento no âmbito da componente não lectiva do respectivo horário semanal e do número de horas correspondente à redução da componente lectiva a que têm direito, de acordo com o disposto no artigo 79.º do E C D dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a redução da componente lectiva atribuída aos coordenadores de departamento curricular é fixada de acordo com os critérios adiante enunciados:

- a) Departamento que integre até 15 docentes - redução de seis horas;
- b) Departamento que integre entre 16 e 30 docentes - redução de sete horas;
- c) Departamento que integre mais de 30 docentes - redução de oito horas.

3- Sempre que, para efeitos da atribuição do número de horas de redução da componente lectiva, calculado nos termos do número anterior, se mostre insuficiente o número de horas de que o docente já usufrui ao abrigo do disposto no artigo 79.º do ECD, o mesmo tem direito a uma redução acrescida da componente lectiva, correspondente à diferença de horas entre os limites estabelecidos em cada uma das alíneas do número anterior e as horas de redução decorrentes do artigo 79.º do ECD, para cuja atribuição é concedido aos Agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas um crédito de horas adicional.

4- Os coordenadores de departamento curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico ou da educação pré-escolar que venham a usufruir da redução da componente lectiva nos termos do n.º 2 prestam o serviço lectivo restante em regime de apoio educativo.

5- Sem prejuízo do previsto nos números anteriores e para efeitos do exercício da função de avaliador, o coordenador de departamento tem ainda direito à redução da componente lectiva que se encontre estabelecida para esse efeito.

6 - O desempenho de outros cargos previstos na articulação curricular beneficia das seguintes reduções não lectivas:

- a) Coordenador dos Directores de Turma – quatro tempos não lectiva;
- b) Delegado de Secção ou Grupo Disciplinar com três ou mais elementos – dois tempos não lectiva;
- c) Delegado de Secção ou Grupo Disciplinar com menos de três elementos – um tempo não lectiva;
- d) Director de Turma – dois tempos lectivos;

SECÇÃO II

Outras estruturas de coordenação

Artigo 50º - Bibliotecas Escolares / Centros de Recursos Educativos

1- As Bibliotecas Escolares / Centro de Recursos Educativos (BE/CRE) do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos são estruturas essenciais da política educativa, unidades orgânicas da Escola e centros de iniciativas inseridas na sua vida pedagógica.

2- As BE/CRE incluem os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos (qualquer que seja a sua natureza e suporte) que constituem recursos pedagógicos quer para as actividades quotidianas de ensino, quer para actividades curriculares não lectivas, quer para ocupação de tempos livres e de lazer.

3- As BE/CRE constituem um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar e as suas actividades estão integradas nas restantes actividades da Escola e fazem parte do seu Projecto Educativo.

4- As BE/CRE constituem-se como núcleos da organização pedagógica da Escola, vocacionadas para as actividades culturais e para a informação tendo em vista realizar, entre outros, os seguintes objectivos:

- a) Tornar possível a plena utilização dos recursos pedagógicos existentes e dotar a Escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projectos de trabalho;
- b) Contribuir activamente para a diversificação de estratégias e métodos educativos a fim de promover o desenvolvimento e a aprendizagem;
- c) Apoiar os professores na planificação das suas actividades lectivas e na diversificação das situações de aprendizagem;
- d) Modernizar/actualizar a biblioteca para que se constitua como um Centro de Recursos de informação de diversa índole capaz de estimular o trabalho pedagógico;
- e) Permitir a integração dos materiais impressos, audiovisuais e informáticos e favorecer a constituição de conjuntos documentais, organizados em função de diferentes temas;
- f) Desenvolver a valorização do livro e da informação como fontes quotidianas de prazer e de desenvolvimento pessoal;
- g) Fomentar o gosto pela leitura como instrumento de trabalho, de ocupação de tempos livres e de prazer, contribuindo para o desenvolvimento cultural dos utilizadores;
- h) Promover condições que permitam a reflexão, o debate, a crítica e o convívio entre autores e leitores;
- i) Permitir o acesso à informação e ao conhecimento através da diversidade de livros, jornais, revistas, materiais audiovisuais e tecnologias de informação;
- j) Criar condições para aceder com facilidade a fontes documentais que permitam seleccionar e gerir informação para a realização de actividades curriculares e extracurriculares;
- k) Suportar o desenvolvimento das competências, nomeadamente a literacia da informação;
- l) Conferir competências e autonomia no domínio da informação escrita, digital e multimédia e a produção de documentos em suportes e linguagens diversificadas;
- m) Dinamizar iniciativas de animação cultural e artística;
- n) Proporcionar um espaço aberto com actividades diversificadas e enriquecedoras para dar resposta às aulas de substituição;
- o) Promover a partilha de recursos entre as escolas do Agrupamento;

p) Desenvolver o respeito pelo uso da propriedade comum, inculcando um espírito de cooperação e de partilha.

Artigo 51º - Mandato e competências do coordenador das BE/CRE

1- O coordenador das BE/CRE é nomeado pelo Director e exerce um mandato de 4 anos. Ao coordenador das BE/CRE compete:

- a) Promover a integração das BE/CRE na Escola (Projecto Educativo, Projecto Curricular, Regulamento Interno);
- b) Assegurar a gestão das BE/CRE e dos recursos humanos e materiais a elas afectos;
- c) Definir e operacionalizar, em articulação com a Direcção, as estratégias e actividades de política documental da Escola;
- d) Coordenar uma equipa, previamente definida com o Director;
- e) Favorecer o desenvolvimento das literacias, designadamente da leitura e da informação, e apoiar o desenvolvimento curricular;
- f) Promover o uso da biblioteca e dos seus recursos dentro e fora da Escola;
- g) Apresentar ao Director um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido;
- h) Representar as BE no Conselho Pedagógico.

Artigo 52º - Competências da equipa responsável da BE/CRE

1- A Equipa Responsável é designada pelo Director e é constituída por seis elementos, assim distribuídos:

- a) Quatro docentes (1º, 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário) responsáveis pelo acompanhamento, apoio e avaliação das actividades dinamizadas pela BE/CRE;
- b) Um funcionário a tempo inteiro em cada uma das BE/CRE, responsável pelo atendimento e funções administrativas.

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Artigo 53º - Composição e Competências da Equipa do Plano Tecnológico da Educação (PTE)

1- A equipa PTE é uma estrutura de coordenação e acompanhamento dos projectos do PTE ao nível dos estabelecimentos de ensino.

2- Aos estabelecimentos públicos do Ensino Básico e secundário incumbe adoptar as medidas adequadas à criação, organização e funcionamento das equipas PTE.

Artigo 54º - Funções da Equipa PTE

1- A equipa PTE exerce as seguintes funções ao nível do respectivo estabelecimento de ensino:

- a) Elaborar no Agrupamento um plano de acção anual para as TIC (plano TIC). Este plano visa promover a utilização das TIC nas actividades lectivas e não lectivas, rentabilizando os meios informáticos disponíveis e generalizando a sua utilização por todos os elementos da comunidade educativa. Este plano TIC deverá ser concebido no quadro do projecto educativo do Agrupamento e integrar o plano anual de actividades, em estreita articulação com o plano de formação;
- b) Contribuir para a elaboração dos instrumentos de autonomia definidos no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, integrando a estratégia TIC na estratégia global do Agrupamento;
- c) Coordenar e acompanhar a execução dos projectos do PTE e de projectos e iniciativas próprias na área de TIC na educação, em articulação com os serviços regionais de educação e com o apoio das redes de parceiros regionais;
- d) Promover e apoiar a integração das TIC no ensino, na aprendizagem, na gestão e na segurança ao nível de Agrupamento;
- e) Colaborar no levantamento de necessidades de formação e certificação em TIC de docentes e não docentes;

f) Fomentar a criação e participação dos docentes em redes colaborativas de trabalho com outros docentes ou agentes da comunidade educativa;

g) Zelar pelo funcionamento dos equipamentos e sistemas tecnológicos instalados, sendo o interlocutor junto do centro de apoio tecnológico às escolas e das empresas que prestem serviços de manutenção aos equipamentos;

h) Articular com os técnicos do Município que apoiam as escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico dos respectivos Agrupamentos de Escolas da zona.

2- Para efeitos da alínea b) do número anterior, compete aos serviços regionais de educação promover a coordenação das redes de parceiros regionais que apoiam as escolas em matéria de TIC na educação, nomeadamente as estruturas responsáveis pela formação de professores, as equipas de apoio às escolas e outras estruturas e entidades parceiras.

Artigo 55º - Composição da Equipa PTE

1- A função de coordenador da equipa PTE é exercida, por inerência, pelo Director do Agrupamento, podendo ser delegada em docentes do Agrupamento que reúnam as competências ao nível pedagógico, técnico e de gestão adequadas ao exercício das funções de coordenação global dos projectos do PTE ao nível do estabelecimento de ensino.

2- Os restantes membros da equipa PTE são designados pelo Director do Agrupamento de entre:

- a) Docentes que reúnam competências ao nível pedagógico, de gestão e técnico para a implementação dos projectos do PTE e para a coordenação de outros projectos e actividades TIC ao nível de Escola;
- b) O chefe dos serviços de administração escolar, ou quem o substitua;
- c) Estagiários dos cursos tecnológicos e dos cursos profissionais nas áreas tecnológicas e outros alunos com competências TIC relevantes;
- d) Não docentes com competências TIC relevantes.

3- O número de membros da equipa PTE é definido pelo Director do Agrupamento, adequando as características do estabelecimento de ensino à necessidade de execução eficaz de cada um dos projectos do PTE.

4- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a equipa PTE deverá incluir:

- a) Um responsável pela componente pedagógica do PTE, preferencialmente com assento no Conselho Pedagógico, que represente e articule com os coordenadores de departamento curricular e os coordenadores ou directores de curso;
- b) Um responsável pela componente técnica do PTE, que represente e articule com o Director de instalações e o responsável pela segurança no estabelecimento de ensino;
- c) O coordenador da biblioteca escolar.

Artigo 56º - Créditos de horas da Equipa PTE

1- Ao Agrupamento é atribuído um crédito de dezoito horas da componente lectiva a distribuir pelo coordenador e pelos docentes membros da equipa PTE.

2- Cabe ao Director do Agrupamento, caso entenda necessário, atribuir na totalidade ou parcialmente os créditos de horas referidos no número anterior, distribuindo-os pelos coordenadores e docentes membros das equipas PTE, com respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3- Os créditos de horas previstos nos números anteriores incluem as horas de redução da componente lectiva previstas no artigo 79.º do ECD e os créditos de horas atribuídos no âmbito de trabalho da componente não lectiva em matérias respeitantes ao PTE, não podendo a redução da componente lectiva ultrapassar os 50 % do total da referida componente.

PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO E COMPLEMENTO CURRICULAR

Artigo 57º - Coordenação de Projectos de Desenvolvimento Educativo e Complemento Curricular

- 1- As actividades de desenvolvimento educativo e complemento curricular são coordenadas por um professor nomeado pelo Director.
- 2- Compete ao coordenador:
 - a) Analisar a adequação das actividades às características do Agrupamento e do seu projecto educativo, e submeter ao Conselho Pedagógico o seu parecer;
 - b) Apresentar em Conselho Pedagógico as propostas de medidas consideradas necessárias pelas estruturas que coordena para melhoria do seu funcionamento;
 - c) Proceder à divulgação dos projectos;
 - d) Avaliar os relatórios anuais das actividades elaboradas pelas estruturas que coordena e submeter ao Conselho Pedagógico o seu parecer.

EQUIPA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Artigo 58º - Enquadramento, constituição e grupo-alvo

- 1- A Equipa de Educação Especial do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos destina-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar numa perspectiva de inclusão, afectiva, educativa e social, facultando dentro do possível, uma melhoria na qualidade do ambiente educativo e no sucesso de todos os alunos, orientando a sua intervenção com base no Decreto-lei nº3/2008, de 7 de Janeiro.
- A actividade da Equipa de Educação Especial pressupõe, essencialmente:

- i) A criação e desenvolvimento de mecanismos que permitam detectar, atempadamente, dificuldades básicas, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos que impliquem medidas de compensação ou formas de promoção de competências específicas de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.
- ii) A organização e orientação de modalidades de apoio que correspondam às necessidades identificadas, numa perspectiva de diferenciação positiva e integradora, tendo em conta a funcionalidade, autonomia e valorização pessoal dos alunos.

- 2- A Equipa de Educação Especial é constituída por docentes com especialização em Educação Especial.
 - 3- A Educação Especial, nomeadamente os apoios especializados destinam-se a alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.
- A actividade da Equipa de Educação Especial, do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, abrange alunos de todos os níveis de ensino, do Pré-escolar ao Secundário. A elegibilidade dos alunos à Educação Especial está condicionada à aprovação pelo Conselho Pedagógico e posterior homologação pelo Director.

Artigo 59º - Organização e Funcionamento da Equipa de Educação Especial

- 1- Encontra-se definido em Regimento Próprio o modo como se organiza e funciona a Equipa de Educação Especial, disponibilizando-se aos interessados, através da internet ou no espaço onde se desenvolve a actividade.
- 2- O horário dos docentes da Equipa de Educação Especial é fixado de acordo com a distribuição de serviço, no início do ano lectivo, podendo ser alterado, ao longo do ano, respeitando a legislação em vigor.
- 3- A actividade pedagógica desenvolve-se, preferencialmente, em salas de apoio para desenvolvimento e reforço de competências específicas. No entanto, sempre que se considerar necessário e vantajoso para o aluno e em conformidade com o Programa Educativo Individual (PEI) algumas actividades são realizadas em salas de aula.
- 4- O apoio pode ser prestado individualmente, a pares ou em grupo.

Artigo 60º - Competências dos Docentes da Equipa de Educação Especial

- 1- Colaborar com o Órgão de Gestão na elaboração e cumprimento do Projecto Educativo, do Plano Anual de Actividades e do Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas.
- 2- Participar na elaboração e cumprir o Regimento Interno da Equipa de Educação Especial.
- 3- Colaborar na sensibilização da comunidade educativa para o direito que as crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais têm de frequentar o ensino regular.
- 4- Participar nos Conselhos de Docentes e de Turmas dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.
- 5- Colaborar com os Coordenadores dos Programas Educativos Individuais no desenvolvimento das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, relativo a alunos com necessidades educativas especiais, nomeadamente, no que se refere ao processo de avaliação/intervenção e respostas educativas.
- 6- Estabelecer processos de cooperação e parceria, numa dinâmica multiprofissional, desde o momento da referenciação à conclusão da escolaridade ou integração ocupacional dos alunos.
- 7- Propor ao Órgão de Gestão o desenvolvimento de parcerias com instituições ou empresas, a nível local, que facilitem a implementação dos Programas Educativos Individuais e Planos Individuais de Transição dos alunos com necessidades educativas especiais.
- 8- Prestar apoios indirectos ou directos (leccionando currículos e conteúdos específicos, com recurso a materiais adequados).
- 9- Colaborar com os Coordenadores dos Programas Educativos Individuais, docentes e técnicos que acompanham os alunos, na elaboração do relatório circunstanciado, no final do ano lectivo, a fim de avaliar as medidas implementadas e proceder a encaminhamentos, quando necessário.

Artigo 61º - Competências do Coordenador da Equipa de Educação Especial

É da competência do Coordenador da Equipa de Educação Especial:

- 1- Participar em reuniões promovidas pelo Órgão de Gestão.
- 2- Articular respostas às necessidades educativas dos alunos, de acordo com os recursos existentes noutras estruturas e serviços, nomeadamente, nas áreas da saúde, da segurança social, da qualificação profissional e do emprego, das autarquias e de outras entidades particulares e não governamentais, através do estabelecimento de parcerias, numa perspectiva de trabalho multiprofissional e de acordo com a legislação em vigor.

3- Sempre que necessário, solicitar a presença ou contactar outros docentes ou outros elementos da comunidade educativa, para a resolução de questões que se prendam com a sua actividade e com o bem-estar dos alunos abrangidos.

4- Colaborar no desenvolvimento das medidas previstas na legislação em vigor relativas aos alunos com necessidades educativas especiais.

5- Facilitar a articulação entre os diversos estabelecimentos de educação e de ensino, para que seja assegurada aos alunos uma transição eficaz entre os diferentes níveis de ensino ou Escola para a vida activa.

6- Organizar informação relativa aos alunos apoiados e outros documentos relacionados com a Educação Especial.

7- Convocar e dinamizar as reuniões da Equipa.

8- Apresentar ao Coordenador do Departamento Curricular propostas, pareceres e projectos do seu Grupo.

9- Representar a Equipa de Educação Especial nas reuniões do Conselho Pedagógico, sempre que se considerar necessário.

10- Apresentar ao Director um relatório crítico anual do trabalho desenvolvido pela Equipa.

SECÇÃO III - SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO

Artigo 62º

1- Os serviços de Psicologia e Orientação são estruturas especializadas inseridas na rede escolar.

Artigo 63º - Áreas de Intervenção do Serviço de Psicologia e Orientação

Este serviço desenvolve funções em três áreas base:

1. Avaliação e aconselhamento/apoio psicológico;
2. Orientação escolar e profissional;
3. Desenvolvimento de intervenções sistémicas;

1- Esta intervenção é desenvolvida com alunos, geralmente em articulação com os respectivos pais. Tem em vista o sucesso escolar, a efectiva igualdade de oportunidades, e a adequação das respostas educativas, bem como, em última instância, a promoção do saudável desenvolvimento global do indivíduo.

Esta intervenção é levada a cabo com alunos que apresentem um padrão de mau estar escolar, social ou outro que justifique promover reorganizações promotoras de crescimento mais saudável.

Dentro do que for justificável, e mantendo sigilo ético necessário, este serviço articulará com todos os agentes educativos que sejam adequados para o potenciar da intervenção.

2- Esta abordagem é de grande importância para ajudar os jovens na definição de um projecto de vida sustentado e significativo. Esta inclui intervenções com alunos do 9º e 12º anos.

Faz parte também duma abordagem de ajuda na definição de projectos de vida, a triagem de alunos com história repetida de insucesso no sentido de eventuais encaminhamentos fora do ensino regular, caso se julguem significativos; e isto, no sentido de marcar a diferença entre o insucesso e o envolvimento activo num projecto significativo para o jovem.

3- Este tipo de intervenções poderá ser de âmbito diverso no sentido de contribuir de algum modo, para o enriquecimento de um crescimento saudável; quer com intervenções que promovam ajuda na resolução de problemáticas de algum modo instaladas, quer no sentido da prevenção primária.

Artigo 64º - Funcionamento do Serviço de Psicologia e Orientação

1- Na esfera dos alunos com necessidades educativas especiais, este serviço funciona em colaboração com as outras entidades, nomeadamente o Núcleo de Apoio Educativo, em áreas como a

avaliação, estudo e acompanhamento das intervenções com esta população.

2- A especificidade da intervenção dos Serviços de Psicologia e Orientação em cada ano lectivo traduz-se em dois documentos: o plano anual de actividades entregue para aprovação em cada ano lectivo e o relatório anual de actividades entregue no órgão de gestão no final de cada ano lectivo operando o balanço do plano inicial.

3- Organização e modos de articulação dos Serviços:

No âmbito das intervenções individuais de apoio psicológico a alunos, tanto quanto possível e desejável, articula com a família sendo necessário que o Director de Turma preencha a ficha de caracterização dos serviços para formalmente fazer o pedido de intervenção, quando o pedido parte do Conselho de turma ou do Director de Turma.

Este tipo de pedido de intervenção também poderá partir dos encarregados de educação ou dos próprios alunos.

O pedido, independentemente da pessoa ou órgão de quem parte, é analisado pela técnica do Serviço de Psicologia e Orientação e por aqueles que a pedem, em sessão inicial ou debate conjunto sobre a situação. Sempre que se julgue efectivamente pertinente a intervenção no âmbito do serviço será agendado datas para desenvolvimento da intervenção e definido foco de trabalho. Caso o Serviço não disponha de disponibilidade para intervenção a curto prazo (por excesso de pedidos face às respostas possíveis), tal é comunicado ao Director de Turma revendo-se em cada período a possibilidade de iniciar a intervenção.

O Director de Turma que proceda a encaminhamentos de alunos para este Serviço, procurará estes mesmos Serviços, num mínimo de uma vez por período para proceder às devidas articulações.

4 - A Orientação Escolar e profissional ao nível dos 9º anos será articulada com os respectivos Directores de Turma, e desenvolver-se-á em dinâmicas de grupo e em sessões individuais. Ao nível dos 12º anos esta intervenção passa por inscrição destes junto dos Directores de Turma que a fazem chegar ao serviço.

5 - Quaisquer projectos de cariz sistémico desenvolvidos por este serviço são apresentados ao órgão de gestão ou ao Conselho Pedagógico, dependendo do teor dos mesmos, desenvolvendo após aprovação, as articulações necessárias com os vários elementos da comunidade educativa ou outras entidades exteriores à Escola no sentido da consecução dos mesmos.

SECÇÃO IV - Outros Órgãos e Estruturas

Artigo 65º - Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Disciplinares

1- É um grupo de trabalho, nomeado pelo Director, tendo como atribuições colaborar com os Directores de Turma ou Titulares de Turma na instrução e acompanhamento dos processos disciplinares, assim como representar o Director, ou quem as suas vezes fizer, nos respectivos conselhos disciplinares.

Artigo 66º - Direcção de Instalações

1- Para as instalações específicas cujas dimensões e características assim o justifiquem pode o Director nomear direcções de instalações, sob proposta do respectivo Departamento.

2- Ao Director de instalações compete:

- a) Zelar pela conservação das instalações e equipamentos;
- b) Organizar o inventário do material existente nas instalações e actualizá-lo anualmente;
- c) Propor a aquisição de novo material e equipamento;
- d) Planificar o modo de utilização das instalações;
- e) Elaborar o relatório, a apresentar no final de cada ano lectivo, ao Director.

SECÇÃO V - AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Artigo 67º - Finalidades da avaliação

1- A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

Artigo 68º - Intervenientes

- 1- Intervém no processo de avaliação: a) O docente, b) O aluno; c) Conselho de docentes no pré-escolar e 1º Ciclo, ou Conselho de Turma nos 2º e 3º Ciclos e Secundário; Equipa Pedagógica na Educação e Formação de Adultos d) Os órgãos de gestão do Agrupamento de escolas; e) O Encarregado de Educação; f) Os serviços Especializados de Apoio Educativo.
- 2- Participação dos intervenientes: a) A avaliação é da responsabilidade do docente professor Conselho de docentes, Conselho de Turma, Equipa Pedagógica dos órgãos de gestão do Agrupamento e da administração educativa; b) O Agrupamento assegura as condições de participação dos alunos e dos encarregados de educação, dos serviços com competência em matéria de apoio educativo e dos demais intervenientes nos termos em que se encontram definidos no presente Regulamento Interno.
- 2.1- Os alunos participam na avaliação, de forma diferenciada, através da auto-avaliação.
- 2.2- Os pais e encarregados de educação participam na avaliação através dos seus representantes no Conselho Pedagógico e cada um por si junto do educador, do professor Titular de Turma ou do Director de Turma, onde são confrontados com o processo da aprendizagem do seu educando.

Artigo 69º - Processo individual do aluno

- 1- Todo o aluno deverá ter devidamente organizado o seu dossier individual que o acompanhará ao longo de toda a sua vida escolar. Deste dossier deverá constar tudo aquilo que se encontra consignado na legislação em vigor de acordo com a modalidade de formação.
- 2- O dossier do aluno reveste-se de um carácter confidencial e deverá estar guardado em local reservado para o efeito.
- 3- Ao dossier individual do aluno têm acesso os professores da turma, os alunos, os encarregados de educação e os serviços especializados de apoio educativo.
- 4- O acesso ao dossier individual do aluno deverá ser solicitado ao respectivo Director de Turma/professor Titular de Turma com a devida antecedência e com indicação do motivo que leva à consulta do mesmo.
- 5- A consulta referida no número anterior deve ser feita em data a indicar pelo Director de Turma/professor titular da turma e na sua presença.
- 6- Os alunos só terão acesso ao seu dossier individual no final do ano lectivo ou quando o seu processo ensino aprendizagem o justifique e sempre acompanhados do respectivo encarregado de educação.
- 7- Todos os intervenientes no processo ensino aprendizagem que tenham acesso ao dossier individual do aluno ficam obrigados ao dever de confidencialidade dos dados nele contidos.

Artigo 70º - Critérios gerais de avaliação

- 1- No início do ano lectivo compete ao Conselho Pedagógico do Agrupamento, de acordo com as orientações do *curricula* nacional, definir os critérios de avaliação para cada Ciclo e ano de escolaridade, sob proposta no pré-escolar e 1º Ciclo dos Conselhos de docentes e, no segundo terceiro Ciclos e secundário dos Departamentos Curriculares e conselhos de turma. na Educação e

Formação de Adultos do responsável por esta modalidade de ensino, após consulta aos Mediadores.

- 2- Os critérios de avaliação mencionados no número anterior constituem referenciais comuns no Agrupamento, sendo operacionalizados pelo educador, professor titular da turma do 1º Ciclo, e pelo Conselho de turma, nos 2º e 3º Ciclos, no âmbito do respectivo projecto curricular de turma/ Plano de Formação ou Curso, pelas equipas pedagógicas, na Educação e Formação de Adultos e pelo Conselho de turma no Ensino Secundário.
- 3- O órgão de direcção do Agrupamento deve garantir a divulgação dos critérios referidos no número anterior junto dos diversos intervenientes, nomeadamente alunos e encarregados de educação.

Artigo 71º - Critérios de retenção

- 1- A avaliação sumativa, dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno expressa através das menções, respectivamente, de Transitou ou Não Transitou, no final de cada ano escolar, e de Aprovado ou Não Aprovado no final de cada Ciclo. No que concerne à Educação e Formação de Adultos as designações: Apto; Não Apto; Excluído e Desistente, em conformidade com a decisão da Equipa Pedagógica.
- 2- A decisão de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o professor Titular de Turma, ouvido o competente conselho de docentes, no 1º Ciclo, ou Conselho de Turma nos 2º e 3º Ciclos, considerem:
- a) Nos anos terminais de Ciclo, que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir os seus estudos no Ciclo ou nível de escolaridade subsequente, salvaguardando-se o caso do 9º ano de escolaridade, cuja aprovação depende ainda da avaliação sumativa externa;
- b) Nos anos não terminais de Ciclo, que as competências demonstradas pelo aluno permita o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respectivo Ciclo.
- 3- No 1º ano de escolaridade não há lugar a retenção, excepto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas injustificadas, em observância do disposto na nº30/2002 de 20 de Dezembro.
- 4- No 2º Ciclo e 7º e 8º anos, e no âmbito da avaliação sumativa o conselho de turma pode decidir da progressão do aluno que não desenvolveu as competências essenciais:

- a) Tenha obtido classificação inferior a três nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- b) Tenha obtido classificação inferior a três em três disciplinas ou em duas disciplinas e a menção de não satisfaz na Área de Projecto desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.
- 5- A decisão referida no número anterior tem de ser por unanimidade. Caso não exista unanimidade deve proceder-se a nova reunião do conselho de turma, na qual a decisão de progressão, devidamente fundamentada, deve ser tomada por dois terços dos professores que integram o conselho de turma.
- 6 - No final do 3º Ciclo o aluno não progride e obtém a menção de não aprovado se estiver numa das seguintes situações:
- a) Tenha obtido classificação inferior a três nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- b) Tenha obtido classificação inferior a três em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de não satisfaz na Área de Projecto.

CAPÍTULO VI – PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

SECÇÃO I - ALUNOS

Artigo 72º - Participação dos alunos na vida da Escola

1- O direito à participação na vida da Escola processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo, através dos delegados de turma da assembleia de delegados de turma e das assembleias de alunos nos termos a definir no presente Regulamento Interno.

2- Sem prejuízo no estabelecido na legislação em vigor, designadamente nos artigos 13º e 14º do Decreto-Lei nº 30/2002 de 20 de Dezembro com a nova redacção dada pela Lei nº 3/ 2008 de 18 de Janeiro, constituem direitos gerais dos alunos:

- a) Conhecer o Regulamento Interno do Agrupamento e ser esclarecido quanto ao seu conteúdo;
- b) Ser respeitado por todos os elementos da Comunidade Escolar;
- c) Ver salvaguardada a sua segurança no estabelecimento escolar que frequenta, bem como respeitada a sua integridade física e psicológica;
- d) Ser pronta e adequadamente assistido em caso de acidente ou doença súbita ocorrido no âmbito das actividades escolares;
- e) Ver respeitada a confidencialidade dos elementos constantes do seu processo individual de natureza pessoal ou relativos à família;
- f) Ser ouvido, em todos os assuntos que lhe digam respeito, pelos professores, Directores de Turma Mediador e órgãos de administração e gestão do Agrupamento;
- g) Ser informado de todos os assuntos que lhe digam respeito:

g1 Matrículas e candidatura a apoios sócio-educativos;

g2 Normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos dos Jardins-de-infância e das Escolas;

g3 Normas de utilização de instalações específicas designadamente salas de estudo, salas de informática, bibliotecas, laboratórios, refeitório e bar bem como as instalações desportivas;

g4 Modo de organização do seu plano de estudos ou curso, modalidade de formação, programa e objectivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar curricular ou não curricular, processos e critérios de avaliação, em linguagem adequada à sua idade e nível de ensino frequentado.

h) Recorrer ao Director de Turma/Mediador, professores ou órgão de gestão e administração do Agrupamento, individual ou colectivamente, sempre que forem lesados os seus interesses;

i) Solicitar junto do Director de Turma/Mediador a realização de reuniões de turma, sem prejuízo das actividades lectivas, para apreciar matérias relacionadas com o funcionamento da mesma, sempre que o Director de Turma/Mediador considere o período pertinente;

j) Utilizar as instalações a si destinadas e outras com a devida autorização;

k) Eleger e ser eleito para órgãos, cargos e demais funções de representação, nos termos da legislação em vigor;

l) Propor, organizar e participar em actividades culturais, desportivas e recreativas desde que devidamente autorizadas pelo órgão de gestão e administração;

3- Constituem direitos específicos dos alunos:

- a) Dispor, dentro dos horários de funcionamento das instalações e serviços, nomeadamente do bar, papelaria, biblioteca/centro de recursos, sala de estudo, sala de informática, serviços administrativos, reprografia e refeitório na Escola E.B. 2,3 /S Josefa de Óbidos e nos Complexos Escolares;
- b) Afixar no local determinado para o efeito, informação útil e do interesse dos alunos, após autorização do órgão de gestão e administração do Agrupamento;

- c) Poder usufruir de cacifos na Escola E.B. 2,3/S Josefa de Óbidos e Complexos Escolares para guardar com segurança as mochilas, material escolar e vestuário, sendo dada prioridade aos alunos mais novos;
- d) Ser servido na sua vez no bar, refeitório ou papelaria tendo para esse efeito as filas organizadas;
- e) Usufruir, dentro dos edifícios escolares de um ambiente saudável em especial pela limpeza e higiene das instalações, salas de aula, balneários, corredores, espaços desportivos, instalações sanitárias, etc.
- f) Sentir valorizados os seus comportamentos meritórios e de solidariedade em benefício da comunidade escolar ou extra-escolar;
- g) Beneficiar de actividades e medidas de apoio específicas;
- h) Ser abrangido pelo apoio da acção social escolar e seguro escolar;
- i) Participar na aula mesmo em caso de atraso devidamente justificado;
- j) Tanto quanto possível, não ser submetido a mais de um teste sumativo por dia não devendo serem marcados na última semana de cada período escolar;
- k) Ter um cartão que o identifique na Escola;
- l) Possuir uma caderneta escolar nos primeiros, segundos e terceiro Ciclos;
- m) Ocupar um lugar adequado na sala de aula, sempre que tenha dificuldades de ordem física;
- n) Gozar o período dos intervalos desde o toque de saída até ao toque de entrada desde que não esteja sujeito a uma medida correctiva;

Artigo 73º - Deveres dos alunos

1- Constituem deveres gerais dos alunos:

- a) Estudar, empenhando-se na sua educação e formação integral;
- b) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das actividades escolares;
- c) Seguir as orientações dos professores/equipa pedagógica relativas ao seu processo de ensino aprendizagem;
- d) Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa
- e) Tratar com respeito e correcção qualquer membro da comunidade educativa;
- f) Respeitar as instruções dos professores e pessoal não docente;
- g) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração no Agrupamento de todos os alunos;
- h) Participar nas actividades educativas ou formativas desenvolvidas no Agrupamento, bem como nas demais actividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
- i) Respeitar a integridade física e moral de todos os membros da comunidade educativa;
- j) Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e moral dos mesmos;
- k) Zelar pela preservação, conservação e aseo das instalações, material didáctico, mobiliário e espaços verdes das Escolas do Agrupamento, fazendo uso correcto dos mesmos;
- l) Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
- m) Permanecer nas respectivas Escolas do Agrupamento durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação ou da direcção da Escola;
- n) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;

- o) Conhecer e cumprir o estatuto do aluno, as normas de funcionamento dos serviços da Escola e o Regulamento Interno da mesma;
- p) Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
- q) Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos, passíveis de, objectivamente, perturbarem o normal funcionamento das actividades lectivas, ou poderem causar danos físicos aos alunos ou a terceiros;
- 2- Constituem deveres específicos dos alunos:
- a) Ser responsável pelos seus actos dentro e fora das salas de aula;
- b) Fazer-se acompanhar sempre do cartão e da caderneta do aluno apresentando-os sempre que solicitados;
- c) Ser pontual. Na Escola E.B. 2,3/S Josefa de Óbidos e nos Complexos Escolares, logo que oia o toque de entrada, o aluno deve dirigir-se respectivamente para a porta do Bloco e salas de aulas aguardando disciplinadamente a chegada do respectivo professor;
- d) Os alunos devem dirigir-se para as salas de aulas sem atropelos, correrias ou barulho seguindo sempre as orientações do respectivo professor;
- e) Não entrar na sala de aula sem a presença do professor sendo este o primeiro a entrar e o último a sair;
- f) Assistir às aulas com correcção, dentro de um clima de solidariedade, participação e respeito não só para com o professor mas também para com todos os colegas;
- g) Estar presente em todas as aulas sem delas se ausentar a não ser em casos especiais e devidamente autorizado pelo professor;
- h) No interior das salas de aulas o aluno deve:
- 1) Não danificar mesas ou cadeiras e outro material existente;
- 2) Não comer, beber ou mastigar pastilhas elásticas;
- 3) Silenciar durante o decurso das actividades escolares bips, telemóveis, relógios e outros objectos similares que perturbem o regular funcionamento das mesmas;
- 4) Não distrair os colegas ou conversar com eles sobre assuntos sem interesse para a aula;
- i) Comparecer na aula com os trabalhos de casa feitos;
- 1) Comparecer mais de três vezes à mesma disciplina ou área curricular não disciplinar sem o trabalho de casa feito implica comunicação escrita ao encarregado de educação;
- 2) Acumular seis situações de incumprimento da realização dos trabalhos de casa numa disciplina ou área curricular não disciplinar, implica convocação do encarregado de educação;
- j) Respeitar as orientações do professor ou educador no decorrer das visitas de estudo;
- k) No final da aula, sair da sala sem atropelos, deixando-a em ordem e limpa com as carteiras na sua disposição habitual;
1. Nos segundos e terceiros Ciclos e Ensino Secundário as saídas das salas de aulas devem fazer-se apenas quando for ouvido o toque da campainha, mesmo quando os alunos realizam provas escritas;
2. No caso do pré-escolar e do primeiro Ciclo, tais saídas coincidem com o final do tempo lectivo salvo situações pontuais devidamente justificadas e autorizadas pelo respectivo docente;
3. O aluno de qualquer nível de ensino só poderá sair antecipadamente da sala de aula / Escola após o pedido por escrito formulado pelo encarregado de educação ao Director de Turma (ou em caso excepcional ao professor da disciplina ou área curricular não disciplinar) ou ao professor Titular de Turma. Em última instância poderá o Director ou o coordenador do estabelecimento de ensino dar a respectiva autorização;
4. Qualquer incidente verificado com os alunos que tenham indevidamente saído da sala de aula / Escola, é da responsabilidade do aluno / encarregado de educação.
- l) Não fazer ruídos sempre que circular junto às salas de aula / blocos quando nestes estão a decorrer as actividades lectivas;
- m) Não deve usar chapéus ou bonés de protecção contra o sol durante as aulas excepto nas situações previstas no regulamento da disciplina de Educação Física;
- n) Não deve trazer ou usar objectos cortantes, do tipo canivetes, facas ou outros similares como x-acto, sendo o seu uso limitado aos trabalhos de sala de aula. Haverá apreensão de todos os objectos cortantes, sem excepção, se se verificar que o seu uso põe em perigo os membros da comunidade educativa;
- o) Entregar prontamente no gabinete do chefe do pessoal auxiliar os objectos que encontrar e que não lhe pertençam;
- p) Não deve circular de bicicletas, patins, skates ou similares no interior das escolas em qualquer parte dos estabelecimentos de ensino com excepção de provas desportivas ou de enquadramento na disciplina de Educação Física;
- q) Deve usar os transportes escolares: tratando com respeito o condutor; o equipamento da viatura; não sujar ou danificar os bancos; entrar na sua vez; mostrar sempre o passe ao condutor; esperar em fila no local de entrada; ir devidamente sentado; não se debruçar fora da janela; não correr ao lado da viatura enquanto esta se encontrar a estacionar.
- r) Apresentar uma atitude de higiene pessoal e do vestuário, vestindo-se adequadamente de forma a não ferir os sentimentos da comunidade escolar.
- s) Manter uma atitude de respeito para com os outros desligando telemóveis ou outros aparelhos passíveis de perturbar o normal desenvolvimento das actividades educativas
- t) Não captar e registar, por qualquer forma, imagens no interior dos estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas.
- 3- Dever de indemnizar:
- a) Sem prejuízo de eventual procedimento disciplinar para aplicação da medida educativa disciplinar, ao aluno que de forma devidamente comprovada, tenha furtado ou danificado voluntariamente bens das Escolas do Agrupamento ou qualquer outro elemento da comunidade educativa, é exigido a reposição do objecto, equipamento ou reparação de instalação de modo a indemnizar as escolas do Agrupamento ou as vítimas dos danos por ele causados.
- b) A aplicação desta medida é da exclusiva competência do Director depois de confirmada a responsabilidade do aluno através de inquérito em que são ouvidos o aluno, as vítimas e eventuais testemunhas.
- c) A aplicação desta medida não reveste a aplicação de medida educativa disciplinar.

Artigo 74º - Assiduidade

1- Frequência e assiduidade:

1.1- Para além do dever de frequência da escolaridade obrigatória, nos termos da lei, os alunos são responsáveis pelo cumprimento do dever de assiduidade.

1.2- Os pais e encarregados de educação dos alunos de menor idade são responsáveis conjuntamente com estes pelo cumprimento dos deveres de frequência e assiduidade.

1.3- O dever de assiduidade implica para o aluno a presença na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar

e uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequadas de acordo com a sua idade e ao processo de ensino e aprendizagem.

1.4- A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra actividade de frequência obrigatória, ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição com registo desse facto no livro de ponto ou frequência, pelo professor, ou noutros suportes administrativos adequados, pelo Director de Turma. Decorrendo as aulas em tempos lectivos consecutivos, há tantas faltas quantos os tempos de ausência do aluno.

1.5- O aluno que não se faça acompanhar do material necessário às actividades escolares está sujeito à marcação de falta de material a qual se faz registar no livro de ponto.

1.5.1- Acumular três faltas de material a uma disciplina ou área curricular não disciplinar implica a marcação de falta de presença no livro de ponto e comunicação ao encarregado de educação.

1.5.2- Na Escola EB, 2, 3 /S Josefa de Óbidos e nos Complexos Escolares os alunos devem dirigir-se para a biblioteca/centro de recursos ou sala de estudo, e cumprir a tarefa indicada pelo professor sempre que não estejam envolvidos nas actividades da aula, por falta de material.

2- Faltas justificadas

2. 1- São faltas justificadas as faltas dadas com o seguinte motivo:

- a) Doença do aluno, devendo esta ser declarada por médico se determinar impedimento superior a cinco dias úteis;
- b) Isolamento profiláctico, determinado por doença infecto-contagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
- c) Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no estatuto dos funcionários públicos;
- d) Nascimento de irmão durante o dia de nascimento e dia imediatamente posterior;
- e) Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efectuar-se fora do período das actividades lectivas;
- f) À assistência na doença a membro do agregado familiar nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não passa ser prestado por qualquer outra pessoa;
- g) Acto decorrente da religião professado pelo aluno desde que o mesmo não possa efectuar-se fora do período das actividades lectivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
- h) Participação em provas desportivas e eventos culturais nos termos da legislação em vigor;
- i) Participação em actividades associativas nos termos da lei;
- j) Cumprimento de obrigações legais;
- k) Outro facto impeditivo da presença na Escola, desde que, comprovadamente não seja imputável ao aluno ou seja, justificadamente atendível pelo Director de Turma ou pelo professor Titular de Turma.

3- Justificação das faltas

3.1 - As faltas são justificadas pelos pais e encarregados de educação ou, quando maior de idade, pelo aluno, ao Director de Turma/Mediador ou ao professor Titular de Turma.

3.2- A justificação apresentada por escrito, na caderneta escolar tratando-se de aluno do Ensino Básico ou em impresso próprio tratando-se de aluno do Ensino Secundário, ou da educação de adultos, com identificação do dia e da actividade lectiva em que a falta se verificou, referenciando os motivos justificativos da mesma.

3.3- As entidades que determinarem a falta do aluno devem quando solicitadas para o efeito elaborar uma declaração justificativa da mesma.

3.4- O Director de Turma/Mediador ou o professor titular podem solicitar os comprovativos adicionais que entendam necessários à justificação da falta.

3.5- A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível ou nos restantes casos até ao 3º dia útil subsequente à verificação da mesma.

3.6- Nos casos em que, decorrido o prazo referido no número anterior, não tenha sido apresentada justificação para a falta, ou a mesma não tenha sido aceite, deve tal situação ser comunicada no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito, aos pais ou encarregados de educação ou, quando maior de idade, ao aluno, pelo Director de Turma ou pelo professor Titular de Turma.

4- Faltas injustificadas

4.1- As faltas são injustificadas quando para elas não tenha sido apresentada justificação, quando a justificação apresentada tenha sido fora do prazo ou não tenha sido aceite, ou quando a marcação tenha decorrido da ordem de saída da sala de aula.

5. Excesso grave de faltas

5.1- Quando for atingido o número de faltas correspondentes a duas semanas no 1º Ciclo do Ensino Básico ou ao dobro do número de tempos lectivos semanais, por disciplina, nos outros Ciclos ou níveis de ensino, os pais ou o encarregado de educação ou, quando maior de idade, o aluno, são convocados à Escola, pelo meio mais expedito, pelo Director de Turma ou pelo professor Titular de Turma, com o objectivo de os alertar para as consequências do excesso grave de faltas e se encontrar uma solução que permita o cumprimento efectivo do dever de frequência, bem como o necessário aproveitamento escolar. No caso dos formandos adultos, quando as faltas se aproximam, em horas, de 10% da carga horária total, prevista para a formação, são avisados da situação, por escrito. Posteriormente, compete ao Mediador dialogar com o formando, no sentido de encontrar estratégias para superar a situação.

5.2- Caso se revele impraticável o referido no ponto anterior, por motivos não imputáveis à Escola, a respectiva Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco deverá ser informada do excesso de faltas do aluno, sempre que a gravidade especial da situação o justifique. No caso dos formandos adultos, estes serão convidados a preencher o documento de desistência da formação.

6- Efeitos das faltas

6.1 Verificada a existência de faltas dos alunos a Escola pode promover a aplicação da medida ou medidas correctivas previstas no presente Regulamento Interno e que se mostrem adequadas à situação.

6.1.1. – Das faltas justificadas, designadamente por doença, não pode decorrer a aplicação de qualquer medida disciplinar correctiva ou sancionatória.

6.1.2 Para os alunos dos Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais do Ensino Secundário que ultrapassam 50% do limite de faltas permitidas até ao final do Curso, ser-lhes-ão aplicadas medidas correctivas. No caso da Educação e Formação de Adultos, a equipa pedagógica, através do Mediador, deverá propor ao formando estratégias de remediação que contribuam para a superação de dificuldades na aprendizagem, inerentes ao absentismo verificado. Caso tais estratégias acordadas não resultem, o formando poderá não ser avaliado em determinadas áreas, por falta de elementos e por conseguinte poderá ser considerado não apto, no final da formação.

6.1.2.1. As medidas correctivas serão propostas pelo Director de Turma e aprovadas pelo órgão de gestão.

6.1.2.2. As medidas correctivas deverão consistir na realização de tarefas na Agrupamento ou noutro local onde se realize a formação, em horário não lectivo, no âmbito da área vocacional em que o aluno recebe formação.

6.1.2.3. O cumprimento das medidas correctivas por parte do aluno leva à eliminação do efeito das faltas em excesso.

6.1.2.4. A recusa por parte do aluno do cumprimento das medidas correctivas a aplicar obriga o mesmo e o respectivo encarregado de educação a assinar um documento assumindo a responsabilidade do efeito das faltas em excesso e será levada em conta na decisão do Conselho de Turma, prevista a alínea a) do nº 4 do Ofício – Circular nº 16/2008, caso o aluno venha a

ultrapassar o limiar da assiduidade e não obtenha aprovação na prova de recuperação.

6.2- Sempre que um aluno, independentemente da natureza das faltas, atinja um número total de faltas correspondente a três semanas no 1º Ciclo do Ensino Básico, ou ao triplo de tempos lectivos semanais, por disciplina, nos 2.º e 3.º Ciclos no Ensino Básico, no Ensino Secundário e no ensino recorrente, ou, tratando-se, exclusivamente, de faltas injustificadas, duas semanas no 1º Ciclo do Ensino Básico ou o dobro de tempos lectivos semanais, por disciplina, nos restantes Ciclos e níveis de ensino, ou no caso de frequência de Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais do Ensino Secundário sempre que ultrapassar, 10% do limite de faltas, cumulativamente justificadas e não justificadas, e 7% do limite de faltas, se apenas não justificadas, deve realizar, logo que avaliados os efeitos da aplicação das medidas correctivas que foram aplicadas, uma prova de recuperação, na disciplina ou disciplinas em que ultrapassou aquele limite, de acordo com os seguintes os termos:

6.2.1. - A prova de recuperação será realizada no prazo máximo de 8 dias úteis a contar do dia seguinte aquele em que se verificou que o aluno ultrapassou o limite de faltas que se encontra legalmente estipulado.

Para o cômputo dos oito dias úteis não conta o período de interrupção das actividades lectivas.

6.2.1.1- No caso do aluno se encontrar ausente da Escola a faltar continuamente por motivos devidamente justificados, o prazo de oito dias úteis começa-se a contar a partir do dia do regresso do aluno à Escola.

6.2.1.2. - A prova de recuperação a aplicar na sequência de faltas justificadas tem como objectivo exclusivamente diagnosticar as necessidades de apoio tendo em vista a recuperação de eventual défice de aprendizagens.

6.2.2 -A data de realização da prova de recuperação, respeitando o indicado no ponto anterior, será estabelecida pelo professor Titular de Turma no 1º Ciclo do Ensino Básico e pelo o professor da disciplina em que se vai efectuar a referida prova nos restantes Ciclos e níveis de ensino, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar do dia seguinte aquele em que se verificou que o aluno atingiu o limite de faltas que se encontra estipulado.

6.2.3.- Se houver lugar à realização de mais de uma prova de recuperação pelo facto de aluno ter atingido o limite de faltas a mais de uma disciplina, o respectivo calendário de realização das mesmas, será estabelecido pelo professor Titular de Turma no 1º Ciclo do Ensino Básico ou entre o Director de Turma e os professores das disciplinas, nos restantes Ciclos e níveis de ensino em que se vão realizar as referidas provas, no prazo máximo de 2 dias úteis, a contar do dia seguinte aquele em que se verificou que o aluno ultrapassou o limite de faltas que se encontra estipulado, não podendo ser marcado mais do que uma prova de recuperação por dia.

6.2.4.-O professor Titular de Turma ou o Director de Turma comunicará pela forma mais expedita a data ou calendário de realização das provas de recuperação ao aluno e respectivo encarregado de educação.

6.2.5.- A elaboração da prova de recuperação caberá ao professor da disciplina, ou professor Titular de Turma e versará sobre os conteúdos programáticos que foram leccionados no período de tempo em que foram dadas as faltas que deram origem á necessidade de realização da referida prova, assim como, caberá ao respectivo docente a determinação do tipo de prova (teórica, oral, prática, entrevista, ou outra) e duração da mesma.

6.2.5.1- O professor Titular de Turma ou o professor da disciplina será responsável por toda a logística, vigilância e correcção da prova de recuperação.

6.2.5.3- Os resultados da prova ou provas de recuperação são dados a conhecer ao aluno, pelo professor Titular de Turma ou pelos professores das disciplinas e aos encarregados de educação, pelo professor Titular de Turma ou pelo Director de Turma, utilizando-se neste caso o meio mais expedito, no prazo máximo

de dois dias úteis a contar do dia seguinte ao da realização da prova.

6.3 — Com a aprovação do aluno na prova ou provas de recuperação, o mesmo retoma o seu percurso escolar normal, considerando-se relevadas as faltas dadas pelo aluno no período abrangido pela avaliação realizada.

6.4 — Quando o aluno não obtém aprovação na prova ou provas de recuperação realizadas, o professor Titular de Turma reúne com o respectivo Conselho de Docentes no 1º Ciclo do Ensino Básico ou o Director de Turma convoca o respectivo conselho de turma, nos restantes Ciclos ou níveis de ensino, no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data do conhecimento dos resultados obtidos pelo aluno nas referidas provas e pondera a justificação ou injustificação das faltas dadas, o período lectivo e o momento em que a realização da prova ocorreu e, sendo o caso, os resultados obtidos nas restantes disciplinas, podendo determinar:

6.4.1.- Para os alunos que realizaram a prova de recuperação na sequência das três semanas de faltas justificadas devem ser aplicadas as medidas de apoio ao estudo e à recuperação das aprendizagens que se encontram em défice não podendo decorrer para estes alunos, retenção, exclusão ou qualquer outra penalização.

6.4.2.- Para os alunos que realizaram a prova de recuperação como consequência das suas faltas injustificadas e para os alunos que frequentam Cursos de Educação e Formação e Cursos profissionais do Ensino Secundário:

6.4.2.1- O cumprimento de um plano de acompanhamento especial e a consequente realização de uma nova prova;

6.4.2.2- A retenção do aluno inserido no âmbito da escolaridade obrigatória ou a frequentar o Ensino Básico, a qual consiste na sua manutenção, no ano lectivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta;

6.4.2.3- A exclusão do aluno que se encontre fora da escolaridade obrigatória, a qual consiste na impossibilidade de esse aluno frequentar, até ao final do ano lectivo em curso, a disciplina ou disciplinas em relação às quais não obteve aprovação na referida prova.

6.4.2.4. No âmbito da aplicação da medida prevista no ponto anterior, o Conselho de Turma poderá ainda decidir pela possibilidade de o aluno realizar, através de exame, o módulo em curso e os restantes módulos dessa disciplina, no mesmo ano lectivo.

6.5- A não comparência do aluno à realização da prova ou provas de recuperação, quando não justificada através da forma prevista do n.º 4 do artigo 19.º, da Lei nº 30/2002 de 20/12 com a nova redacção dada pela Lei nº 3/2008 de 18 de Janeiro determina a sua retenção ou exclusão, nos termos e para os efeitos constantes nas alíneas b) ou c) do nº 3 do artigo 22º da referida Lei.

6.6 - A não comparência do aluno à realização da prova ou provas de recuperação por motivos devidamente justificados determina a realização das mesmas no prazo máximo de dois dias úteis.

6.7- No caso de existirem casos omissos compete ao órgão de administração e gestão do Agrupamento em consonância com o respectivo Director de Turma decidir sobre eles, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 75º - Disciplina

1- A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos no presente Regulamento Interno, em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das actividades da Escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infracção passível da aplicação de medida correctiva ou medida disciplinar sancionatória

2- As medidas correctivas e medidas disciplinares sancionatórias prosseguem finalidades pedagógicas preventivas, dissuasoras e de integração, visando de forma sustentada, o cumprimento dos deveres do aluno, a preservação do reconhecimento e da autoridade e segurança dos professores no exercício da sua

actividade profissional e, de acordo com as suas funções, dos demais funcionários, visando ainda o normal prosseguimento das actividades da Escola, a correcção do comportamento perturbador e o reforço da formação cívica do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens.

3. As medidas disciplinares sancionatórias, tendo em conta a especial relevância do dever violado e gravidade da infracção praticada, prosseguem igualmente para além das identificadas no número anterior, finalidades punitivas.

4. As medidas correctivas e medidas disciplinares sancionatórias, devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno, com os objectivos da sua educação e formação, no âmbito, tanto quanto possível, do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projecto educativo da Escola, e nos termos do presente Regulamento Interno.

5. Na determinação da medida correctiva ou medida disciplinar sancionatória aplicável deve ser tido em consideração a gravidade do incumprimento do dever violado, a idade do aluno, o grau de culpa, o seu aproveitamento escolar anterior, o meio familiar e social em que o mesmo se insere, os seus antecedentes disciplinares e todas as demais circunstâncias em que a infracção foi praticada que militam contra ou a seu favor.

6. Fora da sala de aula, qualquer professor ou funcionário não docente, tem competência para advertir o aluno confrontando-o verbalmente com o comportamento perturbador do normal funcionamento das actividades da Escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa alertando-o de que deve evitar tal tipo de conduta.

7. Medidas correctivas

7.1- As medidas correctivas prosseguem os objectivos referidos no nº 2 do presente artigo, assumindo uma natureza eminentemente cautelar.

7.2- São medidas correctivas:

a) Ordem de saída da sala de aula, e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;

b) Realização de tarefas e de actividades de integração escolar, podendo, para esse efeito, ser aumentado o período de permanência obrigatório, diário ou semanal do aluno na Escola;

c) Condicionamento no acesso a certos espaços escolares, ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afectos a actividades lectivas;

d) Mudança de turma;

e) Reflectir sobre o seu comportamento, durante o intervalo das actividades lectivas, ficando privado do gozo deste junto dos colegas;

f) Ser o último a almoçar sempre que não respeitar a sua vez na respectiva fila;

g) Ser o último a ser atendido no bar, papelaria ou outros serviços da Escola sempre que não respeitar a sua vez na respectiva fila;

h) Não autorização a participar em visitas de estudo ou actividades que envolvam a Escola em particular ou o Agrupamento em geral;

i) Apreensão do telemóvel ou outros aparelhos que prejudiquem o normal funcionamento das actividades lectivas sendo o mesmo devolvido pelo Director de Turma/professor Titular de Turma ao respectivo encarregado de educação.

7.3. Para dar cumprimento ao estipulado no ponto 6.1 do artigo 52 do presente regulamento e no caso de faltas exclusivamente justificadas por doença proceder-se-á no período máximo de 15 dias à realização de fichas de trabalho relativos aos conteúdos leccionados durante a ausência do aluno com vista à sua recuperação.

7.4. A aplicação da medida correctiva prevista na alínea h) do ponto 7.2. do artigo 53º é da competência do Conselho de

Turma/Conselho de Docentes titulares de turma e é aplicável a alunos com ocorrências disciplinares graves.

7.5. A aplicação das medidas correctivas previstas nas alíneas b) a g) do ponto 7.2. do presente artigo é comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.

7.6 — A aplicação das medidas correctivas previstas nas alíneas a) a g) do ponto 7.2 do artigo 53.º é cumulável entre si.

7.7 — A aplicação de uma ou mais das medidas correctivas é cumulável apenas com a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.

8- Medidas disciplinares sancionatórias:

8.1. As medidas disciplinares sancionatórias traduzem uma censura disciplinar do comportamento assumido pelo aluno, devendo a ocorrência dos factos em que tal comportamento se traduz, ser participado, pelo professor ou funcionário que a presenciou ou dela teve conhecimento, de imediato, ao respectivo Director de Turma, para efeitos da posterior comunicação ao Director.

8.2. São medidas disciplinares sancionatórias:

a) Repreensão Registada;

b) Suspensão da Escola até 10 dias úteis;

c) Transferência de Escola

8.3 — A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada é da competência do professor respectivo, quando a infracção for praticada na sala de aula, ou do Director, nas restantes situações, averbando -se no respectivo processo individual do aluno, a identificação do autor do acto decisório, data em que o mesmo foi proferido e a fundamentação de facto e de direito que norteou tal decisão.

8.4 — A decisão de aplicar a medida disciplinar sancionatória de suspensão da Escola até 10 dias úteis, é precedida da audição em auto do aluno visado, do qual constam, em termos concretos e precisos, os factos que lhe são imputados, os deveres por ele violados e a referência expressa, não só da possibilidade de se pronunciar relativamente àqueles factos, como da defesa elaborada, sendo competente para a sua aplicação o Director, que pode, previamente, ouvir o conselho de turma.

8.5 — Compete ao Director, ouvidos os pais ou o encarregado de educação do aluno, quando menor de idade, fixar os termos e condições em que a aplicação da medida disciplinar sancionatória referida no número anterior será executada, podendo igualmente, se assim o entender, e para aquele efeito, estabelecer eventuais parcerias ou celebrar protocolos ou acordos com entidades públicas ou privadas.

8.6 — Na impossibilidade dos pais ou o encarregado de educação do aluno poderem participar na audição a realizar nos termos do número anterior, a associação de pais e encarregados de educação, caso exista, deve ser ouvida, preservando o dever de sigilo.

8.7 — Os efeitos decorrentes das faltas dadas pelo aluno no decurso do período de aplicação da medida disciplinar sancionatória de suspensão da Escola até 10 dias úteis, no que respeita, nomeadamente, à sua assiduidade e avaliação, são determinados pela Escola.

8.8 — A aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de Escola reporta -se à prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino -aprendizagem dos restantes alunos da Escola, ou do normal relacionamento com algum ou alguns dos membros da comunidade educativa.

8.9 — A medida disciplinar sancionatória de transferência de Escola apenas é aplicada a aluno de idade não inferior a 10 anos e quando estiver assegurada a frequência de outro estabelecimento e, frequentando o aluno a escolaridade obrigatória, se esse outro estabelecimento de ensino estiver situado na mesma localidade ou na localidade mais próxima, servida de transporte público ou escolar.

8.10 - Por cada infracção apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

9- Toda a actuação ligada à disciplina dos alunos deverá seguir a lei 30/2002 de 20 de Dezembro com a nova redacção dada pela lei nº 3/2008 de 18 de Janeiro.

10- Tipificação das Condutas Disciplinares

10.1– Consideram-se faltas graves:

- Desobediência persistente e contestação a pessoal docente e não docente;
- Deterioração intencional do material existente na Escola ou de objectos pertencentes à comunidade educativa;
- Recusa sistemática e ostensiva de trazer material escolar necessário às actividades lectivas.

10.2– Consideram-se faltas muito graves:

- Insultos, injúrias e ofensas por palavras ou actos que atentem contra a dignidade da pessoa;
- Falsificação e danificação de documentos, como por exemplo o livro de ponto, a caderneta escolar, o cartão de estudante entre outros;
- Utilização e consumo de substâncias tóxicas e viciantes que prejudiquem a saúde;
- Uso de objectos cortantes fora das actividades lectivas;
- Agressão física;
- Incitação sistemática a acções gravemente prejudiciais para a saúde e integridade física dos membros da comunidade educativa.

Artigo 76º - Competências para aplicar as medidas disciplinares

Medidas correctivas	Competência para a aplicação	Procedimento
Ordem de saída da sala de aula	- Professor	
Realização de tarefas e de actividades de integração escolar	- Conselho de Turma - Conselho de Docentes titulares de turma	
Condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais ou equipamentos	- Professor da disciplina ou responsável pelo espaço; - Director de Turma/Professor Titular de Turma - Conselho de Turma/Conselho de docentes titulares de turma - Director	
Mudança de Turma	Conselho Pedagógico sobre proposta do Conselho de Turma/Conselho de docentes titulares de turma	
Reflexão sobre o comportamento durante o intervalo das actividades lectivas ficando privado do gozo do mesmo junto dos colegas	- Director de Turma/Professor Titular de Turma; - Conselho de Turma/Conselho de docentes titulares de turma; - Director	
Ser o último a almoçar quando não respeita a sua vez na fila	- Funcionário responsável pelo sector - Director de Turma/Professor Titular de Turma - Director	
Ser o último a ser	- Funcionário	

atendido no bar, papelaria ou noutros serviços da Escola quando não respeita a sua vez na fila	responsável pelo sector - Director de Turma/Professor Titular de Turma. - Director	
Medidas disciplinares sancionatórias		
Repreensão registada	- Professor – dentro da sala de aula - Director – todas as outras situações	
Suspensão da Escola até 10 dias úteis	- Director	Audição em auto do aluno Processo disciplinar
Transferência de Escola	- Director Regional de Educação	Processo disciplinar

Artigo 77º - Medida Correctiva de Ordem de saída da Sala de aula

1. A aplicação da medida correctiva de ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar, é da competência do professor respectivo e implica a permanência do aluno na Escola, competindo aquele, determinar o período de tempo durante o qual o aluno deve permanecer fora da sala de aula, se a aplicação de tal medida correctiva acarreta ou não a marcação de falta ao aluno e quais as actividades que o aluno deve desenvolver no decurso desse período de tempo.

2 - Na sequência de ordem de saída da sala de aula o aluno deverá ser encaminhado para Sala de Estudo, Biblioteca/Centro de Recursos ou Sala de Informática desenvolvendo aí actividades educativas definidas pelo respectivo professor

Artigo 78º - Tarefas e actividades de integração escolar

1- As tarefas e actividades de integração escolar que poderão ser aplicadas como medida correctiva pelo conselho de turma são as seguintes:

- Ajuda aos auxiliares de acção educativa nas suas tarefas de limpeza e manutenção dos espaços;
- Colaboração na limpeza dos recreios e espaços verdes;
- Reparação dos danos provocados pelo aluno;
- Colaboração na manutenção ou arranjos do material ou equipamento escolar;
- Colaboração no refeitório;
- Realização de trabalhos escritos de âmbito curricular ou não curricular sobre os assuntos relacionados com os deveres não cumpridos desde que devidamente orientados;
- Participação em tarefas administrativas e de secretaria.

2– As tarefas e actividades de integração Escolar terão a duração determinada pelo conselho de turma/Conselho de docentes titulares de turma não podendo exceder as quatro semanas em horário extra-lectivo.

3 – Compete ao Director de Turma ou ao professor Titular de Turma, o acompanhamento do aluno na execução da medida correctiva de actividades de integração na Escola a que foi sujeito, devendo aquele articular a sua actuação com os pais e encarregados de educação e com os professores da turma em função das necessidades educativas identificadas e de forma a assegurar a co-responsabilização de todos os intervenientes nos efeitos educativos da medida.

4– Cumprir uma medida educativa disciplinar não isenta o aluno e os respectivos representantes legais da responsabilidade civil por danos causados ao lesado

Artigo 79º - Condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais ou equipamentos

1- A aplicação da medida de condicionamento de acesso a certos espaços escolares, ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afectos a actividades lectivas é da competência do professor da disciplina, professor responsável pelo respectivo espaço escolar, Director de Turma/professor Titular de Turma, Conselho de turma/Conselho de docentes titulares de turma e Director.

2- A aplicação e posterior execução da medida correctiva de condicionamento de acesso a certos espaços escolares, ou na utilização de materiais ou equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afectos a actividades lectivas não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano lectivo.

Artigo 80º - Mudança de turma

1. A aplicação da medida correctiva de mudança de turma é da competência do Conselho Pedagógico por proposta do Conselho de Turma ou do Conselho de docentes titulares de turma e só pode ocorrer uma vez em cada Ciclo ou nível de estudos.

Artigo 81º - Responsabilidade civil e criminal

1 — A aplicação de medida correctiva ou medida disciplinar sancionatória, prevista na presente lei, não isenta o aluno e o respectivo representante legal da responsabilidade civil a que, nos termos gerais de direito, haja lugar, sem prejuízo do apuramento da eventual responsabilidade criminal daí decorrente.

2 — Quando o comportamento do aluno menor de 16 anos, que for susceptível de desencadear a aplicação de medida disciplinar sancionatória, se puder constituir, simultaneamente, como facto qualificável de crime, deve direcção da Escola comunicar tal facto à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco ou ao representante do Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de menores, conforme o aluno tenha, à data da prática do facto, menos de 12 ou entre 12 e 16 anos, sem prejuízo do recurso, por razões de urgência, às autoridades policiais.

3 — Quando o procedimento criminal pelos factos a que alude o número anterior depender de queixa ou de acusação particular, competindo este direito à própria direcção da Escola, deve o seu exercício fundamentar-se em razões que ponderem, em concreto, o interesse da comunidade educativa no desenvolvimento do procedimento criminal perante os interesses relativos à formação do aluno em questão.

Artigo 82º - Realização de reuniões de turma

1—A Associação de estudantes, delegado e o subdelegado de turma têm o direito de solicitar a realização de reuniões de turma com o respectivo Director de Turma/Mediador/professor Titular de Turma para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma, sem prejuízo do cumprimento das actividades lectivas.

1.1 O pedido é apresentado ao Director de Turma/Mediador/professor Titular de Turma com cinco dias de antecedência, acompanhado da agenda da reunião;

1.2 O Director de Turma/Mediador/professor Titular de Turma apreciará a pertinência da reunião e decidirá da sua realização, dando dela conhecimento aos encarregados de educação;

1.3 Tratando-se de assunto com carácter de urgência, a reunião poderá efectuar-se sem respeitar os requisitos anteriormente definidos;

1.4 Do resultado da reunião será dado conhecimento ao Conselho de Turma e, sempre que o assunto o justifique, ao Conselho dos Directores de Turma ou ao Conselho de docentes titulares de turma e ao Conselho Pedagógico;

1.5 Por iniciativa dos alunos ou por sua própria iniciativa, o Director de Turma ou o professor Titular de Turma pode solicitar a participação dos representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma na reunião.

2- O aluno tem direito, nos termos e limites consignados na Lei para o respectivo Ciclo de estudos, a:

2.1- Ser representado pelos delegados e subdelegados da respectiva turma bem como pela assembleia de delegados de turma;

2.2- O mandato do delegado e do subdelegado será de um ano lectivo;

2.3- O subdelegado substituirá o delegado em caso de impedimento deste;

2.4- Ambos poderão ser destituídos dos seus cargos nos seguintes casos:

2.4.1- Por razões devidamente justificadas aceites pelo Director de Turma e submetidos a votação por maioria qualificada de dois terços dos elementos que constituem a turma;

2.4.2 - Desde que sejam alvo de aplicação de medidas educativas disciplinares que excedam a advertência;

2.4.3 - A substituição de delegado decorrerá nos oito dias úteis subsequentes à sua destituição;

3- O delegado e subdelegado de turma têm direito a participar nas reuniões do Conselho de Turma, quando convocados excepto nas reuniões destinadas às avaliações

Artigo 83º - Reconhecimento à competência e ao mérito

1- Anualmente serão atribuídos diplomas e prémios aos alunos que revelem comportamentos meritórios, bom aproveitamento escolar e mérito desportivo.

2-Em regulamento próprio serão apresentadas as regras para a atribuição dos respectivos prémios.

3-Deverão ser registados no processo individual do aluno as informações relativas às atitudes e comportamentos meritórios em prol da comunidade educativa.

4- A divulgação e afixação dos resultados de mérito serão feitas em local visível em cada Escola do Agrupamento.

SECÇÃO II - PESSOAL DOCENTE

Artigo 84º - Direitos do Pessoal Docente

1- Direitos profissionais

1.1- São garantidos ao pessoal docente os direitos estabelecidos para os funcionários e agentes do Estado em geral, bem como os direitos profissionais decorrentes do presente Estatuto.

1.2- São direitos profissionais específicos do pessoal docente:

- Direito de participação no processo educativo;
- Direito à formação e informação para o exercício da função educativa;
- Direito ao apoio técnico, material e documental;
- Direito à segurança na actividade profissional;
- Direito à consideração e ao reconhecimento da sua autoridade pelos alunos, suas famílias e demais membros da comunidade educativa;
- Direito à colaboração das famílias e da comunidade educativa no processo de educação dos alunos.

2- Direito de participação no processo educativo

2.1- O direito de participação exerce-se no quadro do sistema educativo, da Escola e da relação com a comunidade.

2.2- O direito de participação, que pode ser exercido a título individual ou colectivo, nomeadamente, através das organizações profissionais e sindicais do pessoal docente, compreende:

- O direito a emitir opiniões e recomendações sobre as orientações e o funcionamento do estabelecimento de ensino e do sistema educativo;

- b) O direito a participar na definição das orientações pedagógicas ao nível do estabelecimento de ensino ou das suas estruturas de coordenação;
- c) O direito à autonomia técnica e científica e à liberdade de escolha dos métodos de ensino, das tecnologias e técnicas de educação e dos tipos de meios auxiliares de ensino mais adequados, no respeito pelo currículo nacional, pelos programas e pelas orientações programáticas curriculares ou pedagógicas em vigor;
- d) O direito a propor inovações e a participar em experiências pedagógicas, bem como nos respectivos processos de avaliação;
- e) O direito de eleger e ser eleito para órgãos colegiais ou singulares dos estabelecimentos de educação ou de ensino, nos casos em que a legislação sobre a sua gestão e administração o preveja.

2.3- O direito de participação pode ainda ser exercido, através das organizações profissionais e sindicais do pessoal docente, em órgãos que, no âmbito nacional, regional autónomo ou regional, prevejam a representação do pessoal docente.

3- Direito à formação e informação para o exercício da função educativa

3.1- O direito à formação e informação para o exercício da função educativa é garantido:

- a) Pelo acesso a acções de formação contínua regulares, destinadas a actualizar e aprofundar os conhecimentos e as competências profissionais dos docentes;
- b) Pelo apoio à autoformação dos docentes, de acordo com os respectivos planos individuais de formação.

3.2- Para efeitos do disposto no número anterior, o direito à formação e informação para o exercício da função educativa pode também visar objectivos de reconversão profissional, bem como de mobilidade e progressão na carreira.

4- Direito ao apoio técnico, material e documental

O direito ao apoio técnico, material e documental exerce-se sobre os recursos necessários à formação e informação do pessoal docente, bem como ao exercício da actividade educativa.

5- Direito à segurança na actividade profissional

5.1- O direito à segurança na actividade profissional compreende:

- a) A prevenção e redução dos riscos profissionais, individuais e colectivos, através da adopção de programas específicos dirigidos à melhoria do ambiente de trabalho e promoção das condições de higiene, saúde e segurança do posto de trabalho;
- b) A prevenção e tratamento das doenças que venham a ser definidas por portaria conjunta dos Ministros da Educação e da Saúde, como resultando necessária e directamente do exercício continuado da função docente.

5.2- O direito à segurança na actividade profissional compreende ainda a penalização da prática de ofensa corporal ou outra violência sobre o docente no exercício das suas funções ou por causa destas.

6- Direito à consideração e à colaboração da comunidade educativa

6.1- O direito à consideração exerce-se no plano da relação com os alunos, as suas famílias e os demais membros da comunidade educativa e exprime-se no reconhecimento da autoridade em que o docente está investido no exercício das suas funções.

6.2- O direito à colaboração das famílias e dos demais membros da comunidade educativa compreende o direito a receber o seu apoio e cooperação activa, no quadro da partilha entre todos da responsabilidade pelo desenvolvimento e pelos resultados da aprendizagem dos alunos.

Artigo 85º - Deveres do Pessoal Docente

1- Deveres gerais

1.1- O pessoal docente está obrigado ao cumprimento dos deveres estabelecidos para os funcionários e agentes da administração pública em geral.

1.2- O pessoal docente, no exercício das funções que lhe estão atribuídas nos termos do Estatuto da Carreira Docente, está ainda obrigado ao cumprimento dos seguintes deveres profissionais:

- a) Orientar o exercício das suas funções pelos princípios do rigor, da isenção, da justiça e da equidade;
- b) Orientar o exercício das suas funções por critérios de qualidade, procurando o seu permanente aperfeiçoamento e tendo como objectivo a excelência;
- c) Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação de laços de cooperação e o desenvolvimento de relações de respeito e reconhecimento mútuo, em especial entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente;
- d) Actualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, de desenvolvimento pessoal e profissional e de aperfeiçoamento do seu desempenho;
- e) Participar de forma empenhada nas várias modalidades de formação que frequente, designadamente nas promovidas pela administração, e usar as competências adquiridas na sua prática profissional;
- f) Zelar pela qualidade e pelo enriquecimento dos recursos didáctico-pedagógicos utilizados, numa perspectiva de abertura à inovação;
- g) Desenvolver a reflexão sobre a sua prática pedagógica, proceder à auto-avaliação e participar nas actividades de avaliação da Escola;
- h) Conhecer, respeitar e cumprir as disposições normativas sobre educação, cooperando com a administração educativa na prossecução dos objectivos decorrentes da política educativa, no interesse dos alunos e da sociedade.

2- Deveres para com os alunos

Constituem deveres específicos dos docentes relativamente aos seus alunos:

- a) Respeitar a dignidade pessoal e as diferenças culturais dos alunos valorizando os diferentes saberes e culturas, prevenindo processos de exclusão e discriminação;
- b) Promover a formação e realização integral dos alunos, estimulando o desenvolvimento das suas capacidades, a sua autonomia e criatividade;
- c) Promover o desenvolvimento do rendimento escolar dos alunos e a qualidade das aprendizagens, de acordo com os respectivos programas curriculares e atendendo à diversidade dos seus conhecimentos e aptidões;
- d) Organizar e gerir o processo ensino-aprendizagem, adoptando estratégias de diferenciação pedagógica susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;
- e) Assegurar o cumprimento integral das actividades lectivas correspondentes às exigências do currículo nacional, dos programas/referenciais do CNQ e das orientações programáticas ou curriculares em vigor;
- f) Adequar os instrumentos de avaliação às exigências do currículo nacional, dos programas/referenciais do CNQ e das orientações programáticas ou curriculares e adoptar critérios de rigor, isenção e objectividade na sua correcção e classificação;
- g) Manter a disciplina e exercer a autoridade pedagógica com rigor, equidade e isenção;
- h) Cooperar na promoção do bem-estar dos alunos, protegendo-os de situações de violência física ou psicológica, se necessário solicitando a intervenção de pessoas e entidades alheias à instituição escolar;

- i) Colaborar na prevenção e detecção de situações de risco social, se necessário participando-as às entidades competentes; e
- j) Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respectivas famílias.

3- Deveres para com a Escola e os outros docentes

Constituem deveres específicos dos docentes para com a Escola e outros docentes:

- a) Colaborar na organização da Escola, cooperando com os órgãos de direcção executiva e as estruturas de gestão pedagógica e com o restante pessoal docente e não docente tendo em vista o seu bom funcionamento;
- b) Cumprir os regulamentos, desenvolver e executar os projectos educativos e planos de actividades e observar as orientações dos órgãos de direcção executiva e das estruturas de gestão pedagógica da Escola;
- c) Co-responsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos e propor medidas de melhoria e remodelação;
- d) Promover o bom relacionamento e a cooperação entre todos os docentes, dando especial atenção aos que se encontram em início de carreira ou em formação ou que denotem dificuldades no seu exercício profissional;
- e) Partilhar com os outros docentes a informação, os recursos didácticos e os métodos pedagógicos, no sentido de difundir as boas práticas e de aconselhar aqueles que se encontrem em início de carreira ou em formação ou que denotem dificuldades no seu exercício profissional;
- f) Reflectir, nas várias estruturas pedagógicas, sobre o trabalho realizado individual e colectivamente, tendo em vista melhorar as práticas e contribuir para o sucesso educativo dos alunos;
- g) Participar no seu processo de avaliação de desempenho de acordo com os normativos em vigor
- h) Defender e promover o bem-estar de todos os docentes, protegendo-os de quaisquer situações de violência física ou psicológica, se necessário solicitando a intervenção de pessoas e entidades alheias à instituição escolar.

4- Deveres para com os pais e encarregados de educação

Constituem deveres específicos dos docentes para com os pais e encarregados de educação dos alunos:

- a) Respeitar a autoridade legal dos pais ou encarregados de educação e estabelecer com eles uma relação de diálogo e cooperação, no quadro da partilha da responsabilidade pela educação e formação integral dos alunos;
- b) Promover a participação activa dos pais ou encarregados de educação na educação escolar dos alunos, no sentido de garantir a sua efectiva colaboração no processo de aprendizagem;
- c) Incentivar a participação dos pais ou encarregados de educação na actividade da Escola, no sentido de criar condições para a integração bem sucedida de todos os alunos;
- d) Facultar regularmente aos pais ou encarregados de educação a informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e o percurso escolar dos filhos, bem como sobre quaisquer outros elementos relevantes para a sua educação; e
- e) Participar na promoção de acções específicas de formação ou informação para os pais ou encarregados de educação que fomentem o seu envolvimento na Escola com vista à prestação de um apoio adequado aos alunos.

5- Outros deveres específicos

5.1 Sala de aula:

- a) Ser o primeiro a entrar e o último a sair confirmando as adequadas condições de utilização;
- b) Controlar a entrada e saída dos alunos da sala de aula;

c) Não abandonar a sala de aula a não ser por motivos imperiosos - dando conhecimento ao funcionário do sector – justificando-se perante o órgão de gestão quando se tratar de ausência definitiva.

d) Quando ocupar uma sala que disponha de material áudio visual e informático disponibilizá-la prontamente caso tenha sido antecipadamente requisitada;

e) Proceder a uma utilização correcta do livro de ponto:

e.1 Não rasurar nem utilizar corrector;

e.2 Numerar e sumariar rigorosamente todas as aulas dadas;

e.3 Numerar e sumariar as aulas em que acompanhe uma turma em visita de estudo;

f) Adequar a sua prática pedagógica ao perfil específico de cada turma e ao contexto educativo da comunidade escolar;

g) Debater e definir, no início do ano lectivo as normas de funcionamento a observar na sua disciplina / sala de aula;

h) Marcar com a devida antecedência e registar em espaço próprio no livro de ponto as datas das fichas de avaliação evitando marcar mais do que uma no mesmo dia;

i) Proceder com a máxima celeridade possível à correcção e devolução das fichas de avaliação dos alunos tendo em conta que:

i.1 As fichas de avaliação a aplicar aos alunos devem ser entregues no prazo máximo de dez dias úteis;

i.2 No caso de fichas de avaliação aplicadas nas últimas semanas de cada período escolar, estas devem ser entregues antes do início da interrupção das actividades lectivas;

i.3 Os prazos referenciados nas alíneas anteriores apenas poderão ser ultrapassados em situações excepcionais devidamente justificadas pelos docentes perante o Director;

j) Evitar mandar sair alunos da sala de aula como medida banal de controlo disciplinar;

k) Sempre que for imperiosa a saída de um aluno da sala de aula, na Escola E.B. 2,3 /S Josefa de Óbidos, este deverá ser encaminhado para a biblioteca ou sala de estudo na companhia de um funcionário com uma tarefa a realizar, durante este tempo lectivo, da qual deverá dar conta ao professor;

l) A referida saída do aluno da sala de aula é obrigatoriamente comunicada por escrito ao Director de Turma;

m) Na qualidade de organizador de qualquer actividade que inviabilize a comparecência dos alunos na sala de aula, o professor deverá dar conhecimento prévio e atempado a todos os docentes do Conselho de Turma;

5.2- Direcção de Turma:

- a) Comunicar ao Director de Turma qualquer ocorrência ou informação considerada relevante para a vida escolar do aluno;
- b) Comunicar obrigatoriamente ao Director de Turma qualquer ocorrência de carácter disciplinar cuja gravidade assim o imponha;
- c) Fornecer com regularidade ao Director de Turma informações relativas ao desempenho escolar dos alunos.

SECÇÃO III - PESSOAL NÃO DOCENTE

Artigo 86º - Direitos do Pessoal Não Docente

1- São garantidos ao pessoal não docente os direitos estabelecidos para os funcionários e agentes do Estado, bem como aqueles que

decorrem da aplicação do presente Regulamento Interno.

2 - São direitos específicos do pessoal não docente:

- a) Direito à informação;
- b) Direito à formação;
- c) Direito à saúde, higiene e segurança;
- d) Direito à participação no processo educativo;
- e) Direito ao apoio técnico, material e documental;
- f) Direito à negociação colectiva, nos termos da lei geral;
- g) Direito a ser cumprido o Regime Jurídico do Pessoal Não Docente da Função Pública;
- h) Exigir ambiente propício ao desempenho das funções;
- i) Recorrer ao órgão de gestão sempre que entender que a sua dignidade pessoal e a sua prestação de serviço for prejudicada intencionalmente por qualquer elemento da comunidade educativa;
- j) Direito à participação em discussões públicas relativas ao sistema educativo, com liberdade e iniciativa;
- k) Direito à participação em eleições, elegendo e sendo eleito, para órgãos colegiais do estabelecimento de educação ou ensino, nos termos da lei.

Artigo 87º - Deveres do Pessoal Não Docente

1- O pessoal não docente está obrigado ao cumprimento dos deveres gerais estabelecidos para os funcionários e agentes do Estado e demais deveres que decorram da aplicação do presente diploma.

2- No âmbito das respectivas funções são deveres profissionais específicos do pessoal não docente:

- a) Contribuir para a plena formação, realização, bem-estar e segurança das crianças e dos alunos;
- b) Contribuir para a correcta informação dos estabelecimentos de educação e ensino e assegurar a realização e o desenvolvimento regular das actividades neles prosseguidas;
- c) Colaborar activamente com todos os intervenientes no processo educativo;
- d) Zelar pela preservação das instalações e equipamentos escolares e propor medidas de melhoramento dos mesmos, cooperando activamente com o órgão de gestão da Escola ou do Agrupamento de escolas na prossecução desses objectivos;
- e) Participar em acções de formação, nos termos da lei, e empenhar-se no sucesso das mesmas;
- f) Cooperar com os restantes intervenientes no processo educativo, na detecção de situações que exijam correcção ou intervenção urgente, identificadas no âmbito do exercício continuado das respectivas funções;
- g) Respeitar, no âmbito do dever de sigilo profissional, a natureza confidencial da informação relativa às crianças, alunos e respectivos familiares e encarregados de educação;
- h) Respeitar as diferenças culturais de todos os membros da comunidade escolar;
- i) Não emitir, dentro ou fora das escolas constituintes do Agrupamento, juízos de valor em público sobre o desempenho profissional ou o carácter de outro funcionário ou docente;
- j) Ser pontual e assíduo no desempenho das suas funções;
- k) Participar ao Director de Turma, por escrito, sempre que assista a atitudes incorrectas por parte de algum aluno;
- l) Remeter para o órgão de gestão, pedidos de informação sobre assuntos relativos a todo o pessoal docente e não docente (moradas, números de telefone, etc.), que por sua vez só os deverá satisfazer em situações excepcionais.

SECÇÃO IV - PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Artigo 88º - Direitos dos Pais e Encarregados de Educação

1- Participar na vida das escolas que constituem o Agrupamento e nas actividades da associação de pais e encarregados de educação.

2- Ser informado sobre as seguintes matérias:

- a) Organização da vida escolar;
- b) Legislação que respeita ao processo educativo;
- c) Percurso escolar, comportamento e assiduidade de seus educandos;

3- Comparecer na Escola por sua iniciativa;

4- Colaborar com os professores no âmbito do processo de ensino aprendizagem de seu educando;

5- Ser convocado para reuniões com o Director de Turma de seu educando e ter conhecimento da hora semanal de atendimento;

6- Participar no processo de avaliação do seu educando nos termos da Lei;

7- Articular a educação na família com o trabalho escolar;

8- Cooperar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania, nomeadamente através da promoção de regras de convivência na Escola;

9- Ter acesso, por consulta, a todas as actas das reuniões em que participam;

10- Participar, através dos seus representantes na assembleia de Escola, Conselho Pedagógico, conselhos de turma e conselhos de turma disciplinares;

11- Participar, através dos seus representantes, na elaboração, alteração e aprovação do Regulamento Interno, projecto educativo e plano anual de actividades;

12- Conhecer o Regulamento Interno.

13- Tomar conhecimento e dar o seu acordo prévio quanto à programação individualizada e o itinerário de formação a elaborar para o seu educando.

14- Aos pais e encarregados de educação é reconhecido o direito de se constituírem, nos termos da lei, em associação de pais e encarregados de educação. Nos estabelecimentos que integram o Agrupamento, com vista à participação representativa na educação dos seus filhos e educandos.

14.1- O Agrupamento disponibilizará, dentro das suas possibilidades, os meios técnicos e logísticos necessários à normal actividade das associações de pais e encarregados de educação.

14.2- As associações de pais e encarregados de educação têm o direito de ser informadas sobre todos os normativos legais e regulamentares relacionados com a vida do Agrupamento.

14.3- Havendo Associação de pais compete a esta estrutura fazer chegar aos órgãos respectivos o nome dos pais e encarregados de educação que aí irão desempenhar funções bem como a designação dos elementos quer farão parte do caderno eleitoral, para eleição da direcção executiva, respeitando o número de turmas em funcionamento no Agrupamento.

14.4- No caso de a associação de pais não existir ou não responder em tempo útil ao mencionado no ponto anterior proceder-se-á da seguinte forma:

- a) Na educação pré-escolar e no primeiro Ciclo do Ensino Básico cada educador e professor Titular de Turma convocará uma reunião de pais e encarregados de educação da sua turma fazendo eleger um elemento;
- b) Na Escola sede do Agrupamento essa competência será de cada um dos Directores de Turma;
- c) Esgotadas as possibilidades indicadas nas alíneas anteriores, compete ao Director convocar uma assembleia-geral de pais e encarregados de educação das várias escolas que constituem o Agrupamento, fazendo sair dessa reunião o número e o nome dos representantes dos pais e encarregados de educação necessários para o cumprimento dos normativos legais.

Artigo 89º - Deveres dos Pais e Encarregados de Educação

1- Aos pais e encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder – dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes e de promoverem activamente o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos mesmos.

2- Nos termos da responsabilidade referida no número anterior, deve cada um dos pais e encarregados de educação, em especial:

- Acompanhar activamente a vida escolar do seu educandos;
- Promover a articulação entre a educação na família e o ensino escolar;
- Diligenciar para que o seu educando beneficie efectivamente dos seus direitos e cumpra pontualmente os deveres que lhe incumbem, com destaque para os deveres de assiduidade, de correcto comportamento escolar e de empenho no processo de aprendizagem;
- Contribuir para a criação e execução do projecto educativo e do Regulamento Interno da Escola;
- Cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica, em especial quando para tal forem solicitados;
- Contribuir para a preservação da disciplina da Escola e para a harmonia da comunidade educativa em especial quando para tal forem solicitados;
- Contribuir para o correcto apuramento dos factos em processo disciplinar que incida sobre o seu educando e, sendo aplicada a este medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objectivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade;
- Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e moral de todos os que participam na vida da Escola;
- Integrar activamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta em especial informando-se sempre sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando;
- Comparecer na Escola quando para tal for solicitado;
- Conhecer o Regulamento Interno da Escola e subscrever, fazendo subscrever igualmente aos seus filhos e educandos declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso activo quanto ao seu cumprimento legal;
- Acompanhar de forma persistente e sistemática o processo ensino aprendizagem de seu educando nomeadamente no que diz respeito a:
 - Estimular e assegurar a assiduidade das aulas e outras actividades escolares;
 - Justificar as faltas no prazo de cinco dias úteis;
 - Verificar com regularidade a realização dos trabalhos de casa;
 - Verificar se os cadernos diários se encontram organizados e actualizado;
 - Diligenciar no sentido do seu educando cumprir um horário de estudo;
 - Diligenciar no sentido do seu educando se fazer acompanhar do material necessário à realização das actividades escolares;
 - Zelar para que os seus educandos apresentem um aspecto cuidado e limpo, tanto no que diz respeito ao corpo como ao vestuário.
 - Participar no processo de avaliação do seu educando.

SECÇÃO V - AUTARQUIA

Artigo 90º - Direitos e Deveres da Autarquia

1- De acordo com o Decreto-Lei 144/2008, de 24 de Julho, que estabelece o quadro de competências em matéria de educação dos órgãos municipais, compete aos municípios na total abrangência do Agrupamento de Escolas:

a) Gerir o Pessoal não docente no que se refere ao recrutamento, afectação e colocação do pessoal, gestão de carreiras e remunerações, poder disciplinar e avaliação de desempenho;

b) Implementar medidas de apoio sócio-educativo, gestão de refeitórios, fornecimento de refeições escolares e seguros escolares;

c) Construir, monitorizar e apetrechar os estabelecimentos de educação pré-escolar e Ensino Básico e secundário;

d) Organizar o funcionamento dos transportes escolares do pré-escolar e do Ensino Básico.

2- Na Componente de apoio à família e Actividades de Enriquecimento Curricular compete ao Município:

a) Organizar e Gerir o programa de acordo com o definido em regulamento próprio;

b) Afectar os recursos humanos necessários;

c) Articular com o Agrupamento de Escolas na planificação das actividades.

3- Na articulação com os órgãos de administração e gestão escolar, compete ao Município:

a) Participar, dentro do número definido no Decreto-Lei 75/2008 de 22 de Abril, no funcionamento do Conselho Geral;

b) Participar no processo de elaboração dos instrumentos de autonomia que integram o Agrupamento;

c) Participar na promoção de medidas e acções com vista o sucesso educativo.

CAPÍTULO VII – OUTRAS ESTRUTURAS E SERVIÇOS E RESPECTIVO FUNCIONAMENTO

Artigo 91º - Estruturas e serviços localizados nos estabelecimentos de ensino do Agrupamento

Existem no Agrupamento algumas estruturas e serviços localizados nos estabelecimentos de ensino referidos. Alguns deles servem toda a comunidade educativa, outros apenas o estabelecimento de ensino onde se localizam.

Serviços	Local	Funcionamento
▪ Associação de Estudantes	▪ Escola Sede	▪ Alunos
▪ Associação de Pais	▪ EB2,3 /S Josefa de Óbidos ▪ Complexo Escolar dos Arcos ▪ EB 1 de A-dos-Negros	▪ Comunidade educativa
▪ Refeitórios	▪ Todos os estabelecimentos de ensino	▪ Só comunidade escolar ▪ Pré-escolar e 1º Ciclo das 12h às 13h:15m ▪ 2º das 13h:15m às 14h:30 m ▪ 3º Ciclos e Secundário 12h às 14h
▪ Papelaria	▪ Escola Sede	▪ Escola Sede

	▪ Complexo Escolar dos Arcos	▪ Complexo Escolar dos Arcos
▪ Reprografia	▪ Escola Sede ▪ Complexo Escolar dos Arcos	▪ 2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 9h às 12h e das 13h 30m às 16h 30m. 4ª das 9h às 12h e das 13h 30m às 14h 30m ▪ 2ª a 6ª das 8h 30 m às 12 h e das 13 h às 17h 45m
▪ Sala de estudo	▪ Escola Sede	▪ 2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 8h 45m às 16h 40m ▪ 4ª das 8h 45m às 13h 10m
▪ Salas de Informática	▪ Escola Sede	▪ 2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 8h 45m às 16h 40m ▪ 4ª das 8h 45m às 13h 10m
▪ Bar	▪ Escola Sede ▪ Complexo Escolar dos Arcos	▪ 2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 9h 30m às 12h 40m e das 13h 40m às 16h 30m; 4ª das 9h 30m às 13h 30m ▪ 2ª a 6ª das 8h 30m às 12h e das 13h às 17h 30m

Cada uma destas estruturas e serviços tem um regimento próprio, já aprovado pelos órgãos de gestão do Agrupamento, que poderá ser consultado, nos locais disponíveis para o efeito.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 92º - Eleições

1 – Todos os actos eleitorais decorrem segundo o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril.

Artigo 93º - Convocatórias para Reuniões

1- As reuniões são convocadas por escrito num prazo nunca inferior a 48 horas. As convocatórias podem ser efectuadas por correio electrónico. Na convocatória deve constar:

- O tipo da reunião;
- O dia, hora e local de realização;
- A ordem de trabalhos;

Artigo 94º - Regimentos Internos

1- Os órgãos colegiais de administração e gestão e as estruturas de orientação educativa elaboram os seus próprios regimentos definindo as respectivas regras de organização e funcionamento, nos termos fixados na legislação em vigor e em conformidade com o Regulamento Interno da Escola.

2- O regimento é elaborado ou revisto nos primeiros 30 dias do mandato do órgão ou estrutura a que respeita.

Artigo 95º - Publicitação das Deliberações das Reuniões do Conselho Pedagógico

1- A publicitação do resumo dos assuntos tratados, deliberações tomadas e o resultado das votações serão lavrados em impresso próprio criado para o efeito, devidamente assinado pelo Presidente e Secretário o qual deve ser afixado em local destinado para o efeito na sala dos professores da Escola sede.

Artigo 96º - Publicitação dos Pareceres do Conselho Geral

1- A publicitação dos pareceres, serão lavrados em impresso próprio criado para o efeito, devidamente assinado pelo Presidente e Secretário o qual deve ser afixado em local destinado para o efeito na sala dos professores da Escola sede.

Artigo 97º - Visitas de Estudo

1– As visitas de estudo fazem parte do plano anual de actividades das Escolas do Agrupamento e devem ser encaradas como complemento de actividades lectivas, cabendo a análise das propostas apresentadas e a sua aprovação ao Conselho Pedagógico.

2– Nas visitas de estudo devem participar todos os alunos que frequentam a(s) disciplina(s) / turma a que a mesma diz respeito, salvaguardando situações excepcionais devidamente justificadas nomeadamente a existência de participações disciplinares.

3– As visitas de estudo devem ser:

- Orientadas, fundamentalmente, para proporcionar aos alunos experiências práticas que complementem matérias leccionadas;
- Planeadas, de preferência no início do ano lectivo, ou por Unidade de formação, no caso da Educação e Formação de Adultos e, sempre que possível, de carácter interdisciplinar;
- Planificadas através de roteiro pormenorizado, destinado aos alunos e professores;
- Formalizadas através de ofício de Escola/fax, enviado às instituições a visitar, solicitando a devida autorização;
- Custeadas através da entrega antecipada por parte dos alunos da quantia estipulada;

4– Goza de estatuto de professor acompanhante qualquer professor da turma, directa ou indirectamente ligado ao objectivo da visita devendo o seu número não exceder dois professores por turma.

5– Os organizadores da visita de estudo devem entregar antecipadamente:

- A lista dos alunos participantes aos Directores de Turma/Mediador/coordenador do estabelecimento (no caso das escolas do primeiro Ciclo que tenham direito a coordenador);
- A lista dos professores acompanhantes ao Director;
- A lista dos alunos participantes aos serviços administrativos, para efeitos do seguro escolar.

6– Sendo as visitas de estudo consideradas como actividades lectivas para a contagem das aulas dadas devem os respectivos professores numerar e sumariar as mesmas nas turmas que estão a acompanhar.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

SECÇÃO I - JARDINS DE INFÂNCIA

Artigo 98º - Inscrições

1- As crianças ingressam na Educação Pré- Escolar do Agrupamento a partir dos três anos de idade.

2- O Agrupamento aceita condicionalmente, a inscrição da criança, ficando esta dependente da existência de vaga, não podendo em caso algum:

a) Implicar a alteração do regime de funcionamento do Jardim de Infância;

b) Alterar a relação Educador de Infância/crianças, fixada nos termos da lei.

3- As inscrições das crianças para a frequência dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar do Agrupamento decorrem entre o início de Janeiro e 20 de Junho de cada ano, na sede do Agrupamento

a) As inscrições fora do prazo, só podem ser efectuadas, no âmbito de uma segunda fase e dentro do prazo estipulado pelo Agrupamento.

b) Esta segunda fase de inscrições só se verifica em estabelecimentos com vagas, sendo aplicado os critérios definidos no Despacho Nº3/SEAE/2002.

c) As renovações das inscrições serão feitas nos respectivos Jardins de Infância.

Artigo 99º - Prioridades

1- Na inscrição de crianças nos Jardins de Infância do Agrupamento devem ser observadas, sucessivamente, as seguintes prioridades:

1ª Prioridade: Crianças que frequentaram, no ano anterior, o Estabelecimento de Educação;

2ª Prioridade: Crianças que se encontrem no ano lectivo anterior ao primeiro ano de escolaridade obrigatória, nos termos previstos no nº 1 do artigo 3º do Decreto Lei nº286/99, de 29 de Agosto;

3ª Prioridade: Crianças, com necessidades educativas especiais, de acordo com o disposto nas alíneas a) e b) do nº1 do artigo 6º do Decreto Lei nº 319/91, de 23 de Agosto;

4ª Prioridade: Crianças filhas de pais estudantes menores, nos termos previstos no artigo4º da Lei nº 90/2001, de 20 de Agosto;

5ª Prioridade: Crianças com irmãos já matriculados no Estabelecimento de Educação pretendido;

6ª Prioridade: Crianças cuja residência dos pais e Encarregados de Educação se situa na freguesia em que se localiza o Estabelecimento de Educação pretendido, ordenadas nos termos da alínea b) do artigo 24º do Decreto-Lei nº 542/79, de 31 de Dezembro;

7ª Prioridade: Crianças cuja actividade dos pais e encarregados de educação se desenvolva na Freguesia em que se localiza o Estabelecimento de Educação pretendido, ordenadas nos termos da alínea b) do artigo 24º do Decreto-Lei nº542/79, de 31 de Dezembro;

8ª Prioridade: Crianças que residam fora da freguesia em que se situa o Estabelecimento de Educação pretendido, mas dentro da área pedagógica do Agrupamento;

9ª Prioridade: Crianças que residam fora da área de influência pedagógica do Agrupamento a que o Estabelecimento de Educação pretendido pertence;

2- O preenchimento das vagas existentes em cada um dos Jardins de Infância do Agrupamento será rigorosamente feito com observância da data de nascimento, tendo prioridade os mais velhos.

3- A inscrição de crianças que completem 3 anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro de cada ano lectivo é aceite condicionalmente e ordenada de acordo com as prioridades definidas nos pontos anteriores deste artigo, sendo a respectiva frequência garantida, caso exista vaga no Estabelecimento de Educação pretendido à data do início das actividades deste.

4- O Agrupamento afixará até 30 de Junho de cada ano no Jardim de Infância pretendido a lista graduada provisória de admissão e de espera, elaborada nos termos dos pontos anteriores deste artigo.

5- O Encarregado de Educação da criança que se julgue prejudicado pode apresentar recurso ao Director do Agrupamento, até 3 dias úteis após a afixação da lista provisória mencionada no ponto anterior deste artigo.

6- O Agrupamento afixará até 5 de Julho de cada ano no Jardim de Infância pretendido a lista definitiva de admissão e espera.

Artigo 100º - Horário

1- Os Jardins de Infância funcionam em horário normal das 9 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas.

Artigo 101º - Constituição dos Grupos

1- O número de crianças confiado a cada educador não pode ser superior a vinte e cinco. Porém, quando se tratar de um grupo homogéneos de crianças de três anos de idade, este não poderá ser superior a quinze.

2- Quando se tratar de um grupo que integra crianças com necessidade educativas especiais, até duas, este não pode ser superior a vinte crianças (Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto, artigo 9º).

3- Os critérios para a constituição dos grupos de crianças variam, dependendo do número de lugares existentes no Jardim-de-Infância, das dimensões da sala (dois metros quadrados por cada criança) e da respectiva orientação educativa.

4- Quando o Jardim de Infância tem mais de um lugar deverão os grupos ser constituídos até perfazer vinte e cinco crianças por educador.

Artigo 102º - Normas de Funcionamento

1- Normas de carácter geral:

Devem ser respeitadas as seguintes normas:

- Todos os membros da comunidade escolar devem ser assíduos e pontuais no cumprimento das actividades que exercem no estabelecimento;
- O horário do início e fim das actividades deve ser cumprido, assim como o horário de interrupção estipulado para o período do almoço;
- A tolerância nas entradas é de quinze minutos;
- Sempre que a criança falte o estabelecimento deve ser avisado;
- Quando a criança apresenta sintomas de doença não deve frequentar o Jardim de Infância;
- Após doença prolongada deve apresentar atestado médico (Decreto Regulamentar 3/95 de 27 de Janeiro)
- Se houver necessidade de administrar medicamentos estes deverão ser acompanhados de fotocópia da receita médica;
- As crianças portadoras de parasitas nos cabelos não devem frequentar o Jardim de Infância;
- Em caso de trinta dias de faltas, sem que o disposto na alínea f) se verifique deve a situação ser analisada por parte do Director;
- As crianças não deverão trazer para o Jardim-de-Infância objectos de valor (fios de ouro ou prata, anéis, pulseiras, brinquedos de valor). O Jardim de Infância não se responsabiliza por danos causados aos mesmos;
- No caso de um estabelecimento ter mais de um lugar, quando um dos educadores falta, o outro educador não deve ser responsável pela totalidade das crianças;
- Num Jardim de Infância com mais de um lugar, quando se verifica a falta de um educador e auxiliar, o outro educador não deverá responsabilizar-se além do seu grupo (Decreto-Lei nº 147/97 de 11 de Junho).

2- Normas gerais para passeios e visitas de estudo:

- Qualquer saída do espaço escolar deve ser precedida de um termo de responsabilidade e autorização, assinado

pelo respectivo encarregado de educação, sem o qual o aluno não poderá participar na actividade;

2. Caso não se verifique o disposto na alínea anterior, não pode ser impeditivo para a concretização da actividade planeada nem prejudicar o seu pleno funcionamento.

Artigo 103º - Transportes

- 1- O transporte escolar é um serviço prestado pela Autarquia.
- 2- Os transportes não podem prejudicar o horário e o normal funcionamento do Jardim-de-Infância.
- 3- Durante o transporte as crianças deverão ter o apoio de um adulto.
- 4- Os pais devem ser responsáveis nos horários dos transportes.

SECÇÃO II - Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Artigo 104º - Matrículas no 1º Ciclo do Ensino Básico

- 1- A criança que reside na área de influência pedagógica do Agrupamento ou que a actividade dos pais e Encarregados de Educação se desenvolva na mesma, ingressa pela primeira vez no primeiro ano do primeiro Ciclo do Ensino Básico quando completa 6 anos até 15 de Setembro de cada ano.
- 2- A criança que reside na área de influência pedagógica do Agrupamento e que completa 6 anos entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro, pode ingressar no 1º ano do Ensino Básico, mediante pedido apresentado pelo encarregado de educação ao Director do Agrupamento, acompanhado do parecer do Educador de Infância.
- 3- As inscrições para a frequência pela primeira vez do 1º Ciclo (ensino obrigatório) decorrem entre 1 de Junho e 15 de Junho de cada ano, na sede do Agrupamento.
- 4- O pedido mencionado no ponto 2 deste artigo é apresentado no acto da inscrição da criança.
- 5- O Agrupamento aceita condicionalmente as matrículas previstas no ponto 2 deste artigo ficando estas dependentes da existência de vagas na Escola mais próxima da sua residência, não podendo em caso algum:
 - a) Implicar a alteração do regime de funcionamento da Escola;
 - b) Alterar a relação Professor/Aluno nos termos da lei.
- 6- O Agrupamento afixará até 25 de Junho de cada ano na Escola básica do 1º Ciclo mais próxima da sua residência, a lista graduada provisória de admissão e de exclusão da frequência do 1º ano do 1º ciclo por falta de vaga.
- 7- O Encarregado de Educação da criança excluída da frequência do 1º ano do 1º Ciclo pode apresentar recurso ao Director do Agrupamento até 3 dias úteis após a afixação das listas mencionadas no ponto anterior deste artigo, nos serviços de administração escolar na Escola sede do Agrupamento.
- 8- Após tomada de decisão dos recursos apresentados o Agrupamento afixará até dia 10 de Julho de cada ano a lista definitiva de admissão e de exclusão da frequência do 1º ano do 1º ciclo.
- 9- O Encarregado de Educação da criança excluída da frequência da Escola mais próxima da sua residência pode, nos primeiros 5 dias úteis após a afixação da lista dos excluídos, requerer ao Director do Agrupamento o ingresso do seu educando noutra Escola do 1º Ciclo do Agrupamento e com vaga declarada.
- 10- O ingresso das crianças para o 1º ano e que só perfazem os 6 anos até 31 de Dezembro, e que a avaliação do Pré-Escolar não corresponde às aquisições básicas de aprendizagem, deve o Educador conjuntamente com o Professor do 1º ciclo, falar com os pais, sobre o seu desenvolvimento cognitivo.

Artigo 105º - Prioridades

1- O preenchimento de vagas existentes no 1º ano em cada Escola do 1º ciclo do Agrupamento será rigorosamente feito de acordo com as seguintes prioridades:

- 1ª Prioridade - Os alunos que frequentaram no ano lectivo anterior a Escola;
- 2ª Prioridade - Os alunos com necessidades educativas especiais;
- 3ª Prioridade - Os alunos que já tenham irmãos matriculados na Escola,
- 4ª Prioridade - Os alunos que residam na freguesia /localidade em que se localiza o estabelecimento de ensino ou cuja actividade profissional dos pais e encarregado de educação, devidamente comprovada, se desenvolva na mesma.

Artigo 106º - Horário de Funcionamento e Organização das Actividades Lectivas

- 1- Sempre que o número de turmas não exceda o número total de salas dos estabelecimentos das escolas básicas do primeiro Ciclo, o horário lectivo a cumprir por discentes e docentes será um horário do tipo do regime normal, podendo sofrer as eventuais alterações previstas à face da lei, mas sempre com a respectiva concordância dos pais e (ou) encarregados de educação.
- 2- Quando o número de turmas for superior ao de salas cumprirão o horário de regime duplo as turmas necessárias para o normal funcionamento das actividades escolares, mantendo-se as restantes em horário normal.
- 3- O intervalo decorre, no regime normal, entre as 10h15m e as 10h45m.
- 3.1- Durante os intervalos os alunos são supervisionados pelas Auxiliares de Acção Educativa, animadoras e Docentes de acordo com a distribuição decidida no início de cada ano lectivo.
- 4- Não é permitida a permanência na Escola aos alunos fora do seu horário lectivo, com excepção daqueles que frequentam as actividades de enriquecimento curricular.
- 5- Os Encarregados de Educação, ou outras pessoas que tenham necessidade de tratar assuntos da Escola, devem dirigir-se à portaria para que seja efectuado o devido encaminhamento.

SECÇÃO III - Escolas com frequência do 2º, 3º Ciclos e Secundário

Artigo 107º - Horários

1- A Escola E.B. 2,3 /S Josefa de Óbidos e Complexo Escolar funcionam em regime diurno das oito horas e quarenta e cinco minutos até às dezassete horas e trinta e cinco minutos de segunda a sexta-feira estando os tempos assim distribuídos:

Tempos	Início	Termo
1º	08:45	09:30
2ª	09:30	10:15
3ª	10:45	11:30
4ª	11:30	12:15
5ª	12:25	13:10
6ª	13:25	14:10
7ª	14:10	14:55
8ª	15:10	15:55
9ª	15:55	16:40
10ª	16:50	17:35

A Escola EB 2, 3/S Josefa de Óbidos funciona em regime nocturno

Tempos	Início	Termo
1 ^o	19:45	20:30
2 ^a	20:30	21:15
3 ^o	21:15	22:00
4 ^o	22:15	23:00
5 ^o	23:00	23:45

2- A duração de um bloco é de noventa minutos e meio bloco quarenta e cinco minutos, devendo essa duração ser respeitada, sem qualquer interrupção.

3- O início e o final de cada bloco lectivo são assinalados por toques de campainha que assinalam a entrada e a saídas das aulas.

4- Após o toque de entrada os alunos bem como os professores deverão dirigir-se para as entradas dos blocos de salas aguardando os primeiros pela chegada dos segundos.

6- O professor não deve terminar a aula antes do respectivo toque, nem conceder dispensa aos alunos ou permitir que saiam mais cedo, a não ser por motivo devidamente justificado.

7- No caso de ausência do professor, os alunos não devem abandonar o local aguardando pelo professor que realizará a aula de substituição ou cumprimento de actividades educativas.

Artigo 108º - Aulas dadas no Exterior da Escola

1- As aulas a ministrar no exterior da Escola carecem de participação prévia e por escrito ao Director referindo os motivos que as justificam.

2- As aulas a ministrar em locais afastados da Escola implicam sempre autorização escrita do encarregado de educação.

3- Os alunos não autorizados a participar serão alvo de actividades de substituição, na Escola, com idêntico significado pedagógico.

4- Quando uma aula a ministrar no exterior do recinto escolar implique a anulação ou perturbação de aulas de outras disciplinas / turma previstos para as horas imediatas, é necessário a autorização do Director.

Artigo 109º - Funcionamento dos Blocos na EB 2,3 /S Josefa de Óbidos

1- As regras de funcionamento dos blocos que não sejam destinados exclusivamente a salas de aula estão regulamentadas no presente Regulamento Interno nos diversos aspectos sectoriais dos espaços interiores nomeadamente biblioteca, sala de estudo, sala de informática, reprografia etc.

3- O acesso dos alunos ao bloco A está condicionado às salas de aula e outros serviços de apoio não podendo os alunos transitar livremente sem uma indicação ou permissão nesse sentido.

4- O acesso aos blocos é regulado pelos toques de entrada e saída.

5- Os alunos não deverão por regra permanecer dentro dos blocos durante os intervalos.

6- O acesso individual aos cacifos deverá ser feito apenas durante os intervalos de forma ordeira e expedita e relativamente rápida e atempada em relação ao início das aulas.

7- Durante o decorrer das aulas os alunos só deverão sair da sala de aula para o espaço interior do bloco com o consentimento do professor ou por sua ordem.

8- Enquanto permanecem nos blocos durante os intervalos para acederem aos cacifos ou durante a entrada e saída das aulas os alunos devem comportar-se com a máxima correcção devendo evitar atropelos, correrias, o uso de palavras grosseiras indecentes ou obscenas, agressões mútuas ou produzir ruídos indesejáveis.

9- As casas de banho no interior blocos que sejam destinadas exclusivamente ao pessoal docente e pessoal auxiliar de acção educativa não deverão ser utilizadas por alunos.

Artigo 110º - Funcionamento das salas de aulas no Complexo Escolar

1- O acesso às salas de aula é regulado pelos toques de entrada e saída.

2- Os alunos não deverão por regra permanecer nos corredores durante os intervalos.

3 - Os alunos deverão circular nos corredores de forma ordeira, devendo comportar-se com a máxima correcção, sem atropelos, correrias, uso de palavras grosseiras indecentes ou obscenas, agressões mútuas ou produzir ruídos indesejáveis.

4- Durante o decorrer das aulas os alunos só deverão sair da sala de aula com o consentimento do professor ou por sua ordem.

5- Durante os intervalos os alunos devem preferencialmente utilizar os pátios exteriores convivendo/brincando sem uso de palavras grosseiras indecentes ou obscenas, agressões mútuas ou produzir ruídos indesejáveis.

Artigo 111º - Regras gerais das salas de Aulas

1- As salas de aula podem ser trocadas ou utilizadas para outras actividades escolares devendo o professor informar o respectivo funcionário. Desta alteração ficará o docente responsável por comunicar à turma.

2- No início da aula, a turma deverá verificar se existe algum material danificado, riscado e comunicar imediatamente ao professor, o qual participará ao órgão de gestão por escrito a ocorrência.

3- A sala no final de cada aula deve ficar limpa e arrumada.

4- É proibida a permanência dos alunos nas salas de aula, na ausência do professor, a não ser que sejam autorizados pelo órgão de gestão.

5- É proibido levar para a sala objectos cortantes que não façam parte integrante do material escolar, bem como jogos de qualquer espécie, exceptuando-se os de natureza pedagógica.

6- Não é permitido comer, beber ou mastigar pastilhas dentro das salas.

7- O professor deve ser o primeiro a entrar e o último a sair, deixando a porta devidamente fechada.

8- Devem ser respeitados os toques de entrada e saída.

9- Os livros de ponto não podem ser consultados pelos alunos.

10- A ordem de saída da sala imposta ao aluno pelo professor, corresponderá sempre a uma falta de presença marcada no livro de ponto e não passível de justificação pelo Director de Turma.

11- A ordem de saída da sala, pelo aluno, terá de ser obrigatoriamente comunicada por escrito ao Director de Turma.

12- O aluno deverá levar sempre para a sala de aula, o material escolar, previamente, indicado pelos professores. Na falta do respectivo material, haverá lugar à marcação no livro de ponto, de falta com a sigla FM.

Artigo 112º - Balneários

1- Os balneários, são uma dependência que servem exclusivamente para apoio às aulas de Educação Física, actividades de Desporto Escolar e/ou outras actividades de carácter desportivo.

2- Os balneários estão divididos em duas zonas: vestiários e duchas. A zona dos vestiários é utilizada para equipar e guardar a roupa, que deve ser pendurada nos cabides existentes. Os cabides, não devem ser utilizados para colocar as mochilas ou quaisquer outros objectos pesados. A zona dos duchas é utilizada para tomar banho de chuveiro após cada sessão prática. Para esse efeito torna-se necessário que os alunos tenham os seguintes objectos de higiene: toalha champô, sabonete e chinelos. Por se encontrar frequentemente molhado o piso na zona do duche, não é permitido correr neste local.

3- A entrada para o balneário deve efectuar-se após o toque de entrada e o tempo de permanência para equipar não deverá exceder cinco minutos.

4- O delegado de turma na disciplina de Educação Física, antes de se equipar, recolhe os objectos de valor dos colegas (relógios,

carteiras, anéis, pulseiras etc.), que coloca num saco entregue pelo auxiliar de acção educativa.

5- O tempo de permanência no balneário não deve exceder dez minutos antes do toque de saída, ou vinte minutos nas aulas de 90 minutos.

Artigo 113º - Polidesportivos

1- Os Pavilhões Polidesportivos são uma infra-estrutura, que permite a realização de actividades desportivas e de educação física.

2- O período normal de utilização pelo Agrupamento, decorre todos os dias úteis entre as oito horas e quarenta e cinco minutos e as dezassete horas e trinta minutos de acordo com horário definido em Setembro.

3- O acesso ao polidesportivo Municipal é feito exclusivamente pelo túnel.

4- A abertura e fecho do portão de acesso ao túnel, efectua-se por um auxiliar de acção educativa, de acordo com o horário previamente estabelecido para o início e final das actividades.

5- O acesso ao polidesportivo Municipal processa-se em grupo e de forma ordeira com a presença de um professor responsável pelo acompanhamento.

6- Antes de entrar em qualquer polidesportivo é necessário limpar cuidadosamente o calçado.

7- Os alunos após entrarem, devem dirigir-se ao balneário atribuído. Em tudo o resto deve cumprir-se o referido no artigo 108º sobre balneários.

8- Os alunos só podem entrar no recinto do pavilhão acompanhados pelo professor.

9- Para o início da actividade, os alunos devem apresentar-se devidamente equipados, nomeadamente com calçado desportivo apropriado e em boas condições de higiene e que não poderá ser o mesmo que é utilizado no exterior.

10- A assistência às aulas ou treinos por elementos estranhos não é permitida, excepto se tiver a concordância do professor responsável.

11- Os alunos que estejam impossibilitados de realizar a aula prática devem apresentar-se com calçado apropriado para entrarem no pavilhão.

12- O material utilizado na aula deve ser usado e transportado com cuidado, de modo a não provocar danos, quer no material, quer nas instalações. Depois da aula todo o material deve ser arrumado. Os funcionários do pavilhão, quando solicitados, devem ajudar no transporte, instalação e arrumação do material.

13- Devem todos os elementos da comunidade educativa cumprir e fazer cumprir o regulamento específico do polidesportivo Municipal.

Artigo 114º - Espaços Exteriores na EB 2, 3 /S Josefa de Óbidos

1 - Zonas ajardinadas:

Nesta denominação deverá ser englobada toda a área exterior da Escola não ocupada pela zona desportiva e passeios de betão. As zonas ajardinadas, integrando-se no espaço global exterior, destinam-se privilegiadamente a servir os objectivos educativos da Escola.

A conservação e manutenção deverá ser da responsabilidade da direcção da Escola com delegação em funcionários, professores ou alunos desde que integrada no Projecto Educativo do Agrupamento ou em quaisquer actividades lectivas que exijam a utilização desse espaço.

2 - Zona desportiva:

A zona desportiva integrando-se no espaço global exterior destina-se privilegiadamente a servir os objectivos educativos da Escola. Durante os tempos lectivos de Educação Física é desejável que o espaço necessário à aula, definido pelo respectivo departamento,

tenha garantido as condições de privacidade e ausência de quaisquer indivíduos estranhos à aula tal como em qualquer sala de aula. A utilização desse espaço para qualquer actividade deverá ser sempre sujeita às prioridades da actividade lectiva da disciplina de Educação Física.

A cedência desse espaço poderá ser aberta à comunidade para actividades desportivas ou outras, mediante a aprovação da direcção da Escola e desde que as actividades em causa não colidam com os critérios globais de qualidade de vida e da ética e imagem de referência que a Escola deve manter e preservar junto da comunidade.

3 - Zona de acesso aos blocos e Pavilhão Gimnodesportivo Municipal:

a) Zona de acesso aos blocos:

Esta zona é da responsabilidade da direcção da Escola podendo essa responsabilidade ser delegada em funcionários, professores ou alunos desde que integrados em projecto educativo ou actividade lectiva. A sua manutenção diária deverá ser feita por delegação em funcionário. Deverá ser possível qualquer intervenção permanente ou ocasional no aspecto ou de utilização por parte de alunos e/ou professores desde que esses actos estejam de acordo com actividades lectivas/educativas específicas. Essas alterações/intervenções poderão ser permanentes ou ocasionais dependendo de aprovação dos órgãos administrativos e pedagógicos competentes.

b) A zona de acesso ao pavilhão Gimnodesportivo Municipal:

Esta zona é formalmente composta pela passagem inferior à Estrada nacional número oito, a nascente da Escola e a sua abertura e fecho é feita em conformidade com as aulas de Educação Física ou outras actividades lectivas a realizar no pavilhão.

Tendo em conta que o percurso Escola/pavilhão é feito em trajecto que coincide com o espaço exterior à Escola, deverá o órgão de direcção manter junto da autarquia e /ou outras entidades com jurisdição sobre esse espaço uma posição de permanente atenção a esse percurso por forma a que a deslocação dos alunos se faça em condições genéricas de segurança e conforto.

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 115º - Regime Subsidiário

1- Em tudo o que não se encontrar regulado neste documento deverá ser aplicada a legislação em vigor, nomeadamente o Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 116º - Omissões

1- Compete ao Director, após análise da situação e de acordo com legislação em vigor decidir em conformidade ou encaminhar para os órgãos de decisão competentes, os casos omissos no presente regulamento.

Artigo 117º - Divulgação

1- O Regulamento Interno deve obrigatoriamente ser divulgado a todos os membros da comunidade escolar, no início de cada ano lectivo.

2- O Regulamento Interno deve estar disponível para consulta permanente na Internet, na sala de professores, na sala de pessoal não docente, na sala de Directores de Turma, na secretaria e na Assessoria de Educação e Formação de Adultos (ASSEFA)

Artigo 118º - Revisão do Regulamento Interno

1- O presente regulamento pode ser revisto ordinariamente quatro anos após a sua aprovação e extraordinariamente a todo o tempo por deliberação do Conselho Geral aprovada por maioria absoluta

dos membros em efectividade de funções.

2- Compete ao Director, ouvido o Conselho Pedagógico, elaborar e submeter à aprovação do Conselho Geral as propostas alterações ao Regulamento Interno.

Artigo 119º - Entrada em Vigor

1- O presente Regulamento Interno entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação

Aprovado em reunião do Conselho Geral Transitório, em 28 Maio de 2009

Composição das turmas Ano lectivo 2009/2010

Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos

<i>Pré_escolar</i>									
A-da-Gorda	A-dos-Negros	Amoreira	Arelho	Gaeiras	Gracieira	Óbidos	Olho Marinho	Usseira	Vau
33	15	19	36	75	10	24	22	25	224
Total - 283									

1º Ciclo									
Complexo Escolar dos Arcos									
1ºA	1ºB	2ºA	2ºB	2ºC	3ºA	3ºB	3ºC	4ºA	4ºB
24	24	24	21	18	19	22	21	21	22
Total - 214									
Amoreira		A-dos-Negros	Gaeiras	Gracieira	Quinta da Marquesa	Olho Marinho	Sobral de Lagoa	Vau	
1º	21	20	–	14	24	12	11	19	
2º			16		24	19			
3º	17	24			–	19		17	
4º			17		–	24			
Total - 298									
TOTAL - 502									

<i>Complexo Escolar dos Arcos 2º Ciclo</i>		<i>Josefa de Óbidos</i>						
		<i>2º Ciclo</i>	<i>3º Ciclo</i>			<i>Sécundário</i>		
5ºB-27	6ºB-29	5ºA-12	7ºA-26	8ºA-23	9ºA-25	10ºA	11ºA	12ºA
5ºC-21	6ºC-22	6ºA-12	7ºB-25	8ºB-23	9ºB-26	10ºPAI	11ºPR	1ºA
5ºD-21	6ºD-21		7ºC-26	8ºC-23	9ºC-26	10ºPT	11ºPSA	1ºB
5ºE-21	6ºE-17		7ºD-27	8ºB-23		10ºPM		1ºC
5ºF-27	6ºF-27		7ºE-25					1ºD
TOTAL 256			TOTAL 371			TOTAL 181		

ACTIVIDADES DE **E**NRIQUECIMENTO **C**URRICULAR

**Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos
e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular
no 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Relatório Intercalar de Acompanhamento

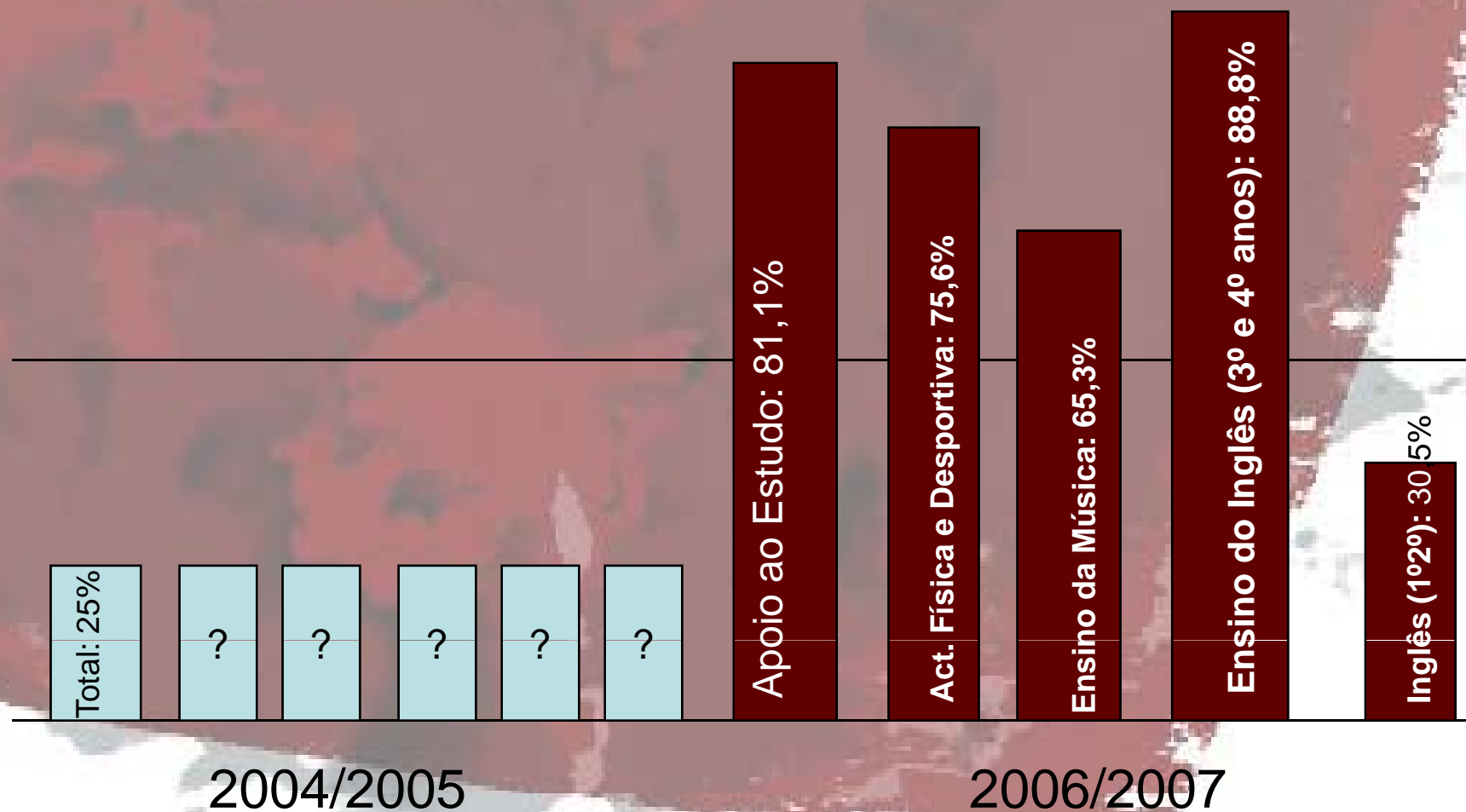
(Reportado a Dezembro de 2006)

12-04-2007

Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP)

 **Ministério da
Educação**

Uma mudança profunda no país



01-06-2007

Indicadores de Execução Física do Programa

Estabelecimentos com actividades de enriquecimento curricular, por actividade

AEC	Estabelecimentos	
	N	%
Ensino do Inglês (1.º e 2.º anos)	2534	42,8
Ensino do Inglês (3.º e 4.º anos)	5859	98,9
Ensino da Música	5067	85,0
Actividade Física e Desportiva	5622	94,3
Apoio ao Estudo	5874	98,6

Fonte: GIASE, 2007

Indicadores de Execução Física do Programa

Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade promotora

Entidades Promotoras	Estabelecimentos	
	N	%
Autarquia	5610	94,1
Agrupamento	171	2,9
Associação de Pais	85	1,4
IPSS	68	1,1
Não tem AEC	25	0,4
Total	5959	100,0

Fonte: GIASE, 2007

Indicadores de Execução Física do Programa

Estabelecimentos com entidade parceira, por actividade

AEC	Total de Estabelec.	Estabelecimentos c/ entidade parceira	
		N	%
Inglês (3.º e 4.º anos)	5859	2467	42,1
Ensino da Música	5067	2441	48,2
AFD	5622	2128	37,9

Fonte: GIASE, 2007

Indicadores de Execução Física do Programa

Professores titulares de turma com flexibilização de horário curricular

DRE	Total de Professores titulares de turma	Professores titulares de turma com flexibilização de horário	
	N	N	%
DREN	8906	2932	32,9%
DREC	4229	1150	27,2%
DREL	7041	1042	14,8%
DREA	1112	352	31,7%
DREAlg	932	126	13,5%
Total	22 220	5602	25,2%

Fonte: GIASE, 2007

Indicadores de Execução Física do Programa

Professores das actividades de enriquecimento curricular, por Direcção Regional de Educação

DRE	Ensino do Inglês	Ensino da Música	AFD	Outras Activ.	Total
DREN	1400	1168	1658	958	5184
DREC	801	703	912	562	2978
DREL	1058	1125	1213	826	4222
DREA	181	151	212	161	705
DREAlg	111	90	126	45	372
Total	3551	3237	4121	2552	13 461

Fonte: Direcções Regionais de Educação

Abre-se a fase da consolidação

1. Montagem do Programa, dos Projectos, das Actividades
2. Uma fase que se abre: consolidar os resultados
3. Cuidar dos ajustamentos da organização, da qualidade pedagógica, da conciliação com as necessidades das famílias

Alguns factores críticos de Sucesso

- Integração de estruturas existentes
- Cooperação entre promotores, Agrupamentos e Parceiros adequados em todos os aspectos da organização do Programa
- Imaginação e empenho na mobilização e desenvolvimento dos recursos humanos e materiais
- Difusão de Boas Práticas
- Boa articulação entre AEC e AC

Alguns aspectos críticos a melhorar

No âmbito das componentes pedagógicas

- **Articulação Entre as AEC e a Componente Curricular do Ensino/Aprendizagem (sincronia no arranque, coordenação das actividades, organização de horários)**
- **Processo de contratação de docentes e da respectiva integração nas estruturas da escola e do agrupamento**
- **Escassez do Pessoal auxiliar (minimizado pela abordagem global nos Agrupamentos e pelo investimento das autarquias)**
- **Componente de apoio à família**

Alguns aspectos críticos a melhorar

No âmbito das condições logísticas e organizativas

- **Acesso a instalações (salas e outros espaços) adequadas, problema muitas vezes dependente da imaginação e da qualidade do planeamento das actividades, outras vezes minimizado da forma possível**
- **Casos de dificuldade na organização das deslocações dos alunos**
- **Escassez ou inadequação de outros recursos materiais, nomeadamente didácticos, verificada nalgumas situações**

Organização e de implementação

- 1. Início simultâneo das AEC e das AC**
- 2. Maior participação dos promotores na elaboração de horários e na organização de actividades**
- 3. Correção das situações em que a interposição de parceiros entre os promotores e as escolas não acrescenta valor**
- 4. Maior empenhamento e responsabilização das entidades promotoras na aquisição e controlo de qualidade dos materiais didácticos**

Organização e de implementação

- 5. Estudo de avaliação comparada da eficiência na utilização dos recursos financeiros das AEC , realizado pela CAP**
- 6. Manutenção do valor do financiamento aluno/ano, no caso da substituição do Ensino da Música por outra Actividade**

Qualidade Pedagógica

- 1. Atenção à valorização da função docente nas AEC (definição de regras relativas à remuneração, nomeadamente a fixação de um valor mínimo por hora; definição do perfil do docente; preparação para o ensino no primeiro ciclo; articulação com os Departamentos Disciplinares)**
- 2. Maior responsabilização do agrupamento de escolas ou escola não agrupada**

Qualidade Pedagógica

- 3. Maior envolvimento dos agrupamentos de escolas no recrutamento e na gestão do trabalho dos professores**
- 4. Promoção de formação contínua aos professores das AEC**

Acompanhamento do Programa

- 1. Maior atenção às questões de ordem pedagógica, nomeadamente no acompanhamento das AEC, de modo a assegurar a respectiva qualidade**
- 2. Construção e utilização de outros instrumentos que permitam a observação dos recursos e materiais utilizados na planificação e no desenvolvimento das actividades**
- 3. Reforço da observação e avaliação da articulação curricular horizontal e vertical**

Acompanhamento do Programa

- 4. Prestar uma atenção especial ao tipo de parceiros que intervêm no Programa (contributos e papel desempenhado, integração de respostas anteriormente existentes e modo como são utilizados os recursos financeiros)**
- 5. Observação de “Outras Actividades” procurando perceber a razão da escolha pelas entidades promotoras e caracterizar os respectivos professores**

Acompanhamento do Programa

- 6. Levantamento estatístico das situações referentes ao regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino: alunos e professores envolvidos, problemas existentes e soluções encontradas**
- 7. recolha de informação estatística relativa à componente de apoio à família, e em particular as situações de articulação entre as AEC e as designadas “pontas” dos horários**

Acompanhamento do Programa

- 8. A CAP recomenda ainda que se prepare, para utilização no final do ano lectivo, um conjunto de instrumentos que permita verificar a avaliação feita pelos diversos agentes envolvidos, nomeadamente autarcas, agrupamentos, entidades parceiras, professores titulares, professores das AEC e pais**

Em conclusão

Regista-se o sucesso, globalmente irreversível, do Programa

Cuja melhoria depende em boa parte, tal como dependeu o arranque, do envolvimento dos diversos parceiros

E que reclama acompanhamento próximo para atender a quaisquer problemas emergentes ou subsistentes, com atenção particular aos ajustamentos organizativos e à qualidade do serviço público que passou a ser prestado

Actividades de Enriquecimento Curricular 2009/2010

Ficha de Inscrição Provisória - Complexo dos Arcos

De acordo com as directrizes do Ministério da Educação, as entidades promotoras das Actividades de Enriquecimento Curricular devem solicitar aos pais/encarregados de educação o preenchimento de uma ficha de inscrição provisória onde serão definidas as opções pretendidas.

No início do mês de Setembro, o Gabinete de Educação irá proceder à distribuição de fichas de inscrição definitivas donde poderão constar outras opções, pelo que os pais/encarregados de educação terão oportunidade de alterar a definição constante deste documento.

Segundo o Despacho 14460/2008, 2ª Série de 16 de Maio, as Actividades de Enriquecimento Curricular são de frequência facultativa mas sujeitas a inscrição. Esta, representa um compromisso de honra dos encarregados de educação de que os seus educandos frequentam as actividades até ao final do ano lectivo.

As faltas ou ausências de frequência destas actividades estão sujeitas à aplicação do definido no Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos e no Estatuto do Aluno.

Os pais e encarregados de educação poderão seleccionar as actividades que pretendem que o seu educando frequente, não sendo obrigatória a frequência da totalidade das mesmas.

1 - Identificação do Aluno

Nome: _____

Escola: _____ Ano de Escolaridade: _____

2 - Pretende que o seu educando frequente as Actividades de Enriquecimento Curricular?

Sim

☐

Não

☐

3 - Se respondeu Sim, das áreas obrigatórias abaixo indicadas, seleccione as que pretende que o seu educando frequente.

Inglês

☐

Apoio ao Estudo

☐

4 - Para além das actividades obrigatórias serão criadas outras complementares. Assim, solicita-se que seleccione no máximo mais três opções das abaixo indicadas.

Actividade Física e Desportiva ...

☐

Música

☐

Mind Lab

☐

Judo

☐

Ciência Divertida

☐

Ballet

☐

Hip-Hop

☐

Ciência Divertida

☐

Educação Artística (Teatro,

☐

Pintura, Escultura, Leitura, Fotografia,

Cinema, TIC...)

Obrigada pela colaboração. Devolver até 7 de Julho na Secretaria do Complexo dos Arcos.

APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA

O Município de Óbidos, com o Número de identificação de pessoa colectiva (NIPC) 506802698, neste acto representado por Telmo Henrique Correia Daniel Faria, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, submete à aprovação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo o pedido de apoio financeiro para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular, no âmbito do Despacho n.º 14 460/2008 (2.ª série) de 26 de Maio.

Este pedido vem acompanhado dos seguintes anexos:

Anexo I – Identificação de todas as entidades envolvidas

Anexo II – Acordos de colaboração fixados entre as entidades em causa

Anexo III – Planificação das actividades de enriquecimento curricular

Óbidos, 27 de Julho de 2009

O Presidente da Câmara Municipal de Óbidos

ANEXO I
IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS

ENTIDADE PROMOTORA

Designação completa	Município de Óbidos
NIPC	506802698
N.º telefone	262955568
N.º de fax	262955501
Morada	Largo de S. Pedro 2510-086 Óbidos
Endereço electrónico	gab.educacao@cm-obidos.pt

ENTIDADE PARCEIRA

Designação completa	Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos
NIPC	600079910
N.º telefone	262955330
N.º de fax	262955331
Morada	Rua das Artes 2510-042 Óbidos
Endereço electrónico	info@eps-josefa-obidos.rcts.pt

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos

ANEXO III - PLANIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

A) Identificação dos estabelecimentos envolvidos

Os estabelecimentos de 1.º CEB cujos alunos beneficiam da oferta de actividades de enriquecimento curricular são os seguintes:

Agrupamento de Escolas	Estabelecimentos de ensino envolvidos	N.º de alunos inscritos	
		No 1.º CEB	No Programa
Josefa de Óbidos	EB1 de A-dos-Negros	43	40
	EB1 da Gracieira	12	10
	EB1 das Gaeiras	29	27
	EB1 da Quinta da Marquesa	48	46
	EB1 da Amoreira	38	36
	EB1 do Olho Marinho	71	69
	EB1 do Vau	19	17
	EB1 do Sobral da Lagoa	10	8
	Complexo Escolar dos Arcos	241	230

B) Actividades de enriquecimento curricular

As actividades de enriquecimento curricular oferecidas são as seguintes

- a) Apoio ao Estudo;
- b) Inglês;
- c) Ensino da Música;
- d) Actividade Física e Desportiva;
- e) Outra Actividade – Educação Criativa

C) Alunos inscritos nas actividades de enriquecimento curricular

As actividades de enriquecimento curricular são oferecidas ao seguinte número de alunos nelas inscritos, em cada uma das escolas:

EB1 de A-dos-Negros

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	40

EB1 da Gracieira

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	10

EB1 das Gaeiras

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	27

EB1 da Quinta da Marquesa

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	46

EB1 da Amoreira

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	36

EB1 do Olho Marinho

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	69

EB1 do Vau

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	30

EB1 do Sobral da Lagoa

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	8

Complexo Escolar dos Arcos

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e actividade criativa	230

4. As AEC têm o seguinte horário semanal em cada uma das escolas:

EB1 de A-dos-Negros

Turma 1 – 1.º e 2º anos de escolaridade/ Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 2 – 3º e 4º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 de Gracieira

Turma 3 – 1º, 2º, 3.º e 4º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 da Gaeiras

Turma 4 – 3.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 5 – 4º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 da Quinta da Marquesa

Turma 6– 1.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN

Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 7– 2º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	45 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 do Sobral da Lagoa

Turma 8 – 1º 2º, 3º e 4º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 da Amoreira

Turma 9 – 1º e 2º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 10 – 3º e 4º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 do Olho Marinho

Turma 11 – 1.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 12 – 2.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN

Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 13 – 3.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 14 – 4.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 do Vau

Turma 15 – 1.º e 2.º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 16 – 3.º e 4.º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Complexo Escolar dos Arcos

Turma 17 – 1.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 18 – 1.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN

Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 19 – 2º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 20 – 2º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 21 – 2º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 22 – 3º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 23 – 3º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 24 – 3º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN

Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 25– 4.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 26 – 4.º ano / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Nota: Na planificação diária das AEC, a entidade promotora considerou os seguintes parâmetros:

- o funcionamento dos estabelecimentos de ensino até às 17h30m;
- A deslocação de alguns estabelecimentos de ensino;
- As instalações disponíveis para a leccionação das AEC;
- a qualidade pedagógica;
- os interesses dos alunos e das famílias;

Desta forma, propomos que o Ensino de Inglês 3.º e 4.º anos, o Ensino da Música e a Actividade Física e Desportiva funcione a título excepcional, com uma duração semanal de apenas noventa minutos.

5. As AEC têm lugar nos seguintes locais:

Estabelecimento de ensino	Espaços escolares utilizados	Espaços não escolares utilizados
EB1 de A-dos-Negros	EB1 de A-dos-Negros	
EB1 da Gracieira	EB1 da Gracieira	
EB1 das Gaeiras	EB1 das Gaeiras	Sociedade Cultural e Recreativa Gaeirense
EB1 da Quinta da Marquesa	EB1 da Quinta da Marquesa	
EB1 da Amoreira	EB1 da Amoreira	
EB1 do Olho Marinho	EB1 do Olho Marinho	
EB1 do Vau	EB1 do Vau	
EB1 do Sobral da Lagoa	EB1 da Amoreira	Centro Social Cultural e Recreativo da Amoreira
Complexo Escolar dos Arcos	Complexo Escolar dos Arcos	

ANEXO II - ACORDO DE COLABORAÇÃO

Entre:

O Município de Óbidos, adiante designada por “Entidade Promotora”, pessoa colectiva n.º 506802698, com sede em Largo de S. Pedro, 2510-086 Óbidos, no presente acto representada pelo seu Presidente da Câmara, Telmo Henrique Correia Daniel Faria.

E

O Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, adiante designado por “Agrupamento”, com sede em Rua das Artes, 2510-042 Óbidos, no presente acto representada pelo(a) Director, Fernando Jorge Sousa e Silva.

É celebrado um acordo de colaboração, adiante designado por “Acordo”, que é integrado pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª
(Objecto)

1. O presente Acordo regula a parceria entre a Entidade Promotora e o Agrupamento, com o objectivo de implementar o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular, adiante designado “Programa”, de acordo com o Despacho n.º 14460/2008 (2.ª série) de 26 de Maio, nas seguintes escolas básicas do 1º ciclo do ensino básico pertencentes ao Agrupamento:

EB1 de A-dos-Negros
EB1 da Gracieira
EB1 das Gaeiras
EB1 da Quinta da Marquesa
EB1 da Amoreira
EB1 do Olho Marinho
EB1 do Vau
EB1 do Sobral da Lagoa
Complexo Escolar dos Arcos

2. As actividades de enriquecimento curricular, adiante designadas “AEC” a que se refere o número anterior são as seguintes:

- a) Apoio ao Estudo;
- b) Inglês;
- c) Ensino da Música;
- d) Actividade Física e Desportiva;
- e) Outra Actividade – Educação Criativa

3. As AEC são oferecidas ao seguinte número de alunos nelas inscritos em cada uma das escolas:

EB1 de A-dos-Negros

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	40

EB1 da Gracieira

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	10

EB1 das Gaeiras

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	27

EB1 da Quinta da Marquesa

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	46

EB1 da Amoreira

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	36

EB1 do Olho Marinho

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	69

EB1 do Vau

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	30

EB1 do Sobral da Lagoa

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e Actividade de expressões com animador	8

Complexo Escolar dos Arcos

Conjunto de actividades	N.º de alunos
Apoio ao Estudo, ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva e actividade criativa	230

4. As AEC têm o seguinte horário semanal em cada uma das escolas:

EB1 de A-dos-Negros

Turma 1 – 1.º e 2.º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 2 – 3.º e 4.º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 de Gracieira

Turma 3 – 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 da Gaeiras

Turma 4 – 3.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 5 – 4.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN

Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 da Quinta da Marquesa

Turma 6– 1.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 7– 2º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	45 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 do Sobral da Lagoa

Turma 8 – 1º 2º, 3º e 4º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 da Amoreira

Turma 9 – 1º e 2º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 10 – 3º e 4º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 do Olho Marinho

Turma 11 – 1.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
---------------------------------	--	--------

Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 12 – 2.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 13 – 3.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 14 – 4.º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

EB1 do Vau

Turma 15 – 1.º e 2º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 16 – 3.º e 4º anos de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Complexo Escolar dos Arcos

Turma 17 – 1º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
---------------------------------	--	--------

Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 18 – 1º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 19 – 2º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 20 – 2º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 21 – 2º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 22 – 3º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 23 – 3º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN

Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 24 – 3º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 25– 4º ano de escolaridade / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Turma 26 – 4.º ano / Regime Normal

Ensino do Inglês 1.º e 2.º anos		90 MIN
Ensino do Inglês 3.º e 4.º anos		90 MIN
Ensino da Música		90 MIN
Actividade Física e Desportiva		90 MIN
Outra Actividade	90 MIN	
Apoio ao Estudo	90 MIN	

Nota: Na planificação diária das AEC, a entidade promotora considerou os seguintes parâmetros:

- o funcionamento dos estabelecimentos de ensino até às 17h30m;
- A deslocação de alguns estabelecimentos de ensino;
- As instalações disponíveis para a leccionação das AEC;
- a qualidade pedagógica;
- os interesses dos alunos e das famílias;

Desta forma, propomos que o Ensino de Inglês 3º e 4º anos, o Ensino da Música e a Actividade Física e Desportiva funcione a título excepcional, com uma duração semanal de apenas noventa minutos.

5. As AEC têm lugar nos seguintes locais:

Estabelecimento de ensino	Espaços escolares utilizados	Espaços não escolares utilizados
EB1 de A-dos-Negros	EB1 de A-dos-Negros	
EB1 da Gracieira	EB1 da Gracieira	
EB1 das Gaeiras	EB1 das Gaeiras	Sociedade Cultural e Recreativa Gaeirense
EB1 da Quinta da Marquesa	EB1 da Quinta da Marquesa	
EB1 da Amoreira	EB1 da Amoreira	Centro Social Cultural e Recreativo da Amoreira
EB1 do Olho Marinho	EB1 do Olho Marinho	
EB1 do Vau	EB1 do Vau	
EB1 do Sobral da Lagoa	EB1 do Sobral da Lagoa	
Complexo Escolar dos Arcos	Complexo Escolar dos Arcos	

Cláusula 2.^a
(Princípios Orientadores)

As AEC desenvolvem-se de acordo com os objectivos definidos no Projecto Educativo do Agrupamento e constam do Plano Anual de Actividades.

Estas actividades são implementadas de acordo com as ***Orientações Programáticas*** para cada uma, divulgadas no site do Ministério da Educação, ou, na ausência destas orientações, o ***Curriculo Nacional do Ensino Básico***.

Cláusula 3.^a
(Direitos e Responsabilidades)

1. A Entidade Promotora compromete-se a:

A) Implementar e coordenar as AEC de acordo com a planificação acordada entre o Município e o Agrupamento;

B) Garantir a colocação de docentes assegurando que o valor mínimo das remunerações dos professores afectos às actividades de enriquecimento curricular em horário completo não é inferior ao do índice 126 da carreira dos educadores e dos professores dos ensinos básico e secundário, quando possuem habilitação igual à licenciatura e ao índice 89 nos restantes casos, sendo calculado, para os casos de horários incompletos, um valor por hora lectiva (tempo lectivo de quarenta e cinco minutos) proporcional aos índices referidos.

C) Garantir a existência dos recursos humanos (auxiliares técnicas de educação), materiais (material didáctico e de desgaste) e de espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;

D) Definir os horários e a organização das actividades em parceria com o Agrupamento;

2. O Agrupamento compromete-se a:

A) Partilhar os recursos humanos, técnico -pedagógicos (nomeadamente, material didáctico e equipamentos) e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento;

B) Definir os horários e a organização das actividades em parceria com a Entidade Promotora;

C) Assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AEC, tendo em vista garantir a sua qualidade e a articulação com as actividades curriculares, nomeadamente:

- Promovendo a integração das AEC no Projecto Educativo do Agrupamento, no Projecto Curricular de Escola e nos Projectos Curriculares de Turma;

- Envolvendo os professores titulares de turmas no planeamento e acompanhamento da execução das actividades e na sua supervisão pedagógica;

- Criando mecanismos de comunicação e articulação entre os professores titulares de turma e os professores das AEC e entre estes e os Departamentos Curriculares;

- Disponibilizando os recursos humanos necessários para o desenvolvimento das actividades de apoio ao estudo;

- Accionando o Seguro Escolar, nos termos legais, caso ocorra algum incidente no âmbito do Programa, bem como nos trajectos para e de volta das actividades e em actividades realizadas fora das instalações escolares.

D) Garantir a limpeza diária das salas onde decorrem as actividades de enriquecimento curricular.

Cláusula 4.^a

(Entrada em Vigor e Duração)

O presente Acordo entra em vigor a partir da data da sua assinatura e vigorará até ao final do ano lectivo 2008/2009, considerando-se automática e sucessivamente renovado por idênticos períodos, caso não ocorra denúncia ou revogação.

Cláusula 5.^a

(Revisão do Acordo)

O presente Acordo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando:

- Ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- A revisão seja indispensável para adequar o Acordo aos objectivos prosseguidos;
- Em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as Partes.

Quaisquer alterações ao presente Acordo constarão de aditamentos propostos e celebrados pelas partes, sempre que o julguem conveniente para a modificação ou adequação às exigências do Programa e da parceria.

Cláusula 6.^a
(Cessação do Acordo)

O presente Acordo pode ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das actividades em curso.

O Acordo pode cessar, a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.

Óbidos, 27 de Julho de 2009

Câmara Municipal de Óbidos

Agrupamento de Escolas Josefa de
Óbidos

O Presidente da Câmara Municipal

O Director

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS
E A SOCIEDADE MUSICAL E RECREATIVA OBIDENSE**

1. Considerando que é competência dos órgãos municipais apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal, de acordo com o disposto no artigo 21.º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro – diploma que procedeu à transferência de atribuições e competências para as autarquias locais;
2. Considerando que, de entre os órgãos municipais, compete à Câmara Municipal apoiar ou participar no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra – cfr. artigo 64.º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99, 18 de Setembro;
3. Considerando, também, que o Município de Óbidos é entidade promotora das Actividades de Enriquecimento Curricular, sendo a Música uma das áreas estabelecidas para todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;
4. Considerando que segundo o Despacho 14460/2008 de 26 de Maio, as entidades promotoras devem preferencialmente celebrar acordos de colaboração com entidades vocacionadas para o ensino da música;
5. Considerando que a Sociedade Musical e Recreativa Obidense dispõe actualmente de recursos humanos com habilitações específicas para o ensino da Música nas Actividades de Enriquecimento Curricular e na Educação Pré-Escolar;

Entre:

O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, com sede nos Paços do Concelho sitos no Largo de São Pedro, 2510-086, Óbidos, NIF 506802698, neste acto representado pelo

Presidente da Câmara Municipal, TELMO HENRIQUE CORREIA DANIEL DE FARIA;

e

A SOCIEDADE MUSICAL E RECREATIVA OBIDENSE, NIF , com sede na Rua Direita, Óbidos, neste acto representada pelo Presidente, Rogério Manuel Sousa Pinto Correia;

É ajustado e aceite sem reservas o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Obrigações das Partes)

1. O Município de Óbidos compromete-se a apoiar financeiramente a Sociedade Musical e Recreativa Obidense disponibilizando verbas no valor total de € 24.000 (vinte e quatro mil euros), que corresponde à leccionação de trinta e seis horas semanais, a entregar em tranches mensais entre o mês de Setembro e Julho.

2. A Sociedade Musical e Recreativa Obidense compromete-se, em contrapartida, no âmbito do ensino da Música nas Actividades de Enriquecimento Curricular, a:

- a) Disponibilizar o número de professores para o Ensino da Música definidos pelo Gabinete de Educação para a Sociedade Musical e Recreativa Obidense e fazer cumprir os respectivos horários;
- b) Cumprir as orientações programáticas definidas pelo Ministério da Educação para o Ensino da Música;
- c) Participar nas actividades promovidas pelo Gabinete de Educação em parceria com o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos;
- d) Participar nas reuniões com o Grupo de Docentes de Educação Musical do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos;

e) Colaborar nas reuniões com o Gabinete de Educação no sentido de definir estratégias para o funcionamento do Programa Crescer Melhor;

CLÁUSULA SEGUNDA

(Duração)

O presente Protocolo refere-se ao ano lectivo 2009/10 e subsequentes. No entanto, o MUNICÍPIO e a SOCIEDADE MUSICAL E RECREATIVA OBIDENSE avaliam no final de cada ano lectivo, as condições da continuação dos programas desenvolvidos.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Funcionamento)

Com vista a garantir a boa execução do presente Protocolo, a organização do funcionamento será acordado directamente entre o Gabinete de Educação do Município de Óbidos e a Direcção da Associação.

CLÁUSULA QUARTA

(Dotação Orçamental)

As verbas necessárias à execução das competências protocoladas, possuem dotação nas rubricas orçamentais pertinentes do Plano de Orçamento da Câmara Municipal de Óbidos.

CLÁUSULA QUINTA

(Publicidade)

Ao presente Protocolo será dada a devida publicidade através de Edital, bem como no Boletim Municipal.

CLÁUSULA SEXTA

(Denúncia)

O presente Protocolo pode ser denunciado por qualquer das partes, quando tal se justifique em razão de circunstâncias de interesse público devidamente fundamentadas, mediante pré-aviso de 60 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente Protocolo, bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidas por meio de acordo entre as partes.

O presente Protocolo entrará em vigor depois de aprovado pela Câmara Municipal de Óbidos.

Óbidos e Edifício dos Paços do Concelho, 13 de Agosto de 2009.

O Presidente da Câmara Municipal de Óbidos

Dr. Telmo Henrique Correia Daniel Faria

O Presidente da Sociedade Musical e Recreativa Obidense

Rogério Manuel Sousa Pinto Correia

**PROTOCOLO ENTRE
O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DE ANIMAÇÃO E EDUCAÇÃO**

1. Considerando que o MUNICÍPIO DE ÓBIDOS assume competências na área da educação estabelecidas pela Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho;
2. Considerando que o MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, como agente educativo, define como prioridade a participação activa na construção de um Projecto Educativo Local;
3. Considerando que o MUNICÍPIO DE ÓBIDOS é o promotor das Actividades de Enriquecimento Curricular em parceria com o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos;
4. Considerando que o MUNICÍPIO DE ÓBIDOS pretende que as Actividades de Enriquecimento Curricular possuam um modelo inovador nomeadamente no acompanhamento, formação e avaliação da equipa docente;
5. Considerando que ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ANIMAÇÃO E EDUCAÇÃO desenvolve, em estabelecimentos de ensino, actividades de enriquecimento curricular com resultados positivos e reconhecidos nacionalmente, através de estudos e publicações;
6. Considerando que ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ANIMAÇÃO E EDUCAÇÃO possui técnicos conhecimento e experiência da aplicação das actividades de enriquecimento curricular nos diversos anos de escolaridade;
7. Considerando que ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ANIMAÇÃO E EDUCAÇÃO reconhece a importância de uma acompanhamento próximo à equipa docente que

desenvolve as actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente através da formação, avaliação e reflexão.

Entre:

MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, sito no Largo de São Pedro, 2510-086, Óbidos, NIF 506802698, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal, TELMO HENRIQUE CORREIA DANIEL FARIA, de ora em diante designado apenas por MUNICÍPIO;

e

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ANIMAÇÃO E EDUCAÇÃO, NIF 506926460, localizado na Rua Eça de Queirós n.º 17, 2º dto, 2500-824 Caldas da Rainha, neste acto representado pela Presidente JOANA CARVALHO, de ora em diante designado apenas por ANAE;

É ajustado e aceite sem reservas o presente Protocolo de Colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA **(Obrigações das Partes)**

1. O MUNICÍPIO compromete-se a apoiar financeiramente a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ANIMAÇÃO E EDUCAÇÃO disponibilizando verbas no valor total de € 29 500,00 (vinte e nove mil e quinhentos euros), a entregar em duas tranches, uma após a assinatura do presente protocolo e a segunda no mês de Janeiro.
2. A ANAE compromete-se, em contrapartida, no âmbito da construção do Projecto Educativo Local a:

- a) Desenvolver, com a supervisão partilhada dos técnicos do Gabinete de Educação do Município, o Ensino de Inglês conforme os horários definidos atempadamente pela entidade promotora das Actividades de Enriquecimento Curricular;
- b) Desenvolver, em parceria com os técnicos do Gabinete de Educação do Município, um modelo de acompanhamento, supervisão e avaliação do desempenho dos docentes das actividades de enriquecimento curricular - Ensino do Inglês;
- c) Entregar, no final de cada ano lectivo, um relatório de avaliação sobre as actividades desenvolvidas e uma proposta

CLÁUSULA SEGUNDA

(Duração)

O presente Protocolo refere-se ao ano lectivo 2009/10 e subsequentes. No entanto, o MUNICÍPIO e a ANAE avaliam no final de cada ano lectivo, as condições da continuação dos programas desenvolvidos.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Dotação Orçamental)

As verbas necessárias à execução das competências protocoladas, possuem dotação nas rubricas orçamentais pertinentes do Plano de Orçamento da Câmara Municipal de Óbidos.

CLÁUSULA QUINTA

(Publicidade)

Ao presente Protocolo será dada a devida publicidade através de Edital, bem como no Boletim Municipal.

CLÁUSULA SEXTA
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente Protocolo, bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidas por meio de acordo entre as partes.

O presente Protocolo entrará em vigor depois de aprovado pela Câmara.

Óbidos e Edifício dos Paços do Concelho, 13 de Agosto de 2009.

O Presidente da Câmara Municipal de Óbidos

Dr. Telmo Henrique Correia Daniel Faria

A Presidente da Associação Nacional de Animação e Educação

Joana Raquel Silva Soares Carvalho

Questionário

O questionário que se segue destina-se a recolher dados para a elaboração de um trabalho para o relatório de estágio, do mestrado de Administração Educacional, orientado pelo Prof. Dr. João Pinhal.

O presente trabalho insere-se na grande temática relativa à Relação entre a Autarquia e a Escola, focando especificamente a questão das actividades de enriquecimento curricular e a sua repercussão no desenvolvimento das crianças. O público-alvo é constituído pelos professores das AEC'S, professores titulares e também por crianças do 1º ciclo do ensino básico.

Solicitamos a melhor colaboração, garantindo-lhe que as suas respostas serão confidenciais.

Agradecemos, pois, que responda a todas as questões de forma objectiva e com sinceridade.

Obrigada

Inquérito destinado aos professores titulares do 1 ciclo do ensino básico

Parte I – Caracterização geral

1. Refira a sua idade, indicando o limite correspondente à sua:

☐ Menos de 26 anos

☐ De 26 a 30 anos

☐ De 31 a 35 anos

☐ De 36 a 40 anos

☐ Mais de 41

2. Indique género:

Feminino ☐ Masculino ☐

Parte II – Caracterização do Desenvolvimento Profissional

3. Indique com um X as suas habilitações literárias;

Habilitações literárias	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	
Outros _____	

4. Assinale com um X qual a sua situação profissional

Situação Profissional	
Contratado	
Efectivo	
Vinculado	

5. Destaque com um X, o seu tempo de serviço enquanto professor do 1º ciclo

Mais de 5 anos

☐

Entre 10 e 15 anos

☐

Entre 5 e 10 anos

☐

Mais de 15 anos

☐

6. A que anos de escolaridade, actualmente, lecciona:

1º ano

☐

2º ano

☐

3º ano

☐

4º ano

☐

Parte III – As Actividades de Enriquecimento Curricular

7. Situe na escala o seu grau de conhecimento respeitante às orientações programáticas das AEC'S (sendo que o grau 1 representa pouco conhecimento e o nível 5 representa conhecimento pleno das orientações)

Inglês

Grau 1 _____ Grau 2 _____ Grau 3 _____ Grau 4 _____ Grau 5 _____

Música

Grau 1 _____ Grau 2 _____ Grau 3 _____ Grau 4 _____ Grau 5 _____

Actividade Física e Desportiva

Grau 1 _____ Grau 2 _____ Grau 3 _____ Grau 4 _____ Grau 5 _____

8. Colaboração entre os professores do 1º CEB e os professores das actividades de enriquecimento curricular;

Existe

☐

Na planificação

☐

No decorrer das AEC'S

☐

Na avaliação

☐

Não existe

☐

9. Situe, na escala seguinte, o seu grau de conhecimento do trabalho dos professores das AEC'S, relativamente à planificação, à metodologia e à avaliação das actividades. (sendo que o grau 1 representa pouco conhecimento e o nível 5 representa conhecimento pleno das orientações)

- Planificação dos professores das aec's:

1	2	3	4	5

- Metodologia utilizada pelos professores das AEC'S

1	2	3	4	5

- Avaliação dos alunos

1	2	3	4	5

10. Assinale a ideia que tem sobre o nível de motivação das crianças nas diferentes actividades, reportando-se às repercussões respectivas no seu desempenho na sala de aula

<div> <div>NIVEIS</div> <div>AEC</div> </div>	1	2	3	4	5	Sem opinião
Musica						
Inglês						
Act. Física e Desportiva						
Apoio ao Estudo						
Expressões						

11. Indique a sua opinião sobre as alterações decorrentes da introdução das AEC'S

➤ **Ao nível de comportamento**

Positiva

Negativa

➤ **Ao nível do rendimento escolar**

Positiva

Negativa

➤ **Ao nível da concentração**

Positiva

Negativa

➤ **Ao nível do gosto pela escola**

Positiva

Negativa

Agradecemos mais uma vez a sua colaboração

Questionário

O questionário que se segue destina-se a recolher dados para a elaboração de um trabalho para o relatório de estágio, do mestrado de Administração Educacional, orientado pelo Prof. Dr. João Pinhal.

O presente trabalho insere-se na grande temática relativa à Relação entre a Autarquia e a Escola, focando especificamente a questão das actividades de enriquecimento curricular e a sua repercussão no desenvolvimento das crianças. O público-alvo é constituído pelos professores das AEC'S, professores titulares do 1º ciclo e também por crianças do 1º ciclo do ensino básico.

Solicitamos a melhor colaboração, garantindo-lhe que as suas respostas serão confidenciais.

Agradecemos, pois, que responda a todas as questões de forma objectiva e com sinceridade.

Obrigada

Inquérito destinado aos animadores/ monitores das actividades de enriquecimento curricular

Parte I – Caracterização geral

1. Refira a sua idade, indicando o limite de idade correspondente à sua:

☐ De 20 a 29 anos

☐ De 30 a 39 anos

☐ De 40 a 49 anos

☐ Mais de 50

2. Indique género:

Feminino ☐ Masculino ☐

3. Indique com um X as suas habilitações;

Habilitações	
Licenciatura na área de docência	
Licenciatura em outra área, qual? _____	
Profissionalização na área de docência	
Profissionalização noutra área, qual? _____	
Outros _____	

4. De entre as opções abaixo, assinale com um X qual a sua experiência profissional

Experiência profissional	
Ensino Particular com paralelismo pedagógico	
Ensino Particular sem paralelismo pedagógico	
Ensino Público	
Ocupação de tempos livres	

Parte II – As Actividades de Enriquecimento Curricular

5. Assinale com um (X) o seu nível de satisfação em relação as actividades de enriquecimento curricular

	Má	Razoável	Boa	Muito Boa	Excelente
Preparação para leccionar no âmbito das AEC'S					
Conhecimento sobre as orientações programáticas das AEC'S					
Adequação da formação académica para a docência das AEC's					
Frequência de reuniões de preparação e planificação das AEC'S com os colegas (docentes)					
Apoio da entidade promotora (CM) para o bom funcionamento das AEC'S					

Acessibilidade das escolas/locais de AEC					
Qualidade das instalações					
Relação com o órgão de gestão das Escolas 1º ciclo EB					
Relação com os professores titulares de escola do 1º ciclo do EB					
Materiais disponíveis para as AEC'S					
Remuneração Auferida					
Condições de Trabalho					

6. Acha importante a existência destas actividades de enriquecimento curricular:

Sim ☐

Não ☐

Justifique a sua resposta

7. Tenciona continuar integrado nas actividades de enriquecimento curricular:

Sim ☐

Não ☐

Justifique a sua resposta

8. Dos seguintes motivos de satisfação, destaque as 3 que mais se adequam à sua participação nas AEC'S

Afirmações	
Revelou ser uma experiencia positiva	
Proporcionou a oportunidade de trabalhar com uma faixa etária mais baixa	
Houve inter ajuda entre o grupo de trabalho	
Tive a possibilidade de trabalho assegurado	
É um projecto cativante que incentiva a darmos as crianças uma melhor educação	
Sinto-me vocacionado para o ensino	
Gosto em trabalhar com as crianças	
Trabalho perto de casa	
Outros _____ _____ _____	

9. Assinale a sua opinião sobre cada uma das seguintes sugestões para o melhor funcionamento das actividades de enriquecimento curricular.

Afirmações	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Promover a articulação entre o professor titular e o das AEC's para fins de correcção e melhoria do desenvolvimento das competências dos alunos			
Promover o contacto com os pais			

Maior intervenção dos agrupamentos na existência de problemas graves de indisciplina			
Promover uma melhor comunicação entre as entidades competentes e os professores			
Maior apoio na estruturação de aulas para dar mais credibilidade as AEC'S			
Obtenção de manuais de apoio logo no início do ano			
A presença do coordenador deve ser mais frequente			
Fornecer ajudas de custo para as deslocações			
Reformulação dos horários (em relação às deslocações entre escolas)			
As turmas deveriam ter um número mais reduzido de alunos			
Desenvolver a interdisciplinaridade			
Ter especial atenção á frequência dos alunos nas AEC'S (assiduidade)			
Outras: <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>			

Agradecemos mais uma vez a sua colaboração

Questionário

O questionário que se segue destina-se a recolher dados para a elaboração de um trabalho para o relatório de estágio, do mestrado de Administração Educacional, orientado pelo Prof. Dr. João Pinhal.

Este trabalho insere-se no estudo da grande temática relativa à Relação entre a Autarquia e a Escola, focando especificamente a questão das actividades de enriquecimento curricular e a sua influência no desenvolvimento das crianças.

Solicitamos a tua colaboração, garantindo que as respostas serão confidenciais.

Agradecemos, pois, que respondas às questões de forma clara e com sinceridade.

Obrigada

Inquérito destinado às crianças do primeiro ciclo do ensino básico, que frequentam as actividades de enriquecimento curricular

Parte I – Caracterização geral

1. Qual a tua idade?

☐ 5 Anos

☐ 6 Anos

☐ 7 Anos

☐ 8 Anos

☐ 9 Anos




☐ 10 Anos

2. Que ano frequentas: _____

3. És um(a):


Menina ☐ Menino ☐

Parte II – As Actividades de Enriquecimento Curricular

Opinião dos alunos sobre as actividades de que gostam mais (selecciona apenas a tua preferida). Responde apenas às perguntas que têm o símbolo da tua favorita (exemplo se for o Inglês; só as questões que têm um , Musica , só as que têm uma  e actividade física e desportiva as que tiverem uma 

Não te esqueças que só podes escolher uma.

1 - Inglês ☐ 

2- Música ☐ 

3- Actividade Física e Desportiva ☐ 

1-Inglês

1.1 Gostaste das aulas de inglês, porquê?



1.2 Aprendeste coisas novas, o quê?



1.3 Vais inscrever-te no próximo ano, no inglês?



1.4 Actividades que gostaste mais de fazer nas aulas de inglês?



Jogos ☐

Aprender/ ouvir historias ☐

Fichas ☐

Canções/ filmes ☐

Tudo ☐

1.5 O que gostaste menos de fazer nesta actividade?



2 - Música

2.1 Gostaste das aulas de música, porquê?



2.2 Aprendeste coisas novas, o quê?



2.3 Vais inscrever-te no próximo ano, na música?



2.4 Actividades que gostaste mais de fazer nas aulas de musica?



Jogos/ dançar

☐

Canções/ aprender canções

☐

Tocar instrumentos

☐

Tudo

☐

2.5 O que gostaste menos de fazer nesta actividade?



3 - Actividade física e desportiva

3.1 Gostaste das aulas de AFD, porquê?



3.2 Aprendeste coisas novas, o quê?



3.3 Vais inscrever-te no próximo ano, na AFD?



3.4 Actividades que gostaste mais de fazer nas aulas de Actividade física e desportiva

Jogos

☐

Apanhada/ ginastica

☐

Futebol

☐

Basquetebol/ Badmington

☐

Natação


☐

Tudo

☐

3.5 Que outras actividades gostarias de ter feito?



3.6 O que gostaste menos de fazer nesta actividade? 

Obrigado por teres colaborado, o teu contributo foi muito importante.

Questionário

O questionário que se segue destina-se a recolher dados para a elaboração de um trabalho para o relatório de estágio, do mestrado de Administração Educacional, orientado pelo Prof. Dr. João Pinhal.

O presente trabalho insere-se na grande temática relativa à Relação entre a Autarquia e a Escola, focando especificamente a questão das actividades de enriquecimento curricular e a sua repercussão no desenvolvimento das crianças. O público-alvo é constituído pelos professores das AEC'S, professores titulares e também por crianças do 1º ciclo do ensino básico e respectivos pais.

Solicitamos a melhor colaboração, garantindo-lhe que as suas respostas serão confidenciais.

Agradecemos, pois, que responda a todas as questões de forma objectiva e com sinceridade.

Obrigada

Inquérito destinado aos pais das crianças do 1 ciclo do ensino básico que frequentam as actividades de enriquecimento curricular

Parte I – Caracterização geral

1. Refira qual o seu grau de parentesco com a criança? (Assinale com um x)

Mãe	
Pai	
Avó	
Avô	
Tia	
Tio	
Outro. Qual?	<hr/>

2. Assinale com um x na opção correspondente à sua habilitação literária.

Menos que 4 Anos Escolaridade	
1º ciclo (4º ano)	
2º ciclo (6º ano)	
3º ciclo (9º ano)	
Ensino Secundário (12º ano)	
Habilitações técnico- profissionais específicas Quais? _____	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	

3. Qual a sua actividade Profissional?

Dados referentes à criança

4. Que idade tem a criança? (colocar um x na opção correspondente)

5 anos	
6 anos	
7 anos	
8 anos	
9 anos	
10 anos	
>10 anos	

5. Que ano de escolaridade frequenta? (assinalar com um x a resposta correcta)

1º Ano	
2º Ano	
3º Ano	
4º Ano	

Parte II – As Actividades de Enriquecimento Curricular

6. Considera que as Actividades de Enriquecimento Curricular são importantes para os alunos que as frequentam?

Sim ☐

Não ☐

6.1.Porquê?

7. Considera que as Actividades de Enriquecimento Curricular desenvolvidas são adequadas às necessidades das crianças?

Sim ☐ Não ☐

7.1. Porquê? _____

8. Preencha conforme considere ser a importância das Actividades de Enriquecimento Curricular: (Assinale com um x)

Opinião AEC'S	Muito Importante	Importante	Pouco Importante
Inglês			
Educação Musical			
Educação Física			
Apoio ao Estudo			
Expressões			

9 . Na sua opinião, o que considera que poderia ser melhorado? (Assinale com um x)

Espaço Exterior	
Edifício	
Recursos	
Actividades	
Horário	
Professores	
Monitores	
Outro. Qual? _____	

10. A nível dos recursos humanos, está satisfeito com os monitores/ animadores?

Sim

☐

Não

☐

10.1. Justifique a sua opinião.

11 . Se a criança não estivesse nas Actividades de Enriquecimento Curricular onde e com quem estaria?

12. No geral sente-se satisfeito relativamente ao acompanhamento dado ao seu filho nas Actividades de Enriquecimento Curricular?

Sim

☐

Não

☐

Neste espaço pode proceder à apresentação de sugestões ou opiniões ...

**Obrigado pela colaboração e
atenção dispensada**

Guião de uma entrevista semi-directiva

Tema: Relação existente entre a autarquia e a escola, no âmbito da gestão da oferta educativa/actividades de enriquecimento curricular

(Ponto de vista da autarquia, pela técnica de educação)

Objectivos

- Perceber qual o papel dos vários intervenientes na relação entre a escola e a Autarquia;
- Identificar que recursos são utilizados, e por quem são utilizados, qual a sua origem;
- Perceber de que forma são elaboradas as directrizes e quem participa na definição destas actividades

Blocos	Objectivos específicos	Questões	Observações/Notas
A Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none">• Informar o entrevistado sobre os objectivos da entrevista;• Motivar o entrevistado;• Garantir a confidencialidade da informação;• Solicitar permissão para gravar a entrevista.		
B Importância das	<ul style="list-style-type: none">• Identificar em que medida é importante a existência das actividades de enriquecimento curricular• Perceber como são organizadas	1) Que actividades estão a decorrer neste ano lectivo?	

actividades		<p>2) Acha importantes estas actividades, porquê?</p> <p>3) De que forma são elaboradas as directrizes que irão reger a implementação das actividades?</p>	
C Intervenientes	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber quem trabalha com as crianças • Qual o papel dos vários intervenientes na relação entre a escola e a autarquia 	<p>4) Quem participa nesta equipa ligada às actividades de enriquecimento curricular?</p> <p>5) Como são recrutados ou nomeados os diferentes intervenientes?</p> <p>6) Quem está envolvido neste processo por parte da autarquia?</p> <p>7) Na escola para além dos professores existem mais intervenientes?</p>	Professores, técnicos, autarquia

		8) Que tipo de funções desempenha cada um dos intervenientes?	
D Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber quais os meios financeiros e como são utilizados; • Identificar os apoios existentes. 	<p>9) Que meios são empregues para que os vários intervenientes organizem o seu trabalho?</p> <p>10) Quem suporta os custos inerentes ao funcionamento e continuidade das actividades de enriquecimento curricular?</p> <p>11) Como são aplicados os fundos postos à disposição para estas actividades?</p>	<p>(meios informacionais, humanos, materiais)</p> <p>(quais as principais despesas realizadas com estas actividades)</p>
E Final da entrevista e agradecimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber se o entrevistado pretende dar outras informações; • Agradecer o tempo disponibilizado e voltar a referir a confidencialidade da entrevista. 	<p>12) Quer acrescentar mais alguma coisa?</p> <p>Agradecemos a sua disponibilidade!</p>	

Complexo dos Arcos, pais de crianças do 3 e 4 anos . 26 questionarios

Grau parentesco	fi	fri	%
Mãe	23	0,88	88
Pai	3	0,12	12
Total	26	1	100

Habilitações	fi	fri	%
1º ciclo	2	0,08	8
2º ciclo	4	0,15	15
3º ciclo	4	0,15	15
Ensino Secundário	7	0,27	27
Habilitações técnico profissionais	1	0,04	4
Bacharelato	0	0	0
Licenciatura	7	0,27	27
Mestrado	1	0,04	4
Total	26	1	100

Idade das crianças	fi	fri	%
8	7	0,27	27
9	8	0,31	31
10	11	0,42	42
Total	26	1	100

Ano que frequenta	fi	fri	%
3º ano	10	0,38	38

3º ano	16	0,62	62
4º ano	16	0,62	62
total	26	1	100

Aec's importantes	fi	fri	%
Sim	26	1	100
Total	26	1	100

Justificação importância das Aecs	fi	fri	%
proporcionam as crianças actividades que proporcional formação mais integral	1	0,04	4
é uma mais valia para os alunos	1	0,04	4
ajuda-os a ter umas bases para disciplinas futuras	6	0,23	23
da-lhes desenvoltura física e intelectual	4	0,15	15
é mais conhecimento sobre varias materias	8	0,31	31
mantêm as crianças ocupadas e assim podem melhorar os conhecimentos	1	0,04	4
tem um enriquecimento em linguas e algumas actividades bastante uteis	1	0,04	4
não justificou	4	0,15	15
Total	13	1	100

Justificação da adequação às criança - SIM	fi	fri	%
estão adaptadas à faixa etária a que se destinam	2	0,08	8
são boas ajudam muito as crianças, principalmente a musica e a ginastica	3	0,11	11
complementam a formação	1	0,04	4
não tenho conhecimento das materias dadas	1	0,04	4
são estimulados a nível físico e cognitivo	1	0,04	4
o meu filho gosta muito de fazer os trabalhos			

O meu filho gosta muito de fazer os trabalhos manuais	1	0,04	4
se forem leccionadas de forma lúdica	1	0,04	4
adaptam-se as suas necessidades	1	0,04	4
preparam para o futuro	1	0,04	4
São muitas horas fechados entre 4 paredes	1	0,04	4
Não justificou	12	0,46	46
total	26	1	100

O que poderia ser melhorado	fi	fri	%
Espaço Exterior	15	0,58	58
Edifício	5	0,19	19
Recursos	9	0,34	34
Actividades	9	0,34	34
Horário	4	0,15	15
Professores	2	0,08	8
Monitores	2	0,08	8
outros	1	0,04	4
não assinalou nada	4	0,15	15

satisfação com os recursos humanos	fi	fri	%
são profissionais qualificados e criativos	5	0,19	19
estou muito satisfeita ate prova em contrario	1	0,04	4
o acompanhamento e a atenção dos animadores é excepcional	4	0,15	15
não tenho nada a apontar	1	0,04	4
não justificou	14	0,54	54
Total	25	0,96	96

Total	26	0,90	90
-------	----	------	----

com quem estaria a criança ?	fi	fri	%
em casa com o irmao	1	0,04	4
com os avós	8	0,3	30
ATL	3	0,11	11
não sei, nunca ponderei isso, tenho a familia longe	2	0,08	8
teria de arrnjar quem ficasse com ela	1	0,04	4
numa ama ou com a avo	1	0,04	4
com a mae	3	0,11	11
numa ama	2	0,08	8
local de trabalho da mae	1	0,04	4
a questão não se coloca	1	0,04	4
familiares	1	0,04	4
em casa	1	0,04	4
não respondeu	1	0,04	4
Total	26	1	100

Sugestões	fi	fri	%
o ingles devia ser da parte da manha	1	0,04	4
o leque de actividades do ano passado era mais variado	1	0,04	4
proporcionam actividades que vao ao encontro das necessidades das crianças	2	0,07	7
não conheco o curriculo , o que fazem	1	0,04	4
as tic deviam ser utilizadas pelas crianças	1	0,04	4

a qualidade dos professores é a que se desejaria	1	0,04	4
são fabulosos	1	0,04	4
penso que a escola não está bem concebida, os miudos não têm espaço para brincar, nem espaços verdes	2	0,07	7
não sugeriu	16	0,62	62
Total	26	1	100

Actividade Profissional	fi	fri
costureira	1	0,03
domestica	3	0,11
empregada de limpeza hospitalar	1	0,03
funcionaria publica	1	0,03
tecnica administrativa	1	0,03
oficila de regsito e notariado	1	0,03
vendedor	1	0,03
coordenadore de dep. Animação de um Resort	1	0,03
oficila da justiça	1	0,03
desempregada	4	0,15
vigilante de parques	1	0,03
professora	1	0,03
assistente tecnico	1	0,03
angenheiro civil	1	0,03
tecnico de vendas	1	0,03
empregada de balcão	1	0,03
tecnico oficial de contas	1	0,03
gerente restauração	1	0,03

ajudante de cozinheiro	2	0,07
total	26	1

Adequadas as crianças	fi	fri	%
Sim	25	0,96	96
Não (não ustificou)	1	0,04	4
Total	13	1	100

Importância das AEC'S	Mt importante	Importante	Pouco importante
Inglês	21 0,81	5 0,19	0
Musica	11 0,42	12 0,46	3 0,12
AFD	15 0,58	11 0,42	0
Apoio ao Estudo	18 0,69	6 0,23	2 0,08
Expressões	10 0,38	14 0,54	2 0,08

Recursos humanos , satisfação	fi	fri	%
Sim	25	0,96	96
Não (são poucos e não são eficazes)	1	0,04	4
Total	26	1	100

Satisfeito com as actividades	fi	fri	%
Sim	26	1	100
Total	26	1	100

[illegible]

7
10

TOTAL
26 100
26 100
26 100
26 100
26 100

Questionário aos pais - escola da amoreira - 1 ano - 8 questionarios

Grau de parentesco	fi	fri	%
Mãe	7	0,88	88
Pai	1	0,12	12
Total	8	1	100

Habilitações Literárias	fi	fri	%
1º ciclo	1	0,12	12
2º ciclo	1	0,12	12
3º ciclo	2	0,26	26
Ensino secundario	4	0,5	5
Total	8	1	100

Actividade profissional	fi	fri	%
Desempregada	2	0,26	26
Empregada de restauração	1	0,12	12
Empregada de escritório	1	0,12	12
Força de segurança	1	0,12	12
Assistente operacional	1	0,12	12
Domestica	1	0,13	13
Auxiliar de acção directa	1	0,13	13
Total	8	1	100

AEC's importantes - 8 pais - 100%

Porquê?	fi	fri	%
Os alunos vão preparados para outros anos, aprendem varios temas, novos conhecimento	4	0,5	50
É importante	1	0,12	12
Enriquecimento das crianças a todos os niveis, ajuda a ter, cultura geral, filhos ficam entregues até os irem buscar	2	0,26	26
Não respondeu	1	0,12	12
Total	8	1	100

Adequado as crianças

	fi	fri	%
Sim	7	0,88	88
Não (não justificou)	1	0,12	12
Total	8	1	100

	fi	fri	%
Dão as crianças um conhecimento basico de varias disciplinas	1	0,12	12
São ministradas como matéria escolar	1	0,12	12
Ao não sobrecarregar as crianças elas aprendem melhor, de forma lúdica	1	0,12	13
Não respondeu	5	0,63	63
Total	8	1	100

Importância das AEC's	Muito Importante	Importante
Inglês	7 0,88	1 0,12

Musica	1 0,12	5 0,63
Fisica	5 0,63	3 0,37
Apoio ao estudo	8	0
Expressões	3 0,38	4 0,5

O que poderia ser melhorado	fi	fri	%
espaço exterior	8	1	100
Edificio	3	0,37	37
Recursos	2	0,25	25

Recursos humanos, satisfação dos monitores - sim 8 pais - 100%

	fi	fri	%
Eles acompanham e dão apoio as crianças	3	0,38	38
são atentos, as brincadeiras ajudam a desenvolver, são interessados e preocupam-se com eles	2	0,26	26
O trabalho é apreciado pelas crianças e por nós	1	0,12	12
A minha filha está contente	1	0,12	12
Saber preencher as necessidades das crianças	1	0,12	12
Total	8	1	100

se a criança não estivesse nas AEC's com que estaria

	fi	fri	%
--	----	-----	---

Com a mãe em casa	2	0,25	25
Em casa com a avó	4	0,5	50
Com ama	2	0,25	25
Total	8	1	100

Sente-se satisfeito - 8 - sim 100%

	fi	fri	%
Está bem assim	1	0,12	12
Não sugeriu	7	0,88	88
Total	8	1	100

Ano que frequenta	fi	fri	%
1º ano	8	1	100
Total	8		

Idade da criança	fi	fri	%
6	4	0,5	50
7	3	0,38	38
8	1	0,12	12
Total	8	1	100

Pouco Importante	Total
0	8 100

2 0,25	8 100
0	8 100
0	8 100
1 0,12	8 100

Questionário aos Pais: das crianças de 4º ano da escola de A-dos-Negros

Grau de parentesco

	fi	fri	%
Mãe	8	0,91	91
Pai	1	0,09	9
Total	9	1	100

Actividade Profissional

	fi	fri	%
Serviços gerais condutora carrinha 9 lugares	1	0,11	11
Emp. Balcão / Supermercado	2	0,22	22
Agricultora	1	0,11	11
Artesã	2	0,23	23
A tirar o 12º ano	1	0,11	11
Empregada de Limpeza	1	0,11	11
Técnica Comercial	1	0,11	11
Total	9	1	100

Idade da criança

	fi	fri	%
9	5	0,56	56
10	4	0,44	44
Total	9	1	100

Adequado às crianças: sim 9 pais: 100%

Porquê?

	fi	fri	%
Ficam com vários conhecimentos mais cedo	1	0,11	11

São diferentes umas das outras e permitem	1	0,11	11
Vejo desenvolvimentos e conhecimentos	1	0,11	11
Não justificou	6	0,67	67
Total	9	1	100

Importância dos
AEC'S

	Muito Importante	Importante
Inglês	8 0,89	1 0,11
Música	5 0,56	3 0,33
Física	8 0,89	1 0,11
Apoio ao estudo	8 0,89	1 0,11
Expressões	5 0,56	4 0,44

O que poderia ser

	fi	fri	%
Espaço Exterior	8	0,89	89
Edifício	5	0,56	56
Recursos	3	0,33	33
Actividades	2	0,22	22
Horário	1	0,11	11
Professores	0	0,18	18
Monitores	1	0,11	11
Outros? Quais	2	0,22	22

: a educação

Recursos Humanos, satisfação dos monitores.

Sim: 9 pais: 100%

	fi	fri	%
Não tenho razão de queixa.	2	0,23	23

Nada de negativo existe sempre disponibilidade por parte deles para esclarecimentos	1	0,11	11
São excelentes, estou muito satisfeita adequam-se muito bem ao trabalho, são acessíveis e prestáveis	3	0,33	33
Não justificou	3	0,33	33
Total	9	1	100

Se a criança não estivesse nas AEC'S,
com quem estaria?

	fi	fri	%
Sozinho ou com o irmão	1	0,11	11
Em casa dos pais ou com algum familiar	1	0,11	11
Com a avó em casa	5	0,56	56
Possivelmente numa ama	1	0,11	11
Nem consigo imaginar	1	0,11	11
Total	9	1	100

Sente-se satisfeito? Sim 9 pais: 100%

	fi	fri	%
Não sugeriu	9	1	100

Habilitações

	fi	fri	%
1º ciclo	2	0,22	22
2º ciclo	2	0,22	22
3º ciclo	3	0,34	34
Ens. Secundário	2	0,22	22
Total	9	1	100

Que ano frequenta

	fi	fri	%
4º	9	1	100
Total	9	1	100

Pouco Importante	Total
0	9 100
1 0,11	9 100
0	9 100
0	9 100
0	9 100

o das crianças pelos pais

Questionário aos professores titulares - 1º ciclo - Escola da Amoreira - 2 questionários

Idade	fi	fri	%
entre 31 a 35 anos	1	0,5	50
Entre 36 e 40 anos	1	0,5	50
Total	2	1	100

Habilitações Literárias	fi	fri	%
Licenciatura	2	1	100
Total	2		

Situação profissional	fi	fri
Vinculado	2	1
Total	2	

Tempo de serviço	fi	fri
Entre 5 e 10 anos	2	1
Total	2	

Que anos Lecciona	fi	fri
1º e 2º ano	1	0,5
3º e 4º ano	1	0,5
Total	2	1

Orientações programáticas	Inglês	Musica	AFD
Nível 5 (1 a 5)	1 0,5	1 0,5	0
Nível 4	1 0,5	1 0,5	1 0,5
Nível 3	0	0	1 0,5
Total	1	1	1

Colaboração entre professores do CEB e AEC's - Existe - 2 professores - 100%

	fi	fri
Na planificação	2	1
No decorrer dos AEC's	2	1
Na avaliação	2	1
Total	2	

Grau de conhecimento das AEC's	fi	fri	%
Nível 4	2	1	100
Total	2		

Ideia sobre o nível de motivação	Musica	Inglês	AFD
Nível 4	2	2	0
Nível 5	0	0	2
Total	2 100	2 100	2 100

Opinião sobre as alterações decorrentes da	Comportamento	Rendim
--------------------------------------------	---------------	--------

introdução das AEC's	comportamento	resposta
Positiva	1 0,5	1 0,
Negativa	1 0,5	1 0,
Total	2	2

um dos professores respondeu tudo positivo , outro resp

Género	fi	fri	%
Feminino	1	0,5	50
Masculino	1	0,5	50
Total	2	1	100

%
100

%
100

%
50
50
100

1 professor tudo nivel 4

%
100
100
100

Apoio ao Estudo	Expressões
2	1 / 2 0,5
0	1 / 2 0,5
2 100	2 100

mento	Concentração	Gosto para a escola
-------	--------------	---------------------

Item	Concentração	Gosto pela escola
1	1	2
5	0,5	0
1	1	0
5	0,5	0
2	2	2

ondeu negativo em todos menos no gosto pela escola

Escola A - dos- negros - turma 1 ano - 10 questionarios

	fi	fri	%
Menina	4	0,4	40
Menino	6	0,6	60
Total	10	1	100

Idades
6
7
Total

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto
Apoio ao estudo	8 0,8	2 0,
Ingles	7 0,7	C
Musica	4 0,4	1 0,
AFD	5 0,5	C
Educ. criativa	6 0,6	C
Actividade animador	6 0,6	C

aprendeste coisas novas - 100% - 10 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
Estudar Plantas	1	0,1	10
Colar e Desenhar	1	0,1	10
Pintar e Brincar	3	0,3	30
as letras e jogos novos	3	0,3	30
Ler e Estudar	1	0,1	10
Aprender de tudo um pouco	1	0,1	10
Total	10	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	brinco +	Sinto + Feliz
Apoio ao estudo	3 0,3	2 0,2	2 0,2	0	3 0,3
Ingles	1 0,1	0	2 0,2	2 0,2	1 0,1
Musica	1 0,1	1 0,1	0	1 0,1	3 0,3
AFD	1 0,1	1 0,1	1 0,1	2 0,2	0
Educação criativa	2 0,2	1 0,1	0	1 0,1	1 0,1
Total	10				

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Teatro	2	0,2	20
Pintura	3	0,3	30
Dança e Ballet	2	0,2	20
Baloços e Piscinas	1	0,1	10
Não Respondeu	2	0,2	20
Total	10	1	100

Escola A - dos- negros - turma 2 ano - 9 questionarios

	fi	fri	%
Menina	4	0,44	44
Menino	5	0,56	56
Total	9	100	100

Idades
7
8
9
Total

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto
Apoio ao estudo	9	0
Ingles	9	0
Musica	6 0,67	3 0,33
AFD	9	0
Educ. criativa	9	0
Actividade animador	9	0

aprendeste coisas novas - 100% - 9 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
Tocar, desenhar, pintar e contas	1	0,11	11
Cantar, pintar, desenhar e correr	2	0,22	22
brincar, tocar , correr e jogar	3	0,33	33
Jogos	1	0,11	11
gosto mt de aprender	1	11	11
Muitas coisas	1	0,11	11
Total	9	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	brinco +	Sinto + Feliz
Apoio ao estudo	1 0,11	5 0,56	1 0,11	1 0,11	1 0,11
Ingles	2 0,22	1 0,11	2 0,22	2 0,22	2 0,22
Musica	3 0,33	2 0,22	1 0,11	1 0,11	2 0,22
AFD	1 0,11	0	4 0,45	4 0,45	0
Educacão criativa	2	1	1	1	4

Educação Criativa	0,22	0,11	0,11	0,11	0,45
-------------------	------	------	------	------	------

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Pintura e Baloios	1	0,11	11
Ciências	1	0,11	11
Corrida de bicicletas	1	0,11	11
Basquet	1	0,12	12
Natação, espanhol, dança, teatro e hip-hop	3	0,33	33
Dança	2	0,22	22
Total	9	1	100

Escola A - dos- negros - turma 3 ano - 12 questionarios

	fi	fri	%
Menina	7	0,58	58
Menino	5	0,42	42
Total	12	1	100

Idades
8
9
Total

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto
Apoio ao estudo	9 0,75	2 0,17
Ingles	12	0
Musica	11 0,92	0
AFD	12	0
Educ. criativa	12	0

Educ. Criativa	12	100
Actividade animador	12	100

aprendeste coisas novas - 100% - 12 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
Colar, cortar, estudar e escrever	1	0,08	8
Novas musicas, volley e criar histórias	3	0,25	25
São muito fixes	1	0,09	9
Ter atenção, memória e ser educado	2	0,17	17
Falar inglês, musica e ter imaginação	1	0,08	8
Falar inglês	4	0,33	33
Total	12	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	brinco +	Sinto + Feliz
Apoio ao estudo	3 0,25	7 0,59	1 0,08	0	1 0,08
Ingles	3 0,25	2 0,17	3 0,25	2 0,17	2 0,16
Musica	1 0,08	2 0,17	2 0,17	1 0,08	6 0,5
AFD	4 0,33	0	4 0,33	3 0,25	1 0,09
Educação criativa	1 0,08	1 0,08	2 0,17	6 0,5	2 0,17

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Futebol	4	0,34	34

Natação	3	0,25	25
Expressão dramática	1	0,08	8
Ciências	1	0,08	8
Teatro, ciências, futebol e histórias	1	0,08	8
Volley	1	0,09	9
Aulas de dança contemporânea	1	0,09	9
Total	12	1	100

Escola A - dos- negros - turma 4 ano - 10 questionarios

	fi	fri	%
Menina	6	0,6	60
Menino	4	0,4	40
Total	10	1	100

Idades
9
10
Total

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto
Apoio ao estudo	5 0,5	3 0,
Ingles	10	0
Musica	9 0,9	1 0,
AFD	10	0
Educ. criativa	10	0
Actividade animador	10	0

aprendeste coisas novas - 100% - 10 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
--	----	-----	---

Falar inglês , saber as notas musicais	4	0,4	40
Aprendo muitas coisas em todas as actividades	4	0,4	40
Aprendi desportos novos e a expressar-me mais	1	0,1	10
Ao mesmo tempo que aprendo também me divirto	1	0,1	10
Total	10	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	brinco +	Sinto + Feliz
Apoio ao estudo	1 0,1	6 0,6	2 0,2	0	1 0,1
Ingles	2 0,2	1 0,1	1 0,1	3 0,3	3 0,3
Musica	1 0,1	1 0,1	2 0,2	1 0,1	5 0,5
AFD	5 0,5	1 0,1	2 0,2	2 0,2	0
Educação criativa	1 0,1	1 0,1	2 0,2	4 0,4	2 0,2

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Informatica, teatro e ginástica	4	0,4	40
Representação e dança	2	0,2	20
Ciências	2	0,2	20
Informatica, volley e ciências	1	0,1	10
Actividades Lúdicas	1	0,1	10
Total	10	1	100

fi	fri	%
4	0,4	40
6	0,6	60
10	1	100

+ ou -	Gosto pouco	Total %
2	0	10
2	0	100
0	0	7
0	0	100
1	0	5
1	0	100
0	0	5
0	0	100
0	0	6
0	0	100
0	0	6
0	0	100

5 frequentam todas as actividades 4 so têm apoio ao estudo e 1 tem ingles apoio ao estudo e educação criativas

Total
10
10
6
10
6
10
5
10
5
10

fi	fri	%
5	0,56	56
2	0,22	22
2	0,22	22
9	1	100

+ ou -	Gosto pouco	Total %
)	0	9 100
)	0	9 100
33	0	9 100
)	0	9 100
)	0	9 100
)	0	9 100

Total
9 100
9 100
9 100
9 100
9

fi	fri	%
8	0,67	67
4	0,33	33
12	1	100

+ ou -	Gosto pouco	Total %
?	1	12
17	0,08	100
)	0	12 100
)	1 0,08	12 100
)	0	12 100
1	0	12

,	0	100
)	0	12
		100

Total
12
100
12
100
12
100
12
100

fi	fri	%
5	0,5	50
5	0,5	50
10	1	100

+ ou -	Gosto pouco	Total %
3	2	10
3	0,2	100
0	0	10
0	0	100
1	0	10
1	0	100
0	0	10
0	0	100
0	0	10
0	0	100

Total
10 1
10 1
10 1
10 1
10 1

Escola da Amoreira - turma 1 ano - 8 questionarios

	fi	fri	%
Menina	4	0,5	50
Menino	4	0,5	50
Total	8	1	100

Idades
6
7
8
Total

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto
Apoio ao estudo	8	0
Ingles	6 0,75	2 0,25
Musica	7 0,87	1 0,125
AFD	8	0
Educ. criativa	8	0
Actividade animador	8	0
Total	8	

aprendeste coisas novas - 100% - 8 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
Ler e escrever	3	0,37	37
Fazer coisas divertidas com animadores	1	0,13	13
Numeros	2	0,25	25
Fazemos muitas coisas	2	1,25	25
Total	8	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	brinco +	Sinto + Feliz
--	---------	-----------	------------	----------	---------------

Apoio ao estudo	1 0,13	6 0,75	0	0	1 0,13
Ingles	1 0,13	2 0,25	3 0,38	1 0,13	1 0,13
Musica	0	3 0,38	2 0,25	0	3 0,38
AFD	1 0,13	0	3 0,38	3 0,38	1 0,13
Educação criativa	2 0,25	0	0	3 0,38	3 0,38

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Futebol	3	0,38	38
Aeróbica	2	0,25	25
As que tem	1	0,13	13
Jogos	1	0,12	12
Natação	1	0,12	12
Total	8	1	100

Escola da Amoreira - turma 2 ano - 9 questionarios

	fi	fri	%
Menina	5	0,56	56
Menino	4	0,44	44
Total	9	100	100

Idades
7
8
9
Total

são 10 mas 1 com necessidade especial

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto
Apoio ao estudo	7 0,78	2 0,22

Ingles	4 0,45	2 0,23
Musica	7 0,78	2 0,23
AFD	9	0
Educ. criativa	9	0
Actividade animador	9	0
Total	9	

aprendeste coisas novas - 100% - 9 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
Muitas coisas divertidas	1	0,11	11
Tocar Flauta	1	0,11	11
Pintar com Tintas	1	0,11	11
Fazer Jogos	1	0,11	11
Futebol	2	0,23	23
Apoio ao estudo	1	0,11	11
Coisas giras	2	0,22	22
Total	9	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	brinco +	Sinto + Feliz
Apoio ao estudo		5 0,56	3 0,33	0	1 0,11
Ingles	3 0,33	3 0,33	1 0,11	1 0,11	1 0,11
Musica	3 0,33	1 0,11		1 0,11	4 0,45
AFD	1 0,11	1 0,11	2 0,22	4 0,45	1 0,11
Educação criativa	2 0,22		3 0,33	3 0,33	1 0,11

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Piscina, Bowling e Volley	1	0,11	11
Futebol	2	0,22	22
Ginástica aeróbica	2	0,22	22
Teatro	1	0,12	12
Ciências	1	0,11	11
Dança, Canto e Representar	2	0,22	22
Total	9	1	100

Escola da Amoreira - Turma 3 ano - 8 questionarios

	fi	fri	%
Menina	3	0,37	37
Menino	5	0,63	63
Total	8	1	100

Idades
8
9
11
Total

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto
Apoio ao estudo	4 0,5	4 0,
Ingles	7 0,87	1 0,:
Musica	2 0,25	6 0,:
AFD	8	
Educ. criativa	7 0,87	1 0,:
Actividade animador	8	

Actividade animador	8	
Total	8	

aprendeste coisas novas - 100% - 8 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
Tocar Flauta e Falar Inglês	4	0,5	50
Muitas coisas e se portar-me mal os animadores colocam-me de castigo	1	0,12	12
Toco melhor musica e consigo falar Inglês	1	0,12	12
Muitas coisas jogos e tocar flauta	1	0,13	13
Muitas coisas, fazer prendas do dia do pai e da mae	1	0,13	13
Total	8	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	brinco +	Sinto + Feliz
Apoio ao estudo	1 0,13	2 0,25	3 0,38		2 0,25
Ingles	3 0,38	1 0,13	2 0,25	1 0,13	1 0,13
Musica		5 0,62		2 0,25	1 0,13
AFD	3 0,38	1 0,13	2 0,25		2 0,25
Educação criativa	1 0,13		1 0,13	4 0,5	2 0,25

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Futebol	1	0,13	13
Equitação	1	0,13	13
Ciencia Divertida e	2	0,25	25

Tawkwndo	2	0,25	25
Volley	1	0,13	13
Piscina, actividades de Experiencias	1	0,12	12
Yoga	1	0,12	12
Não respondeu	1	0,12	12
Total	8	1	100

Escola da Amoreira - turma 4 ano - 6 questionarios

	fi	fri	%
Menina	3	0,5	50
Menino	3	0,5	50
Total	6	1	100

Idades
9
10
Total

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto
Apoio ao estudo	1 / 6 0,17	5 / 0,8
Ingles	6	0
Musica	4 / 6 0,67	2 / 0,3
AFD	5 / 6 0,83	1 / 0,2
Educ. criativa	6	0
Actividade animador	6	0

aprendeste coisas novas - 100% - 6 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
--	----	-----	---

Tocar Flauta e Falar Inglês	4	0,66	66
Jogos na ginastica	1	0,17	17
Musica e Desenhar	1	0,17	17
Total	6	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	brinco +	Sinto + Feliz
Apoio ao estudo	0 0	2 0,33	3 0,5	1 0,17	0
Ingles	5 0,83	0	1 0,17	0	0
Musica	1 0,17	2 0,33	1 0,17	0	2 0,33
AFD	0	1 0,17	1 0,17	2 0,33	2 0,33
Educação criativa	0	1 0,17	0	3 0,5	2 0,33

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Taekwondo	1	0,17	17
Ciencia Divertida	1	0,17	17
Ciencias e Geografia	2	0,33	33
Ciencia	2	0,33	33
Total	6	1	100

fi	fri	%
3	0,38	38
4	0,5	50
1	0,12	12
8	1	100

+ ou -	Gosto pouco	Total %
)	0	100
2	0	100
25	0	100
l	0	100
13	0	100
)	0	100
)	0	100
)	0	100

Total

8
100
8
100
8
100
8
100
8
100

fi	fri	%
3	0,33	33
5	0,56	56
1	0,11	11
9	1	100

+ ou -	Gosto pouco	Total %
22	0	100

22	3 0,33	100
22	0	100
)	0	100
)	0	100
)	0	100

Total
8 100
8 100
8 100
8 100
8 100

fi	fri	%
4	0,5	50
3	0,37	37
1	0,13	13
8	1	100

+ ou -	Gosto pouco	Total %
4 5		100
1 13		100
5 75		100
		100
1 13		100
		100

		100

Total
8
100
8
100
8
100
8
100
8
100

fi	fri	%
2	0,33	33
4	0,67	67
6	1	100

+ ou -	Gosto pouco	Total %
' 6 33	0	6 100
)	0	6 100
' 6 33	0	6 100
' 6 17	0	6 100
)	0	6 100
)	0	6 100

Total
6 100
6 100
6 100
6 100
6 100

complexo dos arcos turma do 1 ano 21 questionarios

	fi	fri	%
Menina	8	0,38	38
Menino	13	0,62	62
Total	21	1	100

Idades	fi
6	14
7	7
Total	21

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto + ou -
Apoio ao estudo	21	0
Ingles	21	0
Musica	18 0,86	2 0,09
AFD	21	0
Educ. criativa	20 0,95	1 0,05
Actividade animador	21	0
Total	21	

aprendeste coisas novas 100% 21 crianças responderam que sim

	fi	fri	%
Fazer mascaras,rimas com palavras,histórias	15	0,71	71
Os bonecos	2	0,1	10
Não respondeu/Não justificou	3	0,14	14
Jogos	1	0,05	5
Total	21	1	100

une a actividade com a opiniao

	sinto + feliz	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor	Brinco +	Total
Apoio ao estudo	4 0,19	3 0,14	10 0,48	4 0,19	0	21 100
Ingles	0	12 0,57	6 0,20	1 0,05	2 0,10	21 100
Musica	2	4	4	4	7	21

Musica	0,10	0,19	0,19	0,19	0,33	100
AFD	4 0,19	0	1 0,05	12 0,57	4 0,19	21 100
Educação criativa	8 0,38	2 0,10	0	0	11 0,52	21 100

actividades que gostarias de ter na tua escola
21 não justificou não respondeu

complexo dos arcos turma 2 ano - A - 17 questionarios

	fi	fri	%
Menina	12	0,71	71
Menino	5	0,29	29
Total	17	1	100

Idades
6
7
8
Total

actividades que mais gosta

	Gosto muito	Gosto + ou -
Apoio ao estudo	17	0
Ingles	17	0
Musica	16 0,94	1 0,06
AFD	17	0
Educ. criativa	17	0
Actividade animador	17	0
Total	17	

aprendeste coisas novas:

100% (17 crianças) responderam que sim entre as opções temos

	fi	%
Falar ingles, tocar flauta, experiencias, jogos e historias	5	0,29
Sobre animais, plantas, tocar flauta, ginastica	2	0,12
Fazer um castelo, apoio ao estudo, musicas, notas musicais	1	0,06
Muitas palavras no ingles	6	0,35
Muitas coisas	1	0,06

29% destac

35 % das cr

Muitas coisas	1	0,06
Dançar e fazer muitas coisas com o animador	1	0,06
Não justificou	1	0,06
Total	17	1

une a actividade com a opiniao--- **17 crianças**

	sinto + feliz	Gosto +	Aprendo +	Sou melhor
Apoio ao estudo	1 0,06	3 0,14	10 0,48	4 0,19
Ingles	1 0,06	12 0,57	6 0,20	1 0,05
Musica	6 0,35	4 0,19	4 0,19	4 0,19
AFD	4 0,23	0	1 0,05	12 0,57
Educação criativa	5 0,29	2 0,10	0	0

actividades que gostava de ter na escola

	fi	fri	%
Basquetebol e Badminton	5	0,29	29%
Danças	5	0,29	29%
Teatro	2	0,12	12%
Circo	2	0,12	12%
Skate	1	0,06	6%
Actividades plasticas e construçao	1	0,06	6%
Não Respondeu	1	0,06	6%
Total	17	1	100%

complexo dos arcos turma 2 ano - B - 17 questionarios

		%
Menina	7	0,41
Menino	10	0,59
Total	17	100

Idades	fi
7	8 0,47
8	6 0,35
9	3 0,18
Total	17 1,0

	Gosto muito	Gosto + ou -
Apoio ao estudo	17	0
Ingles	16 0,94	1 0,06
Musica	14 0,82	1 0,06
AFD	15 0,88	1 0,06
Educ. criativa	17	0
Actividade animador	17	0
Total das crianças	17	

aprendeste coisas novas - 100% responderam que sim

	fi	fri	%
Falar ingles, tocar flauta, modelaem em papel	12	0,7	70
Expressao plastica	1	0,06	6
Fazer coisas novas com os animadores	2	0,12	12
O habitat das plantas	1	0,06	6
Não respondeu	1	0,06	6

Total	17	1	100
-------	----	---	-----

uma actividade com opiniao

	Gosto +	Aprendo +
Apoio ao estudo	7 0,41	1 0,06
Ingles	2 0,12	6 0,35
Musica	3 0,18	6 0,35
AFD	1 0,06	1 0,06
Educ. criativa	3 0,18	2 0,12
Total das crianças	17	

actividades que gostava que houvesse na escola

	fi	fri	%
Basquetebol e Badminton	5	0,29	29
Futebol e Basquet	7	0,41	41
Baloios	2	0,12	12
Descobre o talento e mais jogos	1	0,06	6
Não Respondeu	2	0,12	12
Total	17	1	100

complexo dos arcos - turma 3 ano - A - 19 questionarios

	fi	fri	%
Menina	4	0,21	21
Menino	15	0,79	79
Total	19	1	100

Idades
7
8
9
11

Total

Actividade que mais gosta

	Gosto muito	Gosto + ou -	Total
Apoio ao estudo	17 0,90	2 0,10	19 100%
Ingles	14 0,74	5 0,26	19 100%
Musica	12 0,63	7 0,37	19 100%
AFD	17 0,90	2 0,10	19 100%
Educ. criativa	19	0	19 100%
Actividade animador	17 0,90	2 0,10	19 100%
Total das crianças	19		

aprendeste coisas novas - 100% (19 crianças responderam sim)

	fi	fri	Total
Fazer livros e actividades com o	5	0,26	19
Aprende muitas coisas novas	5	0,26	19
Pauta de musica e boas actividades	1	0,05	19
Não Justificou	6	0,32	19
Actividade Fisica	1	0,05	19
Planetas e Corpo Humano	1	0,05	19
Total	19	1	100%

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou m
Apoio ao estudo	7	3	2

Apoio ao estudo	0,37	0,16	0,21
Inglês	2 0,10	3 0,16	5 0,21
Musica	4 0,21	1 0,05	7 0,32
AFD	3 0,16	5 0,27	2 0,10
Educ. criativa	4 0,21	6 0,32	3 0,10

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Futebol	4	0,21	21
Hip - Hop	2	0,1	10
Pintura	6	0,32	32
Desenho	2	0,1	10
Kart	1	0,05	5
Histórias	1	0,05	5
Tudo	3	0,17	17
Total	19	1	100

Complexo dos arcos - turma 3 ano - B - 17 questionarios

	fi	fri	%
Menina	8	0,47	47
Menino	9	0,53	53
Total	17	1	100

Idades	fi
8	13
9	4
Total	17

Actividade que mais gosta

	Gosto muito	Gosto + ou -	Gosto pouco
Apoio ao estudo	15 0,88	2 0,12	0
Ingles	15 0,88	2 0,12	0
Musica	14 0,82	2 0,12	1 0,06
AFD	17	0	0
Educ. criativa	17	0	0
Actividade de animador	17	0	0

Aprendeste coisas novas - 100% - 17 crianças responderam sim

	fi	fri	%
Muitas coisas novas	4	0,23	23
Fazer experiencias, banda desenhada, histórias	4	0,23	23
Sobre nós, o ambiente e exercicios	1	0,06	6
Jogos	1	0,06	6
a portar-me bem	1	0,06	6
Não especificou	6	0,36	36
Total	17	1	100

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou m
Apoio ao estudo	7 0,41	6 0,35	2 0,12
Ingles	2 0,12	6 0,35	3 0,18
Musica	4 0,23	4 0,23	6 0,36
AFD	1 0,06	0	3 0,18

Educ. criativa	4 0,23	2 0,12	2 0,12
Total das crianças	17		

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Judo	1	0,06	6
Ballet	1	0,06	6
Equitação	1	0,06	6
Mind Lab	1	0,06	6
Experiências	1	0,06	6
Aulas de Jogos	1	0,06	6
Tenho tudo	1	0,06	6
Tennis	1	0,06	6
Educação Criativa	1	0,06	6
Não Responde	8	0,47	47
Total	17	1	100

não especif

Complexo dos arcos - turma do 4 ano - 24 questionarios

	fi	fri	%
Menina	13	0,54	54
Menino	11	0,46	46
Total	24	1	100

Idades	fi
8	1
9	11
10	10
11	2
Total	24

Actividade que mais gosta

	Gosto muito	Gosto + ou -	Gosto pouco
Apoio ao estudo	15 0,62	9 0,38	0
Ingles	18 0,75	6 0,25	0
Musica	11 0,46	9 0,38	4 0,17
AFD	19 0,80	4 0,16	1 0,04
Educ. criativa	24	0	0
Actividade de animador	24	0	0

Aprendeste coisas novas - 23 crianças responderam sim e 1 não (não justificou)

sim	fi	fri	%
Falar inglês, tocar flauta, actividades de expressão plástica	8	0,35	3
Ser mais educado	2	0,09	9
Muitas coisas	3	0,13	1
Desenhar, pintar e fazer trabalhos	1	0,04	4
Não Justificou	8	0,35	3
Não sabe descrever	1	0,04	4
Total	23	1	10

une a actividade com a opiniao

	Gosto +	Aprendo +	Sou m
Apoio ao estudo	15 0,63	3 0,13	3 0,13
Ingles	4 0,17	9 0,37	4 0,17
Musica	2 0,08	4 0,17	8 0,34

AFD	0	8 0,33	8 0,33
Educ. criativa	3 0,13	1 0,04	1 0,04

Actividades que gostavas que houvesse na tua escola

	fi	fri	%
Aulas de pintura	2	0,08	8
Ginastica artistica	3	0,13	13
Jogos (Smackdown WestIng)	4	0,17	17
Danças e artes plásticas	5	0,21	21
Futebol	4	0,17	17
Skate Park	1	0,04	4
Bateria	2	0,08	8
Equitação	2	0,08	8
Nada	1	0,04	4
Total	24	1	100

fri	%
0,67	67
0,33	33
1	100

Gosto pouco	Total
0	100%
0	100%
1 0,05	100%
0	100%
0	100%
0	100%

fi	fri	%
1	0,06	6
9	0,53	53
7	0,41	41
17	1	100

Total %
100
100
100
100
100
100
100

apenas uma crianca respondeu que gostava mais ou men

aram varias actividades no geral

iancas destacaram as aprendizagens feitas no ingles

Brinco +	Total
0	21 100
2 0,10	21 100
7 0,33	21 100
4 0,19	21 100
11 0,52	21 100

%
47
35
18
100

Gosto pouco	Total %
0	100
0	100
2 0,12	100
1 0,06	100
0	100
0	100

dao grande destaque as actividades de ingles e musica

Dão realce as actividades realizadas com os animadores

Sou melhor	Brinco +	Sinto + feliz	Total %
2 0,12	0	7 0,41	100
2 0,12	4 0,23	3 0,18	100
3 0,18	1 0,06	4 0,23	100
4 0,23	9 0,53	2 0,12	100
6 0,35	3 0,18	3 0,18	100

fi	fri	%
1	0,05	5
11	0,58	58
6	0,32	32
1	0,05	5

19	1	100
----	---	-----

al %
9
00
9
00
9
00
9
00
9
00
9
00

%
6
6
;
2
;
;
00

a maioria das crianças assume que aprendeu muitas coisas mas não especificou

melhor	Brinco +	Sinto + feliz	Total %
?	5	2	19

10	0,27	0,10	1
5	4	5	19
27	0,21	0,27	1
7	4	3	19
37	0,21	0,16	1
2	6	3	19
10	0,32	0,16	1
3	1	5	19
16	0,05	0,27	1

fri	%
0,77	77
0,23	23
1	100

o	Total %
o	17
o	100
o	17
o	100
o	17
o	100
o	17
o	100
o	17
o	100

%
3
3
3
3
3
3
3
6
10

a maioria das crianças respondeu que aprendeu coisas novas mas não especifico

melhor	Brinco +	Sinto + feliz	Total %
o	1	1	17
12	0,06	0,06	100
o	0	6	17
18		0,35	100
o	2	1	17
35	0,12	0,06	100
o	11	2	17
18	0,65	0,12	100

2	1	8	17
12	0,06	0,47	100

ificaram o tipo de actividades que gostariam de ter

fri	%
0,04	4
0,56	46
0,42	42
0,08	8
1	100

o	Total %
o	24
	100
o	24
	100
o	24
16	100
o	24
04	100
o	24
	100
o	24
	100

%
5
o
3
o
5
o
00

melhor	Brinco +	Sinto + feliz	Total
o	0	3	24
13		0,13	100
o	1	6	24
17	0,04	0,25	100
o	9	1	24
33	0,38	0,04	100

3	3	5	24
33	0,13	0,22	100
l	11	8	24
04	0,46	0,33	100

os de musica

professores das AEC'S - AFD - 6 questionarios

Idades	fi	fri	%
20-29	4	0,67	67
30-39	2	0,33	33
Total	6	1	100

Habilitações	fi	fri	%
Licenciatura na area de docência	4	0,67	67
Licenciatura noutra area	2	0,33	33
profissionalização na area de docência	0	0	0
profissionalização noutra area	0	0	0
Total	6	1	100

Satisfação	Má	Razoavel	Boa	Mt Boa
preparação para leccionar as AEC'S	0 0,17	1 0,17	2 0,33	3 0,5
Conhecimento sobre as orientações	0	2 0,33	3 0,5	1 0,17
Adequação da formação académica	0	1 0,17	2 0,33	3 0,5
frequencia de reuniões e preparação	1 0,17	1 0,17	3 0,5	0
apoio da entidade promotora	0	0	3 0,5	3 0,5
acessibilidade das escolas	0	1 0,17	2 0,33	2 0,33
qualidade das instalações	0	2 0,33	1 0,17	2 0,33
Relação com o órgão de gestão	0	2 0,33	2 0,33	2 0,33
relação com os professores	0	0	2 0,33	3 0,5
materiais disponiveis	0	2 0,33	1 0,17	3 0,5
Remuneração	1 0,17	2 0,33	3 0,5	0
Condições de trabalho	0	2 0,33	3 0,5	1 0,17

Importância das Aec's 5 profes responderam SIM , 1 respondeu não

Justificação do Sim	fi	fri	%
Permite aumentar o leque de experiências	2	0,33	33
São actividades muito benéficas para os alunos	1	0,17	17
Possibilitam mais e novas experiências para o aluno, transmitindo cada vez mais cedo contacto com modalidades desportivas	1	0,17	33
Não Justificou	1	0,17	17
Total	5	0,84	84

continuar integrado nas Aec's

	fi	fri	%
Sim	5	0,83	83
Não	1	0,17	17
Total	6	1	100

SIM - Justificação	fi	fri	%
Ganhar tempo de serviço	2	0,33	33
É um trabalho que gosto	1	0,17	17
Apesar de alguns momentos menos bons, gosto do contacto com as crianças	1	0,17	17
Não justificou	1	0,17	17

Não pretende continuar integrado	1	0,17	17
Total	6	1	100

Motivos de participação	fi	fri	%
Revelou ser uma experiencia positiva	3	0,5	50
Proporcionou oportunidade de trabalhar com crianças	2	0,33	33
houve inter ajuda	1	0,17	17
possibilidade de trabalho assegurado	0	0	0
projecto cativante	3	0,5	50
sinto-me vocacionado para o ensino	4	0,67	67
gosto em trabalhar com as crianças	5	0,83	83
trabalho perto de casa	0	0	0
Outros.	0	0	0

Opinioio para melhor funcionamento	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
Promover articulação entre professor titular	0	6	0	6 100
Promover contacto com os pais	0	6	0	6 100
Maior intervenção	0	5 0,83	1 0,17	6 100
Promover melhor comunicação	0	6	0	6 100
Maior apoio na estrutura de aulas	1 0,17	4 0,67	1 0,17	6 100
Obtenção de manuais de apoio	2 0,33	3 0,05	1 0,17	6 100

Presença da coordenadora deve ser mais frequente	2 0,33	4 0,67	0	6 100
Fornecer ajudas de custo	0	1 0,17	5 0,83	6 100
Reformulação dos horarios	1 0,17	3 0,05	2 0,33	6 100
As turmas deveriam ter um numero mais reduzido de alunos.	2 0,33	3 0,05	1 0,17	6 100
Desenvolver a interdisciplinarietà	0	6	0	6 100
Atenção à frequência dos alunos (assiduidade)	0	5 0,83	1 0,17	6 100

Sexo	fi	fri	%
Fem	3	0,5	50
Mas	3	0.5	50
Total	6	1	100

Excelente	Total
0	6 100
0	6 100
0	6 100
1 0,17	6 100
0	6 100
1 0,17	6 100
1 0,17	6 100
0	6 100
1 0,17	6 100
0	6 100
0	6 100
0	0

Experiência Profissional	fi
Ensino particular com paralelismo	1
Ensino público	3
OTL	1
Não responde	1
Total	6

importancia das AEC'S	fi	fri	%
Sim	5	0,83	83
Não	1	0,17	17
Total	6	1	100

Não - Justificação	fi	fri	%
Os alunos passam demasiado tempo am actividades dirigidas, estando assim limitado o seu nivel de acção	1	0,16	16

fri
0,17
0,5
0,17
0,17
1

1) Que actividades estão a decorrer neste ano lectivo?

Este ano lectivo, o Município de Óbidos promove a actividade de Inglês, Música, Actividade Desportiva e Actividade Criativa. Esta última é uma aposta do Município de Óbidos e engloba uma série de actividades em parceria com outros sectores do Município e profissionais externos. Por último, o Agrupamento coloca à disposição os professores titulares de grupo para o desenvolvimento da actividade de Apoio ao Estudo.

2) Acha importantes estas actividades, porquê?

As actividades são importantes se concretizarem o seu objecto – “enriquecer o currículo”. O Município de Óbidos desde 2003 e promove o ensino de inglês e música nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e 1º CEB.

3) De que forma são elaboradas as directrizes que irão reger a implementação das actividades?

As actividades a implementar vão sempre ao encontro dos objectivos estratégicos do Município para a área da educação.

4) Quem participa nesta equipa ligada às actividades de enriquecimento curricular?

Há um conjunto de profissionais do Gabinete de Educação do Município envolvidos, bem como do Agrupamento de Escolas.

5) Como são recrutados ou nomeados os diferentes intervenientes?

Os profissionais são recrutados através de parcerias ou directamente pelo Município.

6)- Quem está envolvido neste processo por parte da autarquia?

Por parte da autarquia estão envolvidos os técnicos do Gabinete de Educação, onde se inclui os técnicos superiores e os animadores.

7)- Na escola para além dos professores existem mais intervenientes?

Os animadores do Município também intervêm nas actividades, seja ajudando os professores ou a desenvolver autonomamente as actividades.

8) Que tipo de funções desempenha cada um dos intervenientes?

O Gabinete de Educação assume a gestão do funcionamento das AEC e os técnicos (docentes e animadores) fazem a operacionalização do projecto.

9) Que meios são empregues para que os vários intervenientes organizem o seu trabalho?

As actividades estão organizadas de forma a permitir a apresentação de um plano de actividades, no início de cada ano lectivo, que permita a aquisição de materiais de apoio às AEC.

10) Quem suporta os custos inerentes ao funcionamento e continuidade das actividades de enriquecimento curricular?

O Ministério da Educação apoia financeiramente as AEC, no entanto, a verba é insuficiente para cobrir todas as despesas que o Município tem com este programa.

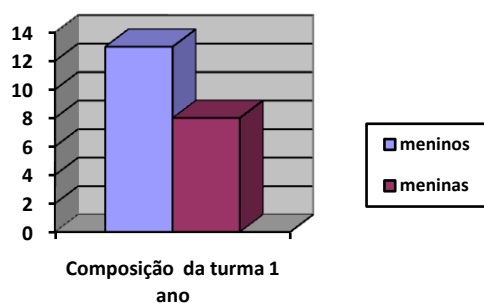
11) Como são aplicados os fundos postos à disposição para estas actividades?

Contratação de profissionais (pagamento de vencimentos), aquisição de materiais pedagógicos de apoio e obviamente todos os custos de manutenção dos espaços onde se desenvolvem as actividades.

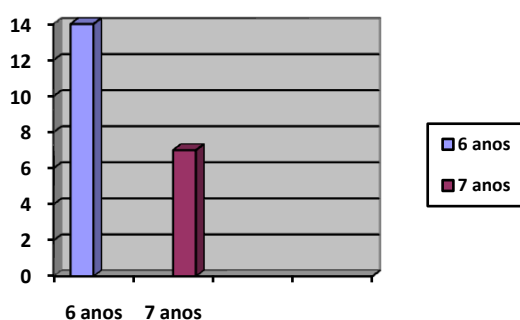
Crianças do meio urbano – COMPLEXO DOS ARCOS

❖ 1º Ano de Escolaridade – Complexo dos Arcos

➤ Composição da turma

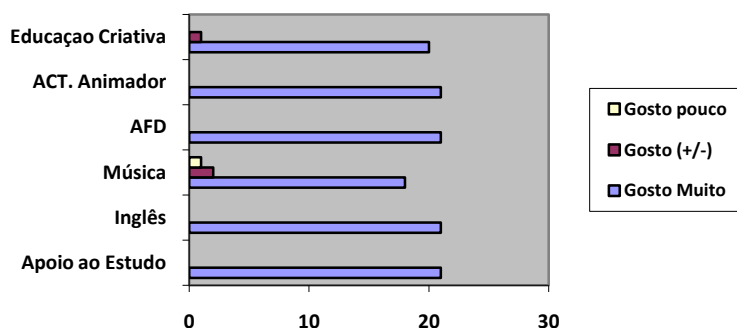


➤ Idades:



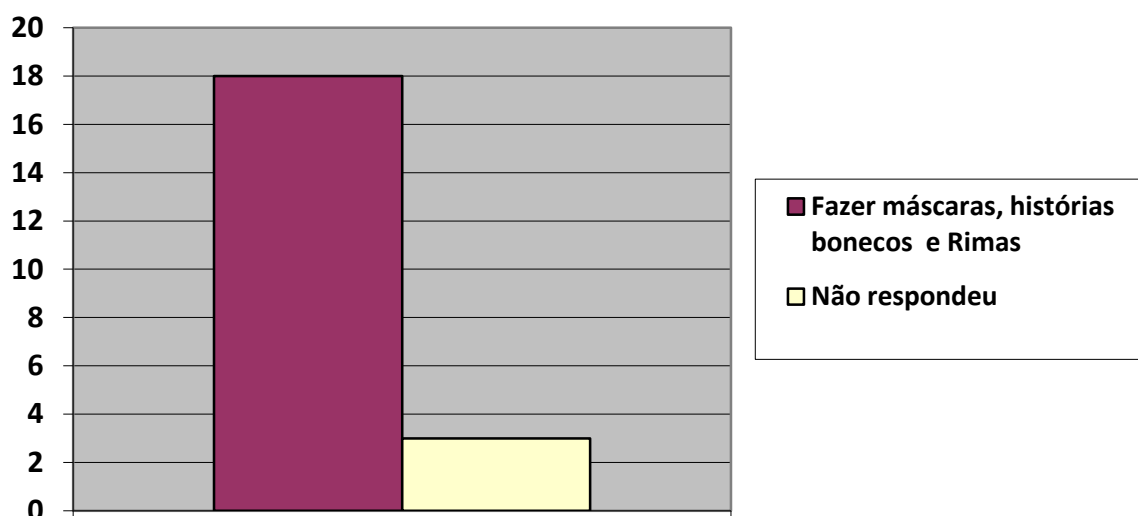
Este gráfico permite constatar que maioritariamente as crianças a frequentar o primeiro ano têm 6 anos, 14 alunos.

➤ Actividades que a criança mais gosta:



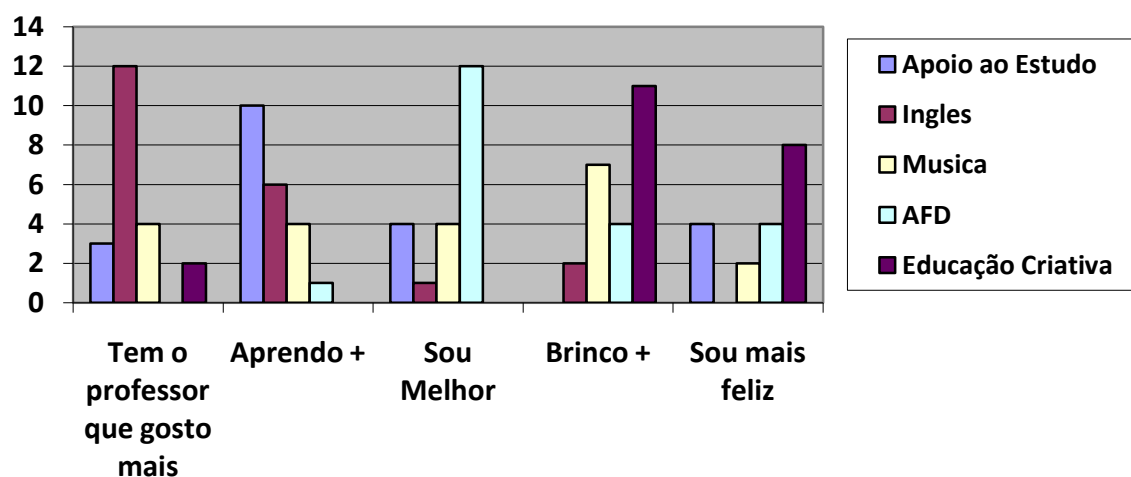
➤ Aprendizagem de coisas novas com estas actividades:

Todas as 21 crianças desta turma responderam afirmativamente a esta questão. Quanto à justificação tem varias opiniões que ordenei na seguinte tabela:



➤ **Opinião da criança sobre cada actividade:**

Através da observação dos dados apresentados no gráfico abaixo podemos verificar que nesta turma, os alunos destacam o professor que mais gostam como sendo o professor de inglês. (12 crianças). Em relação à actividade de apoio ao estudo, 10 crianças responderam que é nesta actividade que aprendem mais. Na actividade física e desportiva, existem 12 crianças que realçam o facto de serem os melhores. Onde existe mais espaço para a brincadeira é na actividade de educação criativa, segundo 11 das crianças desta turma e também é nesta actividade que as crianças se sentem mais felizes, 8 crianças, seguido de actividade física e desportiva e também de apoio ao estudo com 4 crianças cada.

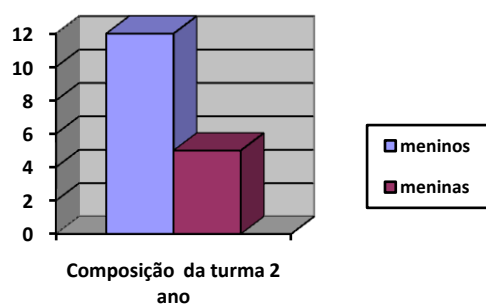


➤ **Actividade que gostaria que houvesse na escola**

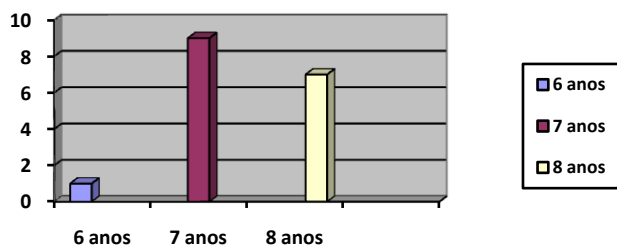
Em relação a esta questão em nenhum dos questionários desta turma obtive opinião.

❖ **2º Ano de Escolaridade – Complexo dos Arcos**

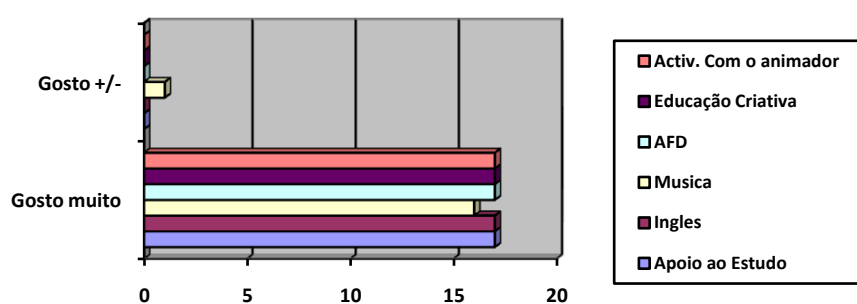
➤ **Composição da turma**



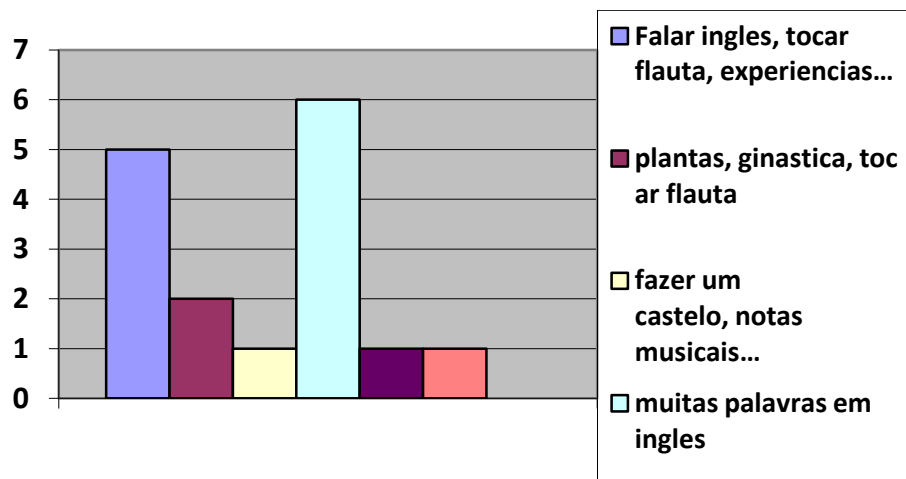
➤ **Idades:**



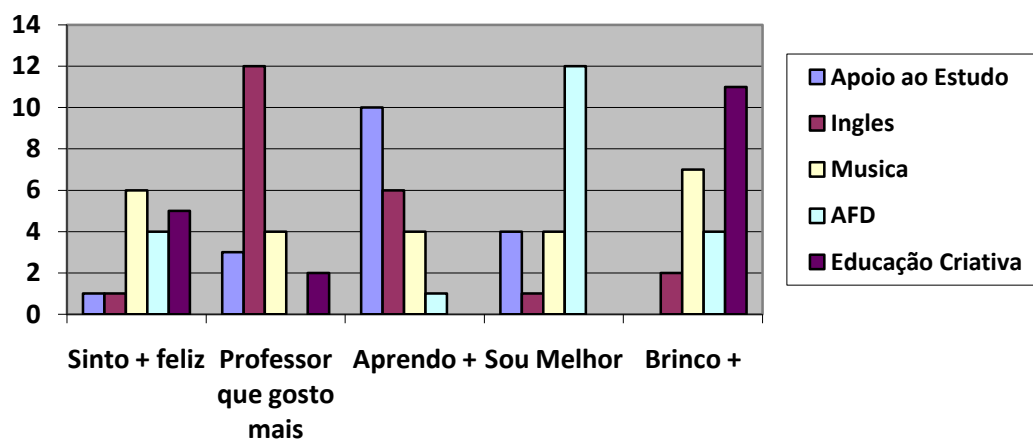
➤ Actividade que mais gosta



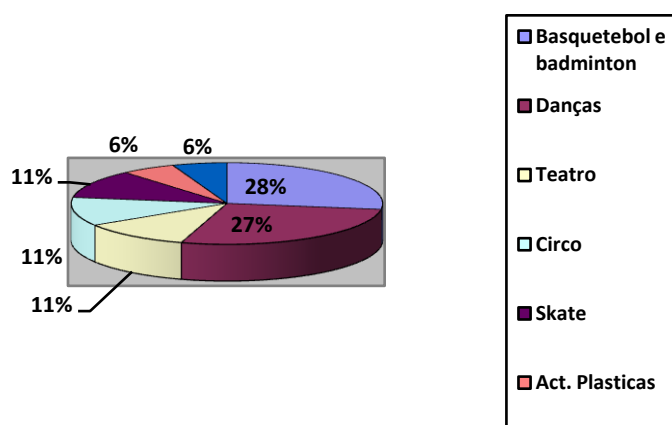
➤ Aprendeste coisas novas



➤ Actividade com a opinião

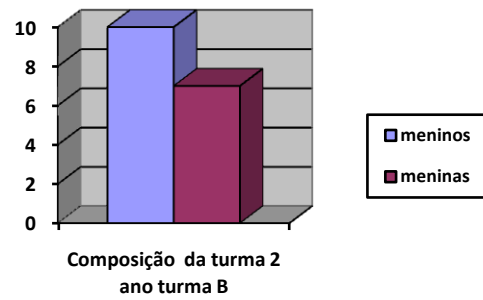


➤ **Actividades que gostava de ter na escola**

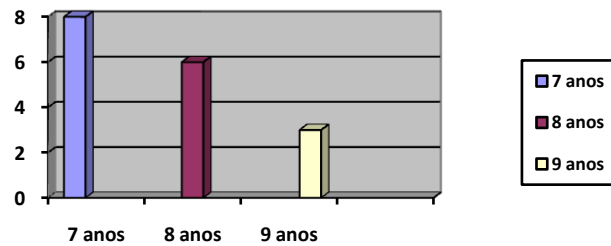


Meninos do 2 ano- turma B

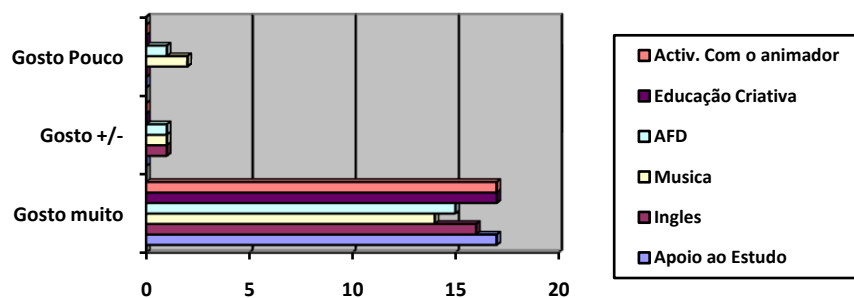
➤ **Composição da turma**



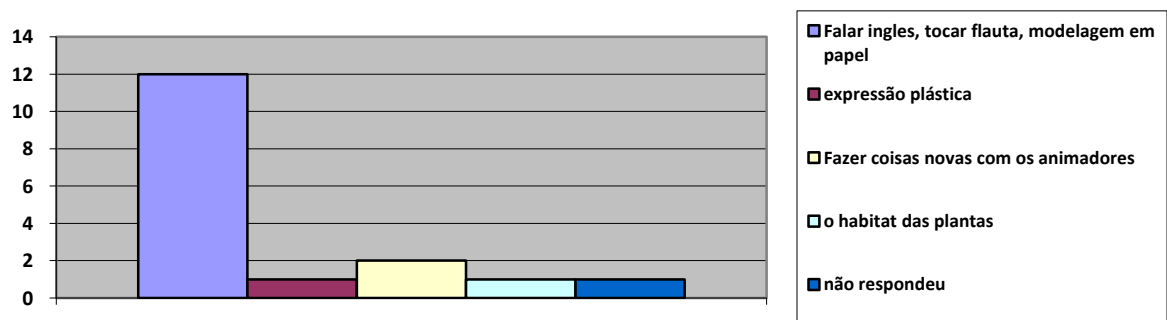
➤ **Idades:**



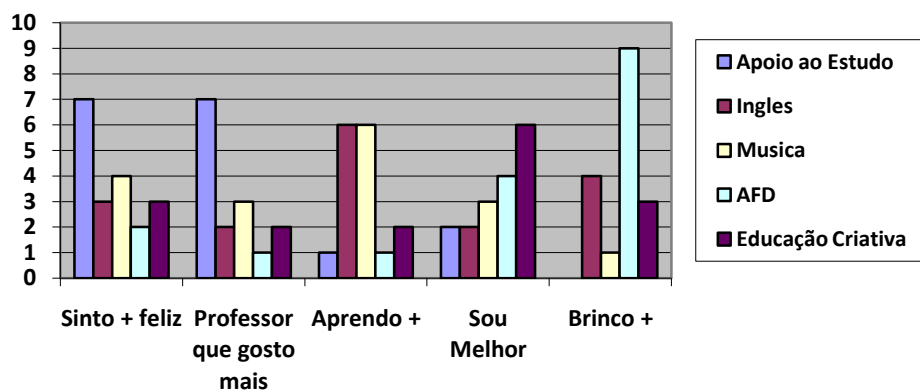
➤ **Actividade que mais gosta**



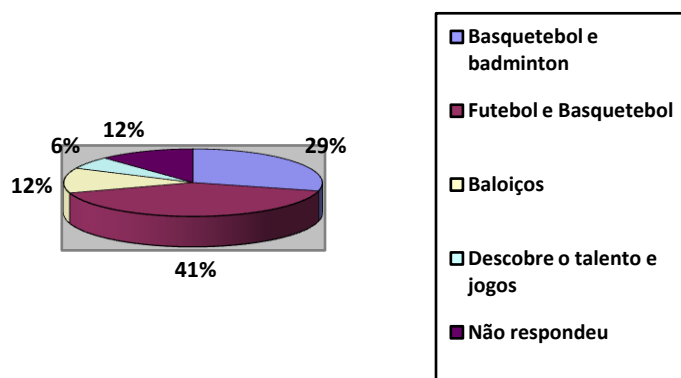
➤ **Aprendeste coisas novas**



➤ **Actividade com a opinião**

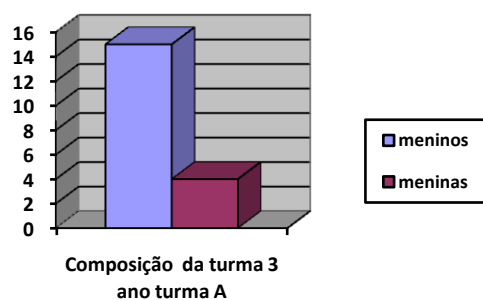


➤ **Actividades que gostava de ter na escola**

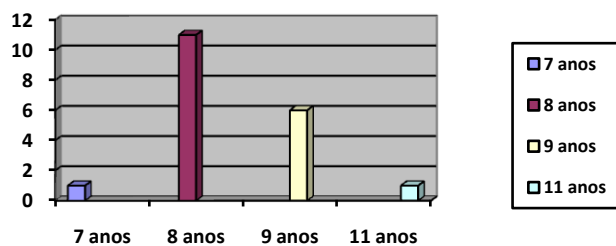


Meninos do 3 ano- turma A

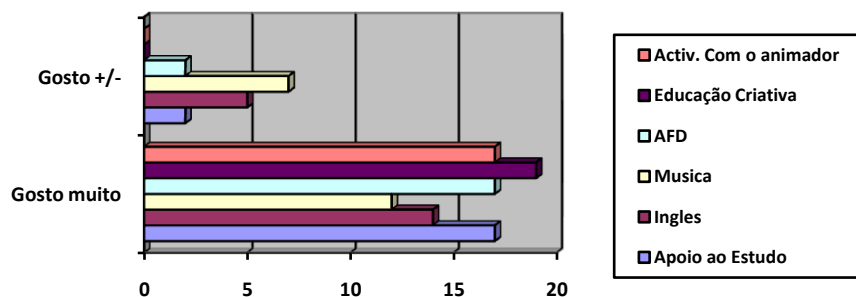
➤ **Composição da turma**



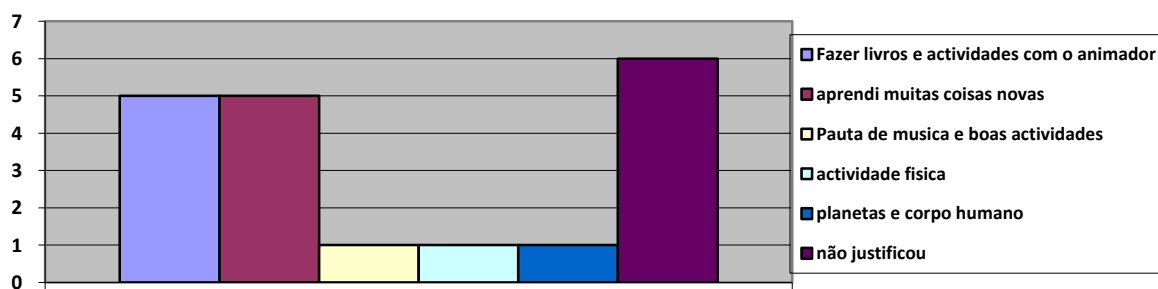
➤ **Idades:**



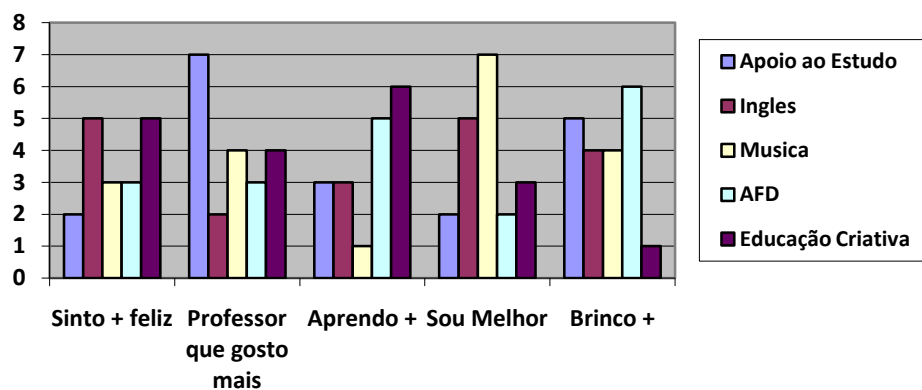
➤ **Actividade que mais gosta**



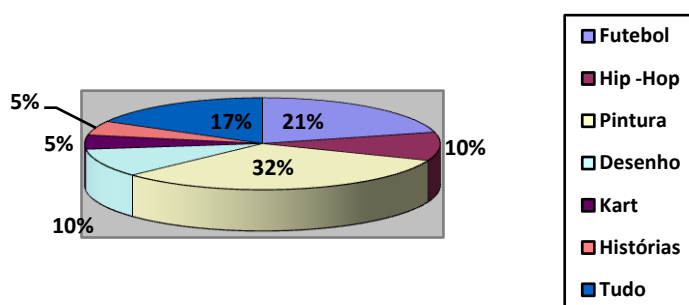
➤ **Aprendeste coisas novas**



➤ **Actividade com a opinião**

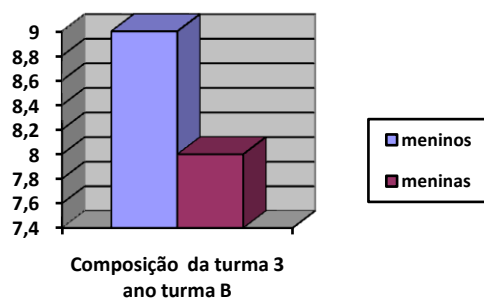


➤ **Actividades que gostava de ter na escola**

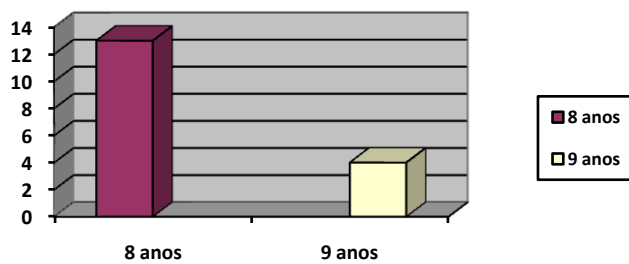


Turma 3 ano turma b

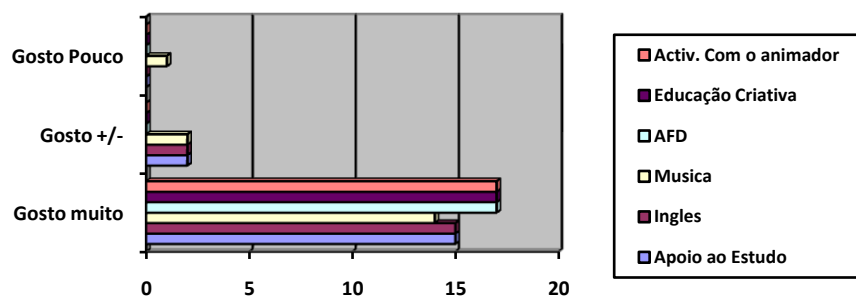
➤ **Composição da turma**



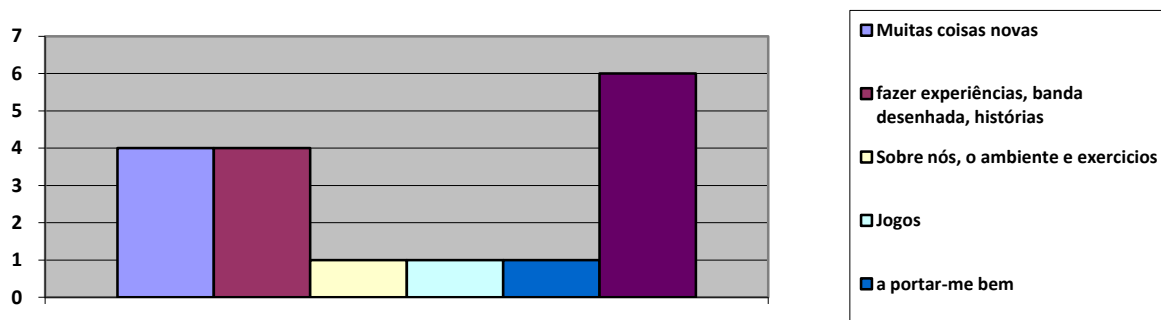
➤ **Idades:**



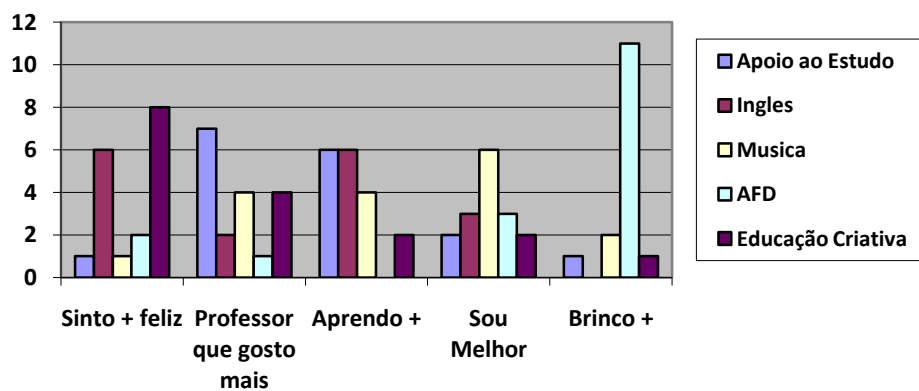
➤ **Actividade que mais gosta**



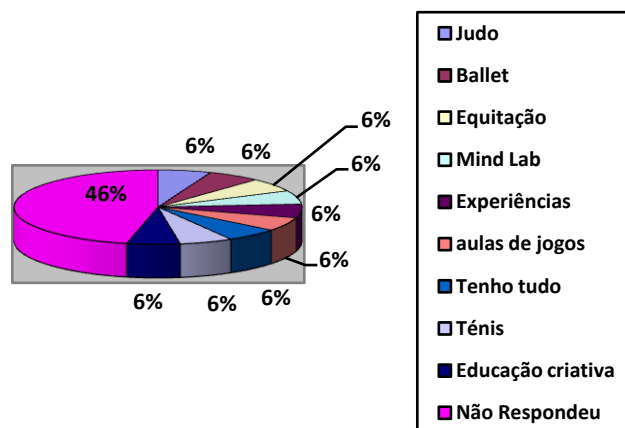
➤ Aprendeste coisas novas



➤ Actividade com a opinião

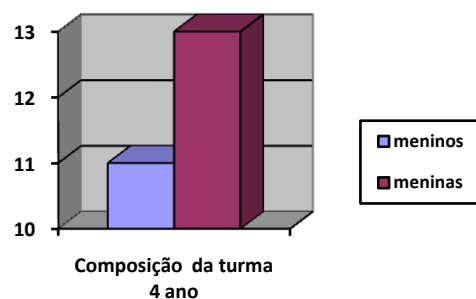


➤ Actividades que gostava de ter na escola

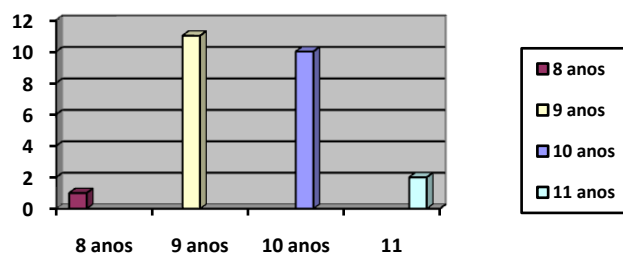


Turma de 4 ano

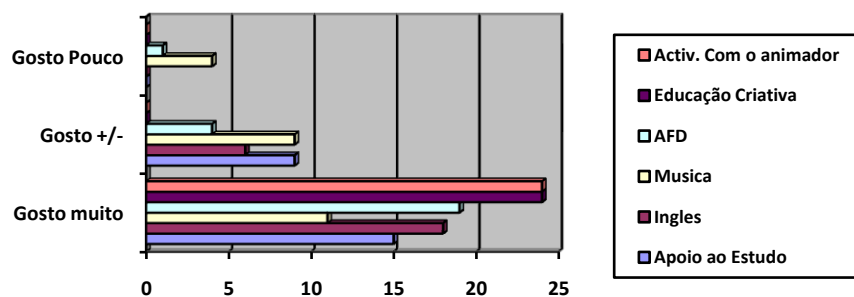
➤ Composição da turma



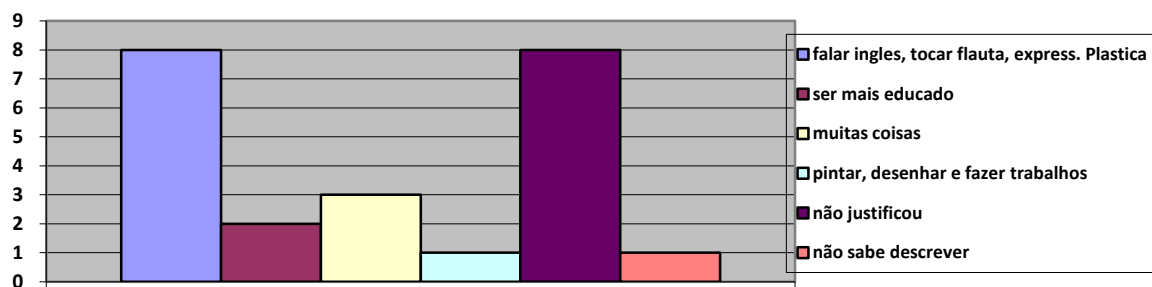
➤ Idades:



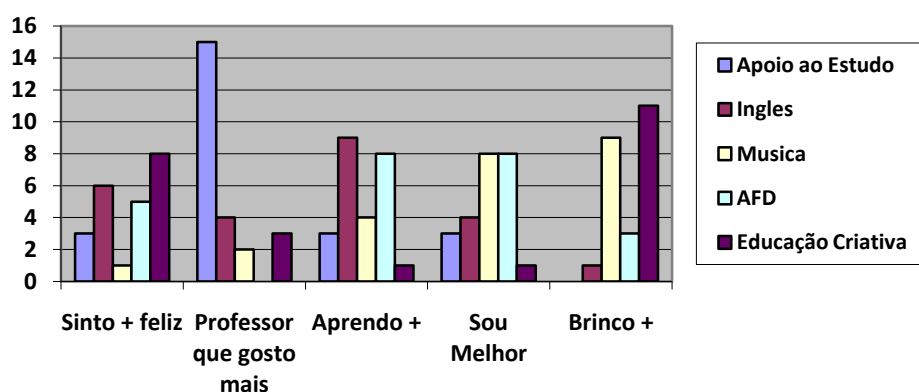
➤ Actividade que mais gosta



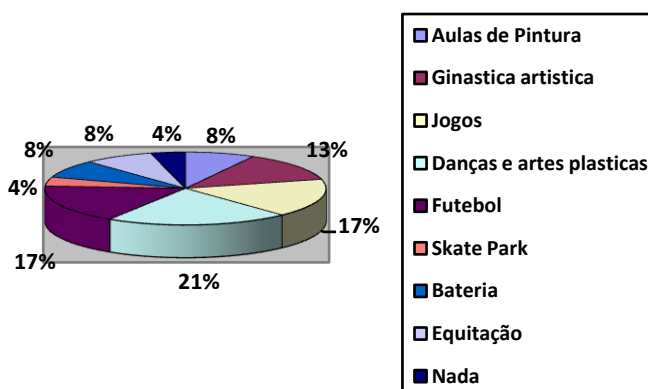
➤ **Aprendeste coisas novas**



➤ **Actividade com a opinião**



➤ **Actividades que gostava de ter na escola**

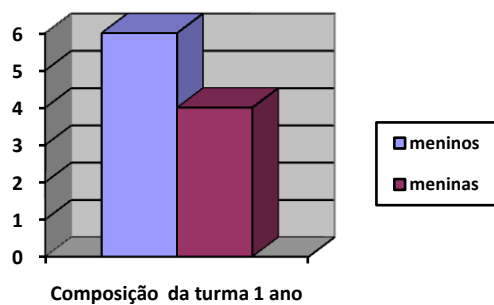


Crianças do meio rural – Escola de a dos Negros

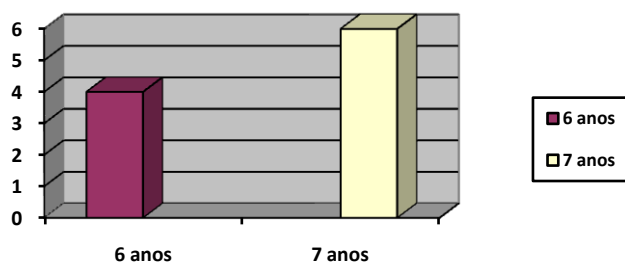
❖ Ano de escolaridade e número de alunos

Meninos do 1 ano

➤ Composição da turma

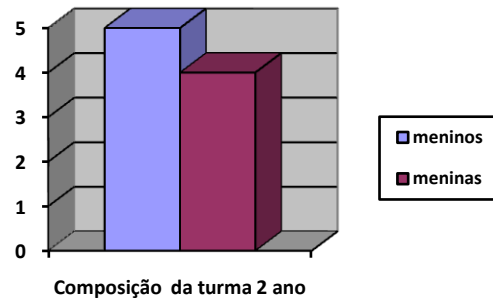


➤ Idades:

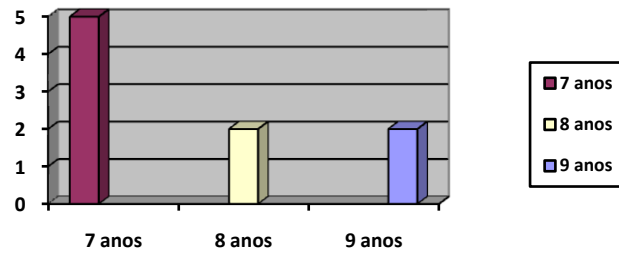


I Ano

➤ Composição da turma

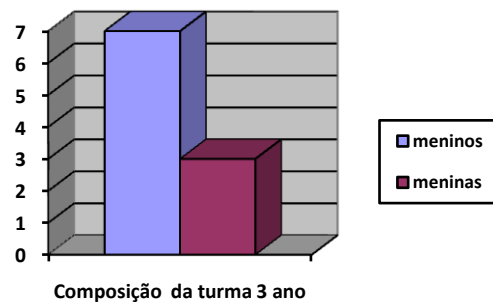


➤ **Idades:**

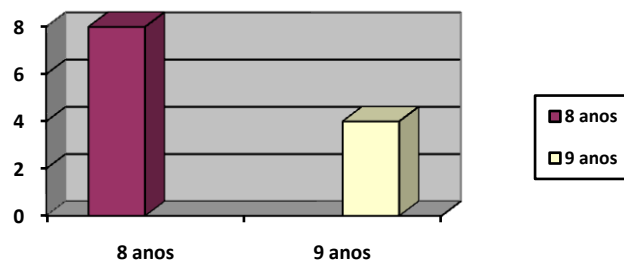


2 Ano

➤ **Composição da turma**

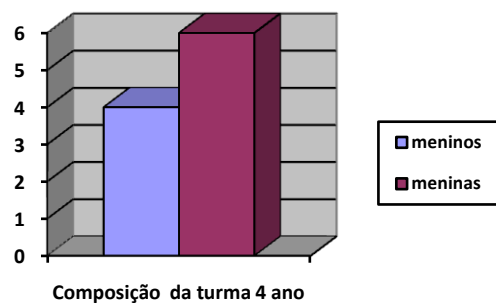


➤ **Idades:**

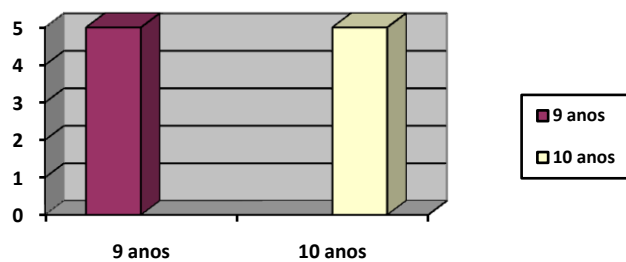


3 Ano

➤ **Composição da turma**



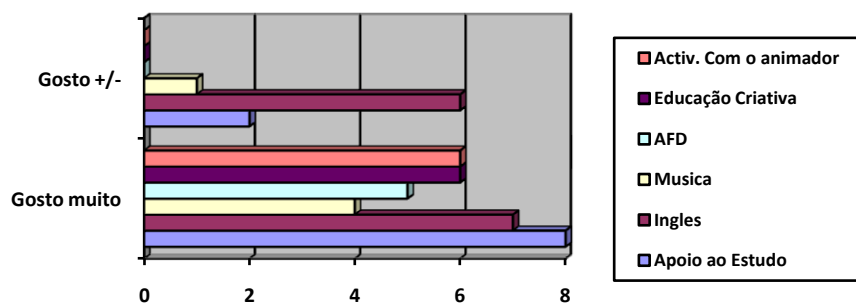
➤ **Idades:**



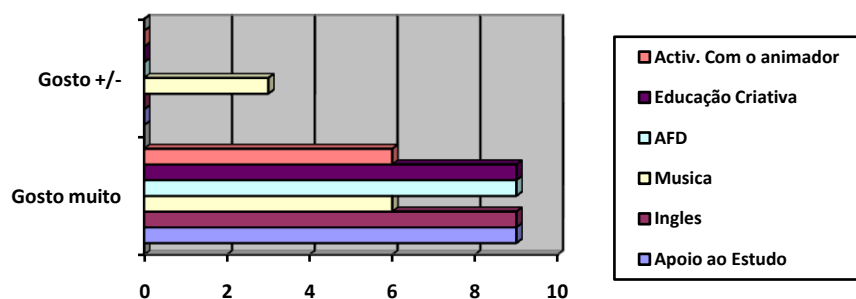
❖ **Opinião sobre as actividades que mais gostam**

➤ **Actividade que mais gosta**

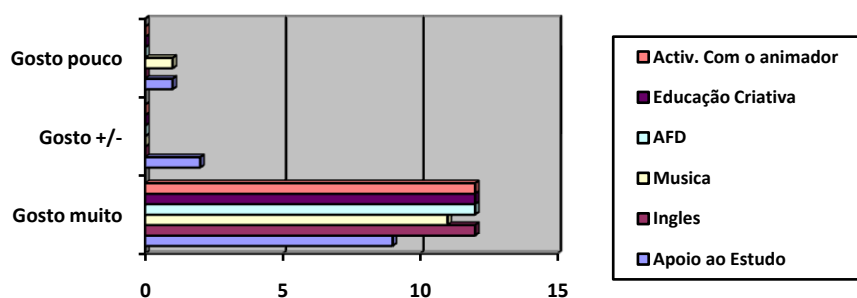
1 ano



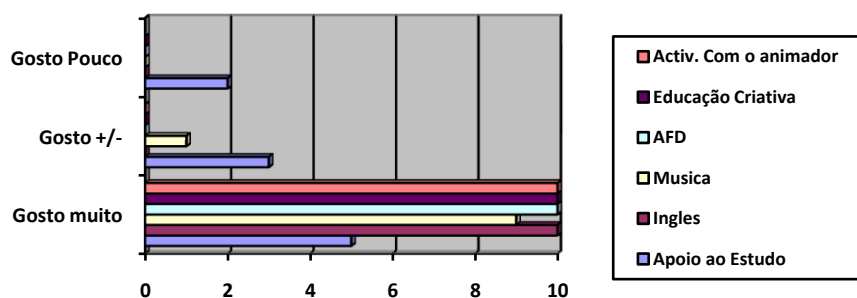
2 ano



3 ano

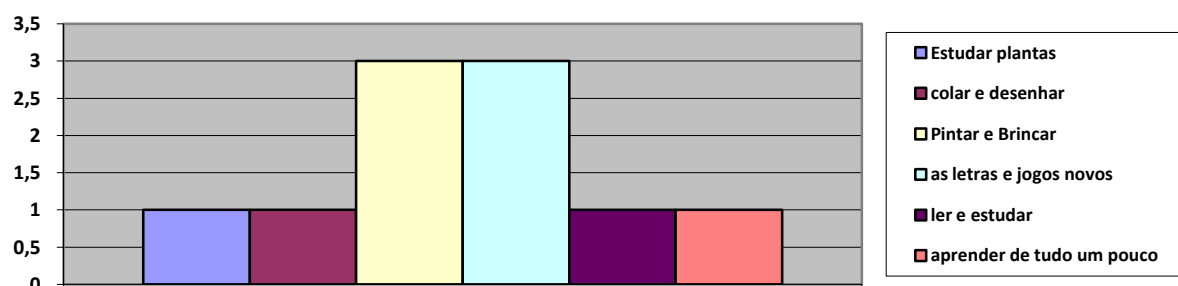


4 ano

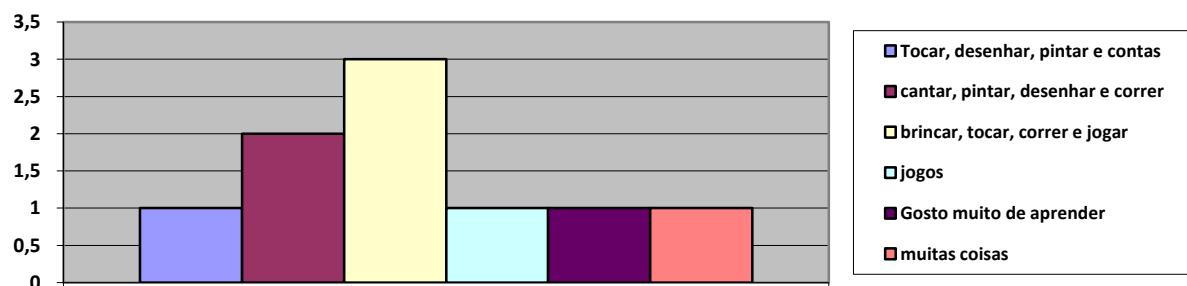


➤ Aprendeste coisas novas

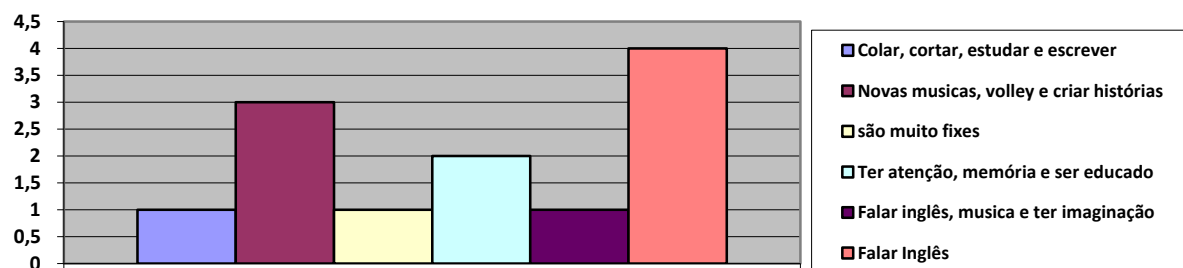
1 ano



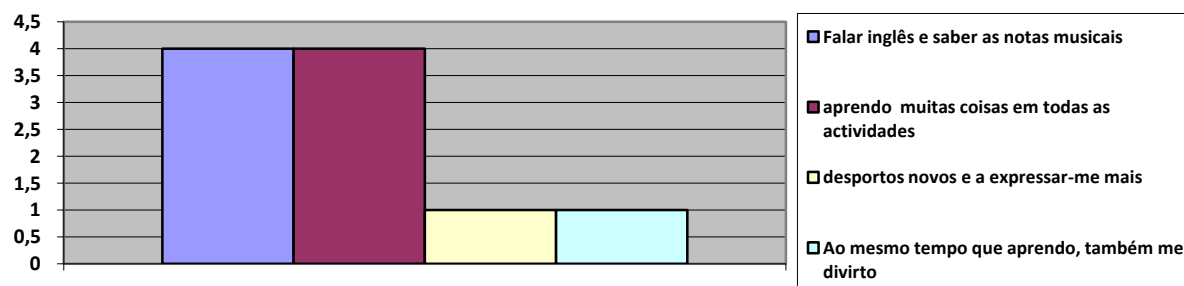
2 ano



3 ano

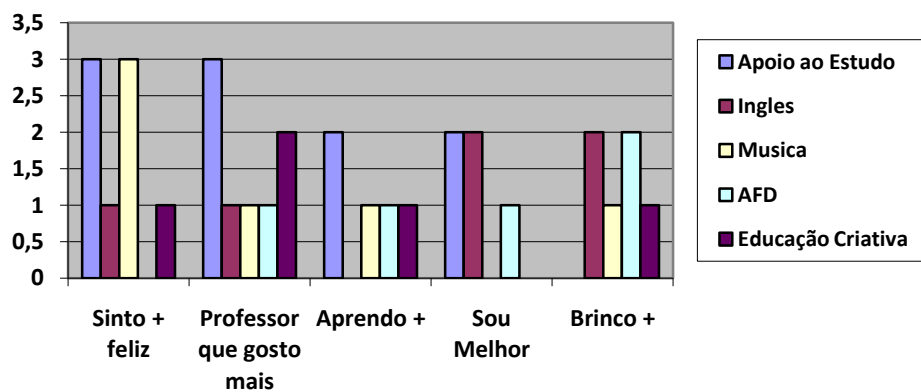


4 ano

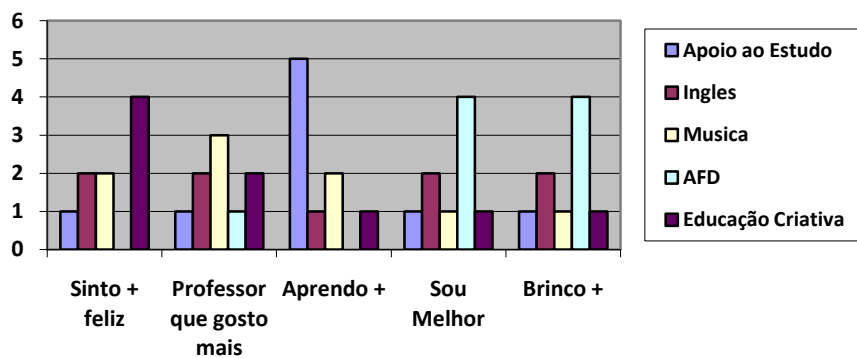


➤ Actividade com a opinião

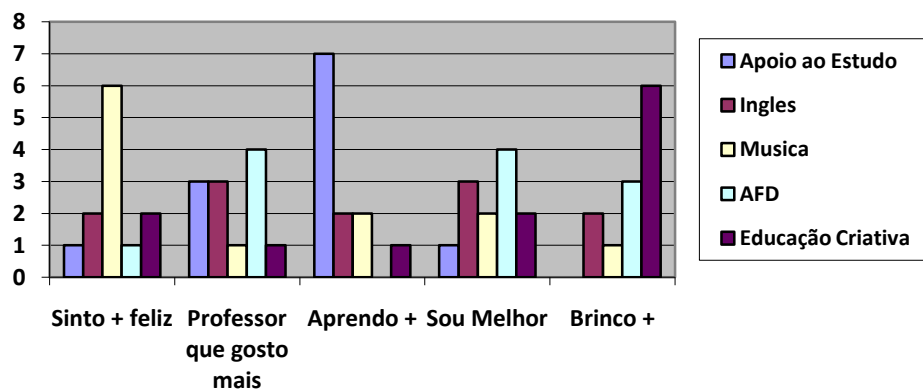
1 ano



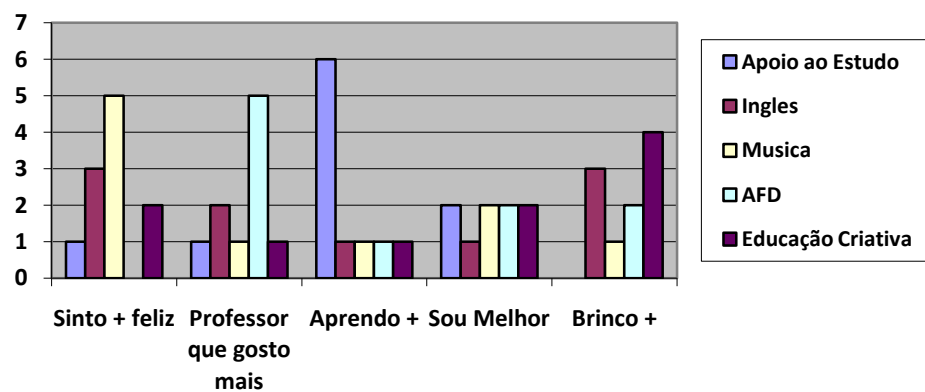
2 ano



3 ano

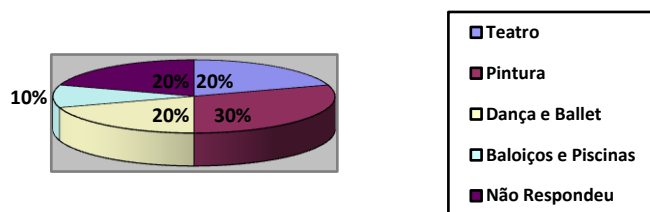


4 Ano

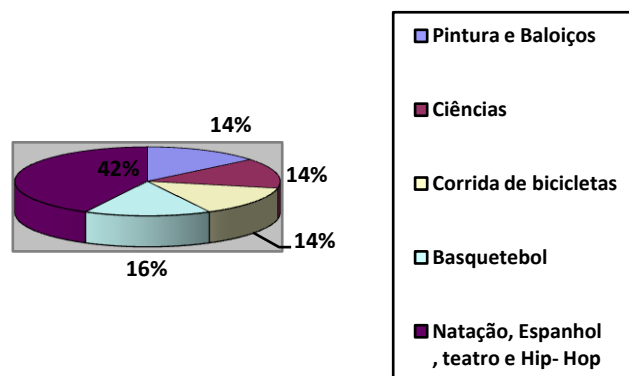


➤ Actividades que gostava de ter na escola

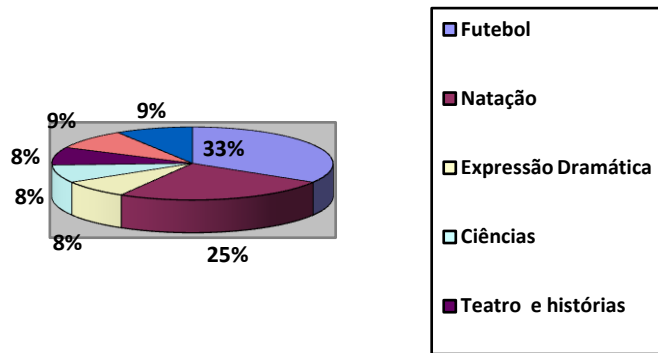
1 ano



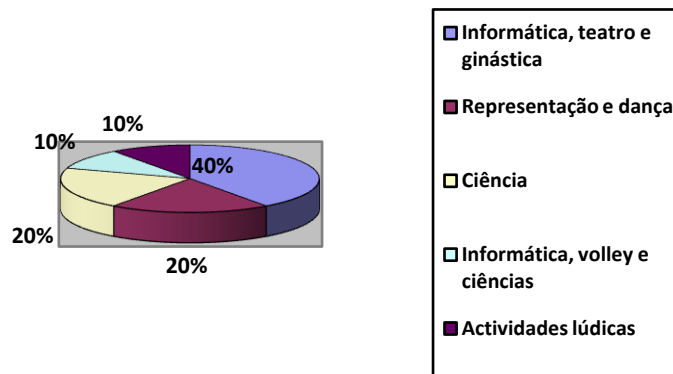
2 Ano



3 ano



4 ano

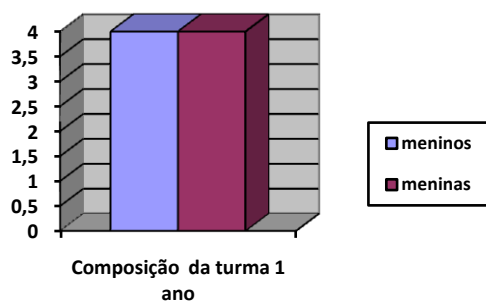


Crianças do meio rural – Escola de Amoreira

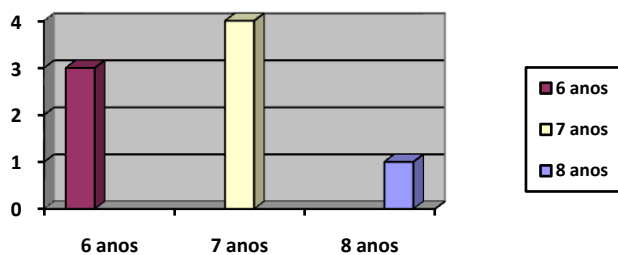
Continuar daqui para baixo.

➤ Composição da turma

1 ano

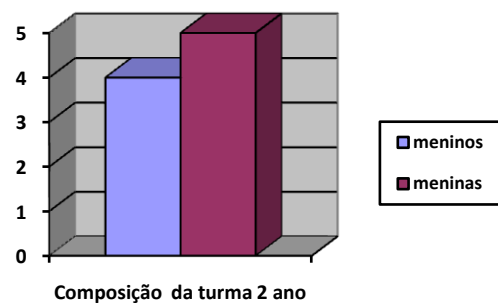


➤ Idades:

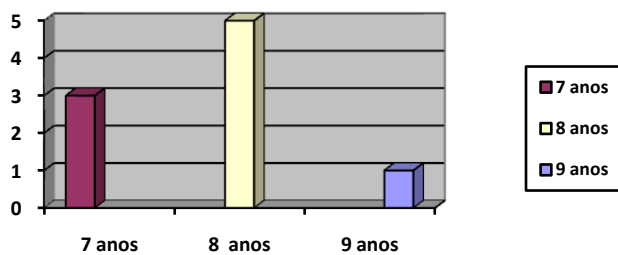


2 Ano

➤ Composição da turma

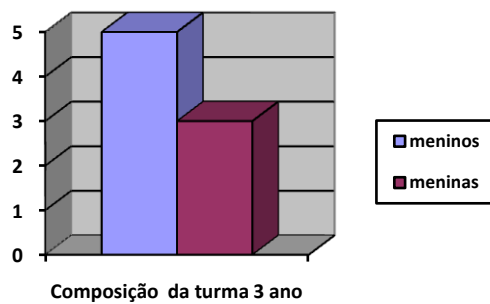


➤ **Idades:**

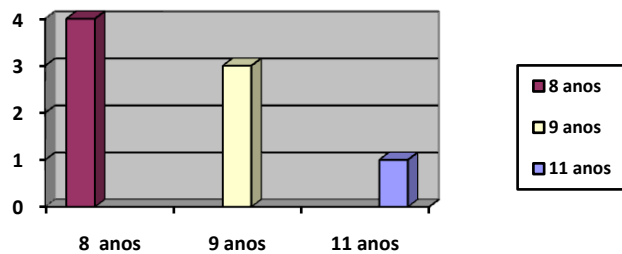


3ano

➤ **Composição da turma**

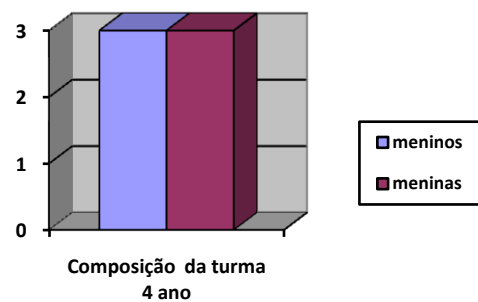


➤ **Idades:**

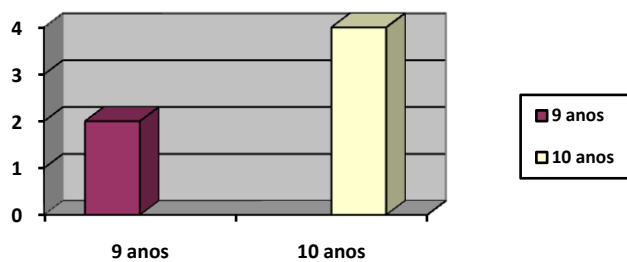


4 ano

➤ **Composição da turma**

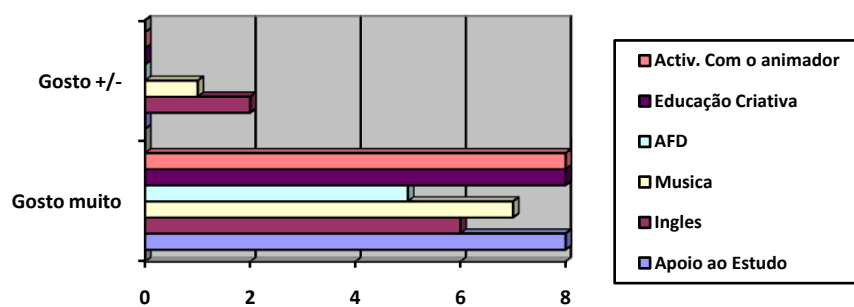


➤ Idades:

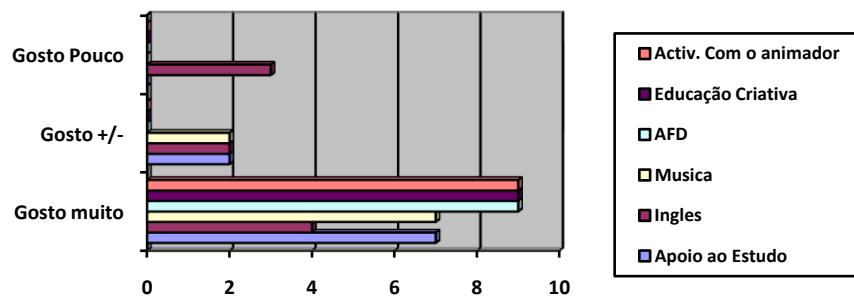


❖ Opinião sobre as actividades que mais gostam

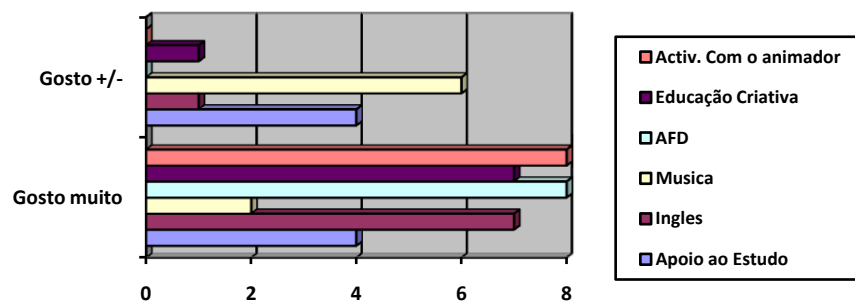
1 ano



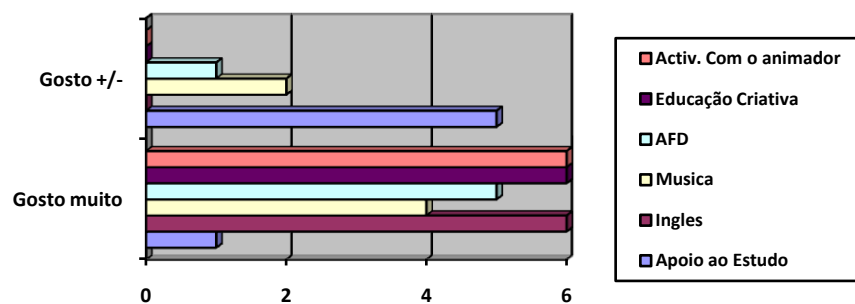
2 ano



3 Ano

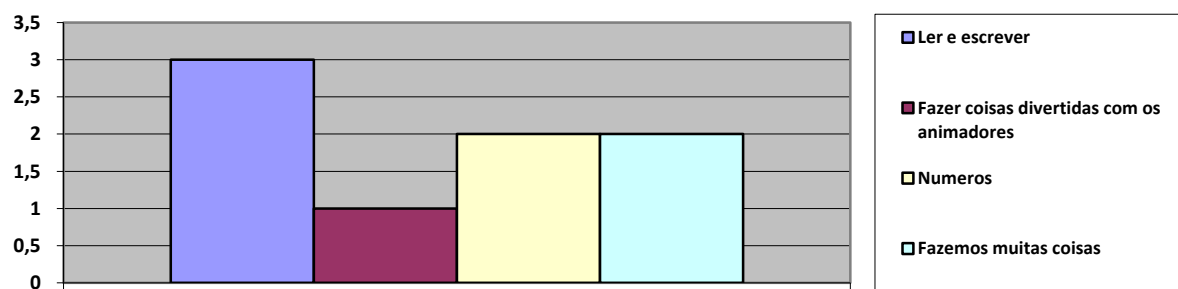


4 Ano

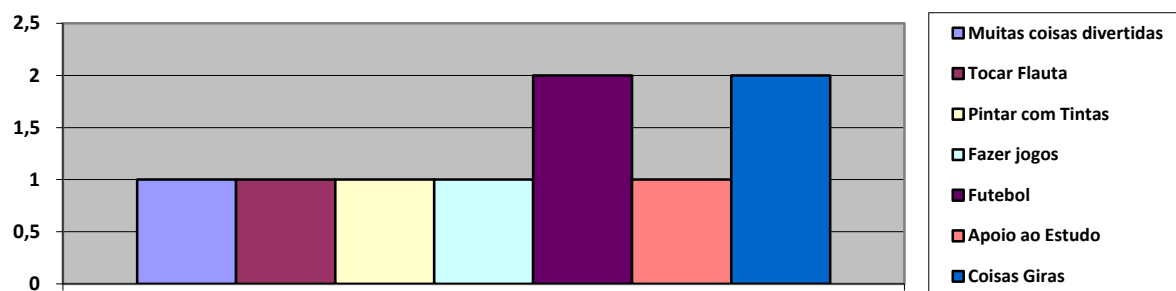


➤ Aprendeste coisas novas

1 ano

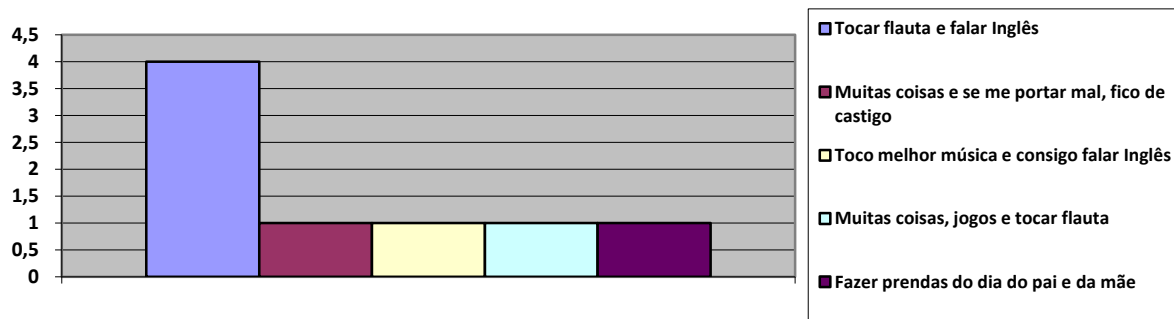


2 ano



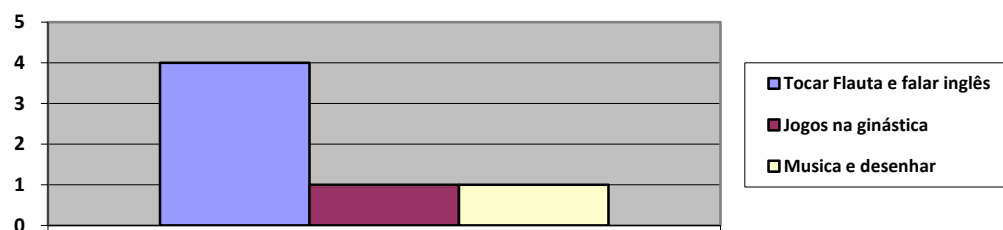
3ano

➤ **Aprendeste coisas novas**



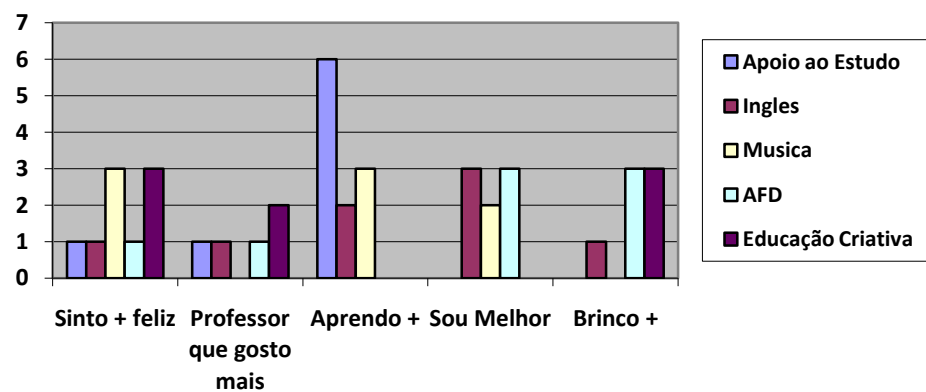
4ano

➤ **Aprendeste coisas novas**

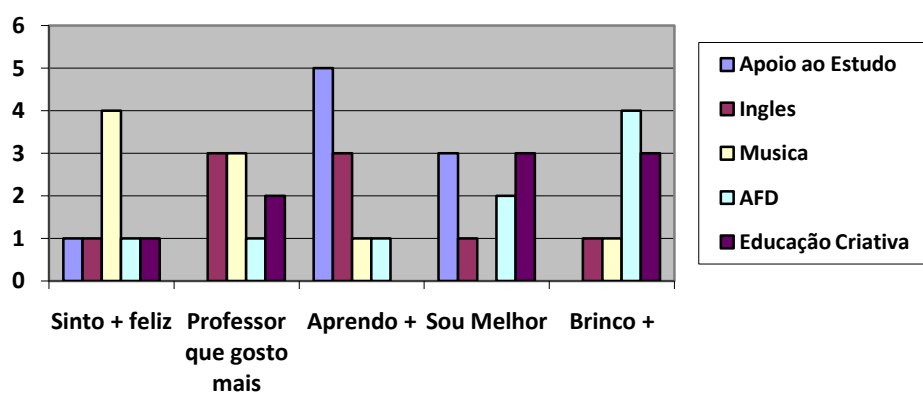


❖ **Une actividade com opinião**

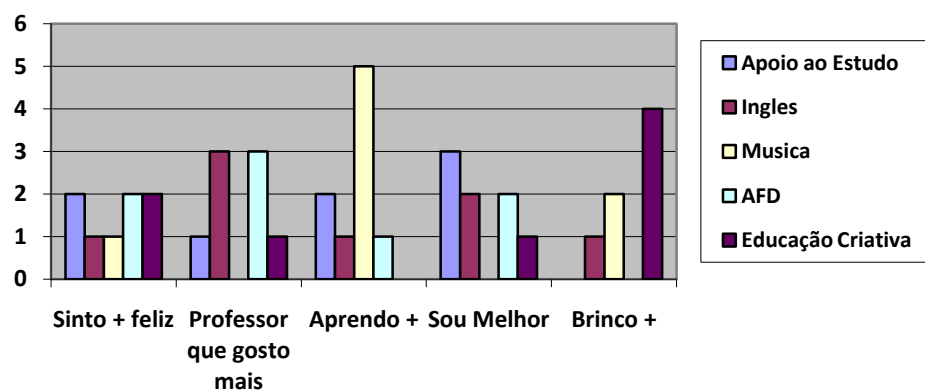
1 ano



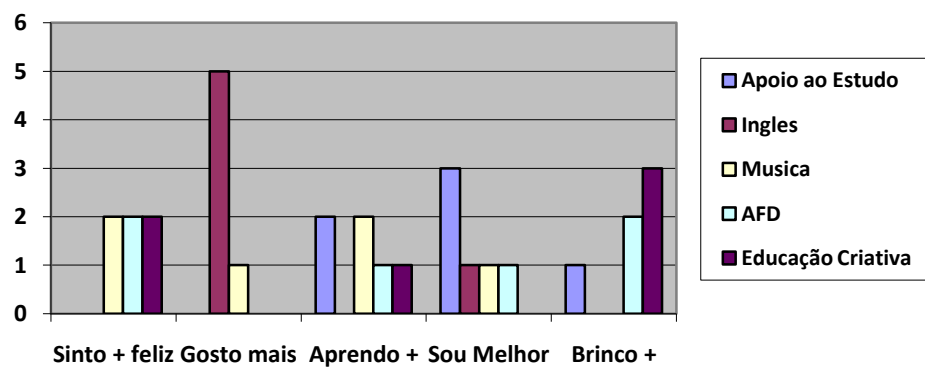
2 ano



3ano

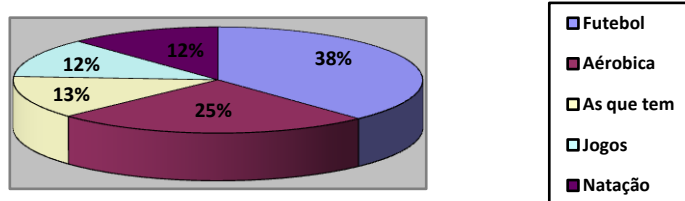


4 ano

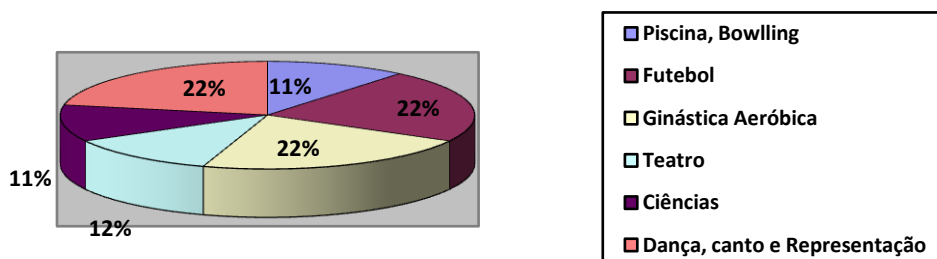


❖ O que gostaria que houvesse na escola

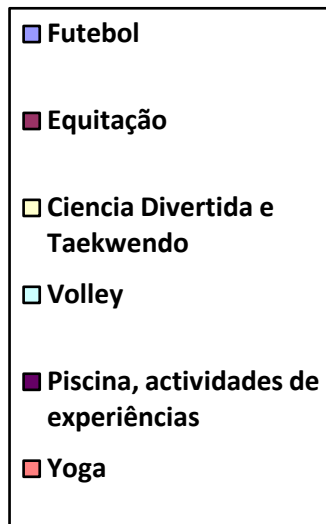
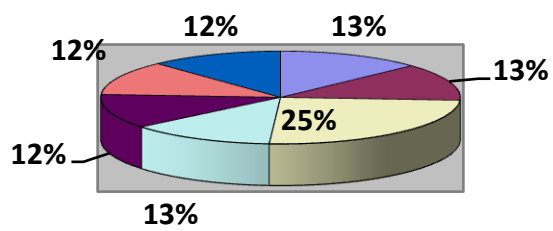
1 ano



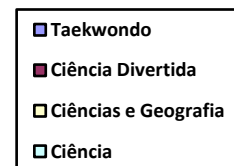
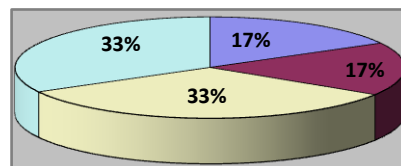
2 ano



3ano



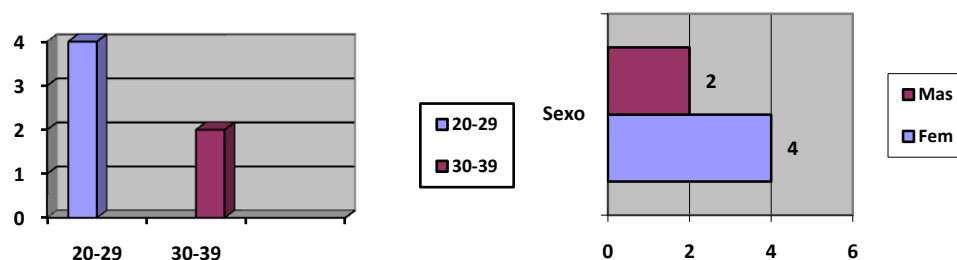
4 ano



Análise dos questionários aplicados aos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular

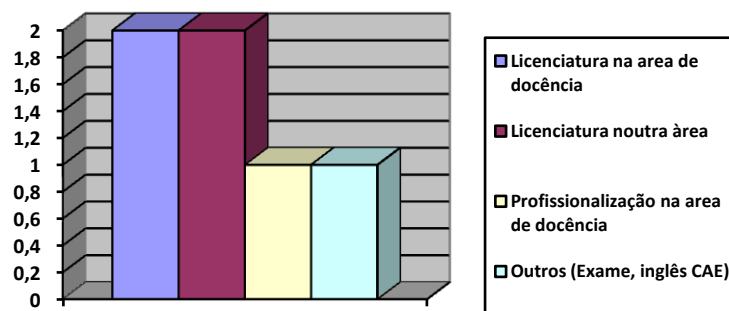
- ❖ Inglês (opinião dos professores das AEC'S). Foram aplicados 6 questionários.

➤ Idade e género dos docentes



Nos gráficos acima apresentados podemos referir que 4 dos professores se situam na faixa etária dos 20-29 e 2 deles na faixa dos 30-39. Em relação ao sexo, predomina o feminino, 4 professoras e 2 professores.

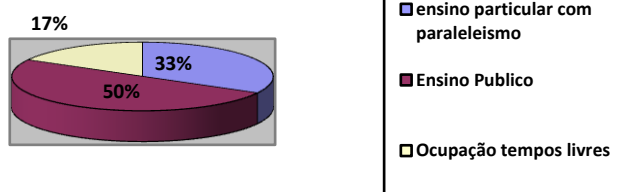
➤ Habilitações literárias dos professores de inglês



No que respeita às habilitações literárias, 4 dos professores possuem licenciatura, sendo que um possui na área de docência e outro noutra área. Os 2 restantes possuem outro tipo de formação.



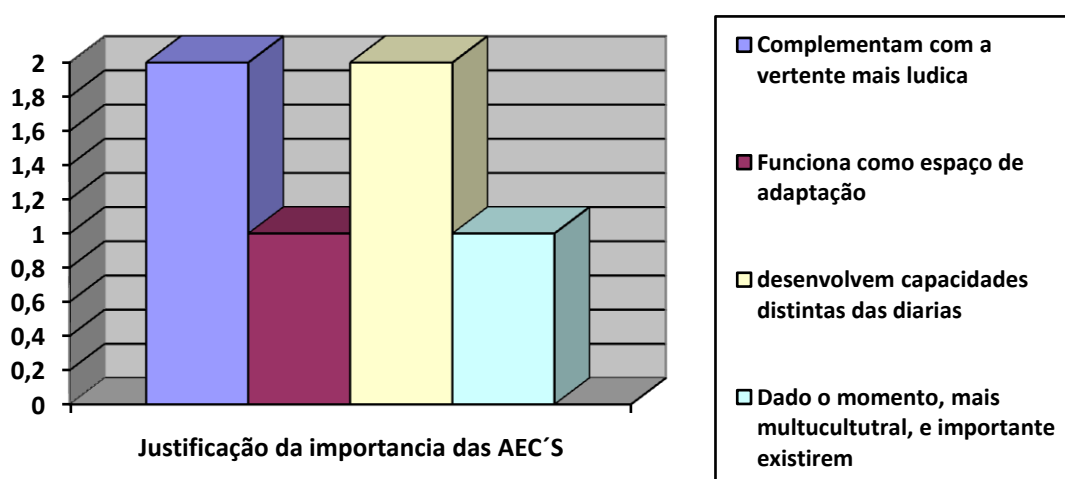
Experiência Profissional



Em relação à experiência profissional 50% refere ter tido experiência no ensino público, 33% no ensino particular e 17 % desempenha funções na ocupação de tempos livres.



Opinião dos docentes sobre a importância das AEC'S



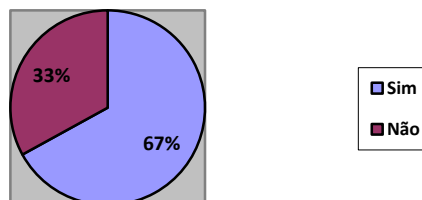
Todos os inquiridos consideraram as AEC'S como sendo bastante importantes, 2 deles destacaram o facto de estas serem um complemento a educação mas de forma mais lúdica, e outros 2 como forma de desenvolverem actividades distintas das diárias, 1 dos professores referiu que estas funcionam como espaço de adaptação da criança a novos desafios e outro defende que considerando cada vez mais a multiculturalidade é importante para as crianças.

Quadro 1 níveis de satisfação dos docentes de inglês

Satisfação	Má	Razoável	Boa	Mt Boa	Excelente	Total
Preparação para leccionar as AEC'S	0	2 0,33	2 0,33	2 0,33	0	6 100
Conhecimento sobre as orientações	0	2 0,33	2 0,33	1 0,17	1 0,17	6 100
Adequação da formação académica	0	1 0,17	1 0,17	4 0,67	0	6 100
Frequência de reuniões e preparação	0	1 0,17	4 0,67	0	1 0,17	6 100
Apoio da entidade promotora	0	0	4 0,67	0	2 0,33	6 100
Acessibilidade das escolas	0	0	5 0,83	1 0,17	0	6 100
Qualidade das instalações	0	2 0,33	3 0,5	1 0,17	0	6 100
Relação com o órgão de gestão	0	1 0,17	4 0,67	1 0,17	0	6 100
Relação com os professores	0	1 0,17	0	3 0,5	2 0,33	6 100
Materiais disponíveis	1 0,17	0	3 0,5	2 0,33	0	6 100
Remuneração	2 0,33	3 0,5	1 0,17	0	0	6 100
Condições de trabalho	0	2 0,33	4 0,67	0	0	0

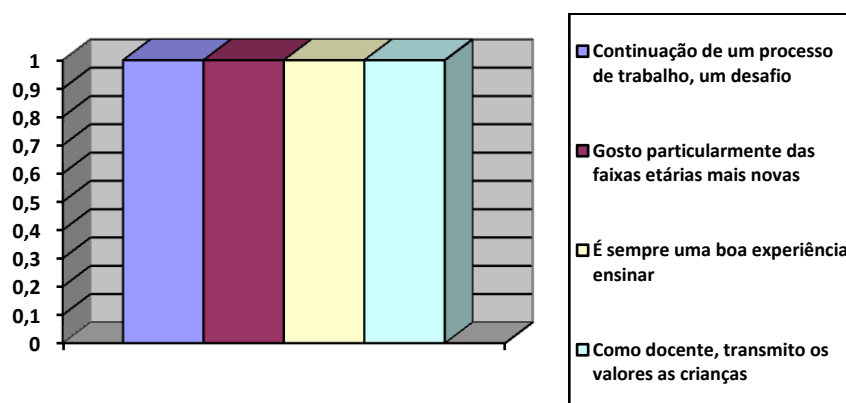
Neste quadro referente ao nível de satisfação dos docentes, as frequências em todos os aspectos referidos, situa-se no patamar “BOA”, sendo que em cada uma das razões para a satisfação, os professores consideram-se satisfeitos ou muito satisfeitos, como por exemplo na adequação da formação académica que destacam como “MT BOA”. Onde se verificou uma frequência maior foi na questão da acessibilidade da escola que 5 dos 6 inquiridos responderam como sendo boa.

➤ Intenção de continuar integrado nas AEC’S

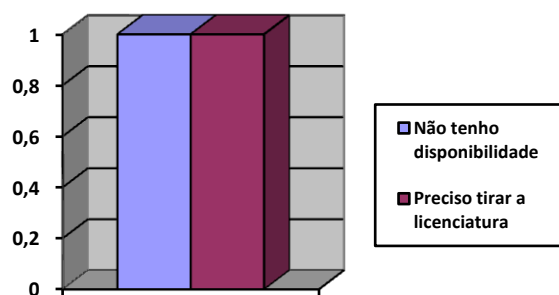


Quando inquiridos acerca da sua continuidade nas AEC’S, 67% referiu que pretendia continuar e 33% respondeu que não. Em seguida são apresentadas as respectivas justificações.

➤ Justificação para continuar nas AEC’S



As justificações apresentadas por quem pretende continuar integrado são por um lado o facto de gostarem de trabalhar com crianças, o gosto por ensinar, a transmissão de valores às crianças e a continuidade de um processo de trabalho que considera um desafio. Em relação aos que não pretendem continuar integrados, como podemos verificar no gráfico abaixo as razões prendem-se essencialmente com o facto de num dos casos não haver disponibilidade e no outro caso, querer investir na sua formação e tirar a licenciatura.



Quadro 2 - Opinião dos docentes sobre a sua participação nas AEC's

Motivos de Participação	fi	fri	%
Revelou ser uma experiencia positiva	3	0,5	50
Proporcionou oportunidade de trabalhar com crianças	3	0,5	50
Houve inter ajuda	1	0,17	17
Possibilidade de trabalho assegurado	0	0	0
Projecto cativante	3	0,5	50
Sinto-me vocacionado para o ensino	2	0,33	33

Gosto em trabalhar com as crianças	5	0,83	83
Trabalho perto de casa	0	0	0
Outro (Uma actividade com desafios novos a cada dia. É mt compensadora.	1	0,17	17

Os motivos que os levam a trabalhar integrados nas AEC'S têm principalmente a ver com o gosto em trabalhar com crianças, referido por 5 dos professores, 83%. Em seguida seguem-se aspectos como ser uma experiência positiva referida por 3 professores, o mesmo referido como sendo um projecto cativante, e a possibilidade de trabalhar com crianças.

Quadro 3 sugestão para o melhor funcionamento das AEC'S

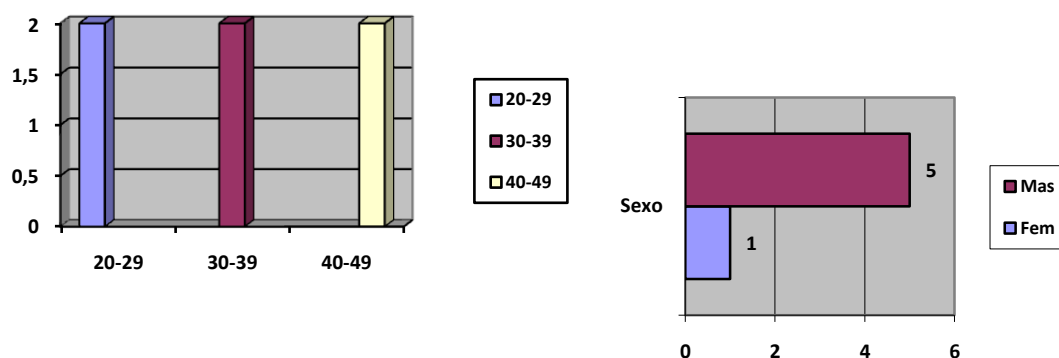
Opinião para melhor funcionamento	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
Promover articulação entre professor titular	0	3 0,05	3 0,05	6 100
Promover contacto com os pais	0	4 0,67	2 0,33	6 100
Maior intervenção	0	3 0,05	3 0,05	6 100
Promover melhor comunicação	0	4 0,67	2 0,33	6 100
Maior apoio na estrutura de aulas	1 0,17	2 0,33	3 0,05	6 100

Obtenção de manuais de apoio	0 0,33	2 0,33	4 0,67	6 100
Presença da coordenadora deve ser mais frequente	4 0,67	2 0,33	0	6 100
Fornecer ajudas de custo	0	4 0,67	2 0,33	6 100
Reformulação dos horários	1 0,17	1 0,17	4 0,67	6 100
As turmas deveriam ter um numero mais reduzido de alunos.	3 0,05	0	3 0,05	6 100
Desenvolver a interdisciplinaridade	1 0,17	1 0,17	4 0,67	6 100
Atenção à frequência dos alunos (assiduidade)	1 0,17	2 0,33	3 0,05	6 100

Destacando as sugestões para melhor funcionamento das AEC'S as incidências verificam-se mais na coluna do "concordo" em campos como, a promoção de uma melhor comunicação, o fornecimento de ajudas de custo e a promoção de mais contacto com os pais, todos apresentam uma frequência de 4. Também na coluna do "Concordo Totalmente" se destacam com sugestões dadas por 4 professores os aspectos que tem a ver com obtenção de manuais de apoio, reformulação de horários e desenvolvimento da interdisciplinaridade.

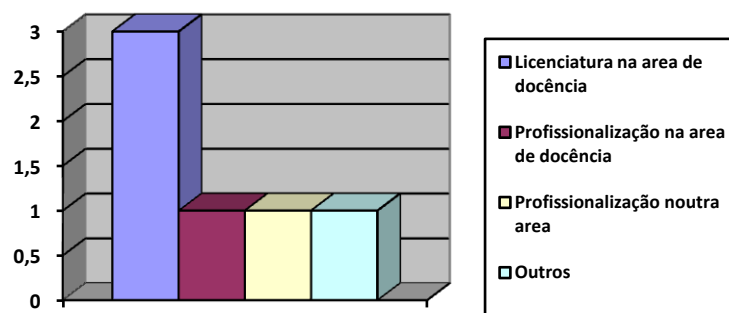
❖ Música (opinião dos professores das AEC'S) 6 Professores

➤ Idade e género dos docentes



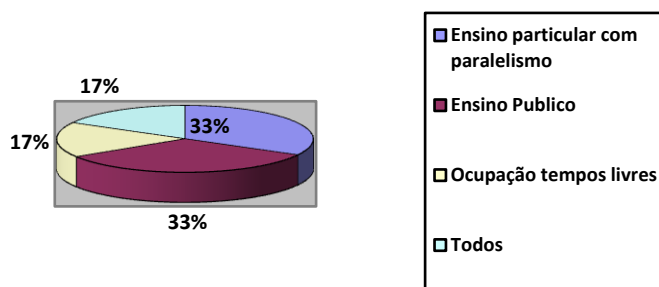
Os professores de Música encontram-se numa faixa mais dispersa, sendo que dois se enquadram na faixa entre os 20-29, outros 2 entre os 30-39 e os restantes 2 entre os 40-49. No que refere ao sexo, desta actividade destacam-se os professores do sexo masculino.

➤ Habilitações literárias dos professores de Música



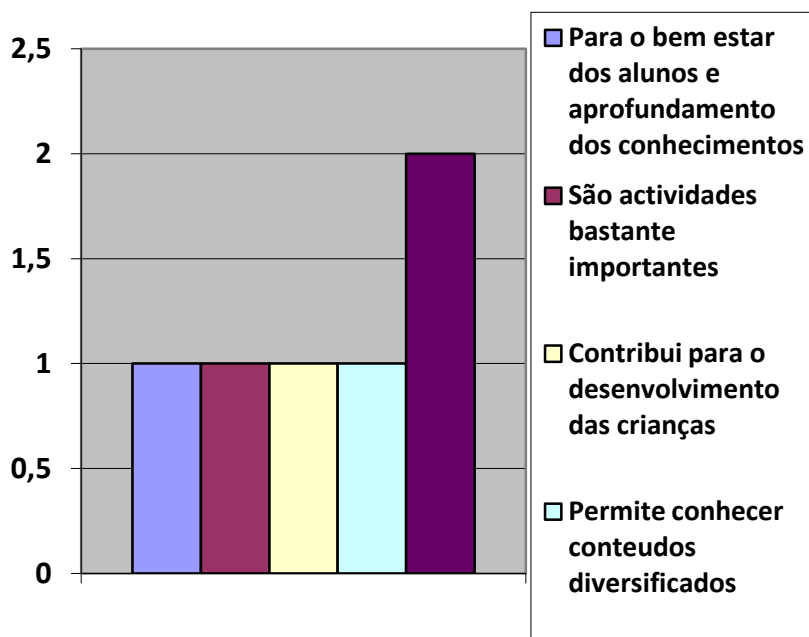
As habilitações literárias estão distribuídas da seguinte forma, 3 dos inquiridos possuem licenciatura na área de docência e dos restantes, 1 referiu que possui uma profissionalização na área de docência, outro uma profissionalização noutra área e outro possui outro tipo de formação, que não destacou.

➤ Experiência Profissional



Respeitando à experiência profissional 33% dos inquiridos tem experiência no ensino público, igualmente com 33% tem experiência no ensino particular, como ocupação de tempos livres temos 17% e os restantes 17% cabem a um dos professores que referiu que já passou por todas as situações.

Opinião dos docentes sobre a importância das AEC'S



As justificações dadas pelos professores passam pelo desenvolvimento do bem estar das crianças, assim como o contributo para o seu desenvolvimento e ainda o leque de conhecimentos diversificados que podem adquirir, assim como a sua importância por si só. Dois dos professores afirmaram que são importantes mas não justificaram.

Quadro 1 níveis de satisfação dos docentes de Música

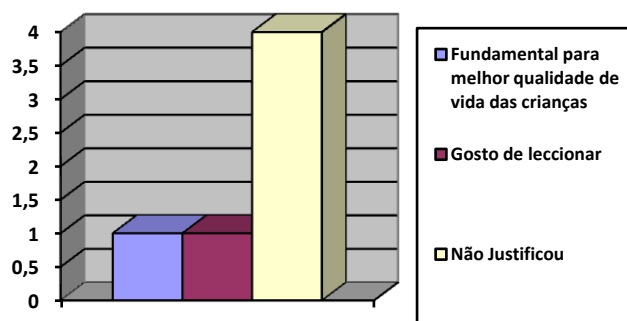
Satisfação	Má	Razoável	Boa	Mt Boa	Excelente	Total
preparação para leccionar as AEC'S	0	0	5 0,83	0	1 0,17	6 100
Conhecimento sobre as orientações	0	0	4 0,67	0	2 0,33	6 100
Adequação da formação académica	0	0	4 0,67	0	2 0,33	6 100
frequencia de reuniões e preparação	0	0	3 0,5	0	3 0,5	6 100
apoio da entidade promotora	0	0	6	0	0	6 100
acessibilidade das escolas	0	0	6	0	0	6 100
qualidade das instalações	0	0	5 0,83	1 0,17	0	6 100
Relação com o órgão de gestão	0	1 0,17	3 0,5	2 0,33	0	6 100
relação com os professores	0	0	3 0,5	0	3 0,5	6 100
materiais disponiveis	0	4 0,67	2 0,33	0	0	6 100

Remuneração	1	3 0,5	2 0,33	0	0	6 100
Condições de trabalho	0	1 0,17	5 0,83	0	0	6 100

Neste quadro respeitante aos níveis de satisfação realçar duas questões a que a totalidade dos inquiridos referenciou, são estas o apoio à entidade promotora e a acessibilidade da escola. Em seguida com opinião de 5 dos inquiridos estão as condições de trabalho e a qualidade das instalações. Na coluna do “MT Boa” destaca-se a relação com os professores, opinião de 3 dos professores.

➤ Intenções de continuar integrado nas AEC’S

Justificação para continuar nas AEC’S



Todos os 6 inquiridos demonstram interesse em permanecer nas AEC’S, sendo que um deles considera que é fundamental para melhorar a qualidade de vida das crianças, outro refere que pretende continuar pelo simples gosto de leccionar e os restante quatro inquiridos refere que pretende continuar integrado mas não justifica a sua opção.

No quadro abaixo apresentado, referente à opinião dos professores sobre a sua participação nas AEC's, os aspectos que mais se destacam com 4 respostas dadas pelos 6 inquiridos são; revelou ser uma experiência positiva, o facto de ter existido inter ajuda e ainda terem considerado que foi um projecto cativante.

Em seguida com respostas dadas por metade dos inquiridos, ou seja, 3 dos 6 referiram que se sentem vocacionados para o ensino e que gostam de trabalhar com crianças.

Quadro 2 Opinião dos docentes sobre a sua participação nas AEC's

Motivos de Participação	fi	fri	%
Revelou ser uma experiencia positiva	4	0,66	66
Proporcionou oportunidade de trabalhar com crianças	2	0,33	33
Houve inter ajuda	4	0,66	66
Possibilidade de trabalho assegurado	0	0	0
Projecto cativante	4	0,66	66
Sinto-me vocacionado para o ensino	3	0,5	50
Gosto em trabalhar com as crianças	3	0,5	50
Trabalho perto de casa	0	0	0

Outros.	0	0	0
---------	---	---	---

No quadro seguinte em que são apresentadas algumas sugestões para o melhor funcionamento das AEC's as que apresentam maior destaque são a de considerarem que foi uma experiencia positiva, opinião de 4 dos inquiridos, bem como o facto de considerarem que existiu inter ajuda entre ele e ainda igualmente também 4 dos inquiridos considerarem que foi o projecto cativante.

Quadro 3 sugestão para o melhor funcionamento das AEC'S

Opinioao para melhor funcionamento	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
Promover articulação entre professor titular	0	0	6	6 100
Promover contacto com os pais	0	3 0,05	3 0,05	6 100
Maior intervenção	0	5	1	6

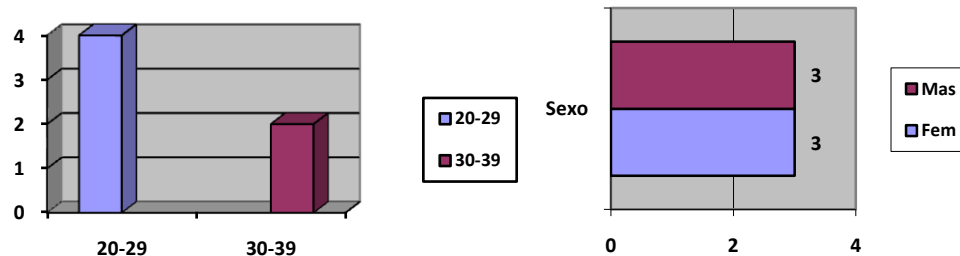
		0,83	0,17	100
Promover melhor comunicação	0	4 0,67	2 0,33	6 100
Maior apoio na estrutura de aulas	0	4 0,67	2 0,33	6 100
Obtenção de manuais de apoio	0	4 0,67	2 0,33	6 100
Presença da coordenadora deve ser mais frequente	0	5 0,83	1 0,17	6 100
Fornecer ajudas de custo	0	3 0,05	3 0,05	6 100
Reformulação dos horários	0	3 0,05	3 0,05	6 100
As turmas deveriam ter um número mais reduzido de alunos.	0	4 0,67	2 0,33	6 100
Desenvolver a interdisciplinaridade	0	4 0,67	2 0,33	6 100
Atenção à frequência dos alunos (assiduidade)	0	2 0,33	4 0,67	6 100

Neste quadro de sugestões para o melhor funcionamento das AEC'S todos referenciaram que é importante promover articulação com os professores do 1 ciclo de forma a conciliarem as temáticas que são abordadas nas aulas com as actividades que são desenvolvidas depois nas actividades.

Também de destacar que 5 dos 6 consideram ser importante que exista maior intervenção e também que exista uma maior presença da coordenadora.

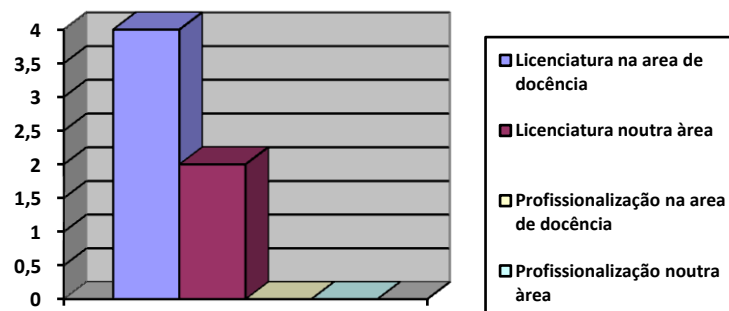
❖ Actividade Física e Desportiva (opinião dos professores das AEC'S) – 6 Professores

➤ Idade e género dos docentes (tabela e gráfico e respectivo comentário)



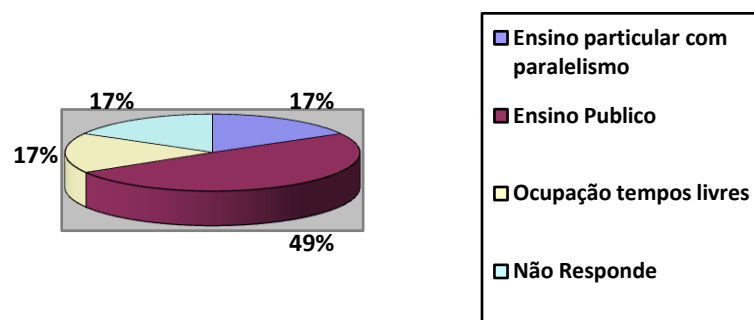
Os professores de actividade física e desportiva situam-se em duas faixas etárias distintas, 4 deles inserem-se na faixa etária entre os 20-29 e 2 encontram-se na faixa entre os 30-39. No que respeita ao sexo existem 3 professores do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

➤ Habilitações literárias dos professores de AFD



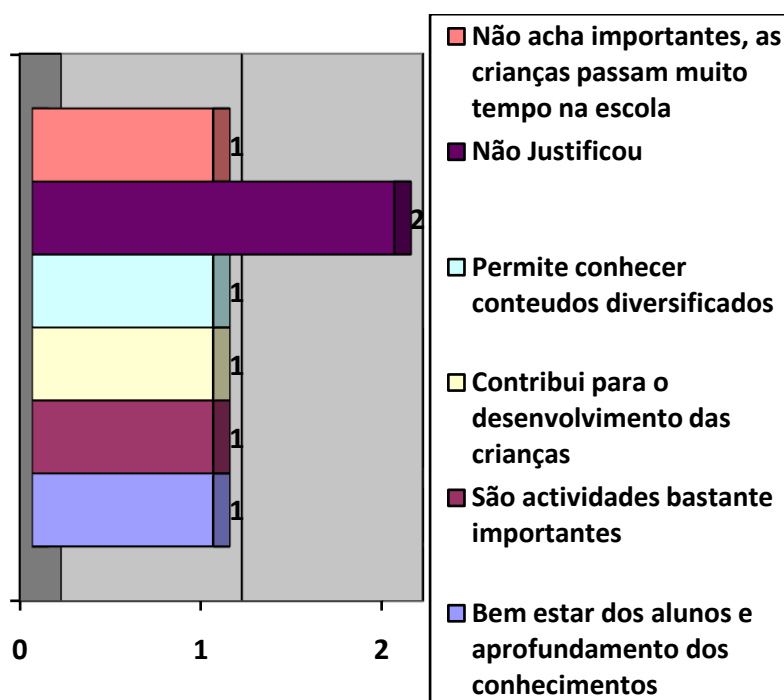
Considerando as habilitações literárias destaca-se a licenciatura na área de docência com 4 dos 6 inquiridos e em seguida a licenciatura noutra area com 2 dos inquiridos a inserirem-se nessa opção.

➤ Experiência profissional



Da experiência profissional dos inquiridos destaca-se o ensino público com 49% das opiniões. Em seguida com percentagens iguais de 17% são ensino particular, ocupação de tempos livres e os restantes 17 % não respondeu.

➤ Opinião dos docentes sobre a importância das AEC's



Relativamente à opinião dos docentes acerca da importância das AEC's destaca-se o facto de considerarem a sua importância mas não justificam, todas as outras razões têm a ver com o

contributo destas para o desenvolvimento das crianças, permitir adquirir conteúdos diversificados, permitir o bem estar dos alunos e aprofundamento dos conhecimentos.

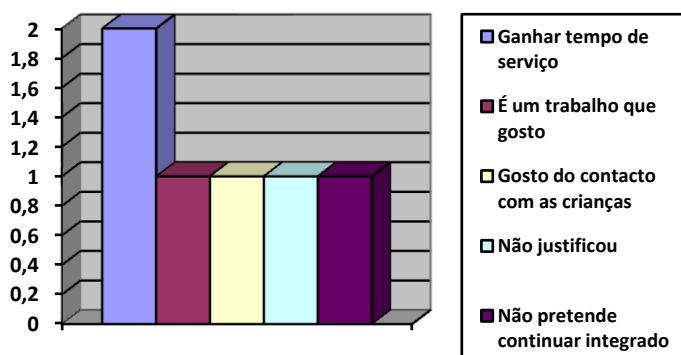
Quadro 1 níveis de satisfação dos docentes de AFD

Satisfação	Má	Razoável	Boa	Mt Boa	Excelente	Total
Preparação para leccionar as AEC'S	0	1 0,17	2 0,33	3 0,5	0	6 100
Conhecimento sobre as orientações	0	2 0,33	3 0,5	1 0,17	0	6 100
Adequação da formação académica	0	1 0,17	2 0,33	3 0,5	0	6 100
Frequência de reuniões e preparação	1 0,17	1 0,17	3 0,5	0	1 0,17	6 100
Apoio da entidade promotora	0	0	3 0,5	3 0,5	0	6 100
Acessibilidade das escolas	0	1 0,17	2 0,33	2 0,33	1 0,17	6 100
Qualidade das instalações	0	2 0,33	1 0,17	2 0,33	1 0,17	6 100
Relação com o órgão de gestão	0	2 0,33	2 0,33	2 0,33	0	6 100
Relação com os professores	0	0	2 0,33	3 0,5	1 0,17	6 100
Materiais disponíveis	0	2	1	3	0	6

		0,33	0,17	0,5		100
Remuneração	1 0,17	2 0,33	3 0,5	0	0	6 100
Condições de trabalho	0	2 0,33	3 0,5	1 0,17	0	0

No quadro de satisfação dos docentes de AFD, destacam-se na coluna referente a “Boa”, com 3 opiniões dos inquiridos, o conhecimento sobre as orientações programáticas, a frequência de reuniões e preparação e o apoio da entidade promotora e remuneração, bem como as condições de trabalho.

➤ Intenção de continuar integrado nas AEC’S



As razões pelas quais os professores pretendem continuar integrados tendem-se com o ganhar tempo de serviço, 2 dos inquiridos referem esse aspecto. As outras razões têm a ver com considerarem que é um trabalho de que gosta, gosto do contacto com as crianças. Um dos professores não justificou e outro referiu que não pretende continuar integrado nas actividades.

O quadro abaixo apresentado refere-se à opinião dos docentes sobre a sua participação nas AEC's, a frequência mais elevada, com opinião de 5 dos inquiridos tem a ver com o gosto em trabalhar com as crianças, seguido da questão da vocação para o ensino, opinião de 4 dos professores. Em seguida com opinião de 3 dos professores temos o facto de se ter revelado

como sendo uma experiência positiva e um projecto cativante. Seguida com opinião de 2 dos inquiridos que referiram a oportunidade de poderem trabalhar com crianças

Quadro 2 Opinião dos docentes sobre a sua participação nas aec's

Motivos de participação	fi	fri	%
Revelou ser uma experiencia positiva	3	0,5	50
Proporcionou oportunidade de trabalhar com crianças	2	0,33	33
Houve inter ajuda	1	0,17	17
Possibilidade de trabalho assegurado	0	0	0
Projecto cativante	3	0,5	50
Sinto-me vocacionado para o ensino	4	0,67	67
Gosto em trabalhar com as crianças	5	0,83	83
Trabalho perto de casa	0	0	0
Outros.	0	0	0

No quadro abaixo, referente ao melhor funcionamento das AEC's destacam-se com opinião da totalidade dos inquiridos a promoção da articulação entre os professores das AEC's e os

professores titulares, bem como a promoção do contacto com os pais e a promoção de uma melhor comunicação e ainda o desenvolvimento da interdisciplinaridade.

Quadro 3 sugestão para o melhor funcionamento das AEC'S

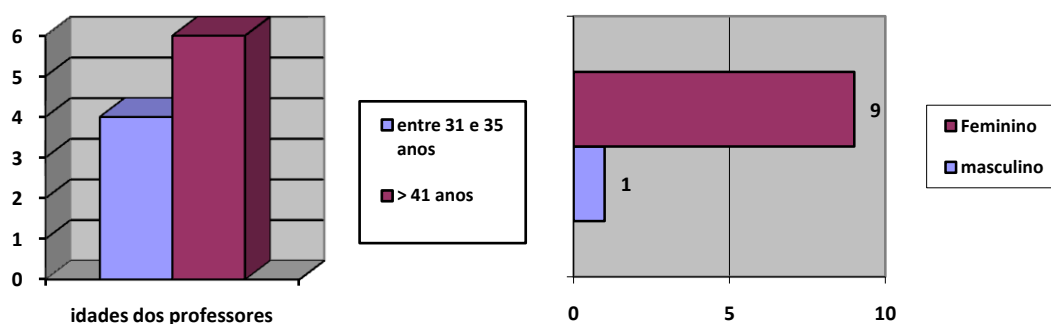
Opinioao para melhor funcionamento	Discordo	Concordo	Concord o totalmen te	Total
Promover articulação entre professor titular	0	6	0	6 100
Promover contacto com os pais	0	6	0	6 100
Maior intervenção	0	5 0,83	1 0,17	6 100
Promover melhor comunicação	0	6	0	6 100
Maior apoio na estrutura de aulas	1 0,17	4 0,67	1 0,17	6 100
Obtenção de manuais de apoio	2 0,33	3 0,05	1 0,17	6 100
Presença da coordenadora deve ser mais frequente	2 0,33	4 0,67	0	6 100
Fornecer ajudas de custo	0	1 0,17	5 0,83	6 100
Reformulação dos horários	1 0,17	3 0,05	2 0,33	6 100

As turmas deveriam ter um numero mais reduzido de alunos.	2 0,33	3 0,05	1 0,17	6 100
Desenvolver a interdisciplinaridade	0	6	0	6 100
Atenção à frequência dos alunos (assiduidade)	0	5 0,83	1 0,17	6 100

Docentes do 1 Ciclo do Ensino Básico (Arcos, A dos Negros e Amoreira)

❖ Distribuição dos Docentes por idade e género

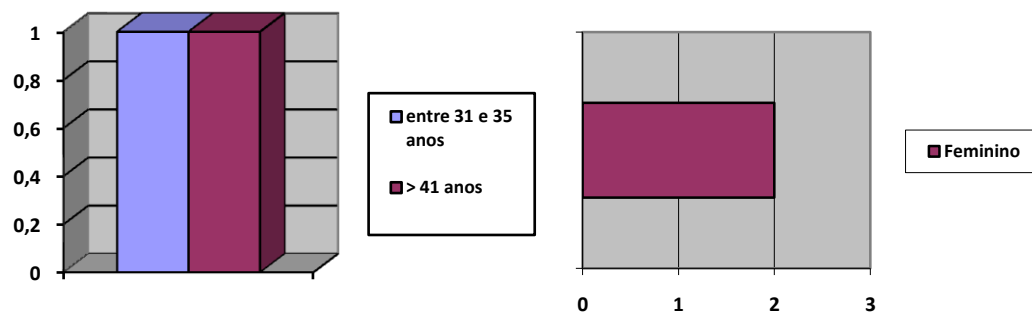
✓ Complexo Escolar dos Arcos



Os docentes de 1º ciclo do ensino básico do Complexo Escolar do Arcos situam-se maioritariamente na faixa superior aos 40 anos 6 dos 10 inqueridos e os restantes 4 encontram-se inseridos na faixa entre os 31 e os 35 anos. No que concerne ao sexo 9 dos 10 inquiridos são do sexo feminino e apenas 1 do sexo masculino.

No que respeita aos docentes da escola de A- dos Negros situa-se na faixa entre os 31 e os 35 anos e outro na faixa superior aos 40 anos. Relativamente ao sexo ambas as docentes são do sexo feminino conforme pode ser observado nos gráficos abaixo apresentados.

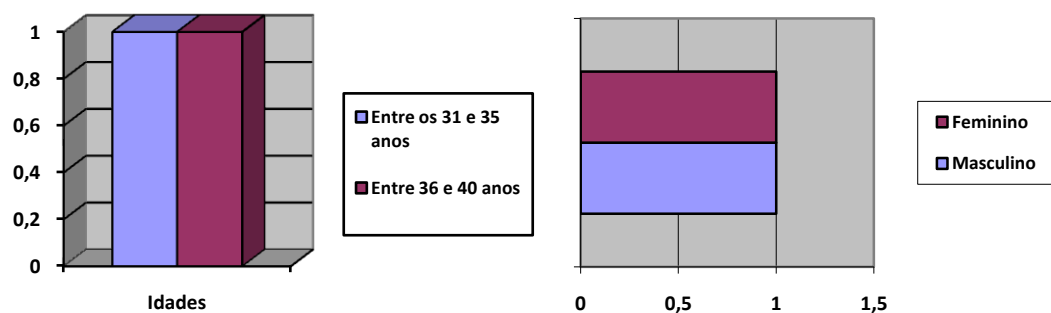
✓ A dos negros



✓ Amoreira

No que diz respeito aos professores da escola da Amoreira, um dos professores encontra-se na faixa etária entre os 31 e os 35 anos e o outro encontra-se na faixa entre as 36 e os 40 anos.

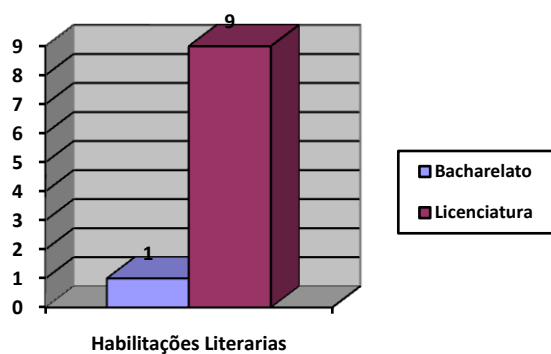
Respeitante ao sexo um dos professores é do sexo feminino e o outro do sexo masculino.



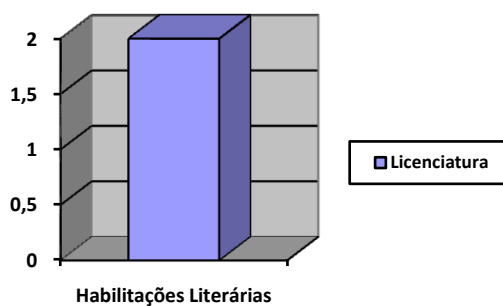
❖ Habilitações literárias

✓ ARCOS

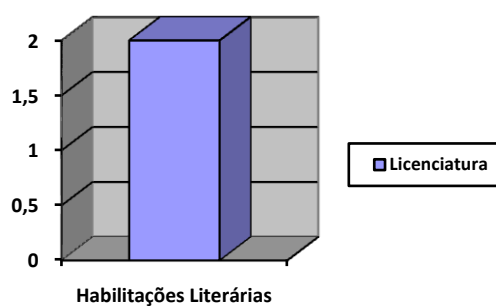
Considerando os dados apresentados no gráfico abaixo, apenas um dos 10 docentes não possui a licenciatura, possui um Bacharelato, os restantes 9 possuem licenciatura.



A DOS NEGROS



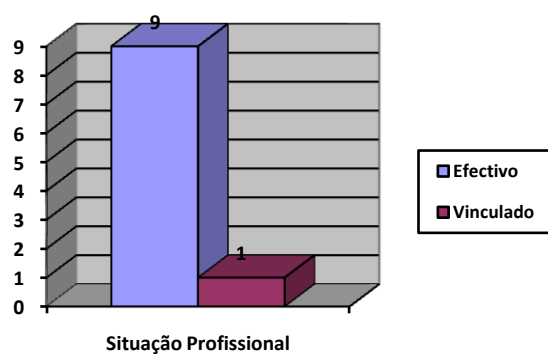
Amoreira



Em relação aos docentes da escola de A dos Negro e da Amoreira possuem a Licenciatura,

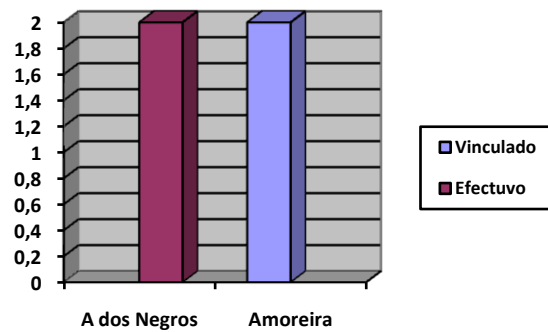
❖ Situação profissional

✓ ARCOS



A situação profissional dos docentes do Complexo Escolar dos Arcos e de efectivo 9 dos casos e apenas um dos docentes apresenta uma situação de vinculado.

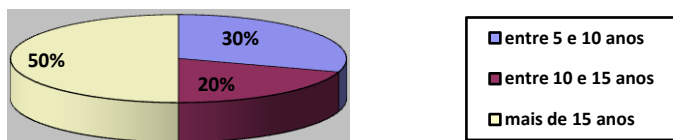
✓ A dos negros e Amoreira



No caso dos docentes de A dos Negros ambos (2 professores) trabalham segundo uma situação de efectivo e os docentes da escola de Amoreira trabalham numa situação de vinculado.

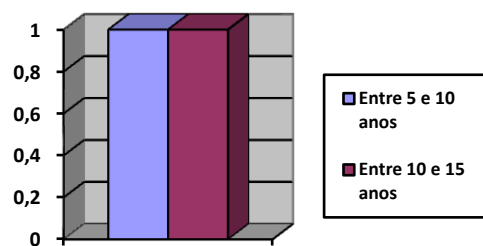
❖ Tempo de serviço

✓ Arcos



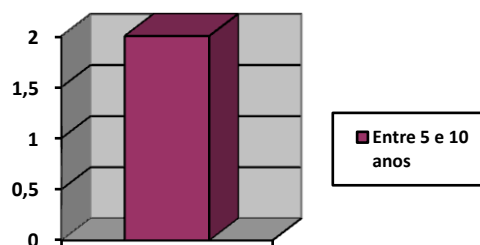
Relativamente ao tempo de serviços dos docente 50% destes já apresentam um tempo de serviço superior a 15 anos, em seguida com 30% situam-se entre os 5 e 10 anos de serviço e os restantes 20% situam-se entre os 10 e os 15 anos.

✓ A dos negros



No caso dos professores de A dos Negros, um dos professores tem entre 5 e 10 anos de serviço e outro entre os 10 e os 15 anos.

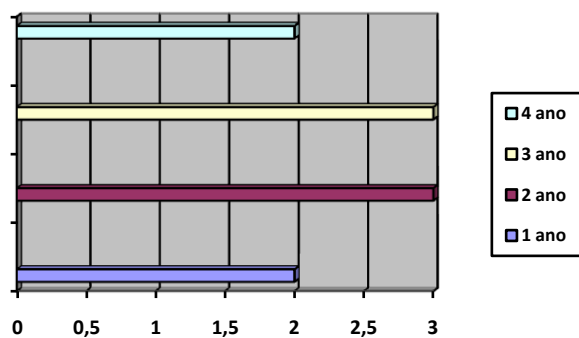
✓ Amoreira



Na Escola de Amoreira ambos os professores, (2) têm entre 5 e 10 anos de docência.

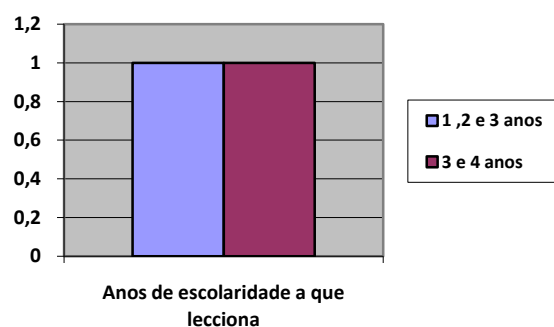
❖ Anos de escolaridade leccionados pelos professores

✓ Arcos



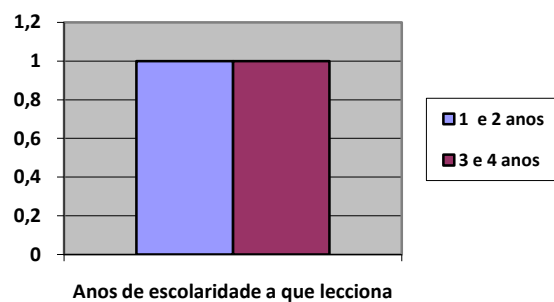
Os docentes estão distribuídos por varias anos, assim temos 2 professores a ministrar aulas ao 1 ano e também dois com o 4 ano e três professores com o 2 ano e três com 3 ano, perfazendo um total de 10 docentes.

✓ A dos negros



No caso dos docentes da escola de A dos Negros um dos professores da aulas a crianças do 1º, 2º e 3º anos e outro dá aulas ao 3º e 4º anos.

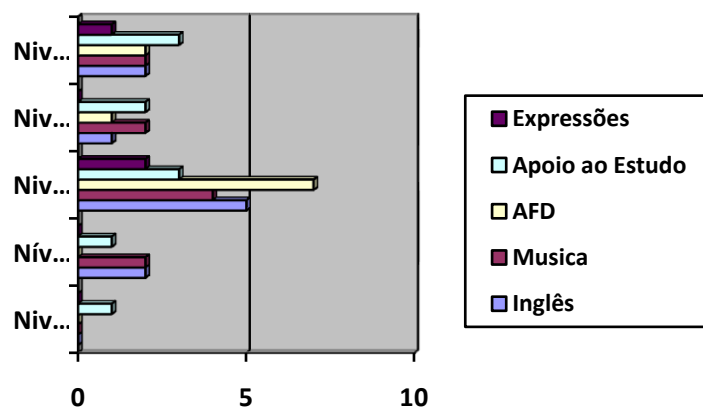
✓ Amoreira



Na escola da Amoreira a distribuição é feita de uma forma mais homogénea, sendo que 1 dos docentes fica encarregue pelas crianças do 1º e 2º anos e o outro fica com o 3º e 4º anos.

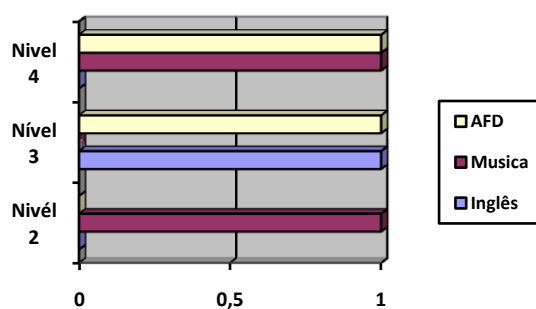
❖ Grau de conhecimento das orientações programáticas

✓ Arcos



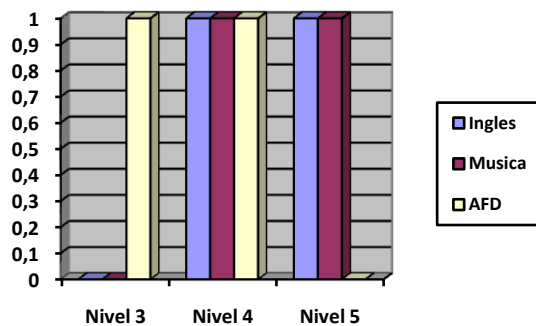
O nível que apresenta frequências mais elevadas é o nível três, ou seja nível médio onde podemos confirmar que os professores conhecem suficientemente os conteúdos que são abordados nas actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente os conteúdos da actividade física e desportiva, seguido do inglês, seguidamente ao nível três temos o nível 5 onde a actividade que mais se destaca e o apoio ao estudo, considerando assim que 3 dos 10 inquiridos admitiu conhecer muito bem os conteúdos abordados nesta actividade.

✓ A dos negros



Relativamente ao podemos constatar, os professores conhecem bem os conteúdos das actividades. Situando as suas opiniões no nível 3 e 4, as actividades que melhor conhecem são as situadas no nível 4, a actividade física e a Música.

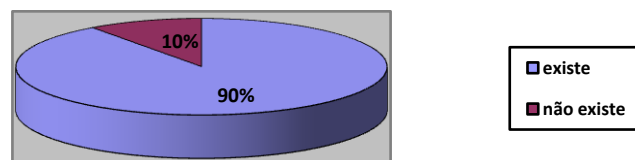
✓ Amoreira



No caso da escola da Amoreira o nível mais homogéneo é o nível 4 onde um dos professores admite conhecer bem os conteúdos das três actividades, sendo que o outro coloca o inglês e a musica no nível 5 admitindo que conhece perfeitamente os conteúdos e coloca no nível 3 a actividade física e desportiva.

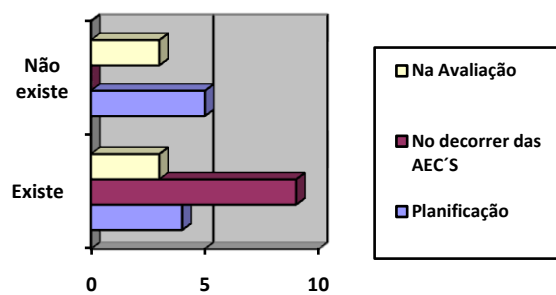
❖ Colaboração entre os professores das AEC'S e os do 1 CEB

✓ Arcos

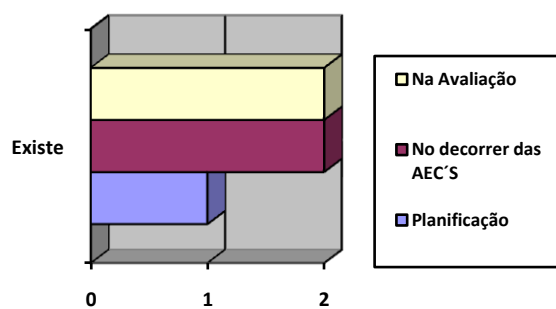


Quando inquiridos a cerca da colaboração entre professores de 1 ciclo e os professores das actividades de enriquecimento curricular, 90% destes afirmaram que existe essa colaboração, enquanto os restantes 10% referiram que essa mesma colaboração é inexistente. Dos que referem que existe colaboração 9 referem que essa existe no próprio decorrer das AEC's, 4 referem que existe na planificação e 3 na avaliação.

Dos que afirmam não existir colaboração destacam essa ausência na própria planificação e também na avaliação.

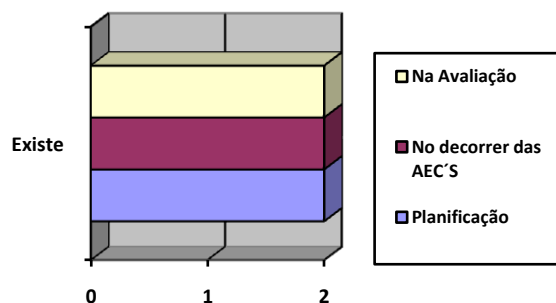


✓ A dos negros



Na escola de A dos Negros os docentes inquiridos admitem que existe colaboração em ambas as etapas, sendo que os dois destacam que isso sucede no decorrer das Aec's e na Avaliação e um dele refere que isso acontece também na Planificação.

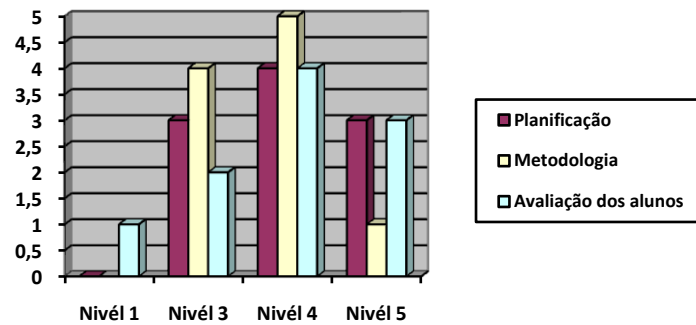
✓ Amoreira



No que respeita a Escola de Amoreira existe consenso, sendo que ambos os professores referem que existe participação nas três etapas.

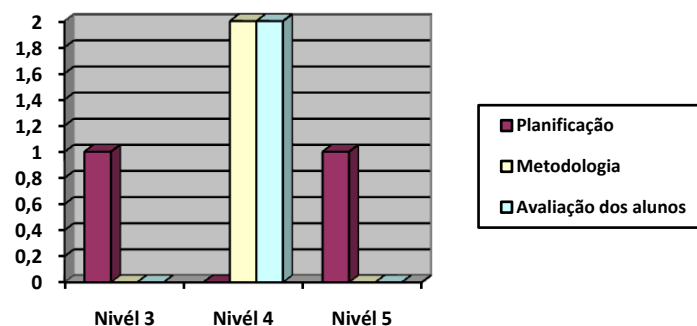
❖ Grau de conhecimento sobre a planificação metodologia e avaliação

✓ Arcos



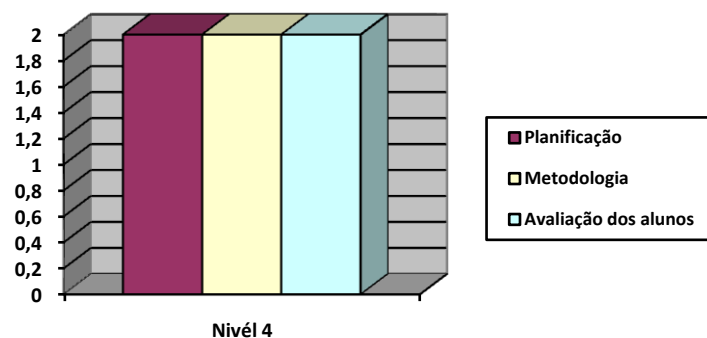
Considerando os conhecimentos dos professores sobre a planificação, metodologia e avaliação das actividades, estes situam-se preferencialmente nos níveis 3,4 e 5, sendo que o nível quatro é o que apresenta frequências maiores. Assim podemos considerar que os professores do 1 ciclo tentam manter-se inteirados do processo de desenvolvimento das próprias actividades de enriquecimento curricular.

✓ A DOS NEGROS



No caso dos professores da escola de A dos Negros também a situação é idêntica, ou seja, os seus conhecimentos situam-se no nível 4, destacando-se o conhecimento da metodologia e avaliação dos alunos e situando-se no nível 5 o aspecto relativo a planificação das actividades.

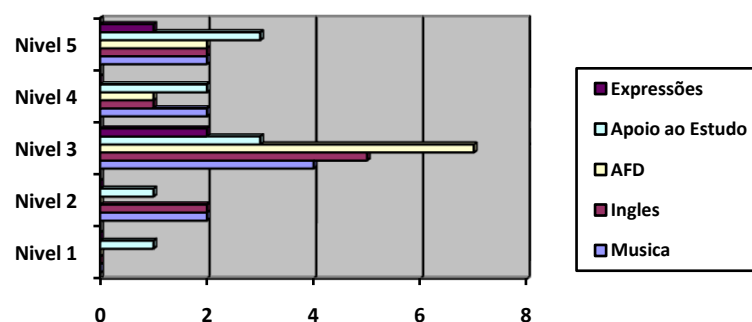
✓ Amoreira



Respeitante ao que se passa na escola da Amoreira o grau de conhecimento dos dois professores situa-se no nível quatro, relativo as três etapas, planificação, metodologia e avaliação.

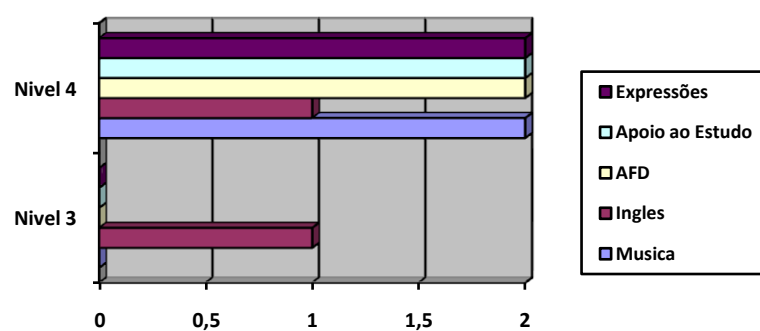
❖ Opinião dos professores sobre a nível de motivação dos alunos

✓ ARCOS

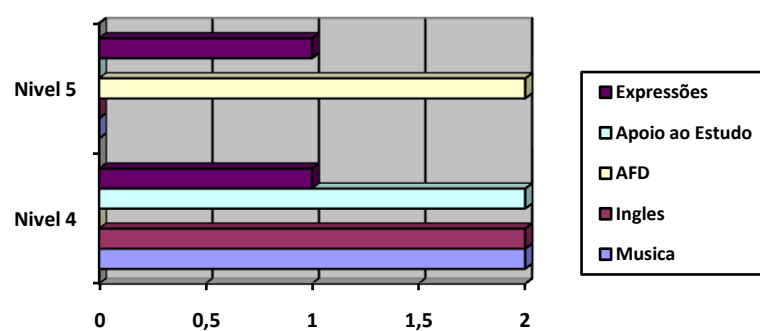


Quando inquiridos acerca da sua opinião acerca do nível de motivação dos alunos, o nível que mais se destaca é o nível 3 e a actividade em que consideram que as crianças apresentam maior motivação é a actividade física e desportiva, seguida do inglês e da música. Dentro deste nível a actividade que se destaca menos é a actividade ligada às expressões. O nível que a seguir mais se destaca é o nível 5 onde a actividade predominante é o apoio ao estudo.

✓ A dos negros

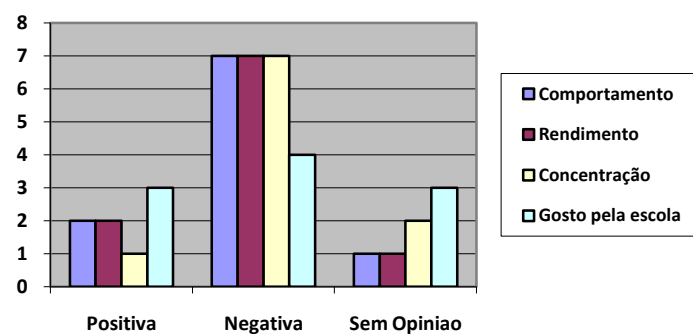


✓ Amoreira

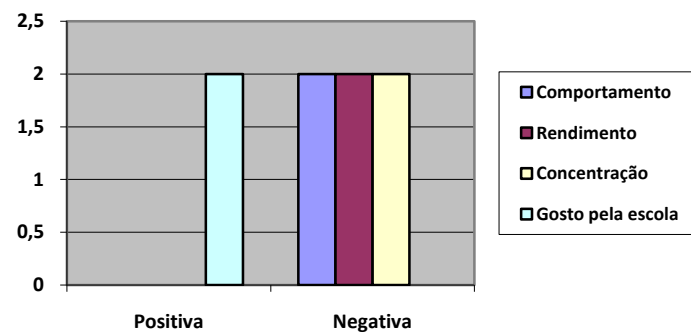


❖ Opinião dos profes sobre as alterações decorrentes da introdução das AEC's

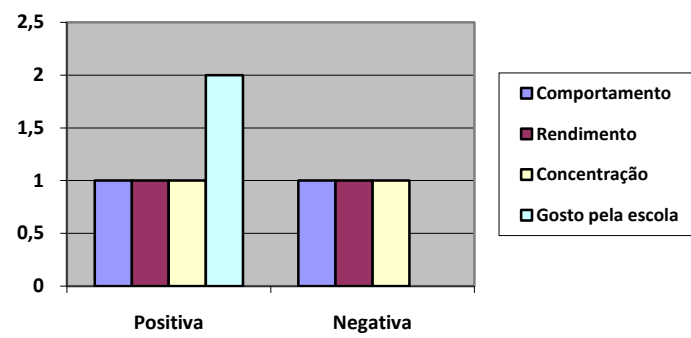
✓ Arcos



✓ A dos negros



✓ Amoreira





BALANÇO DE ACTIVIDADES 2008

CENTRO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Ao centro de intervenção social (CIS), estão afectos os seguintes serviços:

1. Gabinete de coordenação da intervenção social (GCIS)
2. Gabinete de planeamento e análise da intervenção social (GPAIS)
 - Rede Social;
 - Observatório Social.
3. Gabinete de Educação (GED)
4. Gabinete para a infância e juventude (GIJ)
 - Crescer Melhor – Rede Municipal de ATL;
 - Programa Municipal de Incentivos à Juventude (PMIJ);
 - Rede Municipal de apoio à 1.ª infância.
5. Gabinete de apoio à família (GAF)
6. Gabinete de apoio aos munícipes e instituições de Óbidos (GAMIO)
 - Serviço social do Município;
 - Núcleo de gestão de candidaturas a apoios sociais;
 - Óbidos solidário;
 - Núcleo de intervenção em situações sociais emergentes;
 - Núcleo de resolução extra-judicial de conflitos;
 - CEMEARÓBIDOS;
 - Infojus;
 - Programa de apoio a munícipes com necessidades especiais;
 - OBI – mobilidade para todos;
 - Centro de recursos de arte e cultura (CRAC).
7. Gabinete para a promoção da cidadania (GPC);
 - Centro Local de apoio ao Imigrante (CLAI);
 - Unidade de Inserção na vida activa (UNIVA);
 - Óbidos voluntário.
8. Gabinete de apoio aos idosos (GAI)
 - Melhor Idade – Rede Municipal de centros de dia e de convívio.
9. Gabinete para a promoção da saúde (GPS)
 - Saúde Melhor;
 - Homeopatia para todos.
10. Gabinete para a Habitação (GHAB)
 - RE-HABITAR.
11. Serviço municipal de refeições (SMCR)
 - Programa de apoio a entidades do sector alimentar.





2 - GABINETE DE PLANEAMENTO E ANÁLISE DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Rede Social do Concelho de Óbidos



O concelho de Óbidos aderiu ao projecto-piloto da Rede Social no ano de 2000. Formalizou-se a candidatura junto do extinto Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS) (substituído pelo Instituto da Segurança Social – ISS) e, em Julho de 2002 o termo seria assinado entre o IDS e a Câmara Municipal de Óbidos (CMO).

O Conselho Local de Acção Social de Óbidos foi constituído a 11 de Novembro de 2002, tendo aderido nessa altura 33 entidades. Actualmente é constituído por 30 entidades.

O programa Rede Social tem como finalidade a redução das desigualdades económicas e o fomento da inclusão social, combater a pobreza e exclusão social numa perspectiva de promoção do desenvolvimento social.

Actividades realizadas em 2008

- Continuação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social;
- Definição dos eixos prioritários de intervenção do Plano;
- Participação no Projecto “O combate à pobreza começa localmente” em parceria com a Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) de Leiria;
- Organização do I Fórum “O combate à pobreza começa localmente” em parceria com os Municípios de Caldas da Rainha; Nazaré; Peniche e Bombarral e a REAPN Leiria;
- Continuação da actualização do Diagnóstico Social do Concelho de Óbidos;
- Apoio Técnico no fornecimento de informações estatísticas;
- Apoio Técnico na elaboração de candidaturas a Programas;
- Divulgação de informação junto dos parceiros do Conselho Local de Acção Social (CLAS), nomeadamente, abertura de Programas; novas medidas da Segurança Social; Programas de combate à pobreza e exclusão social (sistema de informação).



O Observatório Social do Município de Óbidos teve o início da sua actividade no 1.º Semestre de 2006.

Objectivos:

- Produção de estudos que permitam analisar os efeitos dos diversos programas sociais do Município na vida quotidiana dos munícipes;
- Caracterização dos perfis dos públicos visitantes dos grandes eventos da Empresa Municipal Óbidos Patrimonium;
- Constituição de uma base de dados quantitativa e qualitativa que permita a realização de estudos longitudinais caracterizadores da intervenção social desenvolvida no Município de Óbidos.

Durante o ano de 2008 o Observatório Social realizou as seguintes actividades:

- Elaboração e aplicação de questionários aos públicos visitantes dos seguintes eventos da Empresa Municipal Óbidos Patrimonium: Festival Internacional do Chocolate, Mercado Medieval e Óbidos Vila Natal, edições de 2008.



3 - GABINETE DE EDUCAÇÃO

Gabinete de Educação



1 – Programa Escolas d’Óbidos

Em 2006, o Município de Óbidos começa a desenvolver um projecto, cujo principal objectivo é “criar um novo modelo de escola pública”.

Com uma rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico que não responde às solicitações pedagógicas e familiares, tornou-se claro para o Município que era urgente reestruturar a rede educativa.

Com a elaboração da carta educativa do concelho de Óbidos, homologada pelo Ministério da Educação em Outubro 2006, é proposta a construção de três complexos escolares, que asseguram a educação pré-escolar e todo o ensino básico.

Com um investimento de 13 milhões de euros, o Município de Óbidos pretende intervir, em conjunto com o Agrupamento de Escolas, na elevada taxa de insucesso escolar, através de um maior envolvimento da comunidade local, na organização de novas práticas educativas, a implicação de novos agentes na gestão da escola e na selecção de diferentes recursos tecnológicos.

Com a inauguração do Complexo dos Arcos, em Setembro de 2008, surge o programa Escolas d’Óbidos – “uma educação criativa”, que é apresentado a toda a comunidade com as seguintes 10 Metas:

- 1- Mais proximidade entre autarquia e o agrupamento
- 2- Reforço das estruturas municipais
- 3- Aposta em equipas especializadas de apoio ao alunos
- 4- Prioridade à saúde
- 5- Uma escola com liberdade de escolhas
- 6- Pedir aos pais mais decisões
- 7- Criação de uma identidade própria
- 8- Uma escola criativa
- 9- Organização e funcionamento
- 10- Uma grande equipa





A equipa multidisciplinar que trabalha na área da educação no Município passa a estar fisicamente no edifício do Complexo dos Arcos, de forma a desenvolver uma colaboração mais próxima com o Conselho Executivo, com os professores, com os alunos e com os pais.

Neste sentido, estão criadas condições para a constituição de uma equipa de profissionais que desenvolverão um trabalho de apoio aos alunos e professores.

Com o Complexo dos arcos, o Município de Óbidos pretende criar um novo modelo de escola para alunos do primeiro e segundo ciclos. A escola tem alunos do primeiro ciclo das freguesias de Santa Maria, S. Pedro e Usseira e do segundo ciclo de todo o concelho.

Este é o primeiro de três Complexos Escolares a construir (Complexo dos Arcos [inaugurado], Complexo do Alvito e Complexo do Furadouro) e que abarcarão toda a área do Concelho.

As novas tecnologias estão ao dispor dos estudantes, com quadros interactivos, computadores portáteis e wireless (internet sem fios). Existem salas temáticas (laboratórios, música, multimédia e biblioteca).

Porque no concelho de Óbidos existem constrangimentos ao nível da saúde oral, nomeadamente com a falta de resposta do Centro de Saúde e dos serviços privados, o Complexo Escolar dos Arcos promove um programa piloto na área da saúde oral e alimentar, procurando estimular as crianças para estilos de vida saudáveis e a prevenção da cárie dentária.

Também foi feita uma aposta em equipas especializadas de apoio aos alunos, reforçando o Gabinete de Apoio à Família, com Avaliação e Acompanhamento Psicológico, Terapia da Fala, Intervenção Pedagógica, Terapia Familiar, Aconselhamento a Pais, um Programa de Educação Parental e um Programa de Actividades Culturais e Desportivas para Famílias.

Existem igualmente actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas de inglês, música, apoio ao estudo, e um programa (Mind Lab) para ajudar as crianças no desenvolvimento de competências.

No entanto, e abrangidas no Programa "Descobre o teu talento", os alunos usufruem de áreas opcionais, como Música, Artes Plásticas, Ballet, Hip-hop, Judo, Ciência Divertida (Programa de Ambiente e Empreendedorismo).

Estas áreas são uma aposta numa educação criativa para ajudar as crianças a descobrirem os seus talentos.

Foi criada uma identidade própria, com o nome de "Escolas d'Óbidos", no sentido de valorizar e criar uma percepção exterior de reconhecimento imediato da escola. Da marca Escolas d'Óbidos faz parte integrante os uniformes para os alunos, a louça personalizados do refeitório da Escola e outros elementos a integrar futuramente.



Os transportes escolares são assegurados pelo Município de Óbidos, Rodoviária do Tejo e Juntas de Freguesia do concelho.

A equipa do Complexo Escolar dos Arcos é composta pelo Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Josefa d' Óbidos, professores do Ministério da Educação e do Município de Óbidos, uma vasta equipa de apoio multidisciplinar, 53 auxiliares de educação, uma equipa profissional de cozinheiros e ajudantes e várias parcerias com o sector privado.

2 - Actividades de Animação Pedagógica

- Desfile de Carnaval, em colaboração com o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos;
- Comemorações do 25 de Abril – “Cidadania Activa”- Assembleia Municipal;
- Dia da Música – Visita às Águas do Oeste;
- Visita ao Vila Natal;
- Visita ao Festival de Chocolate;

Plano Nacional de Leitura:

- Oferta de Livros – Prenda de Natal do Município;
- Apoio no fundo documental da Biblioteca do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos;
- Deslocação da Bibliomóvel a todos os Jardins-de-Infância, Escolas do 1º Ciclo do
- Ensino Básico e Centros de Convívio do Programa Melhor Idade;
- Distribuição a todas as crianças de Jardim-de-Infância e alunos das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de marcadores de livros.



Bibliomóvel
Biblioteca Itinerante do Concelho de Óbidos

Protocolo entre o Município de Óbidos e a Associação Hípica “O Cavalo de Óbidos”

Custa Menos Separar – Projecto de Educação Ambiental Sobre Reciclagem de Resíduos Sólidos

**Acção Social Escolar**

- Subsídios 1º CEB;
- Bolsas de Estudo Ensino Secundário;
- Bolsas de Estudo Ensino Superior.

APOIOS SÓCIO-EDUCATIVOS

ESCOLAS	Total de candidaturas instruídas	Total de candidatura com apoio	Número de apoios por Escalão	Valor do apoio por Escalão	Valor total de apoio por Escola
GAEIRAS	5	5	Escalão A – 0 3	145€	193€
			Escalão B – 0 2	48€	
VAU	9	8	Escalão A – 06	280€	326€
			Escalão B – 02	46€	
SOBRAL DA LAGOA	7	7	Escalão A – 0 6	280€	303€
			Escalão B – 01	23€	
OLHO MARINHO	17	15	Escalão A – 10	470€	589€
			Escalão B – 05	119€	
AMOREIRA	12	12	Escalão A – 08	375€	471€
			Escalão B – 04	96€	
VALE DE JANELAS	3	3	Escalão A – 03	140€	140€
			Escalão B – 00		
QUINTA DA MARQUESA	8	6	Escalão A – 03	135€	204€
			Escalão B – 03	69€	
GRACIEIRA	2	1	Escalão A – 01	45€	45€
			Escalão B – 00		
A-DOS-NEGROS	16	14	Escalão A – 08	370€	514€
			Escalão B – 06	144€	
COMPLEXO DOS ARCOS	82	71	Escalão A – 44	2 075€	2 714€
			Escalão B – 27	639€	
TOTAL DE PROCESSOS	161	142	Escalão A – 92	4 315€	5 499€
			Escalão B – 50	1 184€	

PROPOSTA DE APOIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE UNIFORME AOS ALUNOS DO 1º E 2º CICLO DO COMPLEXO DOS ARCOS

	Escalão A	Escalão B
Valor do Apoio	60€	35€



NÍVEL DE ENSINO	Nº de alunos abrangidos	Valor total por Ciclo e por Escalão	Valor total do apoio por Ciclo
1º Ciclo (Escalão A)	44	2 640€	3 620€
1º Ciclo (Escalão B)	28	980€	
2º Ciclo (Escalão A)	69	4 140€	6 030€
2º Ciclo (Escalão B)	54	1 890€	
Valor total de apoio			9 650€

BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO

- Escola Josefa de Óbidos – 27 alunos / Total do apoio: 2,750€
- Escola Secundária Bordalo Pinheiro – 19 alunos / Total do apoio: 2,750€
- Escola Secundária Raul Proença – 13 alunos / Total do apoio: 1,350€
- Escola Secundária Colégio Rainha D. Leonor – 04 alunos / Total do apoio: 400€
- Escola Técnica Empresarial do Oeste – 16 alunos / Total do apoio: 1,300€

Total dos apoios concedidos: 7,650€

N.º total de alunos apoiados: 79



Programa Uma Escola e Peras

Nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Setembro, Outubro, Novembro, Novembro e Dezembro de 2008 foram distribuídas 35.340 unidades de Pêra Rocha em todos os estabelecimentos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico. Esta iniciativa inscreve-se no âmbito de uma parceria com a empresa Granfer, Produtores de Fruta, CRL.



4 - GABINETE PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE

Crescer Melhor – Rede Municipal de ATL



- Número total de alunos com Serviço de Almoço: 507
- Número total de alunos com Prolongamento de Horário: 249

Actividades de Enriquecimento Curricular

- Ensino do Inglês
 - Ensino da Música
 - Actividade Física e Desportiva
 - Apoio ao Estudo
 - Mind Lab
 - Ciência Divertida
- Realização de Concertos no âmbito das Actividade de Enriquecimento Curricular – Música e Inglês;



Programa Municipal de Incentivos à juventude



programa municipal
de incentivos à juventude

Actividades realizadas em 2008:

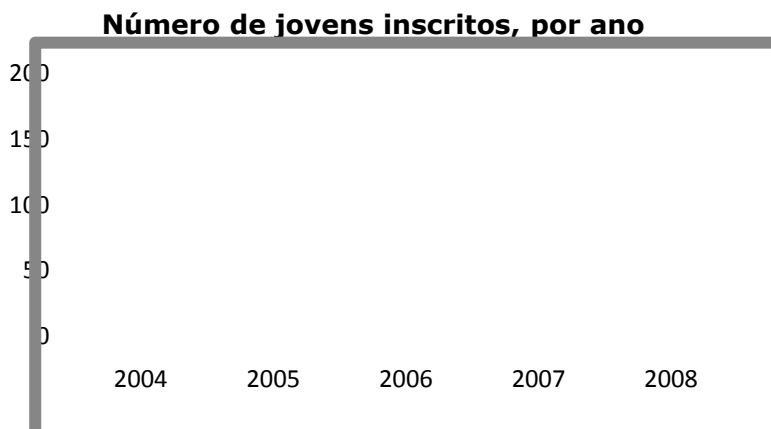
- Realização do Férias Activas em duas edições: Páscoa e Verão 2008;
- Criação do programa Clube de Férias destinado à ocupação das férias escolares de jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos;
- Realização do 1.º Acampamento Óbidos Natura destinado a crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos, tendo ultrapassado os 80 participantes;
- Organização da Summer School, (visita de 12 jovens obidenses à Lapónia, Finlândia), resultado de uma parceria com a Kesälukioseura (Associação Finlandesa de Escolas de Verão);
- Acolhimento dos participantes no Expresso das Nações, iniciativa apoiada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural que proporcionou a 120 jovens de diferentes nacionalidades uma viagem por Portugal em comboio e veleiro. A vila Óbidos foi escolhida como primeira paragem deste comboio.

**Programa Férias Activas - 2008**

Desde a sua criação em 2004 o programa Férias Activas tem tido uma adesão crescente por parte dos jovens do concelho:

1. Áreas de actividade:

2004	2005	2006	2007	2008
Feira do Livro	Feira do Livro	Feira do Livro	Biblioteca	Biblioteca
Brigadas Medievais	Brigadas Medievais	Brigadas Medievais	Brigadas Medievais	Brigadas Medievais
Exposições (<i>Jardim das Delícias</i>)	Espaço Net	Espaço Net	Espaço Net	Espaço Net
Ambiente (jardins)	Crescer Melhor	Crescer Melhor	Crescer Melhor	Crescer Melhor
	Melhor Idade	Melhor Idade	Melhor Idade	Melhor Idade
	Protecção civil	Rede de Museus e Galerias	Arqueologia	Arqueologia
		Arquivo	Observatório Social	Observatório Social
		Férias Desportivas	Gabinete de Comunicação	Gabinete de Comunicação
				Arquivo
				Bibliomóvel
				Clube de Férias

2. Número de inscrições, por ano:



3. Número de participantes, por ano:



4. Volume de participações, horas de actividade e valor das bolsas, por edição:

Edição	Nº de Jovens	Nº de participações	Horas de actividade	Bolsas		
				CMO	IPJ	Total
2004	26	69	2.587	4.527	-----	4.527
2005	43	75	2.551	3.990	1.112	5.102
2006	67	95	3.728	6.256	1.200	7.456
2007	88	114	4.352	8.144	560	8.704
2008 Páscoa	19	19	676	1.352	2.872	1.352
2008 Verão	112	137	5.922	10.612	1.232	11.844
Total	355	509	19.816	34.881	4.104	38.985



Rede Municipal de apoio à primeira infância



A Rede Municipal de Apoio à 1ª Infância conta actualmente com quatro Entidades Parceiras:

CASA DO POVO DE ÓBIDOS

108 lugares dos 0 aos 5 anos; 43 lugares dos 0 aos 3 anos;

Município Apoia com Recursos Humanos Especializados no Ensino de Inglês e Música:

Sala 3/4 anos – 24 crianças – aulas de inglês e de música de 30 minutos semanais

Sala 4/5 anos – 25 alunos – aulas de inglês e de música 45 minutos semanais

Sala 5 / 6 – 16 alunos – aulas de inglês e de música 45 minutos semanais

CRECHE DE GAEIRAS

A funcionar desde Agosto de 2007

35 Lugares dos 0 aos 3 anos;

11 Postos de trabalho criados (dos quais 3 são Programas Ocupacionais) e que se distribuem da seguinte forma: 2 Educadoras; 4 auxiliares acção educativa; 2 auxiliares serviços gerais; 1 cozinheira; 1 auxiliar cozinha e 1 funcionária administrativa

Protocolo celebrado entre o Município e a Associação Socorro Gaeirense

CRECHE DO ARELHO

A funcionar desde Outubro de 2007

16 Lugares dos 12 aos 36 meses 4 Postos de trabalho criados: 1 educadora de infância; 1 auxiliar de acção educativa; 1 funcionária de limpeza; 1 funcionária de cozinha.

Protocolo celebrado entre o Município de Óbidos e o Centro Social, Cultural e Recreativo Arelhense

CRECHE DE OLHO MARINHO

A funcionar desde Junho de 2008

33 Lugares dos 0 aos 3 anos;

6 Postos de trabalho criados, dos quais, 2 educadoras e 4 auxiliares de acção educativa.

O concelho de Óbidos conta actualmente com 127 lugares de resposta em creche, ou seja dos 0 aos 3 anos.

No âmbito das valências de creche de Gaeiras, Arelho e Olho Marinho foram criados 21 postos de trabalho.



5 – GABINETE DE APOIO À FAMÍLIA

Gabinete de Apoio à Família



O Gabinete de Apoio à Família, em funcionamento desde Abril de 2005, é um serviço público de atendimento aos Munícipes de Óbidos, confidencial e gratuito.

Modalidades de Intervenção:

Atendimento / Acompanhamento Psicológico Individual, de Casal e Familiar

Educação Parental: Arte de Ser Pai e Mãe (grupos de pais)

Promoção de Programas Familiares no âmbito lúdico e cultural

Actividades realizadas:

Durante o ano de 2008 o Gabinete de Apoio à Família acompanhou um total de 47 famílias, das quais resultaram 202 atendimentos efectuados.



6 - GABINETE DE APOIO AOS MUNÍCIPIES E ÀS INSTITUIÇÕES DE ÓBIDOS

Serviço Social do Município



SERVIÇO SOCIAL

O **serviço social do Município** intervém de forma a caracterizar o pedido do munícipe, promovendo o encaminhamento integrado da situação de acordo com a problemática identificada.

Em média são efectuados dois atendimentos diários e as situações são encaminhadas internamente quando a resolução do problema é da exclusiva competência do Município, ou promove-se o encaminhamento integrado para outros serviços, nomeadamente Segurança Social, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Instituições Particulares de Solidariedade Social com intervenção no concelho de Óbidos, GNR e/ou Ministério Público.



Núcleo de Gestão de candidaturas a apoios sociais

Apoios atribuídos em 2008, no âmbito dos Regulamentos do “Programa de atribuição de apoios a instituição com intervenção de âmbito social no Município de Óbidos” e “Regulamento para atribuição de apoios sociais a munícipes desfavorecidos”:

18.02.2008

Intervenção de Reabilitação na residência de **Maria Otília da Silva Brás Gomes** – sita nos Casais da Areia no valor de **1566.95 Euros**

19.05.2008

Apoio ao munícipe **Hermenegildo da Conceição Pereira Madeira**, com o pagamento à Associação Minha Casa no valor de **987.60 Euros**

21.07.2008

Apoio a munícipe desfavorecido – **Madalena Santos** para aquisição de Lentes Oftálmicas e Armação no valor total de **363.30 Euros**

04.08.2008

Apoio financeiro à **Associação Minha Casa** no âmbito do protocolo existente no valor de **750.00 Euros**

15.09.2008

Comparticipação em passe escolar no âmbito do Programa de Apoio a Munícipes desfavorecidos a **Tânia Isabel Abreu** da freguesia de Olho Marinho no valor de **94.50 Euros** para o ano lectivo de 2008/2009.

Apoio financeiro **Centro Cultural, Social e Recreativo Arelhense** ao Programa de atribuição de Apoios a Instituições com Intervenção de âmbito social no valor total de **21 474.00 Euros**

Apoio financeiro à **Associação de Desenvolvimento Social de A-dos-Negros** ao Programa de atribuição de Apoios a Instituições com Intervenção de âmbito social no valor total de **100 000.00 Euros**

20.10.2008

Atribuição de apoio ao munícipe **Gentil Luís Santos**, para tratamento de dependência de álcool no valor de **340.20 euros**



O Programa Óbidos Solidário visa a promoção de várias iniciativas em momentos específicos do ano, tendo em vista a inclusão social das famílias mais desfavorecidas do Concelho, através de uma intervenção concertada entre vários parceiros sociais.

Iniciativas realizadas:

- 1 Campanha de Natal onde foram distribuídos:
 - 230 Cabazes de Natal correspondentes a 500 indivíduos;
 - 85 Brinquedos.
- 1 Concerto de Solidariedade



Núcleo de Intervenção em situações sociais emergentes

NISE

Núcleo de Intervenção
Social Emergente

O Núcleo de Intervenção Social Emergente destina-se a prestar uma resposta imediata para situações excepcionais onde um acontecimento concreto altera negativamente a condução da vida quotidiana, tal como acidente de trabalho/viação, catástrofe natural, doença ou falecimento, entre outros.

Das medidas do NISE fazem parte o apoio psicológico concertado aos munícipes afectados e o acompanhamento destes junto das entidades vocacionadas e competentes.



Programa de apoio a municípios com necessidades especiais



Criação de uma Empresa de Inserção na área da Produção, conservação e requalificação dos espaços verdes e mobiliário urbano.

Trata-se de um projecto que deriva da articulação entre o Centro de Intervenção Social, a Empresa Municipal Óbidos Requalifica e o Serviço de Gestão Florestal e Espaços Verdes. Conta também com parcerias externas do Instituto do Emprego e Formação Profissional, por meio do Centro de Emprego de Caldas da Rainha e do Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor.

Esta Empresa de Inserção possibilitou a criação 5 postos de trabalho, sendo 3 em situação de Desemprego de Longa Duração e 2 em situação de desfavorecimento perante o mercado de trabalho.

Todos os trabalhadores em processo de inserção provêm do Concelho de Óbidos, nomeadamente das Freguesias de Olho Marinho, São Pedro, Sobral da Lagoa e Santa Maria.

Acções de Sensibilização para Invisuais do Concelho

Em parceria com a Delegação de Leiria da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) foram realizadas 2 acções de sensibilização na área da deficiência visual que contaram com a participação de 96 pessoas. Estas acções tiveram como público-alvo indivíduos com deficiência visual, familiares e profissionais com responsabilidades na orientação destas pessoas.

**Núcleo de resolução extra-judicial de conflitos**NÚCLEO DE RESOLUÇÃO
EXTRA-JUDICIAL DE CONFLITOS

Este programa congrega diversos domínios de intervenção do Município de Óbidos na área da resolução alternativa de conflitos:

- CEMEARÓBIDOS;
- INFOJUS;
- Protocolo com Centro de Estudos do Conflito (CEC);
- JULGADO DE PAZ DE ÓBIDOS

CEMEARÓBIDOS - Centro de Mediação e Arbitragem, uma parceria entre o Município de Óbidos, a Associação Forense do Oeste (AFO), a CONCÓRDIA – Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos e o Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal (IMAP);

CEMEARÓBIDOS
Centro de Mediação e Arbitragem

O CEMEARÓBIDOS foi objecto de assinatura de Protocolo com o Ministro da Justiça no dia 30 de Outubro de 2006 e teve início da sua actividade em fase experimental no dia 17 de Maio de 2007.

Conforme se pode verificar na tabela seguinte registou-se um aumento significativo do número de processos entre o ano de 2007 e o ano de 2008.

Mediação	Número de processos 2007	Número de processos 2008
Regulação do poder paternal/divórcio	4	8
Partilhas	1	1
Desacordo em situações com a EDP	2	0
Problemas relacionados com	3	5
Falta de pagamento de honorários	1	
Desistências	1	
Arrendamentos		5
Consumo		9
Condomínio		3
TOTAL	12	31

Atendimentos	Pré-Mediações	Mediações	Secções de Mediação	N.º de Acordos
13	35	3	11	3



JULGADO DE PAZ DE ÓBIDOS

No dia 12 de Novembro de 2008 foi formalmente feita a assinatura do Protocolo entre o Município de Óbidos e o Ministério da Justiça, que define os termos da instalação do futuro **Julgado de Paz em Óbidos**, que vai ficar situado na Rua dos Arrifes, n.º 3, 2510-406 Óbidos, no edifício da antiga Delegação Escolar.

Os Julgado de Paz são tribunais com características particulares, competentes para solucionar causas de valor reduzido de natureza cível de valor não superior a €5.000, excluindo as que envolvam matérias de Direito de Família, Direito as Sucessões e Direito do Trabalho.



INFOJUS

O INFOJUS é um espaço de acesso gratuito à Justiça ao serviço do cidadão. Destina-se a prestar informação no domínio da consulta jurídica e do apoio judiciário e/ou encaminhamento para as diversas entidades com competências na matéria.

Inaugurado no dia 14 de Julho de 2008 e abrangendo o Circulo Judicial de Caldas da Rainha, são parceiros desta medida os Municípios de Óbidos, Bombarral, Caldas da Rainha, Peniche e Rio Maior. São também parceiros a Associação Forense do Oeste (AFO), a CONCÓRDIA – Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos e o Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal (IMAP);

INFOJUS

Protocolo com o Centro de Estudos do Conflito (CEC)

A Associação Centro de Estudos do Conflito é uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, constituída no dia 9 de Agosto de 2006. Tem âmbito internacional e sede em Óbidos. Tem por missão de fundo:

- Promover a prevenção e assegurar a gestão dos conflitos, através do diálogo entre as partes, enquanto instrumentos de desenvolvimento.

Tem por principais objectivos:

- Criar e desenvolver um Observatório do Conflito;



- Promover e realizar diversas vertentes de formação significativas para o seu objecto de intervenção;

OBI – mobilidade para todos

- Realizar estudos e projectos e iniciativas diversas tendentes a fomentar a cultura da mediação.

Nos próximos meses o CEC vai ficar definitivamente sediado nas futuras instalações do Julgado de Paz de Óbidos, momento em que será formalmente assinado o Protocolo de Cooperação entre esta entidade e o Município de Óbidos. Deste protocolo vai resultar, entre outras medidas, um projecto-piloto de mediação em meio escolar a desenvolver em parceria com o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos.



O CEMEARÓBIDOS foi objecto de assinatura de Protocolo com o Ministro da Justiça no dia 30 de Outubro de 2006 e teve início da sua actividade em fase experimental no dia 17 de Maio de 2007.

Conforme se pode verificar na tabela seguinte registou-se um aumento significativo do número de processos entre o ano de 2007 e o ano de 2008.

Mediação	Número de processos 2007	Número de processos 2008
Regulação do poder paternal/divórcio	4	8
Partilhas	1	1
Desacordo em situações com a EDP	2	0
Problemas relacionados com	3	5
Falta de pagamento de honorários	1	
Desistências	1	
Arrendamentos		5
Consumo		9
Condomínio		3
TOTAL	12	31

Atendimentos	Pré-Mediações	Mediações	Secções de Mediação	N.º de Acordos
13	35	3	11	3



Com o intuito de disponibilizar uma maior mobilidade para todos os que habitam ou procuram o Concelho de Óbidos, foi assinado um protocolo com a Rodoviária do Tejo, para a criação de um transporte público que facilite a mobilidade das pessoas e que responda às suas necessidades, disponibilizando itinerários que sirvam sobretudo as localidades sem qualquer transporte público ou com pouca cobertura.

O período experimental do transporte do concelho de Óbidos que durou de Julho a Setembro de 2007, o serviço de transporte foi efectuado 7 dias por semana, incluindo sábados domingos e feriados, resultando numa **média de 50 utilizadores por dia**, cerca de 4000 utilizadores.

Entre Janeiro e Dezembro de 2008 foi registado uma média de 900 utilizadores por mês.



Ano 2008

APRESENTAÇÃO DE ESPECTÁCULOS

ARELHO - Grupo de Teatro amador "*Fracos mas Teimosos*")

"Serração da Velha"

1 APRESENTAÇÃO:

- Março: C.C.S.R. Arelhense

Peça de Teatro – "Aldeia de Loucos" (2007/08)

2 APRESENTAÇÕES:

- 30 Novembro: C.C.S.R. Arelhense
- 13 Dezembro: Salgueiro

Peça de Teatro – "Reviravoltas da Vida"

2 APRESENTAÇÕES:

- Agosto: C.C.S.R. Arelhense
- Outubro, Encontro de Arte e Cultura para o desenvolvimento Comunitário: Casa da Música, Óbidos

USSEIRA - Grupo de teatro amador "*A RAIZ*"

A-DOS-NEGROS - Grupo de teatro amador "*Reflexos*"

Peça de Teatro – "Sonho de uma Noite de Verão de William Shakespeare"

3 APRESENTAÇÕES:

- Julho: Associação de A-dos-Negros
- Julho: Associação Rec. da Usseira
- Outubro: Encontro de Arte e Cultura para o desenvolvimento Comunitário: Casa da Música, Óbidos

OLHO MARINHO - Grupo de teatro amador "*DESPERTAR*"

Exercício de Teatro de Máscaras – "Uma viagem à Lua"

2 APRESENTAÇÕES:

- Julho: Associação de A-dos-Negros
- Outubro: Encontro de Arte e Cultura para o desenvolvimento Comunitário: Casa da Música, Óbidos



7 - GABINETE PARA A

PROMOÇÃO DA

CIDADANIA

Centro Local de Apoio ao Imigrante

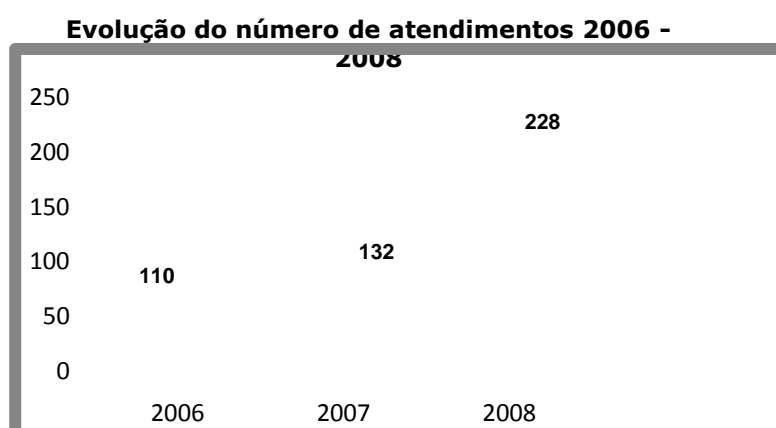


Portugal assistiu ao longo da última década ao aumento da população imigrante. O distrito de Leiria foi um dos distritos onde esse aumento se fez sentir com maior intensidade. Atento à necessidade de respostas sociais adequadas e próximas dos cidadãos, o Município de Óbidos criou, em Novembro de 2004, em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII).

O CLAII tem duas linhas estratégicas de intervenção: promover a integração dos cidadãos migrantes e sensibilizar a sociedade de acolhimento para a complexidade do fenómeno migratório.

Actividades 2008:

- **Atendimentos: 235**, verificando-se um aumento de 78 % entre 2007 e 2008.



- Realização de uma **sessão formativa** sobre a **Lei da Imigração** junto da Associação de Ucranianos Portugal (pólo das Caldas da Rainha).



- Organização da Caminhada "Óbidos pela Diversidade Cultural" (25 de Maio) no âmbito da comemoração do **Dia Mundial para a Diversidade Cultural para o Diálogo e Desenvolvimento**.
 - Dinamização da iniciativa **CLAII Migrante** (atendimento descentralizado nas Freguesias do concelho).
-
- Colaboração com a Assessoria para a Educação e Formação de Adultos do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos na organização do **curso de Português 2ª Língua** (ano lectivo 2008 / 09).
 - Levantamento da **população imigrante** residente no concelho de Óbidos.
 - Desde Outubro o CLAII dispõe de mais um serviço para os seus utentes: aconselhamento jurídico, realizado pelo Gabinete de Apoio Jurídico do Alto Comissariado (Centro).



Tipo de Solicitação	Número atendimentos
<ul style="list-style-type: none"> Inscrições para emprego; Apoio em técnicas de procura de emprego; Recepção / Divulgação ofertas de emprego e formação profissional; Esclarecimentos sobre programas IEFP 	548
<ul style="list-style-type: none"> Apresentações quinzenais 	2620
Total	3168

**ANO DE 2008****1. Atendimentos em Gabinete UNIVA:****2. Articulações com entidades:**

Caracterização	Quantificação
Visitas a empresas concelho Óbidos	27
Apoio candidaturas POC	60
Total	87

Atendimentos em “Livre Serviço para o Emprego”:

A UNIVA deslocou-se ao Centro de Emprego de Caldas da Rainha 2 tardes por semana, tendo efectuado um total de **717 atendimentos no ano de 2008**.

Desemprego registado no concelho de Óbidos segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego em Outubro 2005:



Género		Desempregados há < 1 ano	Desempregados > ou = 1 ano	1º emprego	Novo emprego	Total desempregados
Homens	Mulheres					
155	257	269	143	24	388	412

Fonte: "Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais". Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. Gabinete de Estudos e Avaliação: Outubro 2005.

Desemprego registado no concelho de Óbidos segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego em Outubro 2006:

Género		Desempregados há < 1 ano	Desempregados > ou = 1 ano	1º emprego	Novo emprego	Total desempregados
Homens	Mulheres					
184	271	299	156	30	425	455

Fonte: "Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais". Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. Gabinete de Estudos e Avaliação: Outubro 2006.

Desemprego registado no concelho de Óbidos segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego em Outubro 2007:

Género		Desempregados há < 1 ano	Desempregados > ou = 1 ano	1º emprego	Novo emprego	Total desempregados
Homens	Mulheres					
119	248	236	131	27	340	367

Fonte: "Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais". Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. Gabinete de Estudos e Avaliação: Outubro 2007.

Desemprego registado no concelho de Óbidos segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego em Outubro 2008:

Género		Desempregados há < 1 ano	Desempregados > ou = 1 ano	1º emprego	Novo emprego	Total desempregados
Homens	Mulheres					
164	232	284	112	27	369	396

Fonte: "Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais". Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. Gabinete de Estudos e Avaliação: Outubro 2008



O Programa Óbidos Voluntário, em funcionamento há cerca de 2 anos, tem permitido dignificar e fomentar o trabalho voluntário em desenvolvimento no Concelho através da dinamização do Banco Local de Voluntariado (BLV), que conta com 37 voluntários inscritos. Este Programa permitiu a implementação de Programas de Voluntariado nos Programas Melhor Idade, Óbidos Solidário, Saúde Melhor e Santa Casa da Misericórdia de Óbidos.

Objectivos gerais deste Programa:

- Promover o encontro entre a oferta e procura de voluntários e organizações
- Sensibilizar os cidadãos para o voluntariado
- Divulgar oportunidades de voluntariado
- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento do voluntariado
- Avaliar o impacto do trabalho voluntário no Concelho

8 - GABINETE DE APOIO AOS IDOSOS

Melhor Idade
Rede Municipal de Centros de Dia e de Convívio



Centros de Convívio:

Asseguramos uma melhor qualidade de vida, desenvolvendo actividades de apoio ao utente com o objectivo de satisfazer as suas necessidades básicas: Alimentação; Actividades Ocupacionais; Convívios; Passeios; Relações com outros Grupos Etários;

Centros de Convívio em funcionamento: 12

Recursos Humanos afectos ao Programa:

- 1 Animadora sociocultural por sala (à excepção dos Centros de A-dos-Negros e Usseira com 2);
- Total: 14 animadoras
- 1 Professora de Ginástica (Programa “saúde e movimento”)

Parceiros Directos do Programa:

(12 Instituições parceiras e 9 Juntas de Freguesia)

1. Centro de Apoio Social e Cultural de Usseira;
2. Centro Cultural Social e Recreativo Arelhense;
3. Associação Presente e Futuro;
4. Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia de A-dos-Negros;
5. Centro de Apoio Social do Vau;
6. Centro Social Cultural e Recreativo de Sobral da Lagoa;
7. Centro Social e Cultural para o Desenvolvimento do Olho Marinho;
8. Sport Clube do Bairro – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa;
9. Associação O Socorro Gaeirense;
10. Sociedade Cultural e Recreativa Pinhalense;
11. Centro Social Cultural e Recreativo da Amoreira;
12. Associação Recreativa e Desportiva União Sancheirense.

Convívios 2008:

Janeiro Santo Antão	Fevereiro Carnaval	Março Páscoa	Abril Alimentação saudável	Maio Missa	Junho I Assembleia Sénior
Outubro III Aniversário Melhor Idade	Novembro Magusto	Dezembro Festa de Natal			

Actividades com colaboradores externos:

- **Aulas de Ginástica "Saúde e Movimento"** - 1 professora de educação física - 2x/semana;
→ **170 Utentes** participam nas aulas de ginástica;
- **Aulas de Hidroterapia "Hidrosénior"** - 1 Terapeuta (Piscinas Municipais) - 1x/semana
→ **65 Utentes** frequentam as aulas;
- Visitas da **Bibliomovel**;
- Visitas da Unidade Móvel de Saúde;
- Educação ambiental: sessões de sensibilização para temas ambientais (reciclagem; compostagem; reciclagem de óleos etc.) promovidas por colegas do Gabinete do ambiente;

O Melhor Idade em números:

- 12 Centros de Convívio;
- RH: 12 animadoras+ 1 Professora de Ginástica;
- Número de utentes inscritos: 300
- Frequência média dos Centros: 200 utentes
- São servidos almoços em **5 centros de convívio**: Arelho; Amoreira; Areririnha; Olho Marinho e A-da-Gorda;
- 8 Convívios durante o ano de 2008;
- I Assembleia Sénior;
- Participação no Mercado Medieval 2008;
- 15 Dias de praia durante os meses de Junho a Agosto;
- Vários convívios inter-centros na **Casa da Praia da CMO**;
- Vários passeios: Fátima; Peniche; Alcobaga; Batalha; Coimbra; Évora; Caldas da Rainha (Museus); Quinta dos Loridos; Mafra; etc.



VAT – Veículo de apoio técnico:

(em funcionamento há 1 ano)

O VAT é um **serviço gratuito**, de âmbito municipal, que consiste no **apoio técnico no domicílio**, com vista à realização de pequenas reparações domésticas.

Podem beneficiar dos serviços do VAT **TODOS OS UTENTES DO PROGRAMA MELHOR IDADE**, desde que façam prova desta condição através da apresentação do **cartão Melhor Idade**, e desde que o pedido vise reparações em habitação própria do utente.

Número de serviços efectuados pelo VAT (12 meses de funcionamento) por Centro de Convívio:

Centros	1.º Semestre (Novembro - 08 Abril)	2.º Semestre (09 Abril - Dezembro)	Total
A-da-Gorda	10	10	20
Areirinha	25	20	45
Arelho	20	8	28
Amoreira	5	12	17
Bairro Sra. Da Luz	15	16	31
Gaeiras	10	10	20
Olho Marinho	5	5	10
Pinhal	20	10	30
Sobral da Lagoa	20	11	31
Usseira	40	12	52
Vau	30	31	61
Sancheira Grande	-	8	8
CMO (Escolas Primárias; J.I; ATL)	30	45	75
	230	198	428

1 Ano de funcionamento: cerca de 450 serviços efectuados.

353 Domicílios efectuados.

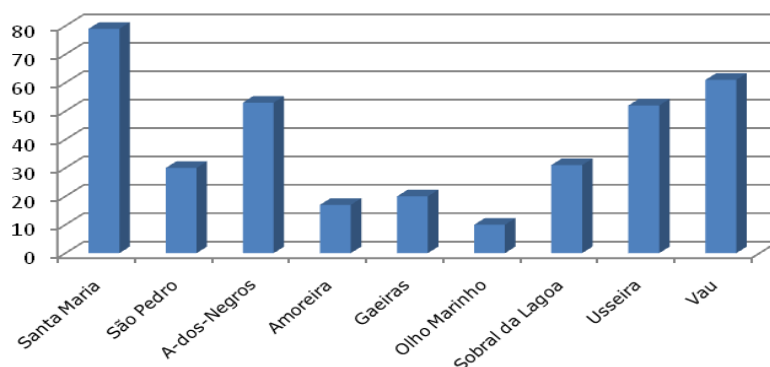
Principais serviços solicitados:

Arranjo de janelas/estores; **serralharia (60 serviços); arranjos eléctricos vários (70 serviços);** arranjo de fechaduras e de interruptores de parede; montagem/arranjo de torneiras; substituir dobradiças; aplicar vidros; **substituição de lâmpadas (180 serviços).**

Continua a **substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de baixo consumo.**

Foram substituídas cerca de 1.100 lâmpadas.

N.º de serviços efectuados, por freguesia:



Cartão Melhor Idade:

Podem usufruir dos benefícios do cartão Melhor Idade, todos os munícipes reformados do concelho de Óbidos (se não auferirem reforma, que tenham 65 ou mais anos), desde que, façam a sua inscrição no Programa Melhor Idade.

Já foram entregues cerca de **350 cartões Melhor Idade**.

Principais benefícios: Isenção de pagamento nas piscinas municipais; isenção de pagamento no OBI.

O Cartão Melhor Idade atribui aos seus titulares os seguintes benefícios:

- Livre acesso às actividades culturais promovidas pela Câmara Municipal de Óbidos;
- Livre acesso aos equipamentos municipais;
- Descontos nos estabelecimentos comerciais locais aderentes;
- Comparticipação de 25% na parte que cabe ao utente na aquisição, mediante receita médica, de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

Em 2008:

- Realizamos a I Assembleia Sénior;
- Reiniciamos as aulas de "saúde e movimento" – em Setembro;
- Teve início a actividade "hidrosénior" (hidroterapia);
- Abrimos o 12.º Centro de Convívio da Rede Melhor Idade – Sancheira Grande (a inaugurar em Janeiro);
- O Centro de Convívio do Bairro Sra. Da Luz mudou de instalações. Abriu no dia 27 Novembro na ex-escola primária do Bairro (inauguração no dia 03 de Janeiro de 2009);
- Participamos na actividade "Na rota dos alimentos" organizada pelas IPSS de Caldas da Rainha; Óbidos; Alcobaca e Bombarral, este ano em Parceria com o Município de Óbidos. Actividade que decorreu durante 3 dias, na casa da praia da CMO;
- **Mais de 350 utentes aderiram ao cartão Melhor Idade;**
- Realizamos vários convívios; passeios; actividades em sala; e prestamos apoio diário (dias úteis) a mais de 300 reformados, ao nível da alimentação; actividades ocupacionais; preenchimento de formulários; encaminhamento de situações etc.


BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ÓBIDOS – SERVIÇO DE BIBLIOMÓVEL


Projecto “Biblimóvel”, da Biblioteca Municipal de Óbidos dirigido aos idosos do Concelho de Óbidos, através dos Centros de Convívio (iniciou-se em Novembro).

Objectivos:

- Oferecer actividades variadas de promoção de competências de literacia;
- Despertar o prazer de ler;
- Desenvolver hábitos de leitura;
- Permitir o contacto com várias obras literárias e através da “hora do conto” levar os utentes a contarem e a partilharem as suas próprias histórias, experiências e vivências;
- Estimular estratégias pedagógicas promotoras de respeito e solidariedade;
- Adoptar práticas que levem ao envolvimento dos idosos na comunidade em que se inserem;
- Estimular a relação entre os utentes e a comunidade onde estão inseridos.

Dia	Data	Funcionário	Terra	Local	Horário
1ª Terça		Raúl	B. Sra. Luz	Escola Primária	14,30h -16,30h
1ª Quinta		Pedro	Amoreira	Centro Social	14,30h -16,30h
1ª Sexta		Ana	A-da-Gorda	Largo St. António	14,30h -16,30h
2ª Terça		Raúl	Sobral	Junto à Igreja	14,30h -16,30h
2ª Quinta		Pedro	Vau	Junta Freguesia	14,30h -16,30h
2ª Sexta		Ana	Gaeiras	Largo S. Marcos	14,30h -16,30h
3ª Terça		Raúl	Usseira	Centro Social	14,30h -16,30h
3ª Quinta		Pedro	Areirinha	Escola Primária	14,30h -16,30h
3ª Sexta		Ana	Olho Marinho	Centro Social	14,30h -16,30h
4ª Terça		Raúl	Pinhal	Salão Pinhal	14,30h -16,30h
4ª Quinta		Pedro	S. Grande	Escola Primária	14,30h -16,30h
4ª Sexta		Ana	Arelho	Salão Arelho	14,30h -16,30h

9 - GABINETE PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Saúde Melhor



Unidade Móvel de Saúde

- **Cuidados de Enfermagem no Domicílio:**

Uma equipa de enfermagem do Centro de saúde promoveu visitas domiciliárias com vista à prestação de cuidados básicos de saúde, em todas as Freguesias do Concelho, especialmente dirigidos a pessoas com necessidades especiais, idosos, puérperas e recém-nascidos.

- Acções de promoção da saúde: 1578
- Tratamento de feridas e outros: 7254
- Saúde materna e infantil: 50

- **Ações de sensibilização sobre o rastreio do cancro do colo do útero**

Foram realizadas várias acções de sensibilização da comunidade feminina do concelho para a importância da prevenção do cancro do colo do útero através da realização de um rastreio.

- **Mês do Coração**

A Unidade Móvel de Saúde promoveu 10 acções de rastreio cardiovascular à população em toda a área geográfica do Concelho. Apostando fortemente na vertente preventiva e de promoção da saúde foram prestados esclarecimentos sobre estilos de vida saudáveis, exercício físico e aconselhamento nutricional, tendo também sido efectuada a avaliação da tensão arterial, da glicemia capilar, peso e altura e respectivo cálculo do Índice de Massa Corporal.

- **Dia Mundial de Luta Contra a Sida**

Para assinalar o Dia Mundial de Luta Contra a Sida, que teve lugar no passado dia 1 de Dezembro, a Unidade Móvel de Saúde do Concelho de Óbidos promoveu a realização de um rastreio sobre o VIH/Sida, através duma equipa do CAD – Centro de Aconselhamento e Detecção Precoce do VIH/Sida, do Laboratório de Saúde Pública de Leiria.

- **Encontro sobre a Doença de Parkinson**

Em parceria com a Delegação de Leiria da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson foi realizado este encontro destinado essencialmente aos profissionais de saúde do Distrito de Leiria com o objectivo de disponibilizar informação no diagnóstico precoce da doença de Parkinson e acompanhamento dos doentes.



Enxoval do recém-nascido

Trata-se de uma medida especificamente direccionada para as famílias do Concelho que visa contribuir para a melhoria das condições de vida de todos os recém-nascidos através da oferta de um enxoval constituído por bens no valor de 500€.

Foram entregues 84 enxovais.

Freguesia	Nº Enxovais	Género
A-dos-Negros	11	5 M (Masculino) 6 F (Feminino)
Amoreira	6	2 M 4 F
Gaeiras	17	11 M 6 F
Olho Marinho	10	4 M 6 F
Santa Maria	15	4 M 11 F
São Pedro	10	6 M 4 F
Sobral	3	2 M 1 F
Usseira	6	2 M 4 F
Vau	6	3 M 3 F

Protocolo de Colaboração com o Grupo Béltico

O Município estabeleceu uma parceria com o Grupo Béltico através da formalização de um protocolo que tem como finalidade definir os termos da colaboração no que respeita ao desenvolvimento de actividades de carácter social no âmbito dos Programas Óbidos Solidário, Saúde Melhor e Melhor Idade.

Esta parceria já permitiu a distribuição de 84 enxovais aos recém-nascidos residentes no Concelho e a distribuição de 230 cabazes de natal às famílias desfavorecidas do Concelho.

Homeopatia para todos



Trata-se de um Programa que resulta de uma parceria entre o Município e Homeopatas Naturologistas formados no Instituto de Medicina Tradicional e que possibilita a realização de consultas gratuitas de homeopatia no complexo das piscinas municipais de Óbidos.

Durante o ano de 2008 foram realizadas 59 consultas.

10 - GABINETE PARA A HABITAÇÃO

RE-HABITAR



REALOJAMENTOS

Total de famílias inseridas na base de dados do recenseamento habitacional desde Fevereiro de 2004 até Dezembro de 2008: 50 Famílias, envolvendo 115 pessoas.

Total de famílias elegíveis para o programa: 32 Famílias, envolvendo 91 pessoas

Total de famílias excluídas do programa: 18 famílias, por morte de familiar, por falecimento do beneficiário, por alteração de residência, por desistência do realojamento, por institucionalização.

Total de tipologias de habitação atribuídas: T0 – 7; T1 – 3; T2 – 8; T3 – 13; T4 – 1.

Intervalo de idades dos beneficiários do programa: De 1 aos 88 anos

Situação na profissão dos beneficiários: Ajudante de Lar; Beneficiário de Rendimento Social de Inserção; Copeira; Desempregado; Doméstica; Empregada de limpezas; Empregada Fabril; Empregado de Balcão; Empregado de Mesa; Estudante; Indefinido; Ladrilhador; Maquinista; Operador de Máquinas; Pedreiro; Pedreiro Incapacitado para o Trabalho; Reformado; Reformado por Invalidez; Sem Rendimentos; Serralheiro; Servente de Pedreiro; Trabalhador Agrícola; Trabalhador Rural Assalariado

Caracterização das Carências Habitacionais:

- Edificações com graves deficiências de solidez, segurança e/ou salubridade
- Manifesta exiguidade da área habitável
- Necessidade de realojamento devido a situação de calamidade pública, intempéries

REALOJAMENTOS INTERMÉDIOS

Foram efectuados 3 realojamentos intermédios, dois em habitações do município e um em habitação disponibilizada para o efeito.

REABILITAÇÕES

De um total de 21 situações elegíveis no âmbito do projecto de reabilitação de habitação sem condições de habitabilidade, foram até à presente data executadas beneficiações em 13 casos.

11 – SERVIÇO MUNICIPAL DE REFEIÇÕES

Cozinha e Refeitório Municipais



Serviço de Refeições do Programa Crescer Melhor:

Durante o ano de 2008 foram servidas 66.936 refeições às crianças utentes do Serviço de Refeições do Programa Crescer Melhor. Para além das refeições confeccionadas pela Cozinha Municipal que transitou para instalações definitivas em Setembro de 2008 e se encontra localizada no Complexo dos Arcos, o serviço de refeições do Crescer Melhor conta ainda com o trabalho das cozinhas das seguintes IPSS do concelho:

- Centro Social, Cultural e Recreativo Arelhense;
- Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia de A-dos-Negros;
- Centro Social e Cultural para o Desenvolvimento de Olho Marinho;
- Centro Social, Cultural e Recreativo de Amoreira.

O Serviço de Refeições do Programa Crescer Melhor conta ainda com diversas parcerias no que respeita à cedência de espaço para fornecimento de refeições em diversos locais do concelho:

- Junta de freguesia do Vau;
- Sociedade Filarmónica e Recreativa Gaeirense;
- Centro Social, Cultural e Recreativo de Amoreira;
- Associação Cultural e Desportiva da Gracieira;
- Junta de Freguesia da Usseira.

À data actual o serviço de refeições do Crescer Melhor funciona em 15 espaços distintos:

- A-dos-Negros – EB1 + JI
- Gracieira – EB1 + JI
- Olho Marinho – JI
- Olho Marinho – EB1
- Vau
- Arelho
- A-da-Gorda
- Usseira
- Gaeiras – JI
- Gaeiras EB1
- Gaeiras – EB1 Quinta Marquesa
- Óbidos – JI

- Amoreira – JI
- Amoreira - EB1
- Complexo do Arcos – 1º e 2º CEB

O Programa Crescer Melhor conta com 507 utentes do serviço de almoço.

REFEITÓRIO MUNICIPAL

Durante o ano de 2008, o Refeitório Municipal serviu 12.781 refeições completas e 1.532 refeições ligeiras. Este refeitório destina-se a servir os colaboradores do Município de Óbidos (Câmara Municipal e Empresas Óbidos Patrimonium e Requalifica) e ainda os alunos das escolas intramuros da Vila de Óbidos, mais concretamente, Escola de hotelaria e turismo do oeste, Pólo de Óbidos – 1º e 2º ano do curso Técnicas e Gestão de Turismo; Pastelaria Avançada; Restaurante-Escola de Óbidos – Curso Técnico de Cozinha/Pastelaria que representa cerca de 70 utentes diários deste serviço.

Durante o ano de 2007 a Cozinha Municipal de Óbidos serviu um total de 39.603 refeições, sendo que 30296 são refeições para o Programa Crescer Melhor e 9307 são refeições servidas no Refeitório Municipal.



Programa de Apoio às entidades do sector Alimentar



- Acções de implementação do HACCP na cozinha municipal;
- Acções de implementação do HACCP na cozinha do complexo dos arcos;
- Requisição de equipamentos específicos;
- Apetrecho da cozinha e refeitório municipal;
- Organização de Palestra: ASAE, Gabinete de Veterinária do Município e Associação de Comerciantes do Oeste;
- Visitas a cozinhas de diversas entidades ligadas ao sector alimentar no Concelho de Óbidos.

Reuniões descentralizadas da Equipa Técnica do Centro de Intervenção Social**Ano de 2008**

Freguesia	Data	Horário
Vau	26 de Março	10h
S.Pedro	25 de Junho	10h
Sobral da Lagoa	23 de Julho	15h
A-dos-Negros	17 de Setembro	15h
Amoreira	24 de Setembro	10h
Santa Maria	08 de Outubro	15h
Gaeiras	29 de Outubro	10h
Olho Marinho	03 de Dezembro	10h30m
Usseira	10 de Dezembro	15h

Tabela de Calendarização

<div>Dias</div> <div>Meses</div>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
Setembro					S	D						S	D						S	D						S	D					
Outubro			S	D						S	D	*	*	*	*		S	D							S	D	*	*	*	*		S
Novembro	D						S	D	*	*	*	*		S	D						S	D	*	*	*	*		S	D			
Dezembro					S	D	*	*	*	*	*	S	D					F	S	D	F	F	F	F	F	F	S	D	F	F	F	F
Janeiro	F	S	D	*	*	*	*		S	D						S	D	*	*	*	*		S	D							S	D
Fevereiro	*	*	*	*		S	D						S	D	F	F	F	F		S	D	*	*	*	*		S	D				
Março						S	D	*	*	*	*		S	D	*	*	*	*		S	D						S	D	F	F	F	
Abril	F	F	S	D	F	F				S	D	*	*	*	*		S	D							S	D	*	*	*	*		
Maiο	S	D						S	D	*	*	*	*		S	D							S	D						S	D	*
Junho	*	*			S	D	*	*				S	D						S	D	*	*	*	*		S	D					
Julho			S	D						S	D						S	D							S	D						S

LEGENDA:

(*) Dias das Deslocações a Óbidos - Horário das 09.00 as 17.00



– Reunião com Ana Sofia acerca do começo do estágio



- Começo oficial do ESTÁGIO, dia 12 de Outubro de 2009


- Semana de 12 a 15 de Outubro – Consulta de documentação referente às AEC'S.
 - Pesquisa e delineação de objectivos mais específicos. Informação disponibilizada em formato digital e outra em papel.
 - Análise dos documentos cedidos, nomeadamente referentes à distribuição por actividades, alunos a frequentar as actividades, caracterização das turmas, horário.
 - Levantamento de alguns dados para o enquadramento teórico (informações sobre o concelho, população, principais actividades e potencialidades)
 - Recolha de informação respeitante às freguesias.
- Semana de 26 a 29 de Outubro – Levantamento de dados e informações mais relevantes de algumas teses consultadas.
 - Trabalhar as informações recolhidas nas teses, alguns elementos de estrutura e especial atenção aos assuntos referentes às autarquias locais e políticas de transferência dos poderes para o poder local e competências das autarquias.
 - Análise e recolha de informação de alguns livros gentilmente cedidos para consulta; “ Os Nós da rede – o problema das escolas primárias em zonas rurais ”, “ A Escola entre o Local e o Rural – perspectivas para o século XXI ”, “Comunidades Educativas - novos desafios à educação básica”.





- Semana de 9 a 12 de Novembro – tratamento de informação retirada de algumas teses.
 - Começar a preparar os guiões para recolha de dados, questionários e entrevista.
 - Análise de excertos de alguns textos relativos ao poder local, distribuição e competências das autarquias.
 - Trabalhar as teses; TM-CE PER INT* (A intervenção municipal na construção de uma política educativa local) e também TM-CE BEM REG*(a regulação local da educação, fluxos escolares e as lógicas de acção que os determinam). TM-CE ALM*FLU (os fluxos escolares dos alunos como analisador dos modos de regulação local do sistema educativo).

- Tratamento de algumas informações retiradas do livro Comunidades Educativas - novos desafios à educação básica.

- Semana de 23 a 26 de Novembro – tentar definir uma área de incidência para a vertente prática do estágio.
 - Trabalhar na construção dos instrumentos de recolha de dados, esboço dos questionários.
 - Surgiu-me a ideia da criação de um dispositivo on-line ou suporte bibliográfico relacionado com métodos e técnicas pedagógicas para utilizar com as crianças, estratégias que os professores poderiam adoptar, animação, estratégias de abordagem e inserção das crianças nas actividades, exemplos de jogos, etc.

- 
- Semana de 7 a 11 de Dezembro - Terminar a construção dos instrumentos de recolha de dados.
 - Envio do guião de entrevista a aplicar à coordenadora do gabinete de educação, questionários das crianças, questionário dos animadores das AEC'S, questionários aos professores titulares.
 - Organização da estrutura do relatório, enquadramento teórico acerca da relação escola/família/comunidade local.

- 
- Semanas de 18 de Dezembro a 1 de Janeiro de 2010 – Férias de Natal

- 
- Semana de 4 a 7 de Janeiro – Reunião com a Drª. Ana Sofia, coordenadora do gabinete de Educação.
 - Rectificação dos questionários para as crianças, está um pouco extenso.
 - Organização do material e posterior envio.
 - Ajuste de algumas informações para colocar no enquadramento teórico.
 - Ponto da situação com a Drª. Ana Sofia, falámos sobre as possíveis deslocações ao terreno (escolas EB1 do concelho).
 - Semana de 18 a 21 de Janeiro – Começo a trabalhar no terreno, primeira abordagem.
 - Reunião com Svetlana, técnica do gabinete de educação para agendar as visitas às escolas e posterior planeamento do trabalho
 - Completar a parte mais teórica do enquadramento metodológico.
 - Trabalhar no relatório a questão do papel das autarquias no sistema educativo; enquadramento legislativo.

- Reestruturação do questionário das crianças, fazê-lo recorrendo a mais imagens para se tornar mais apelativo.



- Semana de 1 a 4 de Fevereiro – Tratar da parte teórica sobre o poder local.
 - Completar a parte de caracterização das escolas (escola e contexto local).
 - Caracterização das várias escolas.



- Semana de 15 a 18 de Fevereiro – Férias de Carnaval
- Semana de 22 a 25 de Fevereiro - construção de questionário para os pais das crianças.
 - Enviar questionários para aprovação, para o professor e para a Drª Ana Sofia.
 - Completar mais a parte da metodologia seguindo as indicações e estrutura das teses consultadas.



- Semana de 8 a 11 de Março – Falar com a Drª Ana Sofia para agendar uma reunião com os animadores e professores sobre os questionários.
 - Completar dados de caracterização das escolas.
 - Falei com a Svetlana e com a Drª Ana Sofia, vão falar com os professores na reunião que vão ter nesta semana.
 - Mandeí mail a explicar os objectivos do trabalho e a solicitar a sua colaboração (professores e animadores).
 - Entreguei os questionários definitivos para começarem a ser aplicados.
- Semana de 15 a 18 de Março – Tirar cópias dos questionários e marcar dias para os ir aplicar às escolas.
 - Entreguei os 90 questionários para aplicar às crianças, 40 para os animadores.
 - Trabalhei no relatório, na parte introdutória da análise e interpretação dos dados.
 - Surgiu uma ideia que seria a elaboração de um “livro” (relatório de implementação/avaliação das actividades de enriquecimento curricular no concelho de Óbidos).
 - Continuação da apresentação da ideia do livro, inicio da recolha de material, dados der caracterização. Enviei esboço da ideia.
 - Enviei mail para a Svetlana para saber da aplicação dos questionários às crianças, este pendente da autorização do director.



- Semana de 29 de Março a 2 de Abril e 5 e 6 de Abril – Férias da Páscoa



- Semana de 12 a 15 de Abril – Recebi alguns questionários que entretanto foram preenchidos nas semanas anteriores.
 - Recebi 32 questionários dos animadores, faltam 8.
 - Recebi 6 dos professores de inglês, falta 1.
 - Tirei 14 Cópias para os professores do primeiro ciclo.
 - Fiz a primeira recolha de informação dos questionários recebidos (animadores)
 - Terminei a análise dos questionários aos animadores e tive a fazer a dos professores de inglês das Aec's.
 - Tirar cópia dos questionários para os pais, 90 questionários. Crianças 85 questionários, professores 2 e 85 para os pais .
 - Estive a agramar e separar os questionários para as duas Escolas que vou visitar, A-dos Negros e Amoreira.
 - Para os alunos do Complexo separar 12 para os professores e 90 para os pais das crianças.
- Semana de 26 a 29 de Abril – Recebi questionários das crianças do complexo (82 questionários) a alunos do 1º ao 4º ano.
 - Deslocação à escola da Amoreira, vão enviar os questionários até ao final da semana. Os professores preencheram logo e recolhi.
 - Entreguei à Svetlana 12 questionários para os professores do Complexo e os 90 para os pais das crianças.
 - Deslocação à escola de A-dos- Negros, entreguei os questionários para as crianças, animadores pais e professores. Um dos animadores vai depois recolher todos os questionários e fazê-los chegar a mim.



- Semana de 10 a 14 de Maio – Início do tratamento de dados dos questionários já recepcionados, das escolas de A dos Negros e Amoreira.
 - Estive a fazer separação dos questionários, alunos, pais e professores.
 - Estive a trabalhar os questionários dos pais dos alunos do Complexo dos Arcos.

- 31 de Maio – proceder a alterações no relatório, segundo indicações dadas pelo professor



- Dias 1 e 2 de Junho – Recebi mais questionários dos pais das crianças do Complexo dos Arcos (27 questionários).

- Continuei na rectificação de alguns aspectos do corpo do relatório

- Dias 7 e 8 de Junho – Rectificação de aspectos mais teóricos do relatório, organização da informação de forma mais definitiva.
- Semana de 21 a 24 de Junho – Estive a trabalhar no relatório, compor o enquadramento teórico, estive a remodelar o texto.
 - Recebi 6 questionários dos professores de música.
 - Comecei a escrever a parte de análise e tratamento dos dados.



- - Terminou o Estágio. 30 de Junho de 2010



- Deslocações a Lisboa.

- Dia 17 de Setembro – Ir à apresentação do mestrado, vou ficar com o Professor João Pinhal como orientador.

- Dia 28 de Setembro – 1ª Reunião com o Professor João Pinhal

- Dia 19 de Outubro – Ida a Lisboa para falar com o Professor João Pinhal acerca de algumas indicações para o estágio.

- Dia 16 de Novembro – Ida a Lisboa para mostrar o que já tenho e receber mais indicações sobre a vertente prática. (procurar inserir-me na doutrina rotineira do trabalho desenvolvido pelo gabinete de educação.

- Dia 14 de Dezembro – Ida a Lisboa para mostrar os instrumentos de recolha de dados que entretanto construí, nomeadamente, os vários questionários.

- Dia 10 de Março de 2010- Reunião Geral com o Professor João Pinhal – (relato das respectivas actividades/dúvidas e problemas.

- Dia 7 de Abril – Entrega do primeiro esboço do relatório, a parte do enquadramento teórico, legal e institucional) no cacifo do professor.
- Dia 20 de Maio - Reunião com o Professor João Pinhal para saber do feedback do relatório, levei o livro das actividades de enriquecimento curricular referente ao concelho das Caldas da Rainha e apresentar a sugestão da elaboração para o concelho de Óbidos.
- Dia 9 de Junho – Reunião com o Professor João Pinhal, mostrar o relatório já devidamente alterado.
- Dia 1 de Julho – Reunião com o Professor João Pinhal sobre o relatório, mostrar o que já fiz e levei mais bibliografia. No estudo reforçar as diferenças entre o rural e o urbano, cruzamento por temáticas e opiniões dos vários públicos.